

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

DANIEL MACHADO BRUNO

**TRAMAS ORGANICISTAS DA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO: OLIVEIRA VIANNA E SÉRGIO
BUARQUE DE HOLANDA, BRASIL ANOS 1920-1930**

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA CATÓLICA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

DANIEL MACHADO BRUNO

**TRAMAS ORGANICISTAS DA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO: OLIVEIRA
VIANNA E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, BRASIL ANOS 1920-1930**

Porto Alegre

2023

DANIEL MACHADO BRUNO

**TRAMAS ORGANICISTAS DA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO: OLIVEIRA
VIANNA E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, BRASIL ANOS 1920-1930**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu (PUCRS)

Porto Alegre

2023

Ficha Catalográfica

B898t Bruno, Daniel Machado

Tramas organicistas da construção da nação : Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, Brasil anos 1920-1930 / Daniel Machado Bruno. – 2023.
251 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Oliveira Vianna. 2. Sérgio Buarque de Holanda. 3. Interpretações do Brasil. 4. Construção da nação. 5. Concepções organicistas. I. Abreu, Luciano Aronne de. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

DANIEL MACHADO BRUNO

**TRAMAS ORGANICISTAS DA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO: OLIVEIRA
VIANNA E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, BRASIL ANOS 1920-1930**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Escola de Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul como
requisito parcial para a obtenção do título de Doutor
em História.

Aprovada pela banca de defesa em 16/03/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PUCRS (Presidente)

Prof. Dr. Bernardo Ricupero – USP

Prof. Dr. Carlos Henrique Armani – UFSM

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes – PUCRS

Prof. Dr. Sérgio da Mata – UFOP

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu (PUCRS)

Porto Alegre

2023

DEDICATÓRIAS

Esta tese é dedicada à memória e ao belo e singelo sorriso do jovem Pedro Severo Cardoso, vida interrompida tão cedo.

E à vida pela frente da pequena Marti - Martina Bruno Lascano Contreras –, que, mesmo ainda tão jovem, trouxe alegria, energia, aprendizados e esperança à nossa família.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, embora tenha sua realização efetivada formalmente ao longo dos 4 anos de contrato por meio da bolsa disponibilizada pelo CNPq, é produto de uma série de eventos e escolhas que foram sendo tomadas em um processo não linear de avanços e recuos, retomadas e pequenas rupturas desde os bancos da graduação em História que se concretizam, de certo modo, neste conjunto de páginas escritas e na experiência acadêmica de postular um título de doutorado. Para que esse processo tivesse impulso e substância, diversas pessoas e instituições contribuíram, cada qual à sua maneira, o que me faz buscar, em breves linhas, responder à altura com a gratidão da memória.

Um agradecimento endereçado à instituição do CNPq pela concessão da bolsa integral de pesquisa referente ao doutorado, a qual me oportunizou a manutenção material durante o longo processo de escritura da tese, bem como a compra de materiais que foram fontes e subsídios relativos à investigação realizada. Ainda que com as limitações que um quadro de falta de aumento nos valores da bolsa há quase 10 anos apresenta, mesmo com o processo inflacionário disparado em paralelo, o financiamento de pesquisas constitui política central para a manutenção de pesquisadores – esta categoria que vive, de modo geral, num estado de “limbo” no país pelo parco reconhecimento profissional e salarial – e para a renovação de uma margem mínima dos campos do saber. Com uma nova conjuntura, esperamos que o reajuste há tanto solicitado e lutado possa ser acompanhado da ampliação dos direitos dos pesquisadores e do volume de bolsas ofertados aos programas de pós-graduação deste enorme país como nova política de Estado. Junto ao CNPq, agradeço à instituição da PUCRS e, sobretudo, à Escola de Humanidades pelo espaço de formação integral que obtive desde o ingresso no curso de licenciatura em História, iniciado no já longínquo ano de 2013, à conclusão do doutorado no PPG em História neste ano.

Agradecimento fundamental, em primeiro relevo, a minha família nuclear, composta por meus pais – Francisco e Denise – e minha irmã – Isabela, não por último -, a quem devo o reconhecimento e a alegria de poder compartilhar as vivências em sua textura real tanto nas conquistas e vitórias quanto nas dores e derrotas, encontrando em seu apoio a base para equacionar o presente como um (novo) recomeço com vistas ao futuro. Ao passado recente, cabe a recordação daquele encontro especial que, uma vez tido, pude reviver, a seu modo reinventado, todos os dias posteriores com a Helô Busanello, companheira que a vida apresentou como um lance de sorte no meio de desencontros da qual é tecida.

À camada familiar, passo ao signo das presenças essenciais de professores, amigos e colegas. Um agradecimento especial a meu orientador, professor Dr. Luciano Aronne de Abreu, referência nacional no estudo do pensamento de Oliveira Vianna, a quem devo reconhecimento desde cedo pelas indicações de leitura, comentários analíticos argutos, apontamentos da leitura revisora precisa e a contínua disponibilidade em tempo rápido, incansavelmente, além do constante estímulo profissional. A ele devo a presença de quem pôde acompanhar de perto, presencial ou virtualmente, sempre com suas orientações certeiras e sem espalhafato, e confiar no processo da minha formação acadêmica, de uma ponta (da experiência de iniciação científica) a outra (ao doutorado), mesmo quando o montante de dúvidas pareceu sobrepor-se às convicções que impulsionam, sobretudo nos duros anos pandêmicos. Obrigado, Luciano, orientador e amigo! Ao professor Dr. Cássio Alan Albernaz, que também acompanhou boa parte deste processo formativo, agradeço igualmente a sua indicação de leituras, o convite oportunizado e as discussões acaloradas de textos nas famigeradas reuniões do grupo de pesquisa de pensamento político que ele tanto puxava, que foram combustível e foco de estímulo importante no meu ingresso à carreira de pós-graduação.

Ao professor Marçal Paredes, agradeço pela oportunidade de presenciar as discussões nos seminários de pós-graduação desde muitos anos, sempre com a exemplificação do elevado acuro do conhecimento teórico para a restituição da historicidade, pelos apontamentos analíticos feitos desde o mestrado, pelas importantíssimas e decisivas observações – contribuições, em verdade – feitas no espaço da qualificação de doutorado, e por mais este encontro, agora na banca de defesa final, neste ponto que é de fechamento, ao menos simbólico, da trajetória formativa. Ao professor Dr. Carlos Armani, pelas observações teóricas centrais que aportou ao objeto da história intelectual que com ele compartilho como tentativa neste trabalho no âmbito da banca de qualificação da tese. Aos professores Dr. Bernardo Ricupero, com quem pude dialogar na banca de defesa do mestrado, e o Dr. Sérgio da Mata, agradeço pela disponibilidade de ambos do aceite imediato em compor a banca de defesa da Tese e, assim, poder ouvir suas observações.

Aos amigos e tantos colegas que fiz durante a pós-graduação, alguns que me acompanham desde os anos de graduação e pelos quais mantenho a amizade e parceria de perto, mesmo estando longe, obrigado pelo convívio. O Gabriel Costaguta, amigo e companheiro de todas as horas, mesmo quando a contingência dos fusos horários impõe larga distância temporal, agradeço a sintonia das conversas, o apoio com as línguas estrangeiras (sobretudo el castellano, gracias, maestro!), a co-autoria em artigos e capítulos especializados e, não por

último, a manutenção dos debates que uma vez compartilhados, retornam seja no amor pelo tricolor e nos comentários de jogos, seja nas dúvidas existenciais e nas do ofício historiográfico, em particular. Si no hay problema (*en todos los sentidos*, perdóname, L. Febvre), no hay historia, sigamos. Ao André Botton, meu querido amigo das Letras, da co-autoria de artigos à discussão teórica sobre história da literatura e construção da nação, passando pelos ensinamentos na língua inglesa, destaco o ser humano carinhoso por trás da ávida e prolífica máquina de pesquisar e escrever, colocada em funcionamento de Novo Hamburgo a Nashville. Ao Pedro Oliveira Barbosa, colega na integralidade desde os tempos de graduação, passando pelo mestrado e curso de doutorado, agradeço a parceria, os cafés compartilhados na Puc e os chopes fora dela, das trocas de ideias às “flautas” futebolísticas que fizemos – e que ultimamente sofreste um pouco mais, se me permites o ponto.

A tantos outros amigxs e colegxs com quem tive o prazer de compartilhar o gosto pela reflexão em história nos seminários do PPG e as digressivas conversas da vida nos cafés de intervalo, cito as figuras marcantes de Hellen Rotta, Alexandre Guilhão, Thaís Carvalho, Henrique Perin, Paul Montoya, Pricila Muller, Isadora Freitas, Fernanda Trentini, Léo Fetter, Paula Azevedo e Alexandra Alvim, além dos hoje já professores universitários atuantes e estudiosos da área Letícia Krilow, Gabriela Grecco e Luis Rosenfield. Cito também amigos que eventos acadêmicos pelo país oportunizaram o encontro, como Helio Cannone, no Rio de Janeiro, e Thiago Mazucato, em São Paulo.

Gostaria de estender o agradecimento à profa Mari Mattos e ao prof. Marco Saraiva, da Soulfít, que me acompanharam na quase integralidade do último ano, e em várias oportunidades perguntaram sobre o doutorado e o andamento da tese. Do saldo das muitas gotas de suor e esforço físico, vieram a energia e foco indispensáveis para a escrita destas páginas em um ritmo acelerado no último ano. A todos, meu afetuoso agradecimento pela possibilidade de convivência e aprendizado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo promover uma interpretação em chave comparada das perspectivas de construção discursiva da nacionalidade brasileira elaboradas por Oliveira Vianna (1883-1951) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) nos anos 1920 e 1930. Em diálogo com a extensa e diversificada produção existente sobre esses intelectuais no âmbito do pensamento social brasileiro, este estudo busca avançar na análise das interpretações dos dois autores sobre a formação histórica nacional, no período específico acima referido, a partir do exame de suas concepções da história e leituras do processo histórico do país para, assim, identificar e compreender seus modos de constituição de uma identidade nacional brasileira (em seus lastros, “faltas” e traços característicos assinalados). Do modo como interpretamos seus discursos sobre a nação feitos naquele período – sob a forma de artigos, obras e ensaios -, mobilizados à luz de um prisma teórico-metodológico associado ao âmbito da História intelectual, a hermenêutica de seus textos é realizada a partir dos parâmetros conceituais que os permitem vincular a seu contexto histórico-intelectual de crítica ao liberalismo como ideário de organização da sociedade e, ao mesmo tempo, conectá-los desde seus fundamentos postos em debate. Assim, emergem as concepções organicistas da nação como postulado-chave nos escritos de Vianna e de Sérgio Buarque, as quais assumiram diferentes formas e sentidos de acordo com as tramas de configuração teórica projetadas ao horizonte histórico nacional em cada autor. Nesse âmbito, busca-se demonstrar por meio da análise em conjunto de seus textos a existência de analogias e confluências relevantes em seus diagnósticos sobre o estado da identidade coletiva do país, junto ao traçado das dissonâncias cruciais sobre os caminhos por eles postulados à construção nacional, aspecto mais ressaltado, de modo geral, pela historiografia. Diante do exposto, propomos uma releitura com vistas a conformar um quadro analítico desde os fundamentos de suas interpretações sobre a nação.

Palavras-chave: Oliveira Vianna; Sérgio Buarque de Holanda; Interpretações do Brasil; construção da nação; concepções organicistas.

RESUMEN

Este trabajo tiene como finalidad promover una interpretación en clave comparativa de las perspectivas de construcción discursiva de la nacionalidad brasileña elaboradas por Oliveira Vianna (1883-1951) y Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) en las décadas de 1920 y 1930. En diálogo con la extensa y diversificada producción que existe sobre estos intelectuales en el ámbito del pensamiento social brasileño, este estudio analiza las interpretaciones de los dos autores sobre la formación histórica nacional -en el período específico referido-, a partir del examen de sus concepciones de historia y lecturas del proceso histórico del país, a fin de identificar y comprender sus modos de constitución de una identidad nacional (en sus lastres, “carencias” y rasgos característicos). Desde la manera en que interpretamos sus discursos sobre la nación -presentes en forma de artículos, trabajos y ensayos-, movilizados a la luz de un prisma teórico-metodológico asociado al ámbito de la Historia Intelectual, la hermenéutica de sus textos es realizada desde los parámetros conceptuales que permiten vincularlos a su contexto histórico-intelectual de crítica al liberalismo como ideal de organización de la sociedad y, al mismo tiempo, conectarlos desde sus fundamentos puestos en debate. De este modo, emergen las concepciones organicistas de la nación como postulado clave en los escritos de Vianna y Sérgio Buarque, que asumió formas diversas según las tramas de configuración teórica proyectadas al horizonte histórico nacional de cada autor. En este contexto, se pretende demostrar, a través del análisis conjunto de sus textos, la existencia de analogías y confluencias relevantes en sus diagnósticos sobre el estado de la identidad colectiva del país, así como las disonancias cruciales en los caminos que ellos postulan para la nación, aspecto más destacado, en general, por la historiografía. De esa forma, proponemos una relectura para conformar un marco analítico desde los fundamentos de sus interpretaciones de la nación.

Palabras clave: Oliveira Vianna; Sérgio Buarque de Holanda; Interpretaciones de Brasil; construcción de la nación; concepciones organicistas.

ABSTRACT

This work proposes a comparative interpretation of the discursive construction of the Brazilian nation elaborated by Oliveira Vianna (1883-1951) and Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) in the 1920s and 1930s. In dialogue with the extensive and diversified production that exists about these intellectuals within the scope of Brazilian social thought, this study analyzes the interpretations of the two authors on the national historical formation, in the specific period previously referred, based on their conceptions of history and readings of the country's historical process in order to identify and understand their views of the constitution of a national identity (in its “lacks” and characteristic traits). We interpret these discourses about the nation made in that period – which were present in the form of articles, books and essays – from a theoretical-methodological approach of Intellectual History. In this regard, the hermeneutics of these texts is based on the conceptual parameters that allow us to link them to their historical-intellectual context of criticism of liberalism as an ideal for organizing society and, at the same time, linking them on their foundations put under debate. Thus, the organicist understandings emerges as a central postulate in the writings of Vianna and Sérgio Buarque, which assumed different forms according to the theoretical configuration projected for the national historical horizon in each author. In this context, the aim is to demonstrate, through the concerted analysis of their texts, the existence of relevant analogies and confluences in their diagnoses about the country's collective identity, along with the tracing of crucial dissonances on the paths they postulate for a nation-building process, aspect highlighted, in general, by historiography. In this way, we intend to form an in-depth analytical framework of their interpretations of the nation as our (re)reading proposal.

Keywords: Oliveira Vianna; Sérgio Buarque de Holanda; Interpretations of Brazil; nation building; organicists understandings.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: OLIVEIRA VIANNA E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, UMA APROXIMAÇÃO...	13
1. INTERSECÇÕES ORGANICISTAS: OS SENTIDOS E CAMINHOS ORGANICISTAS DAS PERSPECTIVAS DE “CONSTRUÇÃO” DA NACIONALIDADE EM OLIVEIRA VIANNA E SÉRGIO BUARQUE, ANOS 1920-1930	25
1.1 Os sentidos confluentes dos organicismos em Oliveira Vianna e Sérgio Buarque	33
1.2 Caminhos da construção nacional: leituras organicistas dissonantes em chave de crítica ao liberalismo no Brasil.....	62
2. OLIVEIRA VIANNA, A HISTÓRIA COMO “ARQUIVO DAS EXPERIÊNCIAS” NA INTERPRETAÇÃO POLÍTICA DA NAÇÃO (anos 1920)	79
2.1 A “assimetria” identitária como problema à unidade nacional.....	84
2.2 “Evolução” social e “arquivo das experiências” nacionais em matriz organicista da História	120
3. SÉRGIO BUARQUE, LENTES ORGANICISTAS DE ARTICULAÇÃO DA NACIONALIDADE EM DOIS CENÁRIOS INTERPRETATIVOS	147
3.1 A rede relacional da crítica de Sérgio Buarque e os projetos de nacionalidade brasileira nos anos 1920.....	153
3.2 O anseio de “originalidade” nacional nas reflexões do jovem crítico: plano naturalizado da nacionalidade sob o primado das “tradições” (1920-1921)	169
3.3. Lente organicista ajustada ao devir nacional: leitura modernista da cultura brasileira e um novo sentido histórico da nacionalidade.....	203
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS TRAMAS ORGANICISTAS DA NAÇÃO EM OLIVEIRA VIANNA E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA	235
REFERÊNCIAS	242

INTRODUÇÃO: OLIVEIRA VIANNA E SÉRGIO BUARQUE, UMA APROXIMAÇÃO

Assim, a vida carece de sentido porque no horizonte está o nada, ou também porque o seu horizonte é a organização social brasileira.

Roberto Schwarz¹

A nação pretende este trabalho “glorioso” de reinvenção de um continuum, de costura de um tecido (crono)lógico com o qual agasalhar a sua nudez. E pouco importa, nesse sentido, que essa história recosida [...] seja a reconstrução de uma continuidade institucional, política ou social, ou de um encadeamento cultural, artístico ou literário, visto que aquilo que sobretudo importa na construção é começar a encostar os tijolos [...].

Ettore Finazzi-Agrò²

O anseio pela organização da sociedade brasileira relativo tanto ao plano político-prático da ação que prevê um modelo de ordenação da realidade quanto à dimensão simbólica da representação de um corpo social coeso e articulado como manifestação de uma identidade nacional autônoma foi tema que pautou de modo recorrente o cenário das interpretações sobre o Brasil realizadas nas primeiras décadas do século XX. Neste período específico, situa-se um ambiente de intensa circulação de obras interpretativas e ensaios literários e culturais que se somavam à eclosão de diversas manifestações sociais e políticas no país, constituindo um painel aberto de leitura acerca do processamento das transformações sociais e econômicas no sentido da urbanização progressiva ocorrida desde os finais do século XIX em sua fisionomia. À cena de tensão histórico-social vivenciada neste período, relacionava-se como nexos culturais um amplo quadro de produção ensaística que tratava de repensar a sociedade neste contexto de transformações sobretudo a partir da conjuntura dos anos 1920, sob o ângulo crítico informado por um projeto de expressão nacional.

É em torno a este cenário interpretativo que se coloca em primeiro relevo o campo dos ensaios de interpretação da nacionalidade organizados em obras e escritos literários e culturais de caráter mais reflexivo e diacrônico, como é o caso, por exemplo, dos textos de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), e também sob a forma de discursos de viés mais pragmático,

¹ SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Editora 34, 4ª edição, 2000 [1990], p. 64.

² FINAZZI-AGRÒ, Ettore. Entretempos: mapeando a história da cultura brasileira. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 13-14.

orientados à intervenção crítica na conjuntura social daqueles anos. No modelo de leitura representado por este último modo intelectual de enfrentamento do contexto, a interpretação sobre a sociedade é moldada pelo âmbito referencial de uma proposição política mais demarcada, tal como, a título de exemplo, pode-se destacar a produção de Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951). Diante disso, tendo o quadro das décadas de 1920 e 1930 como moldura, nosso estudo se propõe como objetivo central a estabelecer uma análise em chave comparada das perspectivas de construção da nação brasileira que perpassam estes dois diferentes modos de pensar o Brasil, representados de forma operativa pelos trabalhos de Oliveira Vianna e de Sérgio Buarque.

A partir da análise da produção intelectual concernente à interpretação da nação elaborada por estes intelectuais nos escritos que abarcam o recorte aqui considerado, pode-se verificar as construções discursivas do nacional nos distintos modelos interpretativos do pensamento social, tanto no que se refere a suas compreensões da história quanto, mediados pela leitura do presente, a seus prognósticos sobre o horizonte de futuro do país. Entre as ordens de razão que fundamentam a seleção de ambos os intelectuais na composição do objeto de estudo desta tese está, em primeiro lugar, sua ampla documentação pela crítica especializada, hoje reconhecida nos dois casos, como “intérpretes do país” associados ao repertório canônico do campo do pensamento político e social brasileiro, cuja matéria-prima estudada por seus pesquisadores são as reflexões que denotam um pensamento articulado sobre o Brasil.³

Além deste fator de consolidação simbólica dos autores no campo de pesquisa frente aos pares, o que denota seu traço de referencialidade no pensamento brasileiro, suas produções intelectuais apresentam em comum, nas décadas de 1920 e 1930, extensa análise sobre a formação histórica do país, pensada sobretudo a partir do ângulo de seus fatores *políticos* e *culturais* como moldura de uma existência nacional em processo de construção, especialmente no sentido de uma articulação social mais coesa e agregada.⁴ A problemática da organização social como horizonte aspirado à nação emerge como mote de suas interrogações sobre o passa-

³ Citam-se em termos de referência alguns importantes trabalhos que balizam este reconhecimento na área. Cf. AXT, Gunter & SCHULER, Fernando (orgs.). *Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2ª EDIÇÃO, 2011 [2004]; BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do Brasil. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 22, n. 1, pp. 47-66, 2010; BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2007; BRESCIANI, Maria Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007, 2ª ed. revista [2005]; RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo: Alameda, 2007.

⁴ Observa-se que este elemento analítico é constatado pelo próprio Sérgio Buarque na apreciação crítica que ele fez da obra de Oliveira Vianna em ensaio produzido em 1949, intitulado sugestivamente de “Cultura e Política”. Neste texto, o autor refere-se à “investigação do papel da cultura na formação de nossa sociedade política e na evolução e funcionamento do Estado no Brasil” desde a publicação de *Populações meridionais do Brasil* por parte de Vianna. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Cultura e Política. In: HOLANDA, Sérgio B. Tentativas de Mtologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p. 42.

do e o presente da realidade brasileira, e é este elemento analítico que pode ser extraído como indício de possibilidade de um viés dialógico a ser (mais) explorado a partir do contorno de suas interpretações e operações historiográficas particulares.

O campo de possibilidades que se abre ao investigar de modo cruzado as perspectivas representadas por essas duas formas variadas de interpretar o Brasil permite identificar as balizas referenciais por meio das quais se estruturaram suas concepções sobre a história e a sociedade, de modo a deslocarmos-nos da abordagem mais recorrente de enquadramento em diferentes matrizes ideológicas dos contrastes existentes no primeiro plano das análises que os tomem (Oliveira Vianna e Sérgio Buarque) como objeto referencial de estudo. Para além da prática interpretativa que privilegia a demarcação das “famílias intelectuais”⁵ situadas no amplo curso da história do pensamento político-social brasileiro, há camadas de significado a serem descortinadas como expressão de pressupostos contextuais compartilhados na fundamentação do terreno de investigação ao qual os dois autores passaram efetivamente, cada um à sua maneira, a investir na leitura do passado histórico como marco identificatório de traços e “raízes” representativos da realidade nacional, assim como do repertório de impasses formativos colocados ao horizonte de organização social. Nesse sentido, nossa interpretação propõe, ao se deslocar do quadro panorâmico de identificação das famílias ideológicas do pensamento brasileiro, avançar sobre um plano de análise voltado aos fundamentos e pressupostos discursivos síncronos que organizam as perspectivas dos autores em torno do plano analítico que designamos como a *construção da nação*.⁶ A escolha por fazer deste conceito amplo o quadro que permite reunir em conjunto as interpretações de Vianna e de Buarque de Holanda a título de um esforço analítico comparativo reside em sua possibilidade de abranger diferentes discursos sobre a nação que postulam significados confluentes e dissonantes acerca

⁵ Entre estudos referenciais no campo do pensamento político nacional que procedem nessa abordagem, citam-se os seguintes: BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2007; LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (direção). História Geral da Civilização Brasileira, tomo III (O Brasil Republicano), vol. 9 (Sociedade e instituições, 1889-1930), livro 2. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1985, 2ª edição [1977], p. 343-374; LAMOUNIER, Bolívar. Tribunais, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 133-226; SANTOS, Wanderley Guilherme. A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa (1978). In: LYNCH, Christian E. C. (org.). A imaginação política brasileira: cinco ensaios de história intelectual por Wanderley Guilherme dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 165-215.

⁶ Utiliza-se como o próprio termo permite enunciar uma perspectiva de concepção construtivista sobre a nação como “comunidade política imaginada” (inventada no sentido de construída, segundo o conceito elaborado por Benedict Anderson em *Imagined Communities*) a partir do regime historiográfico de encontro entre um *espaço de experiências* processado e (res)significado como história de expressão nacional e um futuro projetado como horizonte de resolução de impasses advindos do passado e que invadem o presente da nação. Além da obra referencial de Anderson, embasa, do ponto de vista teórico, nossa perspectiva de estudo sobre a nação como problema dois outros estudos, sendo eles: BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, 3ª reimpressão [1998]; HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, 7ª edição.

da história brasileira e do curso do devir nacional.

Pesquisas contemporâneas no campo do pensamento político e social brasileiro versadas sobre as interpretações do país feitas por Vianna e Sérgio Buarque, como as produzidas por autores como Ângela de Castro Gomes (2010), André Botelho (2010), Antonio Brasil Jr. & André Botelho (2010), Bernardo Ricupero (2007), Daniela Rezende (2015), Douglas Carvalho Ribeiro (2018), Gabriela Nunes Ferreira (1996), José Murilo de Carvalho (1991), Luiz Guilherme Piva (2000) e Maria Stella Bresciani (2005), têm ressaltado a presença de analogias e pontos de correspondência conceitual e analítica relevantes nos modos de compreender a nação no pensamento destes intérpretes, sobretudo relativas à sua enunciação dos traços *personalistas* de lastro rural vigentes em nossa sociedade. A partir dos apontamentos dessas pesquisas, abre-se espaço para a afirmação da perspectiva metodológica de aproximação entre seus modelos interpretativos - sem descaracterizar as importantes diferenças existentes, frisa-se -, no sentido de compor um objeto de estudo entretecido por relações a serem demonstradas em torno a seus diagnósticos, conceitos e expectativas projetadas no plano de articulação da nação.⁷

A linha de investigação aqui proposta busca se inscrever como campo de análise tendo como referência historiográfica estes estudos que postulam uma perspectiva metodológica de viés aproximativo e comparada. Recordar-se, para efeito da justificativa do tratamento conjunto dos autores, a observação metodológica feita pelo historiador intelectual Dominick LaCapra de que o exercício interpretativo de exame da produção intelectual se caracteriza pelo fluxo “escavatório” que se acopla ao objeto-fonte, o qual está (sobre)carregado por um conjunto de camadas de sentido ante o qual devemos nos colocar enquanto intérpretes⁸. Sabe-se, de acordo com este pressuposto teórico, que o conjunto de camadas referente aos autores conforma uma rede de interpretações que apresenta critérios analíticos e políticos de base à sua recepção e

⁷ A certa novidade e heterodoxia, do ponto de vista metodológico, que esta abordagem potencialmente oferece ao campo do pensamento social brasileiro pode ser estendida da especificidade do tema em que estamos trabalhando aqui para a escala do campo como um todo, na medida em que, conforme observam alguns pesquisadores da área, esse traço de pluralidade e diversidade metodológicas é propriamente constitutivo da área, o mesmo podendo ser dito, em intersecção, para o âmbito da História intelectual. Sobre a observação da amplitude e heterogeneidade de métodos que o pensamento social comporta, recomendamos a seguinte análise: BOTELHO, André. Un programa fuerte para el pensamiento social brasileño. *Prismas - Revista de Historia Intelectual*, vol. 19, n. 2, diciembre 2015, p. 159.

⁸ Segundo assinala LaCapra, “cualquier texto llega a nosotros cargado y hasta abrumado de interpretaciones con las cuales estamos consciente o inconscientemente en deuda. [...] Como intérpretes, estamos situados en una capa sedimentada de lecturas que exigen una excavación”. Ver: LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTI, Elías (org.). Giro lingüístico e Historia intelectual. Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 264.

leitura, mas também em termos da memória configurada sobre o objeto, disputada no sentido da representação de identidades discursivas estáveis e uniformes atribuídas como imagens cristalinas aos autores, ainda mais quando se trata de um repertório canônico de determinada área, nesse caso aplicado ao universo do pensamento nacional. É neste âmbito operativo que se coloca o ato de *interpretação seletiva*, a qual destaca determinados aspectos em detrimento de outros na produção de imagens sobre autores, obras e trajetórias intelectuais com as quais devemos lidar criticamente no fazer historiográfico, como bem observou LaCapra.⁹

Aplicado ao objeto de pesquisa específico desta tese, esse conjunto de considerações metodológicas implica o deslocamento das linhas interpretativas que investem, por um lado, na abordagem dos discursos intelectuais com base em sua associação a correntes ideológicas delimitadas, e, por outro, da chave de leitura que compreende a existência de uma interpretação geracional (no caso, “a Geração de 1930”) em torno do campo de experiência aberto pelo processo revolucionário de 1930, acontecimento que assume sentido fundacional e explicativo para o recorte analítico - e político - desta linha argumentativa, a qual afasta, neste gesto interpretativo, a prolífica produção da década de 1920 relativa à formação social do país, por exemplo.¹⁰ Neste último caso apontado, pode-se referir a interpretação canônica de Antonio Candido enquanto peça discursiva produzida sobre a obra *Raízes do Brasil*, em leitura que foi aderida como prefácio avalizado do ensaio, mas que versa como retrato de pretensão abrangente e de balanço memorial disposto sobre o pensamento social brasileiro.¹¹ Para Candido, a reflexão articulada sobre o Brasil como objeto recebeu novo impulso e forma em função de três livros formativos: “Casa-grande & senzala” (1933), de Gilberto Freyre, “Raízes do Brasil” (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e “Formação do Brasil contemporâneo” (1942), de Caio Prado Júnior. Evidencia-se neste recorte estabelecido pelo crítico a interpretação seletiva que reúne as obras por sua trama ensaística, pela referência temática ao passado histórico nacional a partir do signoda “formação” e pela localização temporal inscrita na conjuntura político-social específica aberta em 1930.

⁹ LaCapra afirmou que “la canonización misma es un procedimiento no sólo de selección sino de interpretación selectiva, a menudo orientada hacia la domesticación”. Idem, *ibidem*, p. 264.

¹⁰ A referência ao evento político na demarcação da análise assume caráter decisivo e explícito ao se contemplar, sob a chave de outras dimensões da realidade, as transformações sociais e, mesmo, a intensidade cultural, literária e artística que o país vivia, do ponto de vista de sua história intelectual, cultural e social, desde os anos 1920 - decênio intenso e plural composto da emergência de ensaios interpretativos, manifestações sociais, Semana de Arte Moderna etc -, que ficam em segundo plano no recorte proposto como moldura interpretativa das obras situadas na década de 1930. Um exemplar desta interpretação paradigmática é a leitura de Antonio Candido no texto de prefácio a *Raízes do Brasil*, denominado “O significado de ‘Raízes do Brasil’”.

¹¹ Referimo-nos ao texto intitulado “O significado de ‘Raízes do Brasil’”, produzido em 1967 por Antonio Candido, que se tornou prefácio do livro de Sérgio Buarque a partir de sua quinta edição, de 1969. Enquanto tal função exercida, o texto confere os contornos da recepção de leitura da obra referida no plano do pensamento nacional. CANDIDO, Antonio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1976 [1936], 9 edição, p. XIX-XXX.

Em seu recorte interpretativo, a chave de oposição marcada e a exclusão de obras como as de Oliveira Vianna, sobretudo, e de outros importantes autores de décadas anteriores, como, por exemplo, Sílvio Romero, chama atenção pelo recurso retórico à atualização geracional como expressão de um modo de pensamento *sociológico* de encarar o tema da formação histórico-social brasileira, segundo o filtro do intérprete, e pode ser compreendida a partir do marco ideológico de viés progressista que orienta a delimitação da tríade, para além do paradigma epistêmico-disciplinar.¹² Em amostra que consideramos ainda mais cabal em seu teor representativo desta chave de leitura que coaduna esforço seletivo da ótica da memória à interpretação de alcance historiográfico-político, recorda-se a própria leitura feita por Sérgio Buarque de Holanda em 1949 - outro contexto político-social e de cena intelectual se comparado aos ares mais conservadores dos anos 1920 e 1930¹³ - sobre a obra de Oliveira Vianna no ensaio “Cultura e Política”¹⁴, em que acentua a camada relativa ao esforço de demarcação política de *si* frente ao (*outro*) autor, em estratégia narrativa de reforço de uma identidade discursiva contrastante que opera junto ao crivo analítico do objeto em foco, conforme bem constatou Angela de Castro Gomes.¹⁵

Não se trata de com isso estabelecer uma equiparação das semânticas de suas análises nem, muito menos, de seus posicionamentos ideológicos, bastante divergentes de modo geral ao longo de suas trajetórias, mas, sim, de sublinhar a prática de construção de antagonismo que envolveu a leitura de Sérgio Buarque frente a Vianna nos anos 1940, aspecto que, quando observado especificamente no quadro de suas obras da década de 1920, estendendo este *corpus* à publicação da primeira edição de “Raízes do Brasil” (de 1936), parece não contemplar a presença de analogias e confluências interpretativas existentes entre seus escritos sobre a formação brasileira. Neste contexto intelectual e ambiente político-social específico – cujo tom

¹² Candido contrapôs as perspectivas epistêmicas que orientaram a produção das obras da “Geração de 1930” do pensamento social (a tríade composta por Freyre, Buarque de Holanda e Prado Jr.), sendo estas vistas como “especificamente sociológicas”, ao prisma do suposto “naturalismo” que embasaria a leitura “dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Viana”. Cf.: O significado de “Raízes do Brasil”, p. XX.

¹³ Recorda-se que na década de 1940, sobretudo a partir da derrubada do regime do Estado Novo (1937-1945), tendo em vista o envolvimento de Oliveira Vianna ideológica e burocraticamente como membro técnico do governo, a recepção pública do autor já se encontrava “em situação menos favorável” se comparada às da década de 1920 e 1930, como aponta José Murilo de Carvalho. Ver: CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 82-83.

¹⁴ Este ensaio crítico-interpretativo, escrito em 1949, integra a obra de coletânea *Tentativas de Mitologia*, organizada e publicada no ano de 1979 pela Editora Perspectiva. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Cultura e Política. In: HOLANDA, Tentativas de Mitologia, 1979, p. 37-60.

¹⁵ Na leitura que Angela de Castro Gomes realiza sobre o tema, aponta-se a imagem da construção de “tom memorial” de *oposição*, como bem observa a pesquisadora, na crítica de “fortes deslizamentos políticos” que Sérgio Buarque faz à obra de Oliveira Vianna, apreendendo-o na faceta de construtor ideológico e teórico (“científico”, na expressão de Sérgio Buarque) da jurisdição vinculada ao regime varguista do Estado Novo. Sobre isso, consultar: GOMES, Angela de Castro. A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Portuguesa de História* - t. XLI, 2010, p. 292-293.

dominante era de forte crítica ao liberalismo como ideário -¹⁶, no que concerne particularmente a seus diagnósticos sobre o processo de formação histórico-social brasileiro, a face de suas aproximações analíticas acaba ofuscada frente ao enfoque rígido da demarcação ideológica - tanto no plano das “linhagens” do pensamento, quanto no plano da “escrita de si”¹⁷ -, o qual sedimenta a diferença em meio à ordem das relações plurais existentes em dada temporalidade histórica.

Pelo uso desse conceito abrangente por nós proposto para o espaço de análise desta tese (de “construção da nação”), retomando o fio condutor da categoria analítica em que se assenta nosso estudo, torna-se possível delimitar, assim, um campo no qual os escritos de ambos os autores (em seus textos, artigos e obras inseridos no período aqui considerado) podem ser compreendidos em função da reflexão histórica acerca dos caminhos por que a nação passou e os rumos (prognosticados e/ou propostos, de acordo com o enfoque de cada autor) que a partir deles se abrem potencialmente como horizonte ao país, na medida em que se concebe como pressuposto fundante do conceito a ideia de que carrega consigo uma leitura da história organizada mediante sua relação intrínseca de vínculo com uma interpretação do presente em vista de um *horizonte de expectativa*¹⁸ à nação, âmbito político-cultural unitário associado a este caso em questão para o qual é projetado um futuro.

Justamente por se tratar, enquanto pesquisa, da análise de discursos intelectuais referentes à nação como objeto reflexivo principal, o método de abordagem que orienta esta análise dirige-se, sobretudo, a esclarecer os fundamentos conceituais que assentaram os escritos dos autores em foco de modo a revelar suas concepções sobre história, sociedade e, a partir dessa referência, identificar e analisar as configurações teóricas que a nação e a identidade nacional correlata à sua representação assumem em seus discursos interpretativos, ambientados no contexto específico de debates das décadas de 1920 e 1930 no país. Este cenário, para além da possibilidade aproximativa de comparação que oferece à hermenêutica das obras dos dois autores, é marcado fundamentalmente pelo signo de transformações orgânicas então em curso

¹⁶ Cf. GOMES, Angela de Castro. A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, 2010, p. 296-97.

¹⁷ Cita-se como referência esta expressão no modo como é trabalhada na leitura de Raphael Guilherme de Carvalho sobre a (auto)representação de Sérgio Buarque de Holanda na obra “Tentativas de Mitologia”. Sobre isso, consultar: CARVALHO, Raphael Guilherme de. *Tentativas de Mitologia* (1979), escrita de si e memória de Sérgio Buarque de Holanda. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 62, p. 701-720, setembro-dezembro de 2017.

¹⁸ Cf. KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica política dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006, capítulo 14, p. 305-327.

na fisionomia social, econômica, política, cultural e intelectual da nação, desde a urbanização e incipiente impulso de industrialização à emergência de novos atores sociais e políticos e à produção de novas modalidades de interpretação crítica da nacionalidade, estabelecendo, desse modo, um período de relevante moldura para a análise intelectual, conforme aponta a historiografia especializada¹⁹.

Nesse sentido, nossa perspectiva teórico-metodológica aproxima-se ao campo de análise da História intelectual sob o propósito investigativo de interrogar e ler de modo conjunto, nas fontes selecionadas neste trabalho - relativas ao *corpus* discursivo das interpretações sobre a nação, conforme já exposto -, aspectos da história brasileira que a decodificação da produção intelectual como meio privilegiado de análise permite conhecer²⁰, fundamentalmente em termos dos parâmetros conceituais e dos horizontes de pensamento que (de)marcaram a cena de um determinado contexto histórico, tanto no sentido estrito da produção de uma obra, quanto no âmbito mais geral do horizonte temporal e sociocultural do período referido. O passo que desenvolveremos nesta análise é o de trabalhar com os parâmetros que fundamentaram as interpretações em foco sobre a nação, de modo a ler os autores a partir da inserção e mobilização teórica dos postulados em voga em seu contexto, o Brasil dos anos 1920 e 1930. Mais do que a interface temática contextual - do processo de construção nacional - como primeira camada disposta na análise comparada entre os autores, âmbito que permite verificar as relações de aproximações e dissonâncias em seus diagnósticos e prognósticos sobre a sociedade brasileira, como a crítica especializada vem apontando, o nexos político do contexto de produção da obra, enquanto *objeto-chave* da história intelectual²¹, com o ambiente social é

¹⁹ Conferir, a esse respeito, o enquadramento sobre as transformações ocorridas no retrato do Brasil entre as décadas de 1920 e 1940 proposto em: FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 12ª edição [1994], p. 389-394. Consultar também as seguintes análises sobre o período a partir da perspectiva de reflexão conceitual e intelectual sobre o período: ABREU, Luciano Aronne de. Nacionalismo, autoritarismo e desenvolvimento no Brasil de Vargas. *MÉTIS: História & Cultura*, v. 13, n. 26, jul./dez. 2014, p. 171-184; NICOLAZZI, Fernando. Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre *Casa-grande & senzala* e a representação do passado. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2008, 399 f; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira (1978). In: LYNCH, Christian Edward Cyril (org.). A imaginação política brasileira: cinco ensaios de história intelectual. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 119-164.

²⁰ Remete-se aqui à leitura feita por Carlos Altamirano de que toda a abordagem calcada no âmbito historiográfico-metodológico da História intelectual “privilegia certa classe de fatos - em primeiro lugar, os fatos do discurso - porque eles dão acesso a uma decifração da história que não pode ser obtida por outros meios e porque proporcionam pontos de observação únicos sobre o passado”. Ver: ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História intelectual. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 11.

²¹ Subscrevemos à leitura de Carlos Henrique Armani, apoiada em Dominick LaCapra, sobre o ofício do historiador intelectual se deparar com “a interpretação constante de textos (canônicos ou não)” na qual se dedica a “desvelar significados”, inscritos sob determinada forma no contexto histórico específico a que se vincula como produção datada. Conferir a esse respeito: ARMANI, Carlos Henrique. Reflexões sobre o contexto na história intelectual: entre a virada linguística e o novo materialismo filosófico. *Tempos Históricos*, vol. 19, 1o semestre de 2015, p. 81.

entendido a partir do uso dos parâmetros que informam as teorias e linguagens marcantes de determinado cenário histórico.²²

Nesse quadro, a mobilização de parâmetros de concepção organicista sobre a sociedade e a organização da nação como “organismo social” naquele período incidem como nexos analíticos sobre a plataforma de crítica ao liberalismo como modelo de ordenação institucional da vida coletiva e, sobretudo, a seu modo de (des)integração da sociedade, em um cenário internacional de ampla crítica a seu sistema político e econômico. Por essa razão, para explorar os fundamentos da crítica organicista ao liberalismo como modo de organizar a sociedade enquanto nação, buscamos avançar em relação aos trabalhos da historiografia tendo em vista a consideração basal de que o estudo do processo de construção nacional tematizado pelas operações interpretativas de Vianna e de Holanda requer o exame das diferentes concepções de história a respeito da tessitura dos caminhos por ele projetados à nação brasileira, de modo a investigar *por trás* dessas diferenças uma noção compartilhada de tempo histórico progressivo de sentido formativo em suas construções discursivas, sendo este um denominador comum que regula suas interpretações da nação.

Sob o influxo desta ideia-chave como linha de argumentação, noções correlatas como “formação”, *progressividade* do processo histórico-social, desenvolvimento, evolução, sistema, quadro, formas de vida, desaparecimento e crescimento permeiam, em conjunto, as operações interpretativas de Vianna e de Buarque de Holanda em mote sistematizador e sugerem, quando lidas em cotejo, conforme o escopo proposto por esta tese, um horizonte confluyente conferido à trama de organização social brasileira. Em seu raio de ação, denota-se como aspecto chave a camada organicista de significado que projetava a necessidade de sistematização da sociedade como processo de(re)construção - e “evolução” - da nação face a uma entidade coletiva mais integrada e sólida. É este prisma que destacamos em nossa análise ao proceder à interpretação das reflexões dos autores em um contexto organicista de apreensão da nação, mobilizado como molde à agregação da identidade nacional.²³

²² Marcelo Jasmin e João Feres Júnior observam, a partir do pressuposto teórico-metodológico do enfoque de John Pocock dentro do escopo da interpretação que fazem dos métodos da História dos Conceitos, que “um determinado autor sempre deve ser estudado em relação às linguagens políticas de sua época e de seu contexto”, de modo que a interação entre texto (autor) e contexto é mediada pelo âmbito das linguagens, teorias e postulados dispostos e mobilizados em cada contexto histórico (intelectual e linguístico) particular. Ver: JASMIN, Marcelo Gantus & FERES JÚNIOR, João (orgs.). História dos conceitos: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006, p. 20.

²³ Cabe aqui breve referência ao organicismo - que será trabalhado de forma mais detida como tema em nosso primeiro capítulo - como teoria de organização da sociedade e da cultura que as concebem em analogia a um organismo vivo, concepção que se cristaliza na ideia de que a nação como entidade unitária da vida coletiva possui

O sentido agregador e organicista que emana deste processo histórico conotado como de florescimento do nacional, tendo em vista a fixação da nação como âmbito de integração da coletividade, solicitava a sistematização do conjunto social em forma de harmonização, procedimento que, segundo a nossa hipótese de trabalho, pode ser mais bem compreendido em sua faceta discursiva a partir de sua mediação pelo organicismo como postulado teórico referencial. Neste registro, embora suas leituras da história interpretem e ressaltem diferentes dimensões da realidade (de ênfase política em Vianna e sociocultural em Holanda), a escrita histórica revela um diagnóstico aproximado sobre a sociedade que a apreende como nação inarticulada, permeada por tradições particularistas que conceituam práticas sociais e políticas de expressão cordial e personalista como anteparos ao sentido de solidariedade coletiva.²⁴

Subjaz, nos dois casos recolhidos em análise, um entendimento da nacionalidade disposto enquanto conceito orgânico desde a analogia estrutural da sociedade como organismo (em expressão nacional), aspecto que implica no retrato da falta de laços de solidariedade coletiva apontado em uníssono pelos autores em suas interpretações da história brasileira. Este diagnóstico acerca da inorganicidade da vida coletiva no âmbito cultural e nas relações sociais no país sinaliza um fio argumentativo confluyente entre os autores que parte de um imaginário de identidade orgânica, sendo este o elemento considerado decisivo para efeito da nossa análise: trata-se, com efeito, da presença de uma concepção organicista como postulado interpretativo da realidade social. Enquanto concepção da vida social que rege a interpretação do processo histórico nacional nos dois autores, explica-se por meio desta lente a leitura da falta de correspondência do repertório das instituições políticas com o meio social e a cultura como expressão de identidade no país, ao mesmo tempo que este descompasso histórico elementar conforme observado em suas críticas justifica, do ponto de vista analítico, sua tomada como baliza para o nosso propósito da comparação.

Seguindo o estudo desta linha condutora da tese, revelam-se os sentidos que a concepção organicista assume nos modos de configuração particulares conferidos a ele pelos autores. A interpretação de Sérgio Buarque, voltada à análise da realidade sociocultural, denota, ao sublinhar a imagem do “homem cordial” como emblema das relações entre indivíduo e sociedade na cultura brasileira, a fragilidade, desarmonia e inorganicidade da vida nacional.

certa sistematicidade (*orgânica*) e linha de formação e desenvolvimento que se revelam na particularidade de suas demandas e necessidades “vitais”, a qual a política como dimensão (externa, segundo a leitura organicista) deve se adaptar para o funcionamento da vida social.

²⁴ Em uma das passagens mais cristalinas acerca da leitura do particularismo como métrica das relações sociais no país, Sérgio Buarque afirma, em *Raízes do Brasil*, o traço de “predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1976 [1936], 9ª edição, p. 50.

Deste retrato fisionômico do país, sobressai o discurso de uma cultura atravessada pelo lastro do “desterro”, isto é, pelo desacordo entre a terra considerada como elemento orgânico fixado e a cultura como ordem de relações de pertencimento e enraizamento identificatório gestadas em torno dela. Assim se explica, por exemplo, o diagnóstico conhecido formulado em *Raízes do Brasil* de que “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.²⁵ Inexistiria, segundo o autor, uma vida cultural orgânica no país, o que refletiria, desde sua concepção desenvolvida ao longo dos artigos que publicou na década de 1920 à produção do ensaio *Raízes*, na afirmação da ausência de um caráter nacional como manifestação da identidade brasileira, aspirada, por premissa, como singular e autônoma em sua escrita.

No caso de Oliveira Vianna, por sua vez, como a análise orientada à interpretação da sociedade é representada por meio da política como campo privilegiado para os fins de ordenação da vida nacional, seus diagnósticos da sociedade inorgânica em termos da falta de vínculos sociais e políticos solidários e, em correlação, da falta de congruência entre o edifício institucional do país e o substrato cultural da nacionalidade como fundamento se desdobram na perspectiva de construção do Estado como ator responsável pelo processo de organização social. Conforme emana de sua interpretação da formação histórica nacional, cabe ao Estado postulado enquanto força organizada constituir a sociedade de ossatura e articulação, sob o parâmetro de organicidade de sua unificação centralizada. Revela-se, portanto, a dimensão política crucial aspirada como proposta de intervenção na realidade.

Estudar os sentidos que o organicismo toma em suas interpretações do processo histórico nacional, desde a leitura do complexo formativo do país ao prognóstico dos caminhos traçados e aspirados para a reconstrução da nação em termos de sua maior integração social, constitui a ordem de reflexão desta tese. Para atender a este objetivo de investigação, a estrutura está organizada da seguinte forma: *i)* o primeiro capítulo, designado “*Intersecções organicistas: os sentidos e caminhos do organicismo nas perspectivas de ‘construção’ da nacionalidade em Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, anos 1920-1930*”, examina e demonstra as relações de confluência e dissonância existentes nas concepções organicistas trabalhadas por Vianna e Buarque de Holanda em relação às dimensões político-social e cultural de construção da nação, de modo a estabelecer a particularidade de suas visões acerca da nacionalidade brasileira; *ii)* o segundo capítulo, intitulado “*Oliveira Vianna, a História como ‘arquivo das experiências’ na interpretação política da nação*”, analisa de modo detido os pressupostos teóricos organicistas e nacionalistas que configuram a compreensão da história re-

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 3.

lativa ao processo de formação nacional apontado por Vianna em suas obras; e *iii*) o terceiro capítulo, denominado “Sérgio Buarque de Holanda, lentes organicistas de articulação da nacionalidade brasileira em dois cenários interpretativos (anos 1920-1930)”, procura elucidar e compreender o espectro de continuidades e descontinuidades interpretativas existentes na produção intelectual do intérprete em seus textos da década de 1920 a 1930, tendo como chave de leitura sua mobilização de concepções organicistas orientadas à dimensão cultural da nação.

Com base nessa estrutura formal, pretende-se fornecer um quadro aprofundado das analogias, confluências e dissonâncias que (de)marcam as compreensões organicistas das leituras de Vianna e de Buarque de Holanda, a propósito de suas configurações teóricas da nação. Em meio à análise das particularidades de suas construções discursivas da nação, torna-se possível verificar os diferentes modos de interação contextual da compreensão histórica sobre a sociedade de seu tempo a partir da chave compartilhada dos organicismos, no plano de associação aos caminhos do processo histórico de formação da nacionalidade por eles diagnosticados.

1 *Intersecções organicistas: os sentidos e caminhos organicistas nas perspectivas de “construção” da nacionalidade em Oliveira Vianna e Sérgio Buarque, anos 1920-1930*

Os historiadores transfixados no evento e nas origens da nação nunca indagam, e teóricos políticos possuídos pelas totalidades “modernas” da nação [...] nunca fazem a pergunta essencial sobre a representação da nação como processo temporal.

Homi K. Bhabha, “O local da cultura”²⁶

I. Introdução: a nacionalidade como “organismo social” em formação

Temos como objetivo principal investigar como se processou a utilização de concepções organicistas como matriz das interpretações sobre a nacionalidade brasileira nos discursos intelectuais produzidos por Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), dois destacados autores que se projetaram no cenário de debates acerca da formação da nação no Brasil a partir da década de 1920. Para tanto, deve-se começar por destacar como suas produções se inscreveram historicamente no ambiente intelectual dos anos 1920/1930, propondo compreendê-las como modalidades organicistas de pensar a problemática de formação da nacionalidade no contexto de debates em que ambos os autores participaram.²⁷

Na conjuntura histórica das primeiras décadas do século XX, foi corrente entre os intelectuais brasileiros a produção de interpretações sobre o país que tiveram como sentido político e cultural basilar pensar a nação como unidade referencial a partir da qual se estabelecia a leitura histórica de seu processo formativo, em concepção que articula uma interpretação do passado *nacional* à projeção, sob o influxo da diacronia armada pela compreensão da história, de um horizonte de futuro coeso aspirado ao país. Este período que contempla os princípios dos anos 1900 e marca a emergência de uma diversificada reflexão intelectual elaborada na

²⁶ Cf. BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, 3ª reimpressão [1998], p. 202.

²⁷ Circunscrevemos nossa análise aos escritos e obras destes autores que compõem o período dos anos 1920 e 1930, tendo em vista a vinculação reflexiva deste *corpus* discursivo à temática de construção da nação, o problema de pesquisa fundamental que conduz nossa investigação e configura, nesse sentido, o critério de seleção das obras. É em torno deste material que se investiga a relação de utilização das ideias organicistas (operadas a partir de diferentes modelos de organicidade) em nexos com a(s) perspectiva(s) de construir a nacionalidade brasileira em Oliveira Vianna e em Sérgio Buarque, na medida em que oferece subsídios como campo para realizar a nossa proposta de investigação. No caso específico da produção intelectual de Vianna, na medida em que seu enfoque se volta, a partir dos anos 1930, à reflexão mais concentrada no âmbito de problemas político-jurídicos e de ordem institucional, nossa análise concentra-se na produção do autor até o ano de 1930, como ficará mais claro na discussão realizada no capítulo dois desta tese.

forma de ensaios abrangentes sobre a experiência histórica brasileira²⁸ deve ser inserido em um contexto mais amplo marcado por eventos significativos de mudanças da sociedade brasileira desde a virada do século, tais como a Abolição da escravidão, em 1888, a Proclamação da República, em 1889²⁹, a experiência de superposição de diferentes e *novos* ideários políticos que passaram a circular no cenário intelectual do período da chamada Primeira República brasileira, assim como a paisagem de urbanização crescente do país em curso a partir daqueles anos.

É nesse contexto de transformações de sentido modernizador do país que se deve compreender o campo teórico de problematização de questões sociais, políticas, econômicas e culturais então emergentes sob o eixo de uma expressão *nacional*, âmbito a partir do qual esse complexo de mudanças sociais foi tematizado pelos autores já citados como parte do processo concebido como de (re)construção da nacionalidade. Constituíam-se no cenário daqueles anos um quadro interpretativo marcado pela produção de discursos de diferentes intelectuais que discutem a questão da “nacionalidade”, categoria invocada como problemática central tratada nos debates do período, a qual abriu um campo de disputa representacional acerca dos sentidos históricos atribuídos à experiência social do país e à leitura da psicologia social específica do “povo brasileiro”, articulados enquanto processo de *formação* nacional que liga o passado ao presente nas bases de uma diacronia de projeção dos *destinos* da nação.

Esta era uma ideia recorrente no debate brasileiro a partir da virada para o século XX.³⁰ A nação era abordada a partir de uma perspectiva naturalista e organicista acerca do destino dos povos, categoria associada ao âmbito – naturalizado – da nação. Ao conceito de povo como referente social era fixada a ideia de *corpo* da nacionalidade. A título de exemplo, tomando-se

²⁸ Pode-se arrolar como exemplos o conjunto de manifestos artístico-culturais da década de 1920, os ensaios de interpretação nacional que marcam o arco dos anos 1920 a 1940 e as obras cujo caráter acentuado de programa político de caráter nacional (no sentido de projetos de reorganização do país) que surgem a partir dos anos 1910 como demonstrativos desse horizonte histórico de repensar - e sob a aspiração de refundar - a nação partindo do estudo de seu processo de formação, conforme foi categorizada sua experiência histórica.

²⁹ Estes dois eventos são articulados na interpretação da história nacional feita por Sérgio Buarque como marcos da transição do país para um novo tempo social. Sobre isso, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 2014, 27^a edição, capítulo 7.

³⁰ Silvio Romero atentou para o plano de mobilização do tempo histórico nacional quando, no contexto de recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, em discurso pronunciado em 18 de dezembro de 1906, formulou a expressão “bando de ideias novas” para conotar a experiência de superposição desordenada entre diferentes ideários e temporalidades no país que se atravessavam no sentido de construir outro cenário social - postulado como “moderno” - no país. As ideias eram pensadas, para além de seu conteúdo técnico e formal, como representações de um novo tempo nacional. Ver: ROMERO, Silvio. *Provocações e debates*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1910, p. 359.

dois escritos publicados, respectivamente, por Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda entre os anos 1920 e 1930, a obra “Pequenos estudos de psicologia social” (1921) e o longo artigo intitulado “Corpo e alma do Brasil” na revista *Espelho*, do Rio de Janeiro, de março de 1935, é observável em ambos os estudos o viés de leitura com acento da psicologia social para identificar e interpretar um suposto modo de ser nacional. No caso específico de Sérgio Buarque, o autor formulara neste texto, um ano antes da publicação de *Raízes do Brasil* (1936), a noção de “cordialidade”, em sugestiva seção designada de “Psicologia do nosso ‘homem cordial’”. Em termos de compreensão da escrita da história nacional, pode-se dizer que o elemento central que une as diferentes abordagens da nacionalidade estabelecidas pela intelectualidade do início do século XX é o esforço interpretativo investido na operação simbólica de projetar sobre o passado o sentido de fundação das bases da nação, de modo que a reconstituição histórica contida nas variadas análises do passado existentes deve ser entendida sob o preceito de sua inscrição nas diferentes formas de imaginar a nacionalidade e de postular uma identidade ao povo no tempo presente da escrita.

Esta elaboração discursiva de natureza simbólica e política fundacional levada a termo por vários intelectuais como Sílvio Romero, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Manoel Bonfim, Oliveira Vianna, Alceu Amoroso Lima, Sérgio Buarque de Holanda, entre tantos outros pensadores, no arco das discussões brasileiras das primeiras décadas do século XX recorreu à História como ferramenta recursiva para interpretar a experiência social como formadora de um “caráter” nacional, transfigurando-o em pressuposto de leitura e eixo de compreensão da escrita histórica. A apreensão da experiência histórica como produtora de uma identidade caracterizava-se por não remeter a algum acontecimento fixo e delimitado, mas afirmava (naturalizando, na prática argumentativa) a transversalidade de uma trajetória diacrônica que entrelaça passado e presente sob o significado prospectivo - e panorâmico - relativo à ideia de “formação” nacional, em operação que coaduna a retrospectiva concernente à interpretação histórica à prospecção de contornos de definição identitária.

Pode-se constatar no exame dessa concepção de escrita da história nacional em jogo a ideia de sociedade que a fundamenta e que pode ser sintetizada metaforicamente como a expressão de um *organismo* análogo à formação de um ser vivo. Compreender a nacionalidade como um organismo social em formação denota como havia uma noção organicista de base que qualificava a sociedade, para estes diferentes intelectuais, como entidade orgânica ou em busca de sua organicidade, no sentido da organização de uma comunidade estável e coesa, integrada

e solidária, como fora pensado concretamente nos casos de Oliveira Vianna e de Sérgio Buarque. Em torno dessa preocupação compartilhada por eles sobre a articulação do conjunto social nacional em termos de maior organicidade e solidariedade social, a história do país foi lida como trajetória ascendente dotada de um sentido formativo de nação. Era este o terreno a partir do qual a construção nacional era interpretada e aspirada a partir da operação de diferentes formas de organicidade, cujo fundamento era promover a integração da sociedade enquanto projeto que designa a possibilidade de fazer aflorar a nacionalidade como organismo.

Como será trabalhado ao longo do capítulo, compreendemos as mobilizações organicistas nos pensamentos de Oliveira Vianna e de Sérgio Buarque enquanto modos de fundamentação da realidade nacional pensando-a como dotada de uma fisionomia histórica e identitária “própria”, em busca de sua organicidade, à luz da metáfora orgânica da sociedade como organismo. As interpretações sobre a nacionalidade brasileira que se encontram em escritos e obras dos autores nas décadas de 1920 e 1930 permitem vislumbrar o espectro de usos amplos e recorrentes que ambos fizeram de concepções organicistas, manejadas em cada autor à sua maneira, para conceber o processo de construção nacional e postular uma identidade coletiva ao país. É neste campo de análise permeado pelas diferentes interpretações do organicismo como leitura de organização da sociedade e da cultura no pensamento destes autores, em que pese sua mobilização comum no sentido de promover um sentido coletivo mais orgânico e articulado nos laços tecidos entre os membros da nação, que nos interessa averiguar seu desenvolvimento em paralelo, tendo como base as diferentes dimensões do real concebidas como substanciais pelos autores para desencadear este processo de transformação da sociedade. Em Oliveira Vianna, trata-se mais precisamente da conotação de um organicismo político, enquanto para Sérgio Buarque, a moldura investida em seu organicismo é, antes de tudo, cultural, conforme será discutido nas próximas páginas deste estudo.

A referenciação acima feita das variadas expressões que as concepções organicistas recebem nas interpretações em estudo, sob o ângulo das esferas específicas da realidade que foram destacadas, tem menos o sentido de criar categorias estritas de análise do organicismo e mais o propósito de compreendê-lo em seu aspecto polissêmico de teorização, o qual avança na direção semântica de diferentes modos de argumentação de como se processa historicamente a constituição da nacionalidade como organismo social dotado de uma fisionomia própria, segundo os autores aqui mobilizados. Nesse sentido, cabe referir que o que estava em jogo no

contexto de discussão intelectual do Brasil das primeiras décadas do século XX era a necessidade amplamente diagnosticada de formar a nação (o *Brasil nação*, como imagem em síntese)³³ como constructo prospectivo articulado à interpretação de um modo de “ser” orgânico à nacionalidade, ideia que é naturalizada mediante a prefiguração de um espaço histórico-cultural evocado pela noção de nacionalidade em formação, ou seja, ainda por ser construída e organizada. O organicismo era, assim, mobilizado pelo pensamento dos autores como concepção expressiva de elo entre a interpretação histórica e a compreensão da sociedade sob o plano de articulá-la como nação, em prol da afirmação de uma leitura de identidade.

Não se trata, aqui, de perscrutá-lo em seu aspecto mais abstrato de doutrina sociológica ou mesmo de fundamentá-lo sobre uma tradição genealógica do pensamento social enraizada no século XIX, recorte que certamente levaria a tese a outros caminhos analíticos e a um diferente enquadramento teórico-metodológico, distantes do escopo que conforma o nosso objetivo de análise específico. Importa-nos, portanto, estudar as mobilizações concretas de concepções organicistas para efeito discursivo das articulações da identidade nacional nos escritos de interpretação do Brasil. A título de exemplificação da modulação da interpretação histórica a que nos referimos, feita sob a visão do postulado organicista, Alberto Torres (1865-1917), ensaísta referencial³⁴ e político atuante no contexto da experiência da Primeira República brasileira (1889-1930), apontou no início dos anos 1910 o pressuposto de *continuum* temporal que alimentava a ideia de configuração histórica da nação no Brasil, a qual perpassa as dimensões político-institucionais e culturais desse fenômeno, ao expressá-lo da seguinte maneira:

A “nação brasileira” é, assim - num primeiro sentido superficial - *a associação dos indivíduos e famílias que habitam o Brasil* com ânimo de permanência, protegidos pelo conjunto dos órgãos da sua política: o “Estado”; formando, sobre seu *habitat* territorial: o “País”, graças à consciência de uma continuidade histórica de heranças morais e materiais e de uma simpatia e comunidade entre os vivos”.

O tema da constituição da “nação brasileira” foi abordado neste contexto de discussão, como se percebe no excerto acima, como problemática de formação a partir do qual o pensamento social organizou a ressignificação do passado à luz do apelo à noção de uma co-

³³ Esta expressão é título de uma obra interpretativa sobre a realidade brasileira feita por Manoel Bonfim (1868-1932). Ver: *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

³⁴ Alberto Torres foi mobilizado como referência teórica comum na análise da nacionalidade brasileira nas obras de Oliveira Vianna e de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1930. De Vianna, pode-se citar o livro “Problemas de política objetiva”, de 1930. De Sérgio Buarque, citamos seu ensaio lançado em 1935, “Corpo e alma do Brasil” e sua obra “Raízes do Brasil”. No ensaio referido, Sérgio Buarque dedica um tópico inteiro ao autor intitulado “Atitude livresca de Alberto Torres”. Torres, para além de intérprete do país, foi um intelectual e político reconhecido no Brasil de princípios do século XX, fato atestado, por exemplo, em sua assunção como sócio efetivo do IHGB, instituição de amplo prestígio nacional, sobretudo naquele período.

nsiência histórica nacional. Este tornava-se parâmetro para a construção da nacionalidade fundamentando-a em uma ligação histórica e memorial com o passado preenchido de “heranças” que adquirem o estatuto transcendente de referência temporal contínua para conduzir a tarefa de moldar o país. A nação, segundo essa perspectiva, é o todo social orgânico - a “associação”, a que se refere concretamente Torres - cuja existência tem por premissa a articulação da continuidade histórica como princípio da produção de uma memória coletiva que opera enquanto consciência nacional, formadora de uma identidade nacional perspectivada como meta cultural dos discursos dos intelectuais, assim como horizonte da ação política figurada a partir desse marco de sentido nacionalista. Esta mesma percepção da continuidade histórica como sentido (e sentimento) orgânico profundo que robustece a ligação cultural que molda a nação foi assinalada por Oliveira Vianna (1883-1951) alguns anos depois, em seu discurso de recepção como sócio efetivo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1924:

É que tendes muito ampla, senhores [do Instituto], a noção desse contínuo *devenir*, que é a evolução de uma nacionalidade, e muito profundo o sentimento da solidariedade das gerações, muito viva a consciência da nossa continuidade histórica. O passado e o futuro são ambos, por isso mesmo, sagrados para vós; ambos formam os pólos das vossas afeições.³⁵

Alceu Amoroso Lima (1893-1983), outro importante intelectual que se colocou no âmbito de debates sobre a nação nas primeiras décadas do XX, sintetizou essa mesma temática a partir da metáfora da “construção nacional”, em uma perspectiva histórico-memorial que preconizou, em texto publicado na *Revista do Brasil* ainda na década de 1910, a necessidade de edificar uma identidade coletiva atinente ao processo de formação do nosso “povo em infância”. Em outras palavras, o sentido proposto era dar organicidade a esse processo de vinculação orientada do presente com o passado histórico:

Somos um povo em infância, somos nós os fazedores do passado, não há dúvida, mas não poderemos levar avante a nossa missão se desprezarmos o que para nós constitui o passado da pátria. A perspectiva das origens é um elemento primordial dos povos em formação; e é pela memória do passado que deve começar a obra da construção nacional.³⁶

O anseio de moldar a nação formulado nessa passagem por Amoroso Lima como ideia-tarefa era delineado por via da interpretação da História como conhecimento das “origens”,

³⁵ Cf. VIANNA, Oliveira. O valor pragmático do passado. In: VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª edição aumentada, 1939 [1927], p. 354.

³⁶ LIMA, Alceu Amoroso. Pelo passado nacional. *Revista do Brasil*, São Paulo, n. 9, ano I, setembro de 1916, p. 14.

concebida como saber condutor deste processo intelectual a ser empreendido sob as dimensões da produção de uma memória coletiva sobre o passado de uma nação em formação e da compreensão da progressividade do tempo vinculada à problemática da organização do “povo” como realidade contínua e referencial: trata-se, como se pode perceber na passagem, da organização de uma consciência nacional apoiada em uma concepção progressiva do tempo que predispõe ao passado a função de ser o elemento delimitador das “origens” da nação, as quais prefiguram o sentido plasmador das balizas de fundação simbólica do nacional, sendo o povo o seu sujeito político entificado. Nota-se que essa concepção de temporalidade progressiva não supõe linearidade no sentido de ruptura na feitura da nação; de outro modo, ela incumbe o presente de ser o tempo responsável, a partir da “memória do passado” que o perpassa e acumula, pela tarefa de construção nacional como expressão prospectiva de complementação do processo histórico-evolutivo do país. Está-se diante das apreensões do tempo histórico, articulado mediante o contributo de categorias como “heranças”, “origens” e “formação”, as quais entrelaçam passado/presente/futuro a propósito da produção de sentidos balizadores da nacionalidade.

A essa leitura da experiência formativa nacional sustentada em uma temporalidade progressiva (no sentido de manifestar o florescimento gradativo do nacional) orientada à construção do país, soma-se a concepção de o Brasil ser lido organicamente como uma *nacionalidade nova*, um país de “povo jovem”³⁷ cuja história independente recente colocava o desafio de sua afirmação identitária enquanto nação, isto é, de seu ingresso na “maturidade”, segundo essa linha argumentativa organicista. É neste âmbito de conceitualização da vida social que o organicismo foi invocado por diferentes autores (entre eles, Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda) como concepção teórica articuladora a partir do qual se pensa, organiza e molda a compreensão do processo histórico de delimitar a trajetória de curso ascendente de uma totalidade nacional “em formação”, para o qual se desdobrava o apontamento de prover organização, coesão e maior organicidade à sociedade.³⁸ Com isso, quer-se dizer que suas

³⁷ Noção formulada por Alberto Torres em “O problema nacional brasileiro”, *apud* FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1985, 6ª edição, vol. 2, p. 671.

³⁸ A título de exemplificação do manejo do organicismo na escrita da história nacional, a interpretação da história do Império brasileiro feita por Oliveira Vianna foi emoldurada como período a partir de uma lógica historiográfica regida por uma concepção de tempo progressivo de construção da organização política e social monárquica, o que pode ser atestado formalmente como “fases” orgânicas nas seguintes partes do livro *O ocaso do Império*, de 1925: (i) na *primeira parte*, denominada “Evolução do ideal monárquico-parlamentar”; (ii) na terceira parte, denominada “Gênese e evolução do ideal republicano”; e, por fim, (iii) na *quinta parte*, intitulada “A queda do Império”. Consultar: VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925. Sérgio Buarque de Holanda, intelectual que assim como Oliveira Vianna forma parte do objeto de pesquisa desta tese, explicitou concepção organicista similar aplicada ao ponto de vista do entendimento da sociedade ao se referir à

formulações sobre a nação estavam ancoradas em apreensões do organicismo como teoria disposta para a afirmação da identidade brasileira, tendo em vista os diagnósticos conceituais análogos de Oliveira Vianna e de Sérgio Buarque de Holanda apontarem, respectivamente, a “insolidariedade social” e a “cordialidade” como dois modos de ler a falta de coesão e a inorganicidade existentes em nossa sociedade, desde a relação entre o indivíduo e o social.³⁹ Inexistiria, segundo esta confluência central que pode ser verificada em suas análises da realidade brasileira, um lastro sólido de solidariedade social no país, e o apontamento desta incapacidade de articulação dos brasileiros no plano coletivo era considerada um obstáculo resiliente ao processo de construção da nacionalidade.

As interpretações empreendidas por Oliveira Vianna e Sérgio Buarque sobre a formação histórica cultural e política do “povo” inscrevem-se neste contexto de debates dos anos 1920 como leituras acerca da nacionalidade realizadas sob as analogias orgânicas de concepção do social como da ordem de um “vasto organismo”, conforme foi referido por Vianna, ou da composição de “um todo perfeito de partes tão antagônicas” assentado em “um mundo de essências mais íntimas”, na proposição de Buarque de Holanda.⁴⁰ Em ambos, a metáfora corpórea evocada pela mobilização do organismo o formaliza como postulado referencial aplicado à análise histórica e social da “fisionomia”⁴¹ do Brasil, invocada pelas noções de “nacionalidade” e de “povo”. É deste terreno de análise compartilhado pelos autores que se deve partir para vislumbrar teoricamente a particularidade de suas perspectivas organicistas, as quais elaboraram a problemática da nação a partir de enquadramentos que deram formas distintas às interpretações organicistas presentes nas concepções do nacional caras a seu contexto, conforme aludimos em breve referência a alguns dos autores que compuseram a rede intelectual das primeiras décadas do século XX. Em meio a essas diferenças, mostraremos como suas compreensões da organicidade postulada à nação baseiam-se em dimensões es-

nação como a composição de “um todo perfeito de partes tão antagônicas”. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 27ª edição, 2014 [1936], p. 224.

³⁹ A aproximação analítica entre estes respectivos conceitos dos dois autores acima referidos foi apontada em estudo feito por Ângela de Castro Gomes, que se deteve no exame das confluências nos diagnósticos sobre o Brasil formulados por estes intelectuais. É, assim, um trabalho de referência para a interpretação que realizaremos neste capítulo. Consultar: GOMES, Ângela de Castro. A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. XLI (2010), p. 291-304.

⁴⁰ Cf. VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Editora Monteiro Lobato & Cia., 1920, p. IV; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 224.

⁴¹ Através da noção de fisionomia, concebia-se a existência de um quadro nacional de conjunto que apresentaria determinada forma social. Para Sérgio Buarque, a partir do uso desta noção mobilizada, pode-se deduzir que seu pressuposto implícito é a compreensão de que a sociedade apresenta uma forma nacional em busca de sua organicidade. A noção de fisionomia implica, por suposto, a ideia de um conjunto social que seria característico da nacionalidade. Sobre isso, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 91-92.

pecíficas da realidade que fundamentam a plataforma de suas análises, no sentido da configuração dada ao modo de articulação entre as partes do real visando ao “todo orgânico” nacional como saldo. Na articulação proposta pelo organicismo de Oliveira Vianna, destaca-se a centralidade do âmbito sóciopolítico que o estrutura, em face da primazia que a dimensão sociocultural possui na abordagem delineada por Buarque de Holanda.⁴²

O que nossa interpretação procura demonstrar ao longo deste capítulo é a possibilidade de ler suas abordagens da nacionalidade à luz da observação dos usos do organicismo, configurado sob diferentes interpretações e roupagens como marco compartilhado que atravessa suas concepções acerca da nação brasileira. Tanto Oliveira Vianna quanto Buarque de Holanda leram a história brasileira enquanto trajetória de constituição da nacionalidade (no âmbito político e cultural) e lidaram com o organicismo enquanto lastro teórico a partir do qual a acepção de uma identidade da sociedade brasileira foi articulada. Este é o fio condutor que os une e, na mesma medida, discerne-os teórica e politicamente: é, com efeito, uma linha de análise organicista que conduz suas releituras da história brasileira e seus entendimentos acerca dos modos fragmentários de articulação da sociedade, assim como orienta os rumos que ambos postulam sobre o desenvolvimento em escala progressiva de um sentido de nação mais solidário e integrado. Em suma, a compreensão das confluências entre os sentidos organicistas mobilizados por Oliveira Vianna e por Buarque de Holanda, assim como a opção por analisar os caminhos distintos que deles se abrem em termos de perspectivas projetadas para a nação, permitem estabelecer um campo de diálogo em que ora emergem aproximações e ressonâncias, ora distanciamentos radicais, como se verá nos próximos tópicos deste texto.

1.1 Os sentidos confluentes dos organicismos em Oliveira Vianna e Sérgio Buarque

A partir do pressuposto de articulação entre uma concepção de tempo histórico progressivo e a tematização da *construção* da nacionalidade entendida como organismo social em formação, estabeleceram-se diferentes hermenêuticas de ordenamento do processo histó-

⁴² Com isso, cabe ressaltar que não queremos assinalar a existência de uma dicotomia cerrada entre os modos de pensar dos autores, de modo a negar, por suposto, a presença de uma reflexão cultural em Oliveira Vianna e/ou de uma abordagem de caráter político na interpretação de Sérgio Buarque. O que pretendemos colocar é que há, a nosso ver, como dimensão fundamental de suas análises a reflexão desdobrada sobre âmbitos distintos da realidade a partir do qual se articulam as suas diferentes concepções de organicismo, a saber: para Vianna, caberia à política como instância do real a tarefa de organizar a sociedade e dotá-la de organicidade e coesão nacional até então inexistentes, segundo seu diagnóstico; para Sérgio Buarque, a trama da realidade é processada a partir de uma abordagem de enfoque sobretudo sociocultural que pensa a possibilidade de transformação histórica e social a partir de uma reconfiguração da identidade nacional, e de sua forma cultural correspondente, em ordem de construir uma nova organicidade.

rico nacional para as quais o organicismo foi considerado elemento teórico aglutinador. É importante referirmos que a metáfora da “construção” utilizada para compreender o processo de transformação da nação liga-se estreitamente à ideia de dar organicidade e articulação maior à sociedade, no sentido de produzir um sentido de solidariedade coletiva que era considerado ainda inexistente em suas caracterizações históricas da sociedade brasileira. O conceito solicita, dessa forma, o emprego do postulado organicista como referencial à leitura.

Cabe destacar que o conceito de “construção” possui significado amplo e de múltiplas derivações potenciais, que abarcam tanto o viés pragmático de proposta de intervenção na realidade coordenada por um ator político determinado (como o Estado), sob os moldes de uma concepção que pensa o processo de construção nacional a partir da ideia de uma tarefa política responsável por promover a organização da sociedade (e prover de organicidade a nação, como objetivo final), quanto a concepção que dimensiona a cultura como instância fundamental a partir da qual este processo adquire sentido, em viés mais indetermindado e aberto à dimensão espontânea do real (ou seja, de menor peso programático). Neste registro, o processo de organização social, por se assentar em uma concepção apoiada no campo da cultura, não é considerado passível de regulação objetiva por uma dada força da sociedade nem de orientação pelo influxo de um projeto político (pré)estabelecido. O processo apresenta, em decorrência, feição autorregulatória sustentada em um ritmo aberto de temporalidade alongada. Sob o primeiro uso do conceito, em chave de um organicismo político, inscreve-se a produção discursiva de viés pragmático de Oliveira Vianna; sob o segundo, pode-se compreender melhor o campo de significação atrelado à dinâmica histórica que a nação apresenta na interpretação do organicismo cultural por parte de Sérgio Buarque de Holanda.

Nesse plano, desenvolveremos nossa análise que objetiva demonstrar como Oliveira Vianna e Sérgio Buarque elaboraram, a partir de suas visões particulares do organicismo que, no entanto, apresentam importantes confluências a serem devidamente pontuadas, interpretações sobre os estatutos políticos, sociais e culturais de formação da nação no país em ressonância com a ideia amplamente difundida nas produções intelectuais do contexto dos anos 1920 e 1930 de que o Brasil se tratava de uma *nação nova*, cuja “história é [era] ainda muito curta”⁴³, conforme apontamos na abertura deste capítulo. Trata-se como proposta interpretativa de examinar suas produções enquanto discursos que pensaram o Brasil-nação como constructo a ser realizado, isto é, como unidade por construir em matéria de organização a partir de u-

⁴³ Cf. VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920, p. II, grifo nosso.

ma lógica político-estatal ou enquanto perspectiva mais aberta de florescimento cultural em termos de uma organização autônoma e espontânea ao longo do tempo, segundo denotam os organicismos respectivos de Vianna e de Buarque de Holanda. A organicidade projetada ao corpo da nação como aspiração comum a seus discursos parte do princípio “orgânico” de que a vida político-institucional do país deveria funcionar segundo o espectro dos fundamentos históricos e culturais “internos” à dinâmica da própria sociedade, pois estes constituem a base (as “raízes”, em evidente metáfora *orgânica*) de suas concepções da nacionalidade.

Em vista desta percepção compartilhada pelos autores, seus estudos destinaram-se ao entendimento do processo de formação histórica do país como complexo que apresenta facetas de continuidade com a vigência de aspectos críticos do ponto de vista da organização da sociedade que se sobrepuseram ao fenômeno do passado colonial e influenciam, dessa forma, o decurso da história contemporânea do país. O estudo enfocado da formação histórica brasileira como processo gerador de identidade coletiva reunia a convergência de dois temas implicados a partir do estabelecimento dessa continuidade: (i) o conhecimento histórico-sociológico da estrutura social e da forma cultural assentada no país, tomando-os como pontos fundamentais de consideração da vida coletiva do “povo”; e (ii) a crítica de viés historicista e organicista à pretensão de universalismo por parte de modelos político-institucionais montados pelo influxo das ordens constitucionais (no acento mais jurídico do pensamento de Oliveira Vianna) e das “formas de vida”⁴⁴ (a partir da leitura de viés mais cultural de Buarque de Holanda) que foram tomados como padrões de racionalidade liberal a serem implementados como programas em diversas realidades nacionais. Segundo a crítica confluyente desses padrões de racionalidade feita pelos autores, direcionada ao individualismo que tais modelos veiculam como ponto de ancoragem de suas concepções do social, o problema está colocado na agência do liberalismo como teoria de organização da sociedade predicada como paradigma ao longo do século XIX e meados do XX, até a Primeira Guerra Mundial⁴⁵.

⁴⁴ Expressão de ordem vitalista utilizada por Sérgio Buarque inúmeras vezes em sua obra “Raízes do Brasil”, de 1936. Ver, por exemplo: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, 27^a edição, p. 92.

⁴⁵ Esta foi uma observação realizada por Sérgio Buarque de Holanda a partir de sua reflexão sobre a conhecida obra do jurista alemão Carl Schmitt intitulada “O conceito do político”, publicada em 1932. Sérgio Buarque analisa as considerações do jurista em torno de sua ideia da política e se inscreve na moldura conceitual proposta pelo pensador de que a crítica ao liberalismo é, antes, uma crítica à sua abstração e pretensão universalista de aplicação como programa político a todos os povos. Para efeito desta análise, além da leitura do artigo original do autor na *Folha da Manhã*, de São Paulo, saído em 1935, apoiamos-nos na interpretação feita por Douglas Carvalho Ribeiro. Conferir: RIBEIRO, Douglas Carvalho. As raízes antiliberais de Sérgio Buarque de Holanda: Carl Schmitt em Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, p. 98-102.

Em ambos os aspectos apontados, perpassa como fundamento comum às interpretações de Vianna e de Buarque de Holanda a reflexão sobre o atribuído “caráter nacional” do povo como índice de leitura da experiência histórica, pois seria fator explicativo capaz de caracterizar organicamente a suposta “singularidade” nacional, conferida pelos autores como traço identitário de suas escritas da nação. Esta era uma plataforma teórica subjacente às compreensões históricas de Vianna e de Holanda acerca da existência da nacionalidade e de sua correlata organização social enquanto povo. Revela-se, assim, o entendimento de que cada sociedade possui, para ambos, condições específicas de funcionamento da vida social moldadas por sua história particular, a qual registraria, para tanto, um modo de ser a ela orgânico enquanto identidade coletiva do povo formada como caráter sociocultural de expressão na vida política e social.

O modelo de compreensão da existência nacional que caracteriza suas interpretações de modo confluyente tem por premissa a ideia que o processo de construção nacional deveria, segundo essa chave de leitura organicista, ater-se às “raízes” históricas da sociedade que contempla, aspecto que projeta uma perspectiva de coesão social, a qual faltaria à vida coletiva brasileira segundo seus diagnósticos de que constituímos um país novo formado por vínculos sociais frágeis e fragmentados. Nota-se que é a partir deste postulado teórico do organicismo que preconiza a organicidade da vinculação do destino a ser construído no país ao encontro da ideia das raízes da nação que se constrói uma linha de argumentação semelhante em ambos os pensadores.⁴⁶ Pensar a nação como “organismo” social que possui determinada forma e identidade é objeto cujos sentidos os autores buscam dotá-lo em suas interpretações do passado, articulando-o à ideia de que o caminho aspirado por determinada nação deveria estar conectado à sua história nacional, de modo que a História enquanto saber adquire o sentido primordial de fundamentação da nacionalidade como curso histórico. Afirma-se, por preceito, a ideia de que o processo de construção nacional concatena todos os estratos de realidade em um alinhamento político, econômico e cultural de ordenamento da sociedade, da qual a identidade é, ao mesmo tempo, expressão de seu fundamento e cristalização de sua configuração em cada nova etapa histórica processual. Dela deriva uma fisionomia de harmonia social que configura a imagem nacional projetada como aspiração no pensamento de ambos os autores sobre o Brasil.

⁴⁶ Convém destacar que o primado da ação no organicismo preconizado por Vianna tem um caráter hierárquico e elitista demarcado, tendo em vista seu sentido primordial de supor como responsabilidade institucional das elites políticas o fato de conduzir os destinos da nação - a partir da figuração de um novo Estado organizado - frente ao que o autor designa como “povo-massa”. A organização política da sociedade é tarefa de um novo modelo de Estado (de traço autoritário e corporativo, conforme o autor passou a desenvolver de modo mais frequente em sua reflexão a partir dos anos 1930) cujo objetivo principal é dotar de organicidade a nação, como, aliás, está expresso já em sua obra inicial “Populações meridionais do Brasil”.

O peso organicista plasmador conferido à história concebe, dessa forma, a nação como entidade cultural subjacente à construção de seu caminho político, que é condicionado como tópico às noções de compatibilidade e adequação aos pressupostos históricos de cada sociedade.⁴⁷ O objetivo de construção nacional faz com que a ótica de leitura histórica naturalize o “objeto” a ser construído - a *nação* - como realidade subjacente (e *naturalizada*) a partir do recurso à história. A realidade política e social é lida a partir de sua conotação de expressão orgânica de uma cultura. O argumento histórico revela-se, assim, em seu manancial de organicismo no diagnóstico assinalado de que o Brasil como nação é uma sociedade em formação perpassada pela dissonância entre seu modo de ser (cultural e sociológico) e sua estruturação político-institucional como organização social, a qual não daria conta de interferir na estrutura arraigada de laços sociais frágeis que reinaria no país. A própria ideia de se tratar de um povo e sociedade em formação supõe a tese preliminar de que sua interpretação histórica é um campo de aprendizado do modo de existência e funcionamento da forma de vida coletiva, sob a matriz de enquadramento da identidade nacional.

A constatação diagnosticada desse “descompasso” entre a construção político-jurídica e dos arranjos institucionais e o modo de ser (o *ethos*) que caracterizaria a nação brasileira passa pela crítica ao liberalismo e às ações das elites políticas no país que o buscavam como referência de ideário, e a ideia de que sua apropriação (uma forma de “importação”, na expressão de viés nacionalista dada por Oliveira Vianna) significava sujeitar-se a um “sistema” de organização próprio a outras “formas de vida” (na concepção de Sérgio Buarque). A aproximação deste enfoque organicista compartilhado pelos dois autores, que se torna um ponto de confluência para o entendimento das análises de Oliveira Vianna e de Sérgio Buarque de Holanda, passa pela dimensão que suas leituras apresentam ao ler a realidade a partir de uma camada de fundamentação cultural, que é, em última análise, uma expressão generalista articulada sobre o povo em prol da escala nacional.⁴⁸

⁴⁷ O peso formador atribuído à História vai além de sua compreensão como discurso intelectual de representação do passado e alcança o espectro de modelagem da psicologia social dos povos, nos termos da apreensão do “valor do elemento histórico na formação da psicologia dos povos”, segundo aponta Oliveira Vianna no prefácio de sua obra “Populações meridionais do Brasil”. Para o autor, inclusive, foi essa constatação o ponto de entrada que o fez investir na ideia de “investigar na poeira do nosso passado os germes das nossas ideias atuais, os primeiros albos da nossa psique nacional”. Ver: VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1920, p. III-IV.

⁴⁸ É importante salientar a diferença do ângulo metodológico a partir do qual Oliveira Vianna e Sérgio Buarque leem a realidade brasileira. Enquanto Vianna aborda a realidade a partir de sua lente nacionalista do ponto de vista político-ideológico e metodológico, isto é, analisa a realidade brasileira em sua singularidade por ela mesma como âmbito principal de substancialização da sociedade existente, Sérgio Buarque opera a análise da realidade brasileira a partir de sua ligação com a tradição cultural lusitana que provém da colonização ibérica. Nesse sentido, ao passo que o óculos vianniano ressalta os fundamentos específicos diferenciais (originais e contrastantes com os da sociedade europeia) da realidade nacional tendo em vista os parâmetros do meio físico e social como agente

Na perspectiva convergente de ambos quanto à constatação dessa dissonância estrutural no seio do “organismo” nacional, a História enquanto saber analítico subsidiário à teorização da identidade nacional fundamenta - no sentido de delimitar e conformar - a construção do caminho postulado à nação como processo que confere referencialidade ao passado, sob as dimensões da cultura e da estrutura social do país como fatores orgânicos condicionantes que são transfigurados em critérios de interpretação dos “destinos” da nação e da perspectivação de sua “evolução”. O nacional é pensado enquanto realidade dotada de organicidade própria cujo conteúdo é preenchido cultural e politicamente pelo conhecimento histórico e sociológico acerca do povo, o que conduz às leituras sobre a identidade que permitem codificar os sentidos expressivos da nacionalidade. O que se difere, na abordagem particular dos dois autores, a partir deste quadro interpretativo comum são os parâmetros a partir dos quais esta dimensão é conceitualizada, e o modo como o organicismo é exercitado teoricamente enquanto lente de análise da nação, como se pretende argumentar ao longo deste estudo.

No caso de Oliveira Vianna, o autor fez a crítica do modo de construção político-institucional do país, em seu pequeno livro intitulado “O idealismo na evolução política do Império e da República”, de 1922, partindo de um ponto de vista organicista como fundamentação objetiva da realidade social. Nesta obra em específico, resultado de um convite de publicação referente ao exame da nacionalidade brasileira feito pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 1921, tendo em vista o horizonte do centenário da Independência brasileira, o autor estabeleceu como diagnóstico estrutural a falta de organicidade que existiria entre os modelos (conotados como *exógenos*, em sua crítica política de base nacionalista) implementados no processo político brasileiro e sua realidade sociocultural de base. Enuncia-se, dessa forma, seu pressuposto organicista de conexão estreita entre a realidade nacional e os caminhos de construção política que a partir dela, tomando-a como referente, deveriam ser afirmados, em edifício metodológico que emerge a partir de um enquadramento de leitura sociológico-política do organicismo. É a partir dessa premissa que preconiza como ideal societário a organicidade que o autor aponta a desconexão do modelo político (sua externalidade e, do ponto de vista nacionalista, sua “estrangeiridade”) em relação à nossa realidade, veja-se a seguir:

formador da sociedade, a lente buarqueana preconiza o elemento de transplantação cultural (transnacional, como se pode verificar) como fator orquestrante da concepção da sociedade brasileira, ainda que a partir deste olhar ele teça considerações particulares aplicadas ao plano brasileiro. Estas diferentes concepções, as quais serão trabalhadas ao longo deste primeiro capítulo, podem ser entrevistas tomando-se como fontes referenciais a obra “Populações meridionais do Brasil”, de Oliveira Vianna, publicada em 1920, e a obra “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque, publicado em 1936. Nessas obras, a perspectiva de análise de Vianna é enunciada por ele já no prefácio do livro referido, enquanto a de Sérgio Buarque aparece anunciada na abertura do primeiro capítulo de “Raízes do Brasil”.

No trabalho de construção do nosso aparelhamento político, temos seguido um processo inteiramente oposto ao dos grandes povos da antiguidade, como o romano ou o grego, ou dos grandes povos modernos, como o inglês, o norte-americano, o alemão. Entre nós, não é no povo, na sua estrutura, na sua economia íntima, nas condições particulares da sua psique, que os organizadores brasileiros [...] vão buscar os materiais para as suas formosas e soberbas construções: é fora de nós, [...] é em estranhos princípios, é nos modelos estranhos, é nos exemplos estranhos, é em estranhos sistemas que eles se abeberam e inspiram. Parece até que é somente sobre estes paradigmas forasteiros que a sua inteligência sabe trabalhar com perfeição. [...] Cada organização política, com efeito, deve refletir, na sua estrutura, as particularidades e idiossincrasias do povo, a que pertence.⁴⁹

Neste mesmo texto, Vianna apontou o elemento que coordenava sua crítica à falta de organicidade que caracterizaria as ideias e instituições políticas de cunho liberal implementadas no Brasil, sobretudo em torno da Constituição Republicana federativa de 1891, marco político organizacional que as formalizou: o desconhecimento histórico de uma realidade sociológica *primordial*⁵⁰, na qual a nossa sociedade seria submetida a uma lógica formada por pequenos grupos, os *clãs*. Ainda que Vianna aponte uma série de mediações causais que determinam o espectro comportamental do *ethos* de um povo - suas “idiossincrasias”, na linguagem de corte romântico apropriada pelo autor -, que se vinculam a temas de etnologia e antropologia racialista como a questão da “raça”, contemplada em seus estudos que integram a obra “Populações meridionais do Brasil” (1920), é, no entanto, com base na “pesquisa dos fatores sociais e políticos da nossa formação coletiva”⁵¹ que ele centraliza seu enfoque. A análise da formação histórica do povo é descortinada, portanto, a partir do estudo focado dos fatores políticos e sociais que constituem a realidade sociológica e caracterizam as instituições sociais que formam a base de organização da nação.

A crítica de conotação política e institucional feita por Vianna, direcionada à dimensão organizacional da sociedade que caberia formalmente, no seu entender, às elites dirigentes na feitura das Constituições do país, é assinalada por um ponto de vista metodológico chave em sua interpretação nacional: o “erro” político e constitucional advém fundamentalmente pelo fato de que as elites políticas não teriam atentado, segundo o autor, ao estudo das condições sociológicas concretas e particulares do processo de formação histórico-social brasileira, as

⁴⁹ VIANNA, Oliveira. O primado do poder moderador. In: VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2ª edição aumentada, 1939 [1927], p. 7-8. Este texto foi publicado originalmente em volume organizado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1922, sob o título de “O idealismo na evolução política do Império e da República”.

⁵⁰ Utiliza-se a noção de “primordial” no sentido colocado pelo teórico Homi Bhabha de aproximação a uma interpretação naturalista da realidade social, que apreende o real como dotado de um sentido concreto essencial que cabe à análise descritiva revelá-lo. Sobre isso, consultar: BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, 3ª reimpressão [1998], p. 52.

⁵¹ VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil, p. IV.

quais não dizem respeito apenas ao passado transcorrido, mas são consideradas fenômenos constantes de nossa organização social:

Na verdade os nossos sonhadores liberais - quero dizer: os que nos deram o Código do Processo de 32 [1832], o Ato Adicional de 34 [1834], a Constituição Federativa de 91 [1891] - nunca puderam compreender que as suas formosas construções políticas ou constitucionais fracassaram porque não souberam dar a devida importância a este fenômeno fundamental da nossa organização como povo: *o clã patriarcal como base de toda a nossa estrutura social e, portanto, política.*⁵²

O autor retoma neste argumento o diagnóstico histórico-sociológico que já havia apresentado anos antes, em sua obra “Populações meridionais do Brasil”, o qual representava o país como constituído por uma lógica (e “espírito”, segundo a expressão do autor, apontada na passagem a seguir) de funcionamento cuja forma de solidariedade era exclusiva aos clãs, sendo esta a dinâmica que caracterizaria a trama das relações constitutivas da nossa vida em sociedade e obstaculizava, por conseguinte, a formação de laços orgânicos visando à unidade em escala nacional, para além do círculo restrito das relações primárias de cunho patriarcal no país. Segundo o autor,

Esses clãs [rurais] se conservam, ao contrário [na comparação com a formação das sociedades europeias], desde o primeiro século [de colonização no país], no seu isolamento inicial, oriundo do regime dos grandes domínios independentes, e chegam até aos nossos dias sem ter conseguido elevar a sua organização social acima do pequeno grupo humano, que os forma.

Sua análise histórica da sociedade identificou o elemento sintético que considera central à fundamentação de todo conhecimento objetivo e concreto que pretenda embasar uma ação política, o de que somos “um povo em fase elementar de integração social”, cuja desorganização devia-se à vigência do “espírito de clã”, que é a tradução de sentido social que deduz a manifestação comportamental do povo, no espectro de relacionamento do indivíduo (mediado pelas relações de clãs) com o coletivo, conforme consta no excerto abaixo:

Já demonstramos, com as provas mais cabais, no volume das *Populações meridionais* que o nosso povo, devido a condições particulares e especiais da sua formação, não pode até agora elevar, e nem tão cedo o poderá, a sua mentalidade social acima do seu grupo parental e gentílico. [...] Somos ainda um povo em fase elementar de integração social; temos uma estrutura extremamente fragmentária, dispersa, pulverizada em miríades de pequenos grupos patriarcais, que cobrem por inteiro o nosso território. [...] O espírito de clã, com efeito, anima toda a nossa sociedade, de alto a baixo, das cidades aos campos, dos litorais aos sertões: é a sua alma, por assim dizer.⁵³

⁵² Cf. VIANNA, Oliveira. *Ibidem*, p. 65.

⁵³ *Ibidem*, p. 65-66.

Como está colocado neste excerto, a ideia de que o povo brasileiro constitui por traço identificatório um coletivo desintegrado é fator cuja explicação determinante encontra-se em seu pertencimento a um ambiente social moldado por uma estrutura “fragmentária, dispersa”, isto é, assenta-se no pressuposto teórico segundo o qual o modo de ser coletivo (a *psicologia do povo*)⁵⁴ deriva de sua interação e adaptação com o meio (em determinação geográfica e, sobretudo, social) a que se relaciona. Nesse âmbito de análise, a interpretação da sociedade permite, em sua concepção histórica, “estabelecer a caracterização social do nosso povo”⁵⁵, o que denota sua propensão ao esforço sintético da conotação de uma identidade abarcadora sobre a formação do país, revelando sua compreensão de sistematização da vida social como desdobramento da analogia naturalista fundante entre a sociedade e o comportamento à moda de um organismo. É a partir da operação deste quadro teórico invocado para fins de análise da sociedade que o autor aponta como diagnóstico a falta de organicidade (de sistematização, portanto) da nossa vida nacional.

No caso brasileiro mobilizado, o caráter eminentemente rural demarcado na análise histórica de Vianna transcende a constatação do ambiente e constitui, enquanto metáfora, a própria representação identitária do ser brasileiro enquanto “homem do povo”.⁵⁶ Percebe-se que, conforme o autor havia exposto no prefácio de “Populações meridionais”, o seu modelo de escrita historiográfica posto em funcionamento visa a definir os traços formativos supostamente particulares e originais do povo, os quais efetivam seu esforço de generalização identitária a partir da ênfase no domínio rural dos latifúndios:

Nós somos o latifúndio. Ora, o latifúndio isola o homem; o dissemina; o absorve; é essencialmente antiurbano. Nesse insulamento que ele impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre. Em compensação, a vida da família se reforça progressivamente e absorve toda a vida social em derredor.⁵⁷

⁵⁴ Vianna dedica um tópico de subcapítulo à análise específica do que ele designa de “psicologia política do nosso homem do povo”, que integra sua concepção da vigência do espírito de clã particularista na feição da sociedade brasileira. Sobre isso, ver: Gênese dos clãs e do espírito de clã. In: VIANNA, Oliveira, Populações meridionais. Brasília: Senado Federal, 2005, cap. VIII, p. 207.

⁵⁵ Ibidem, p. 51.

⁵⁶ A concepção do ser brasileiro como “homem do povo” e “homem rural” se aproxima, como bem observa Maria Stella Bresciani, da conceitualização do “homem cordial”, metáfora elaborada por Sérgio Buarque de Holanda em seu ensaio “Corpo e alma do Brasil” (1935), que foi base para a produção posterior da obra “Raízes do Brasil” (1936). Segundo a análise de Bresciani, o perfil psicológico do “homem do campo” traçado por Vianna concilia-se com a psicologia do “homem cordial” estudada por Buarque de Holanda, sobretudo com a ênfase posta em sua vinculação a círculos particularistas e restritos de laços sociais. Ver: BRESCIANI, Maria Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007, 2ª ed. revista [2005], p. 331.

⁵⁷ VIANNA, Oliveira. Populações meridionais, p. 99.

O fator sociológico invocado no exame da estrutura social que caracteriza o país (o latifúndio) é induzido a caráter psicológico diagramador da formação da coletividade e responsabilizado pela delimitação da diferença ante a tradição cultural legada pela colonização lusitana.⁵⁸ Para Vianna, a qualificação do Brasil como realidade rural e agrícola é fator derivado essencialmente do processo de adaptação - da “aclimatação” - do lusitano ao território nacional, conotado como meio “americano”, sendo este estabelecido como o critério fundamental de corte histórico na formação do “nosso povo”⁵⁹. O meio é, assim, o agente fixo conformador da nossa maneira de ser, da psicologia informada pelo “temperamento do seu caráter”⁶⁰ que é, segundo esse raciocínio, produto de um processo comportamental adaptativo à sua injunção:

Daí o traço fundamental da nossa psicologia nacional. Isto é, pelos costumes, pelas maneiras, em suma, pela feição mais íntima do seu caráter, o brasileiro é sempre, sempre se revela, sempre se afirma um homem do campo, à maneira antiga. [...] Esse temperamento fundamentalmente rural é de pura formação americana, oriunda da ação combinada de várias particularidades nossas, particularidades do nosso meio e da nossa história. Os lusos, que nos colonizam, não o possuem - pelo menos, com a nítida e exclusiva feição que nos é própria.⁶¹

Essa leitura prende-se a premissa de organicidade entre o meio (de “formação americana”, segundo a análise do autor) e a conformação da identidade coletiva, pensada como atributo de “temperamento” que é resultado orgânico condicionado pelo peso da experiência histórica formativa. O meio rural, nas palavras de Vianna, “é, em toda parte, um admirável conformador de almas”⁶², e sua dimensão é caracterizada por dois conteúdos principais: a prevalência social, política e econômica dos grandes domínios enquanto função hegemônica absorvedora e “simplificadora”⁶³ em seu caráter de independência e, ao mesmo tempo, sua

⁵⁸ A distinção estabelecida por Vianna entre o modo de ser do português (o “luso”) e o referente à constituição do “brasileiro” expressa-se basicamente no modo de organização das propriedades em seu território. Segundo Vianna, “rural é o luso: mas, o luso não conhece a grande propriedade, formada na imensidão territorial do Novo Mundo. É o homem do pequeno domínio, filho de uma sociedade densa, concentrada, compacta, que pratica a solidariedade vicinal e urbaniza a aldeia”. Ibidem, p. 99.

⁵⁹ Cabe apontar que a singularidade que o autor atribui à formação histórica do país é destacada como traço sociológico e identitária delimitado ante as sociedades europeias de modo geral, não apenas a lusitana: “É esse um dos mais singulares aspectos da nossa estrutura social [a organização em torno de relações frágeis e fragmentadas de solidariedade]. Somos inteiramente diferentes das sociedades europeias. Nada que lá existe nesse ponto [referente à insolidariedade social], se passa aqui: somos completamente *outros*”. Ibidem, p. 130.

⁶⁰ Vianna utiliza as noções contíguas de “temperamento”, “mentalidade”, “consciência”, “instinto” e “psicologia” em seu esforço analítico de delimitar os traços do suposto “caráter” cultural e identitário do povo brasileiro, o que denota sua pretensão de extrair um sentido fundamental de explicação política e comportamental da relação do “homem do povo” com a vida em sociedade. Consultar, sobre este tema, sua análise referente ao “campônio”, o que considera ser o verdadeiro homem médio do povo no âmbito dos meios rurais. Ibidem, p. 226-228.

⁶¹ Idem, ibidem, p. 79-80.

⁶² Ibidem, p. 98.

⁶³ Vianna chega a afirmar, por hipótese, acerca dessa ação simplificadora que os senhorios fazendeiros exercem “sobre toda a estrutura das nossas populações rurais” que “se toda a sociedade se extinguisse em derredor dele [do latifúndio], do seu próprio domínio extrairia ele o bastante para as suas necessidades fundamentais, e continuaria a viver, como se nada houvera, a sua vida laboriosa e fecunda”. Ibidem, p. 191.

extensão de influência sobre a vida nas cidades e as “classes urbanas”, que dependiam profundamente das injunções da vida rural, e não possuíam autonomia para desenvolver um espírito de “corpo” organizado e solidário a propósito do exercício de poder político.⁶⁴ Nessa compreensão, circunscreve-se a interação entre a vida em sociedade e o meio a partir da ordem regida pelos latifúndios. Convém assinalar que nessa concepção há o ingrediente formado pela composição racializada da identidade social, a qual o autor atribui, também, peso formativo como viés de “instinto das raças originárias”.⁶⁵ A este fator considerado predeterminante, unem-se os aspectos sociais e políticos formativos da fisionomia do povo brasileiro.

Na leitura sociológica de Vianna, relacionam-se abertamente o elemento conferido pelo meio físico-geográfico e de contornos econômicos (da destacada *dispersão dos latifúndios*)⁶⁶ com a interação social efetuada entre seus agentes nesse meio específico, resultando na configuração de uma psicologia social e política informada pelo comportamento de clã do nosso “homem rural”, ao qual se adiciona o efeito de poder político (tanto no plano local dos domínios fazendeiros, quanto no nacional) que se estabelece nesse horizonte demarcado a partir do parâmetro do meio, representado pelos grandes domínios rurais:

Nas zonas agrícolas, onde se difunde o tipo do grande domínio independente [...]; a insolidariedade é completa. Não se descobre ali nenhum traço de associação entre vizinhos para fins de utilidade comum. Tudo nos dá uma impressão desolante de desarticulamento e desorganização.⁶⁷

Este retrato do mundo rural como signo abrangente da vida nacional, o que significa teoricamente fixar o “meio” como critério da nacionalidade⁶⁸, impõe um padrão de organização da

⁶⁴ Para Vianna, a inexistência de uma forma solidária e de um espírito de corpo unitário por parte das “classes urbanas” é responsável por sua insuficiência enquanto “força política” e, por arrasto, sua condição de dependência ao predomínio do poder que emana dos grandes domínios rurais: “[...] as classes urbanas não gozam aqui de nenhum crédito - e só a classe rural têm importância. Diante dos grandes latifundiários não se erguem nunca como organizações autônomas e influentes: ao contrário, ficam sempre na dependência deles. [...] Falta-lhes [às classes urbanas] para isto o espírito corporativo, que não chega a formar-se. São meros conglomerados, sem entrelaçamentos de interesses e sem solidariedade moral”. Ibidem, p. 130.

⁶⁵ Na interpretação do autor veiculada em seu ensaio “O idealismo na evolução política do Império e da República”, de 1922, ele afirma que o que denomina de “sentimento de clã” é “vivaz, enérgico, todo feito de materialidade; poderoso pelas suas origens - por que está nos instintos das raças originárias; poderoso também pela sua energia emocional - por que está nas tradições e costumes do [nosso] povo”. Repara-se que há nessa visão racial certo entendimento do social, a partir da noção de “raça”, como desdobramento de condições biológicas - é esta a acepção principal do termo para o autor - que têm efeito psicossocial direto na organização da sociedade. Ver: VIANNA, Oliveira. O primado do poder moderador. In: O idealismo da Constituição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª edição aumentada, 1939 [1927], p. 68.

⁶⁶ A implicação política direta da prevalência econômica e social do fenômeno de “dispersão dos latifúndios” no país é observada pela leitura de Luciano Aronne de Abreu ao assinalar que “de uma sociedade ganglionar resultaria um poder político [no sentido público-estatal] também ganglionar”. Ver: ABREU, Luciano Aronne de. O sentido democrático e corporativo da não-Constituição de 1937. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, maio-agosto de 2016, p. 464.

⁶⁷ VIANNA, Oliveira. Populações meridionais, p. 232.

sociedade cuja expressão política é desarticulada, pois fragmentada e submetida ao imperativo microcômico da esfera do poder privado de circunscrição dos grandes domínios independentes, em oposição a um sentido coletivo de poder público. O caráter de dependência econômica e social se revela em sua faceta de psicologia política como artesanato de uma relação hierárquica que solicita a ingerência de um “caudilho”, de um chefe que transcenda a autonomia decisória do indivíduo, já que este não a desenvolveu em face da evolução histórica que cristalizou o laço clânico. Este laço, que configura, essencialmente, um vínculo de agregação por relação de dependência estrutural, não permite a constituição de uma identidade de grupo que busque reivindicar representação na sociedade. Inexiste uma identidade coletiva agregadora que ultrapasse o estigma da escala dos clãs, instáveis e contingenciais por definição, de modo que não há a dimensão de um todo *nacional* integrado. A faceta política da relação de submissão à força de um agente hierarquicamente superior sedimenta-se como único vínculo praticado em nosso território, sendo internalizado no campo da consciência social, de maneira que se torna a base de nossa organização social e da mentalidade que a reproduz histórica e continuamente. Veja-se:

O nosso homem do povo, o nosso campônio é essencialmente o homem de clã, o homem da caravana, o homem que procura um chefe, e sofre sempre uma como que vaga angústia secreta todas as vezes que, por falta de um condutor ou de um guia, tem necessidade de agir por si, autonomicamente. [...] Valente, bravo, altivo, arrogante mesmo, o nosso campônio só está bem quando está sob um chefe, a quem obedece com uma passividade de autômato perfeito. [...] Do nosso campônio, do nosso homem do povo, o fundo da sua mentalidade é este. Esta é a base da sua consciência social. Este o temperamento do seu caráter. Toda a sua psicologia política está nisto.⁶⁹

Assim, moldam-se os termos da interpretação totalizante do autor sobre o modo de articulação e funcionamento “clânico” da vida nacional, nos âmbitos rural e urbano contemplados, o qual perpassa como lastro de continuidade na história colonial e independente do país e coloca, enquanto desafio premente, a necessidade de construção de uma “nação solidária”.⁷⁰ Uma das implicações deste cenário estrutural é a falta de expressão política do

⁶⁸ A expressão do meio como fator determinante na construção da nacionalidade é uma amostra do organicismo que permeia como fundamentação o pensamento do autor. Dele advém a ideia de que a política deve constituir uma ordem harmoniosa à natureza física e social da realidade a que se vincula.

⁶⁹ VIANNA, Oliveira. Op. cit., p. 227-228.

⁷⁰ Reforçamos, aqui, a expressão utilizada por Luciano Aronne de Abreu para compreender este que era um dos objetivos centrais do pensamento político de Oliveira Vianna. Sobre isso, consultar: ABREU, Luciano Aronne de. A construção de uma “verdadeira nação no Brasil”: nacionalismo, autoritarismo e corporativismo. *História: Debates e Tendências*, v. 15, n. 1, jan./jun. 2015, entre as páginas 268 e 269.

poder público - residente nos centros urbanos - sugerida pela imagem de “desarticulamento e desorganização” que o autor confere em paralelo à sobredeterminação dos laços de *insolidariedade social*⁷¹ constituídos nos meios rurais. O preceito metonímico de leitura da realidade nacional (o todo) a partir da referência à realidade rural (sua parte central condensada, nessa perspectiva), a qual é concebida como essencialmente inarticulada, acentua o problema da “organização” do povo, expresso na síntese estabelecida por Vianna da seguinte forma:

Em síntese: nem classe comercial; nem classe industrial; nem corporações urbanas. Na amplíssima área de latifúndios agrícolas, só os grandes senhorios rurais existem. Fora deles, tudo é rudimentar, informe, fragmentário. São os grandes domínios como que focos solares: vilas, indústrias, comércio, tudo se ofusca diante da sua claridade poderosa.⁷²

Esta interpretação abrangente do meio rural, concentrada na funcionalidade e autonomia dos latifúndios agrícolas na formatação da sociedade brasileira como fundamento a um só tempo sociológico e psicológico, permeia um nexos de organicidade que liga todos os estratos da realidade social ao componente histórico aberto de “evolução” da nação. Trata-se, na concepção do autor, de uma “herança colonial” que constitui temporalidade que ultrapassa a própria vigência desta experiência passada e se afirma como um dos pilares da sociedade contemporânea, ainda.⁷³ Para o autor, no quadro nacional tem-se que “o grande domínio [rural], tal como se vê da sua constituição no passado, é um organismo completo, perfeitamente aparelhado para uma vida autônoma e própria”⁷⁴.

⁷¹ Este é o conceito formal que Vianna emprega para definir o estatuto político das relações sociais que ocorrem no país de modo geral, tanto nos meios urbanos quanto nos rurais, mas cujo modelo de sociabilidade é conferido a partir do peso dado à análise da vida rural. Quando Vianna destaca a insolidariedade social do povo, sua leitura enfoca a dimensão da falta de laços políticos comunitários que visem à construção de objetivos coletivos e públicos, pois do ponto de vista moral, ele salienta as formas de solidariedade afetiva entre os indivíduos, como a “solidariedade vicinal”. Segundo o autor, caberia salientar que “essas expressões da solidariedade vicinal [de assistências e parcerias no mundo rural], desconhecidas nos grandes centros urbanos, nos vêm apenas dos impulsos da afetividade e delicadeza moral, de que é tão pródiga a nossa raça; não são verdadeiramente formas de cooperação social, de ação em conjunto para obtenção de uma utilidade comum”. Cf. VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil, p. 232-233. Para tomar conhecimento da interpretação geral do autor sobre esse tema, recomenda-se consultar o seguinte capítulo do livro referido: Instituições de solidariedade social. In: Populações meridionais do Brasil, op. cit., capítulo IX, p. 143-154.

⁷² VIANNA, Oliveira. Op. cit., p. 130.

⁷³ Segundo Vianna, no horizonte de referência da experiência colonial a sociedade era “dispersa, incoerente, revolta”, e a partir dessa base de (des)organização, “gira[va] realmente em torno do domínio rural. O domínio rural é o centro de gravitação do mundo colonial. Na disseminação geral da população, lembra um pequeno núcleo solar com as suas leis e sua autonomia organizada. Dele é que parte a determinação dos valores sociais”. Tomando como referência essa leitura da experiência colonial, Vianna aponta seu traço de permanência no tempo presente a partir do vigor resiliente do domínio rural e sua esfera de influência na formatação de toda a sociedade: “Da sociedade colonial [...] resta apenas, como elemento celular, o domínio rural. Sobre ele a figura do senhor de engenhos se alteia, prestigiosa, dominante, fascinadora”. Ver: Idem, *ibidem*, p. 116.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 190.

Neste âmbito de compreensão, a forma de *solidariedade* existente - modo como o autor lê a dinâmica de relações entre os indivíduos no que concerne à vida coletiva - manifesta-se como sedimentação orgânica da fase social evolutiva a que a nação se encontra, vinculando-se profundamente a sua experiência histórica formativa. A própria camada de sentido posta no “espírito de clã” como expressão particularista da insolidariedade social reinante no país pode ser lida como escala a que nossa vida coletiva se encontra, dada sua inarticulação e fragmentariedade oriundas dos latifúndios. A noção de clã como vigência de um patriarcalismo grupal, de vida em “tribos”, conota uma perspectiva histórico-antropológica de funcionamento da sociedade que a descreve como fase anterior à conquista da unidade nacional centralizada que lhe seria uma etapa superior, pois signo de uma sociedade articulada e organizada enquanto povo. Enquanto este é o objetivo nacional que configura as diretrizes do programa político de unidade aspirado por Vianna, a organização facciosa dos clãs (nas fazendas e, mesmo, no desdobramento político da formação de partidos, que não foge a este “espírito” colocado) é, segundo o autor, “a nossa forma única de solidariedade, a forma única e típica, que o nosso povo consegue formar e organizar seriamente durante os seus quatro séculos de história”⁷⁵.

A organização política do povo sob o domínio de partidos não escapa, segundo a análise de Vianna, dessa métrica particularista - e exclusivista - que opera como lógica de micro interesses que resultam em uma “política de clã”, em clima partidário “em que, do município à província, da província à nação, domina exclusivamente a política de clã, a política das facções, organizadas em ‘partidos’”. Na vida “clânica” brasileira, vigora o facciosismo das instituições sociais e dos partidos que invade a cena pública como continuidade das expressões em escala familiar particularista. Não haveria qualquer cizânia ou fronteira delimitada frente a essa configuração facciosa em nome do ajustamento ao interesse coletivo, cujo signo seria propriamente o da ordem da unidade nacional. O nosso tempo político é ritmado, do ponto de vista da experiência social, pela vigência do predomínio do nosso clã rural “patriarcal” e sua larga esfera de influência na esfera política.⁷⁶

Essa leitura da sociedade sob viés histórico-evolutivo que projeta uma assertividade identitária de “singularidade” diferencial frente às demais nações fixa um sentido prolongado de psicologia social ou da ordem da “cultura política” que sedimenta, em realidade, uma forma nacional de acordo com o estágio evolutivo que se atribui à nacionalidade, tomando o processo de formação histórica como experiência de seu desvelamento. A perspectiva evolucionista se

⁷⁵ Ibidem, p. 233.

⁷⁶ Ibidem, p. 209-210.

acopla à fundamentação historicista que atribui particularidade e originalidade a cada organismo nacional tomado como âmbito referencial de exame das sociedades.⁷⁷ Em um prisma organicista que atrela as noções de formação e “evolução” histórica como conceitos de compreensão da nação, a escala de expressão nacional integrada como dimensão da realidade ainda não teria sido cristalizada como a ordem das relações sociais vigentes no país, a qual obedeceria, de acordo com o autor, ainda à lógica facciosa e senhorial dos clãs rurais. Esta leitura pode ser entrevista em sua obra “Problemas de política objetiva”, de 1930, na qual o autor expõe sua visão acerca da configuração do modo de ser político e cultural do povo em face do filtro mediador da “fase evolutiva” da nação, veja-se:

Ora, essas qualidades cívicas - qualidades de “animal político” e do ser coletivo - tão fundamentais e eficientes nos povos anglo-saxões, cujas constituições políticas andamos a copiar, não existem em nosso povo. Corrijamos em tempo: existem; mas, em estado rudimentaríssimo, sem nenhuma capacidade normativa e orientadora. Nem as circunstâncias da nossa formação histórica permitiram que as adquiríssemos; nem os povos, de cujo caldeamento proviemos, as possuem com força bastante para nos transmitirem. Estamos ainda na fase do patriotismo tribal, da solidariedade do clã pessoal, principalmente do clã rústico, parental, senhorial ou eleitoral, e não vamos além.

Conforme colocamos, e pode-se atestar no excerto acima, a dimensão organizativa da vida social não ultrapassaria as fronteiras da solidariedade de clã, a forma de (in)solidariedade por excelência que é terreno de manifestação do personalismo que impede a agregação coletiva a propósito de uma unidade nacional centralizada. A qualificação cívica que Vianna atribui aos povos anglo-saxões comporta uma concepção política orgânica à sua formação histórica cidadã, que aqui não poderia ser replicada dadas as diferenças contextuais de expressão histórica, cultural, identitária e mesmo racial, a partir da conotação biologicista de “raça” que o autor conecta à ideia de cultura no sentido de transmissão de valores e códigos “genéticos”. A existência autêntica e singular do Brasil como nação solicitava, para o autor, seu entendimento prévio a partir do poder real derivado da “solidariedade do clã pessoal” como

⁷⁷ Há de se atentar para a concepção organicista fundante que prefigura a organização evolutiva das sociedades segundo Oliveira Vianna, a qual concebe como sendo formada por “leis do desenvolvimento social” que, a seu ver, “presidem a vida e a evolução das sociedades”. Em diálogo com o pensamento sociológico do autor ítalo-argentino José de Ingenieros, ele afirma a posição metodológica de “idealismo” de viés orgânico de Ingenieros, ao qual adere em sua visão, como perspectiva “para quem a sociedade existe, para quem o inconsciente social existe, para quem as leis sociais existem. É o idealismo do cientista, do naturalista, do sociólogo, para quem cada grupo social é um ser tão vivo quanto um animal ou uma árvore e para quem o desenvolvimento de qualquer sociedade é tão dependente da vontade humana, quanto o desenvolvimento de um animal ou de uma árvore”. Torna-se claro que a fundamentação da vida social é feita a partir de sua imaginação como representação orgânica e naturalista dotada de uma lógica “vital” própria a que caberia ao sociólogo descrever e interpretar na realidade a que está inserido, segundo essa perspectiva esgrimida por Vianna à luz do prisma intelectual de Ingenieros. Cf. VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1939, p. 307-308.

traço identitário característico do nosso povo, isto é, como lógica própria que subjaz o funcionamento da nossa vida coletiva. A interpretação política da nação feita por Vianna alicerçava-se na afirmação de que nos tratávamos de um povo em formação, ainda “sem nenhuma capacidade normativa e orientadora” de expressão na vida coletiva, em suas palavras.

É nesta seara da interpretação que se cristaliza um sentido acoplado à leitura do curso histórico formativo do país de que para a organização da vida nacional falta um longo caminho que deve orientar a égide das ações políticas tomadas pelo poder público. A nossa formação não teria proporcionado de maneira orgânica à nação - em comparação às experiências históricas formativas de outros povos, procedimento analítico que o autor usa como recurso para afirmar nosso contraste diferencial, por exemplo, com os “anglo-saxões” - o substrato de funcionalidade da vida política (no sentido coletivo de pública) que ultrapassasse as barreiras do poder pessoal e privado atinente às famílias e aos domínios locais. A nossa história política é influenciada, nessa perspectiva, pela ação de nossa “índole do povo” que explica, em última instância, o curso da experiência histórica do país, pois forma sua condição de vida apresentada como “natural”.⁷⁸ Segundo o autor, interpreta-se que “toda a nossa história política tem nele [no comportamento advindo do “espírito de clã” rural] a sua força motriz, a causa primeira da sua dinâmica e evolução”.⁷⁹ A construção da dimensão coletiva de cunho nacional é, portanto, segundo essa linha de análise, um desafio resiliente no quadro brasileiro e pressuposto para qualquer projeto de viés político-institucional organizativo que se pretenda eficaz no país. Todo projeto político destinado à realidade brasileira deveria, nessa acepção, ser perspectivado como vinculado a um projeto mais abrangente de construção da nação, em termos da premissa de adequação ao comportamento social e político do nosso povo, nos termos dados pela análise diagnóstica de cunho histórico-sociológico do autor.

Como corolário desse raciocínio, entende-se que os temas da “imitação” e “cópia” que concerne à apropriação de modelos interpretados como referentes a outras experiências históricas e tradições políticas nacionais passam pelo enquadramento das noções - e valores -

⁷⁸ Vianna afirma que, para caracterizar a experiência histórica de cada país, deve-se levar em conta uma série de fatores explicativos, sobretudo de natureza social e política, mas cabe ao estudo da “índole do povo” o peso de influência da ordem de um “fator particularíssimo” no conhecimento histórico. Diz Vianna que “para tudo isto [o discernimento da história política nacional em relação à experiência de outros povos] concorre, como é natural, uma multiplicidade, extremamente complexa, de fatores. Mas, não há dúvida que todas essas singularidades permanecerão inexplicáveis, se, para explicá-las, não fizermos intervir, ao lado dos fatores históricos e sociais já referidos, a ação de um outro fator particularíssimo - imponderável, sutil, mas possante - e que é a *índole do povo*. Somente com a colaboração desse fator, de ordem puramente moral, poderemos, com efeito, explicar cabalmente essas curiosas singularidades [brasileiras, no caso em análise]”. Cf. VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil, p. 376-77.

⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 210.

de originalidade e autenticidade postuladas como condições da organicidade no entendimento da forma nacional brasileira. Sua presença enquanto prática de “importação” - na ideia de que “andamos a copiar” as constituições políticas de outros povos, segundo a passagem citada anteriormente - sinaliza a falta de organicidade em relação à nossa nação que precede e fundamenta o gesto político designado como “idealismo”, assentado nas cópias de modelos interpretados como externos aos contornos da nossa realidade. A problemática central de fundo é subsumida ao recorte metodológico do autor de que não se pode tomar como posição realista, do ponto de vista histórico, a pretensão de acelerar o “ritmo social”⁸⁰ que caberia, por preceito, a cada nação, aspecto que fundamenta sua crítica estabelecida às posições que buscam engendrar modelos adaptados ao funcionamento de outras realidades sociais, culturais e políticas, em destinos para os quais inexistiria, nessa chave de análise, condições preliminares de sustentação. Atitudes como a acima criticada pelo autor implicariam a dissolução da lógica imanente que organiza a sociedade, em nome de ultrapassar a fronteira nacional para a recepção e adoção de modelos que não lhe seriam orgânicos, pois fundados em outras experiências históricas. Sua noção de identidade nacional presente como pressuposto dessa leitura crítica postulava a disfuncionalidade da prática de “importar” modelos tendo em vista sua falta elementar de organicidade à existência nacional que lhe precederia, então afirmada como núcleo essencial e filtro seletivo da relação disposta entre nacional e estrangeiro.

Este gesto cunhado de apropriação de modelos políticos “externos” é um traço cultural generalizado ao âmbito dos povos “ibero-americanos”, segundo Vianna, e sua principal implicação se dá no campo político ao projetar justamente a funcionalidade de modelos assentados na experiência social de outras nações (particularmente na escala anglo-saxônica) como compatível e adaptável ao processo histórico e político de construção da nacionalidade brasileira que lhe precede, que é afim, por contraste nessa linha de argumentação, às nações americanas, haja vista a fixação do meio (território) americano como lugar geográfico e identitário. Na crítica informada no pressuposto de leitura organicista lançado pelo autor, em que reside um nexos forte entre o meio geográfico e a identidade social, o Brasil - e a América Latina, em geral - são, em conjunto, irredutíveis como destino da apropriação de modelos

⁸⁰ Esta seria a posição atribuída por Vianna, a partir de sua leitura do pensamento de Ingenieros, à perspectiva que denomina de “idealistas românticos”: “Os idealistas românticos, os racionalistas, os metafísicos, todos eles desconhecem esta atitude [“de respeito às leis da vida social”], desdenham as leis do desenvolvimento social, concebem a sociedade como simples matéria plástica, que eles presumem facilmente moldável à feição da sua vontade, segundo os modelos engenhados por sua imaginação”. Ver: VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição, 1939, p. 308.

entendidos como alheios, pois estes são vistos como “sem contato com as realidades do nosso meio”, o que resulta em um caso conotado como de *idealismo político*:

Nós, os ibero-americanos, se pecamos por alguma coisa, pecamos por exuberância de imaginação, principalmente no campo político. [...] Todas as utopias, as mais vagas, as mais abstratas, as mais estranhas, encontram asilo fácil, hospedagem carinhosa em nossa imaginação. Os nossos idealismos políticos, sociais ou artísticos, nós os temos formado quase sem nenhum contato com as realidades do nosso meio.⁸¹

Neste encantamento pelo estrangeiro, que presumimos melhor, nesta fascinação pelo exótico, que presumimos mais perfeito, nós, os ibero-americanos, nos esquecemos de nós mesmos. Ora, isto é uma grande injustiça para com a nossa radiosa originalidade, para com o que há de grande e belo em nós mesmos.⁸²

A originalidade é, aqui, apontada como senha para o tratamento da questão da identidade nacional, sob a percepção de “uma nação emergente no interior desse quadro”⁸³ tomada como signo do caráter irreduzível e, por conseguinte, refratário a modelos que não a tomem como realidade referencial, uma vez que comportam a historicidade de outras realidades nacionais. Sua noção, produto de uma obsessão delimitante acerca de um substrato cultural “autenticamente” nacional, manifesta-se a pleno em torno da crítica ao “empréstimo cultural”⁸⁴ ao reivindicar a organicidade dos modelos à assimilação da realidade social, cultural e política brasileira como referente fundamental, o que faz o autor tomar a nossa história (em sua interpretação) como filtro selecionador do processo de construção nacional. A nacionalidade é figurada, como se pode verificar no excerto recortado acima, como feição de americanidade, assentada enquanto fator delimitado pelo território americano desde o parâmetro do meio como modo de abordagem da nacionalidade, o qual se une à ligação cultural com os povos ibéricos como marca de “origem” de nossos traços culturais formativos. Expressa-se, assim, a ideia de nacionalidade como depósito de “originalidade”, no sentido duplo tanto de definição das “origens” delimitantes quanto da “autenticidade” particular e diferencial da fisionomia nacional que fora constantemente postulada pela análise do autor.

Este anseio de delimitação da nação como problemática de originalidade contígua às noções de independência intelectual/cultural e da interpretação de um sentido “próprio” que

⁸¹ VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927, p. 140-41.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 143.

⁸³ Utilizamos aqui a expressão colocada por Renato Ortiz para abordar o processo de formação nacional segu(i)ndo as leituras dos intelectuais brasileiros da virada do século XIX para o XX no país. Cf. ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006 [1986], p. 15.

⁸⁴ Para uma discussão sobre este tema, recomenda-se a consulta de: OLIVEN, Ruben. Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). In: O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002. Brasília: Ed. Sumaré, 2002, p. 21.

seria intrínseco ao “espírito de um povo”⁸⁵ é recorrente, de um modo que apresenta similaridades, nas reflexões produzidas por Sérgio Buarque de Holanda em seus escritos a partir da década de 1920, anteriores a seu mais conhecido ensaio de interpretação nacional, a obra “Raízes do Brasil”. Quer-se dizer: o próprio investimento analítico de buscar (re)traçar as “raízes” nacionais, movimento exposto no título desta obra referida, inscreve-se na discussão da ordem de problema que pensa a nacionalidade como organismo em processo de formação e em busca da correlata afirmação identitária. É em torno dessa operação de demarcar uma identidade de expressão nacional - de pretensão original, autêntica, autônoma, em suas noções frequentes – a partir da interpretação histórica, na qual o passado assume um sentido naturalizado de “raiz” das condições presentes, que se pode denotar o pressuposto organicista que orienta suas leituras (de Sérgio Buarque, assim como de Oliveira Vianna) e baliza o diagnóstico, assinalado a partir dessa matriz de leitura, da falta de organicidade e de coesão social relativas ao tema da identidade brasileira. A escrita da história é processada, nessa via interpretativa, como organização potencial da identidade coletiva.

É sob o influxo dessa problemática que se cruza, dialoga, ora se aproximando, ora se afastando, que a perspectiva de Sérgio Buarque pode ser colocada em relação com a de Oliveira Vianna, ambos inscritos neste debate nacional a partir do ano de 1920: Vianna, mediante a produção da obra “Populações meridionais do Brasil”, visava a traçar uma identidade coletiva do povo desde o estudo histórico-sociológico de seu lastro formativo; Sérgio Buarque, por sua vez, emergiu neste campo de debates nacionais a partir de um esforço intelectual que articulou o tema da constituição do “povo” sob um prisma fundamentado na crítica cultural exercitada em seus primeiros artigos, ambientados na década de 1920.⁸⁶ Nesse sentido, cabe destacar que ambos autores, cada qual à sua maneira, apresentaram pontos compartilhados que foram característicos de suas análises sobre a problemática orgânica de formação da nação na conjuntura dos anos 1920 e 1930, cuja interface é dada pelo organicismo manifestado por meio de perspectivas distintas, assentadas em âmbitos diferentes de leitura: na análise de viés socio-

⁸⁵ Esta expressão de viés organicista, na medida em que confere uma identidade orgânica e intrínseca ao povo atribuída por sua formação histórica concebida como um processo (naturalista) análogo ao de um desenvolvimento natural e expressivo no tempo, aparece no primeiro artigo crítico publicado por Sérgio Buarque de Holanda, intitulado “Originalidade literária”, em abril de 1920 no jornal *Correio Paulistano*. Constitui um objeto de análise de Sérgio Buarque que perpassa seus escritos dos anos 1920 até a escrita de “Raízes do Brasil”, de 1936.

⁸⁶ A noção de “povo” é mobilizada com o sentido de um ente coletivo generalista e totalizante que concebe uma unidade de expressão nacional, na medida em que é encarado como o sujeito político-constitucional que representaria e *encarnaria* (em sentido orgânico) a nação. Segundo a leitura do cientista social Leopoldo Waizbort, pode-se associar esta compreensão de Sérgio Buarque à concepção em voga no pensamento conservador alemão das décadas de 1920 e 1930, em franca crítica ao conceito liberal de indivíduo. Nota-se que na fundamentação deste uso crítico ao liberalismo, apropria-se, sob um uso renovado, de noção cara ao romantismo. Ver: O mal-entendido da democracia. Sergio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, 1936. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, vol. 26, nº 76, junho/2011, p. 42 e p. 58.

lógico-político de Vianna, enfocada no enquadramento dos aspectos sociais e políticos políticos formativos no que concerne à organização do povo, ao passo que a ótica de Buarque de Holanda realça o enquadramento sociológico-cultural de compreensão do processo de formação da nacionalidade. Em ambos, ressoa no pensamento organicista manejado sob vieses particulares, para efeito de suas análises, a crítica compartilhada do postulado liberal individualista de organização da sociedade por via das instituições representativas, tendo em vista seu aspecto de formalismo universalista e de expressão abstracionista que preconiza o funcionamento do modelo político sobreposto aos diferentes e singulares contextos históricos nacionais.

A perspectiva analítica - e de dimensão *política*, pode-se apontar, no sentido amplo da afirmação de uma identidade própria (de viés pretensamente original) de nossa coletividade nacional – articulada sobre a questão do nosso povo, como noção orgânica reivindicada sob o esquadro da necessidade de atingir organicidade no processo de formação da nação, assemelha-se na escrita de ambos os autores, neste sentido de preencher de maior articulação coletiva a nacionalidade. Atenta-se, contudo, à ressalva em relação à dissonância existente nas expectativas de que eles partem na leitura da construção nacional, as quais se distanciam em torno do parâmetro de assunção de uma nova identidade social, cuja feição é, por exemplo, sugerida pela ideia de americanismo em “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque, e, em outra moldura, sob a delimitação de um novo modelo de Estado (enquanto Estado-Nação)⁸⁷, de acordo com o projeto político que emana das obras de Oliveira Vianna. Seus constructos discursivos sobre a nação correspondem a diferentes metodologias de enquadramento da organicidade como projeto de individuação nacional, elemento que ilustra modos distintos de interpretar o organicismo como postulado construtor da nacionalidade. Compartilha-se como afinidade estrutural em suas interpretações o sentido organicista de proporcionar maior coesão social ao povo como sujeito coletivo da nação, partindo-se como referencial de uma análise da história nacional que a lê como organismo em estado de formação. Vejamos, a partir de agora, sob o eixo de análise comparativa, como a interpretação de Sérgio Buarque elabora o tema nesse debate e traz, em suas formulações, algumas confluências com a análise de Vianna.

Sérgio Buarque constrói sua interpretação sobre o Brasil em torno de um ponto de partida que se assemelha ao conteúdo do diagnóstico feito por Oliveira Vianna, referente à inorganicidade dos vínculos sociais no país em termos de uma cultura de insolidariedade, que

⁸⁷ Trata-se de uma perspectiva analítica e política que, como bem observou Maria Stella Bresciani, subordina a elaboração da identidade nacional à ingerência do corpo político do Estado, isto é, segundo as próprias palavras de Bresciani, refere-se “à capacidade do Estado-Nação de se apropriar do monopólio da formação da identidade nacional”. Sobre essa concepção, ver: BRESCIANI, Maria Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 43.

aliás era um ponto característico dos apontamentos de uma série de intelectuais brasileiros referenciais nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, tais como Sílvio Romero, José Veríssimo, Alberto Torres, Manoel Bonfim e Gilberto Freyre etc. É importante pensar em eixo de relação o espectro dos diagnósticos sobre a “inarticulação” da sociedade brasileira, mediante o exame do processo de formação histórica nacional, apontados por essa variedade de autores, bastante distintos entre si em suas perspectivas analíticas. Importa analisar seus escritos, portanto, para além da circunscrição ideológica às formas de pensamento político a que subscrevem e rearticulam, tomando como parâmetro os temas que emergem a partir do contexto histórico de transformações substantivas - entendidas sob as noções progressivas de crise, desagregação, revolução - que ocorrem no Brasil daquele período e que formam a primeira camada experiencial da reflexão dos autores anteriormente citados como campo de investigação privilegiada.⁸⁸

Este pressuposto interpretativo é central neste trabalho e conduz nossa análise das discussões propostas pelos autores em foco - Oliveira Vianna e Sérgio Buarque - justamente pelo peso que eles deram no trato da questão da construção da nacionalidade. Assim como o investimento analítico que realizamos revelou alguns pontos e nós críticos assinalados por Vianna, este exame pode ser verificado de modo congruente na interpretação de Sérgio Buarque, tendo em vista um espectro de concepções que o autor operou ao longo de suas análises sobre a constituição do povo brasileiro. Em seu universo de reflexões, o tema da formação da nacionalidade é tópico presente desde seus artigos inaugurais publicados em revistas culturais e na imprensa a partir de 1920 e em torno de sua obra ensaística “Raízes do Brasil”, de 1936.

Em um desses textos críticos, intitulado *Ariel*, uma metáfora cultural sugestiva apropriada da peça shakespeariana a partir da leitura feita pelo intelectual uruguaio José Enrique Rodó na virada para o século XX, o autor postulou o sentido de incipiente integração social do país a partir de sua condição cultural de “sociedade em formação”, diagnóstico

⁸⁸ Quando se trata de analisar o espectro de diagnósticos sobre a apontada falta de organicidade da sociedade brasileira, tanto no que tange à formação de laços sociais sólidos, quanto à condição de representação postulada de uma unidade de pertencimento à cultura, é importante frisar que há pontos cruciais compartilhados como pressupostos das interpretações nacionais de vários intelectuais brasileiros da virada do século XIX e da primeira metade do XX. Como exemplo, repare-se que poder-se-ia referir as análises de autores como Azevedo Amaral, Plínio Salgado, Miguel Reale, Francisco Campos, Gustavo Barroso, entre outros, intelectuais que se colocam no campo de pensamento autoritário emergente no contexto de crise e erosão da experiência da Primeira República, a partir da década de 1930, em outro contexto histórico e político se comparado ao dos anos 1910 e 1920, mas que apresenta algumas continuidades e recorrências no que concerne ao tema resiliente dos diagnósticos sobre o caráter de fragilidade dos vínculos sociais do povo brasileiro em torno a uma identidade coletiva fragmentada, quando não apontada como inexistente. Era, nesse sentido, um traço comum a esses diferentes autores, que atravessa diagonalmente os quadrantes ideológicos, não podendo ser a eles reduzido, sob pena de circunscrever por demais o campo de análise do pensamento do período.

relacionado à busca do florescimento de “um caráter nacional de que tanto carecemos”⁸⁹. Sob essa perspectiva de análise, colocava-se no centro do debate a *formação espiritual* do povo - no sentido de que cada organismo sociocultural identificado coletivamente como povo possuía um traço identificatório, delimitado pela noção de “espírito” - e se deslocava, portanto, da dimensão política da independência como um fator de menor escala em face da elaboração cultural como manifestação *real e aprofundada* da emancipação dos povos.

Esta ideia foi apresentada pelo autor já em seu primeiro artigo escrito, datado de abril de 1920, designado “Originalidade literária”, o qual pode ser lido em relação serial com “Ariel” pela problemática de delimitar uma “essencialidade” à nação, ideal expresso pela articulação do elemento “original” que emerge a partir da dissociação fundante estabelecida pelo autor entre a esfera referida de formação espiritual do povo (em sentido próximo ao ideário romântico de cultura)⁹⁰ e a esfera político-institucional da independência formal dos povos. Tratava-se, para o autor, de perscrutar o entendimento da dimensão de “independência intelectual de um povo” sob os termos do florescimento de uma individualidade nacional, no sentido da afirmação de sua originalidade “interior”, delimitada a partir de seus estudos em âmbito literário e cultural que marcam sua produção dos anos 1920 de modo geral. Nesse registro, percebe-se que o evento político fundante - a independência do Brasil de 1822 - é visto como fenômeno “exterior” e formal em face da prevalência do peso concentrado e atribuído à dimensão cultural e intelectual da formação nacional.

Ainda que o discernimento identitário em relação à experiência estrangeira não passasse pelo crivo especificamente político, como ocorre categoricamente na interpretação de Vianna, conforme a representação simbólica que o autor fez da prática de “importação” de ideias e instituições políticas assentadas em modelos externos, cabe pontuar que em Sérgio Buarque o

⁸⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Ariel. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária. Organização de Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, volume I, 1920-1947, 1996[1920], p. 42-45. Artigo publicado originalmente na *Revista do Brasil*, editada por Monteiro Lobato na cidade de São Paulo, em maio de 1920, no número 53 do periódico. Neste texto, Sérgio Buarque escrutina a formação “espiritual” do povo brasileiro como questão que se coloca para o conhecimento efetivo da realidade social do país e, em nexos orgânicos, para a construção de seu caminho político-cultural futuro. No cenário específico em análise, envolto na tematização do americanismo, o autor construiu uma interpretação que contrastava radicalmente a identidade brasileira, nos termos do “espírito do povo” (em sua “índole” e “temperamento”, nos signos propostos pelo autor), da identidade norte-americana, então no centro do debate cultural brasileiro dos anos 1920.

⁹⁰ Nesta concepção, emergente no ano de 1920 desde seus artigos publicados na imprensa, Sérgio Buarque se aproxima e se apropria, pode-se dizer, de uma constelação de autores da crítica literária e sociológica brasileira de finais do século XIX e inícios do século XX, como Sílvio Romero e José Veríssimo, presentes de modo recorrente no *corpus* textual de seus primeiros artigos publicados em 1920. O artigo “Originalidade literária” é uma peça exemplar para vislumbrar este intertexto operado nas análises culturais buarqueana. Nessa perspectiva, seu entendimento acerca da cultura e da literatura, em sentido alargado, compreende-as enquanto manifestações gerais do espírito do povo como qualidade “natural” revelada por estes dispositivos intelectuais.

mote da crítica é o critério de delimitação da cultura nacional como entidade orgânica própria, como questão referente à subsunção de um caráter singular⁹¹. De modo aplicado à nossa experiência histórica, essa reflexão é tecida por meio da consideração de que somos “estrangeiros” em relação à *nossa cultura*, isto é, a dissonância se coloca entre a transplantação de uma cultura europeia (e nossa como saldo, entrelaçadas) que nos liga à tradição das nações ibéricas e a constatação de que o território “americano” (no sentido geográfico) de seu destino lhe seria “desfavorável”, inorgânico, pois afastado das condições “naturais” de ambiência a partir das quais se estabeleceu o quadro de vida em Portugal e na Espanha, segundo a linha argumentativa de viés naturalista que o autor desenvolveu em sua obra “Raízes do Brasil”.⁹²

A leitura do descompasso constatado entre a nossa forma de vida e o ambiente em que ela foi articulada ressalta a dissonância atrelada ao plano da cultura como raiz da problemática. O filtro de delimitação da identidade postulada como campo semântico de pertencimento e de “originalidade” - tratados enquanto ideais e expectativas de realização nacional, já que sua leitura constata a alheabilidade/estrangeiridade do ser brasileiro em relação à sua terra - no *corpus* desenvolvido por Sérgio Buarque passa pela análise da cultura como um organismo vivo que rege, enquanto forma - no sentido de molde de formatação -, a vida social e lhe condiciona sua adaptabilidade a modelos externos. A cultura é estabelecida como *a* dimensão substantiva da realidade social. O problema é estruturado, assim, a partir de uma visão organicista aplicada em torno da cultura (nacional). Veja-se, abaixo, o teor dessa análise:

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas

⁹¹ No artigo “Ariel”, assim como em seu texto intitulado “A quimera do monroísmo”, ambos de 1920, o autor estabelece uma diferenciação radical do Brasil em relação aos EUA como estratégia de consubstanciação de uma identidade nacional brasileira que deveria orientar, a seu ver, tanto a forma de vida social quanto a política institucional adotada em nosso país. Estes pontos serão trabalhados de modo mais detalhado na análise feita no terceiro capítulo desta tese, que versa sobre a perspectiva de construção da nacionalidade segundo a representação discursiva particular de Sérgio Buarque de Holanda. Sobre isso, consultar: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Ariel. In: O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária. Organização de Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, volume I, 1920-1947, 1996, p. 42-46. Artigo publicado originalmente na Revista do Brasil, de São Paulo, em maio de 1920; HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A quimera do monroísmo”. In: COSTA, Marcos (org.). Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro I, 1920-1949. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 9. Artigo publicado originalmente na revista paulistana *A Cigarra*, em julho de 1920.

⁹² Cabe assinalar que esta imbricação orgânica (justaposta como vital) entre a nossa cultura e a tradição “ibérica” - a *lusitana*, em especial - é estabelecida como zona de “alma comum” por Sérgio Buarque na análise histórico-cultural realizada em “Raízes do Brasil”. Veja-se o seguinte trecho como exemplificação emblemática dessa representação simbólica construída: “No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 26ª edição, 1995, p. 40.

ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.⁹³

A expressão do organicismo como postulado marcante do diagnóstico de *desterro* do ser nacional em sua experiência de não pertencimento à sua própria terra se origina, segundo o autor, na prática de transposição de uma “cultura europeia [ibérica] em extenso território” que lhe seria alheio, tendo em vista como ponto de partida a noção de cultura trabalhada pelo autor ao longo de seus textos, sobretudo no texto de “Raízes do Brasil”, no qual há uma configuração particular a ela dada como substrato orgânico de construção da identidade (nacional) do povo:

[...] é em vão que temos procurado importar dos sistemas de outros povos modernos, ou criar por conta própria, um sucedâneo adequado, capaz de superar os efeitos de nosso natural inquieto e desordenado. A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida.⁹⁴

O organicismo concebido enquanto lógica matricial de compreensão da cultura - ideia que invoca um sentido fundante de cultivar a sua terra em prol da vida coletiva⁹⁵ - revela-se na argumentação acima mediante a leitura de que existe um substrato de identidade com o passado na estruturação do nosso “quadro de vida”, noção que abarca as formas de convívio e traços culturais do país dispostos a partir do recurso histórico à “experiência” e à “tradição”. A leitura da história feita em conexão com a questão orgânica da formação do povo permitiria conhecer os fundamentos que performam os traços da nossa realidade cultural, os quais operam como filtros que selecionam, à moda de um metabolismo orgânico, o que será processado no sentido biológico de absorvido e assimilado como matéria ajustada ao desenvolvimento do organismo sociocultural nacional. A metáfora orgânica da “absorção” revela o fundo organicista projetado sobre a cultura como dimensão central que condiciona e delimita sob seus desígnios e demandas o modo de ser da nossa realidade, conferindo a este âmbito preciso a unicidade cujo modelo que compreende sua expressão se apropria da ordem metaforizada – de viés biologicista - da vida orgânica. Com a noção teórica de quadro de vida, define-se, para o autor, o parâmetro que assinala a unidade cultural (no sentido da unicidade) correspondente a cada nacionalidade.

Esta compreensão da cultura mediante uma leitura organicista – montada a partir de uma série de metáforas orgânicas empregadas - apresenta a função de naturalizar uma ideia relativa a nosso modo de ser em particular, propondo-o como estado funcional à relação que estabelecemos com nosso âmbito de vida, aspecto impresso nas referências metafóricas à cultu-

⁹³ Idem, *ibidem*, p. 31.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 40.

⁹⁵ O sentido projetado de processo simbólico ao âmbito da cultura preserva, na interpretação de Sérgio Buarque, de forma contínua em seus artigos dos anos 1920 e em “Raízes do Brasil” a ideia de organicidade dessa dimensão como forma de vida, em sua expressão de teor naturalista, isto é, trata-se de semear, cultivar, maturar e fazer florescê-la, como no significado latino etimológico do termo.

ra como expressão da vida e ao “nosso natural inquieto e desordenado”, estado que, segundo o autor, sintetiza o comportamento elementar e generalizado do povo como ente coletivo. A imagem do “desterrado” daí derivada é o saldo dessa leitura que tem por propósito destacar o distanciamento do ser brasileiro - desde seu estado de espírito naturalizado pelo autor - com a realidade social e institucional que lhe é circundante e, sobretudo, com sua “terra”, noção utilizada para fundamentar o substrato dessa crítica.⁹⁶

Repara-se que esse entendimento organicista cultural, o qual compreende teoricamente a noção de cultura como elemento regente e formula o diagnóstico da inorganicidade do brasileiro em sua “própria” terra, de modo a desnudar o postulado orgânico que sugere a necessidade de harmonização e integração entre o meio (considerado a base do organismo social) e a forma de vida como nexos fortes, une-se à leitura de que o estatuto cultural que nos performa condiciona o “nosso natural inquieto e desordenado”, isto é, a característica de instabilidade sociopolítica descrita como “nossa incapacidade de organização sólida”⁹⁷, cenário no qual faltaria coesão e articulação ao universo dos vínculos sociais. O cenário macrosocial da falta de organização da sociedade advém da camada de experiência cultural e psicológica formativa do ser brasileiro, que transcende sua individualidade e passa a caracterizar, a seu modo, a vida nacional como paradigma das relações estabelecidas no mundo público. Trata-se de uma questão que tem sua origem e fundamento, para o autor, na tradição cultural ibérica que adquiriu, por efeito da história colonial, lastro na modelagem do “espírito brasileiro”:

A vida íntima do brasileiro nem é bastante coesa, nem bastante disciplinada, para envolver e dominar toda a personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de formas e de gestos que encontra em seu caminho, assimilando-os frequentemente sem maiores dificuldades.⁹⁸

⁹⁶ A noção de “terra” é utilizada pelo autor no sentido de lugar natal, mas também em sua conotação cultural de pertencimento simbólico mais profundo a um modo de ser entendido como próprio e harmônico a este lugar. Em certo sentido, “terra” ocupa a posição de conceito equivalente funcionalmente (e não do ponto de vista semântico, frisa-se, pois no caso de Sérgio Buarque tem expressão de peso mais cultural) à noção de “meio” nas obras de Oliveira Vianna como fator análogo determinante da vida nacional.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 33.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 151. É importante ponderar que esta passagem contida em “Raízes do Brasil” já fazia parte de um longo ensaio que Sérgio Buarque publicou um ano antes do livro na revista *Espelho*, do Rio de Janeiro, em março de 1935, intitulado “Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social”. Inclusive, cabe citar que esta é uma passagem que sofreu pequenas alterações na publicação da segunda edição de “Raízes do Brasil”, de 1948, se comparado ao excerto original do ensaio de 1935, reproduzido na íntegra na primeira versão do livro, de 1936. Como as modificações foram de termos que não possuem maior carga ideológica que pudesse sugerir modificação de posicionamento político, optamos por não fazer a demonstração do cotejamento, pois não há mudanças que possam ser consideradas realmente substantivas.

Esta circunstância concreta de instabilidade procedente do indivíduo rege, no plano da nacionalidade, sua faceta de tradução do ponto de vista político e social da vinculação orgânica a um modo de viver onde impera o regime da “cultura da personalidade”, que é, aliás, para o autor, o traço de originalidade atribuído à conformação da tradição ibérica que nos foi legada. Sob esse conceito, o autor entende tratar-se de uma característica cultural “que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais”. Segundo o autor,

Pode dizer-se, realmente, que pela importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço, devem os espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional. Para eles, o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste.⁹⁹

Como o pressuposto teórico-metodológico que o baliza expressamente é o de que a cultura informa a plataforma a partir do qual se desenrola a forma de vida social, o âmbito político se ajusta como esfera de pertencimento a uma ideia de vida que lhe precede, e cuja expressão foi formulada pelo autor como de convívio entre “barões”, cuja possibilidade de consenso, relação entretida com base em interesses comuns e ideias convergentes, é mínima ante o poder pessoal e a esfera de influência privada sobre os demais. O estudo enfocado da natureza dessa personalidade gestada a partir da tradição cultural ibérica, para cá transplantada nos tempos coloniais, é articulado como fator explicativo do modo de configuração da nossa vida nacional, cujo saldo é, desde a justaposição dessa causalidade de peso cultural, marcado pela “frouxidão da estrutura social”:

É dela [da apontada “cultura de personalidade”] que resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos [ibéricos]. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida.¹⁰⁰

Assim como Oliveira Vianna apontara a fragilidade dos vínculos sociais no país, restritos à excepcionalidade da “solidariedade do clã pessoal” em sua leitura, Sérgio Buarque assinala a existência do problema da falta de coesão social formulando-o como “tibieza das formas de organização” à luz de outro fator explicativo, se comparado à análise sociológica de Vianna: o condicionamento da forma de vida social desde a amplitude da formação cultural que lhe dá sentido e conteúdo, assentado na visão de que a influência da tradição cultural

⁹⁹ Ibidem, p. 32.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 32.

determina o modo de interação com o território¹⁰¹, e não a proeminência do meio como o elemento orquestrante, por excelência, do processo de estabelecimento das formas de solidariedade social, como fora pensado por Vianna. Na interpretação buarqueana, é o fator cultural proveniente da forma(ta)ção cultural ibérica que influencia e, por sua vez, delimita enquanto critério o modo de funcionamento de nossa sociedade, a partir do traço de personalidade “cordial” que ele promove por meio de um laço de solidariedade restrito a círculos “particularistas”, o que favorece a esfera de atuação dos “barões”.

Para o autor,

A bem dizer, essa solidariedade [dos interesses], entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesses - no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre plano mais vasto, gremial ou nacional.¹⁰²

Chama a atenção que para Sérgio Buarque, assim como para Vianna, a experiência social brasileira é marcada pelo baixo associativismo social e político, o qual não é capaz de transcender a esfera privada dos vínculos primários, relativos essencialmente à seara da amizade e do emotivo. Este particularismo social que, no limite, obstaculiza a coesão do coletivo nacional reflete-se na experiência política da realidade brasileira ser, na análise buarqueana, comparada à de terra “onde todos são barões”, aproximando-se da observação de Vianna de que em nossa organização social “todos mandam e ninguém obedece”¹⁰³, o que gera um contexto de “desordem geral” e instabilidade como padrão regular da vida social. O aspecto comum ressaltado por ambos aponta a dificuldade de organização “racional” (no sentido

¹⁰¹ O mote explicativo assinalado por Sérgio Buarque remonta à tradição cultural ibérica elencada como fator estruturante da sociedade brasileira. Nesse sentido, o elemento central de análise da performática do social é a tradição transnacional herdada à nação brasileira, que parte, portanto, da consideração primeira das “nações hispânicas” como seu lugar de procedência: “À frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo-se nelas Portugal e o Brasil”. Ibidem, p. 33.

¹⁰² Ibidem, p. 39.

¹⁰³ Cf. VIANNA, op. cit., p. 377. Na passagem de “Populações meridionais” onde examina a desordem nacional a partir da concepção de baronato onde todos procuram mandar desgovernadamente, Vianna critica o efeito político disso, mas ressalva a índole de temperança do povo brasileiro como qualidade positiva que ameniza este efeito que poderia precipitar, em outras culturas, um cenário de violência sistemática, em seu entendimento: “Realmente, essa faculdade de ir bem no meio da desordem geral, esse regime de desgoverno, que não impede nem a ordem, nem mesmo o progresso, tem a sua principal razão de ser na índole do povo, no seu espírito inato de equidade, justiça e moderação, na sua fina sensibilidade moral, riquíssima de atributos nobres e cavalheirescos. Em qualquer parte do mundo, tal regime, em que todos mandam e ninguém obedece, teria degenerado em anarquia mexicana ou em mazorca platina - e feito a sociedade regredir à época do homem das cavernas”. Idem, ibidem. O problema é de caráter político, advindo da organização social do país, que deve sua forma à estruturação dos extensos domínios independentes que caracterizam o meio rural brasileiro. Não se trata, ainda que o autor busque como fundamentação primeira a noção generalista de índole do povo, de um problema de ordem moral incorrigível. Nesse sentido, pode-se concluir que o autor encaminhou sua análise aos fatores sociais e políticos como corresponsáveis pela formatação da nossa sociedade.

burocrático de impessoalidade) dos interesses em nome da ordenação coletiva representativa da nação.¹⁰⁴

Cabe analisar que nessa interface entre seus apontamentos reside, no entanto, uma profunda diferença no fundamento a partir do qual o problema é pensado e articulado. Se em Vianna, a análise se efetiva em torno do viés formativo de uma estrutura sociológica autônoma que se desenvolveu no país a partir dos grandes domínios rurais como base de organização da sociedade, e cujas implicações culturais e políticas revelariam-se por meio de um padrão de sociabilidade particularista, facciosa e *clânica* desenvolvido no ambiente rural, em sua concepção, para Sérgio Buarque a problemática passa, de outra maneira, pelo modo operante resiliente de traço cultural que advém da transferência de uma forma de vida (ibérica/lusitana) à terra brasileira que persiste, ainda, como modelo *vital* que organiza a sociedade brasileira na contemporaneidade. É a partir dessa compreensão cultural que o autor posiciona, com efeito, seu argumento acerca da inexistência de sistematicidade social. Ainda que, por um lado, o saldo conjunto de suas explicações ofereça, em paralelo, conteúdos semelhantes no que concerne à lógica das relações sociais e do diagnóstico substantivo da falta de coesão presente nos vínculos estabelecidos pelos atores sociais, a configuração do problema em questão (versado sobre os laços de solidariedade coletiva) é, como se verifica, orientada desde diferentes filtros de modulação da *fisionomia* dada ao organicismo, atrelada a fatores distintos em sua origem.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Sérgio Buarque ilustra, a partir da análise da história colonial do país, o sentido tendencial de agregação existente entre os indivíduos como de caráter exclusivamente pessoal, *personalista*, de modo que o resultado desse tipo de vinculação social precária é a formação de uma nação análoga a um “todo incoerente e amorfo”, o que denota o pressuposto organicista de sua leitura do social. Faltaria, nessa linha argumentativa, organicidade social ao conjunto nacional. Sobre isso, ver: *Ibidem*, p. 61. A linha de força organicista que orienta seu diagnóstico social atrelado à experiência colonial era ainda mais marcante na primeira edição de *Raízes do Brasil*, de 1936, em que o autor explicitamente afirmava que “nossa sociedade era, assim, um organismo amorfo e invertebrado”. Esta frase foi modificada a partir da segunda edição de *Raízes*, de 1948, tendo em vista aplacar o sentido organicista matricial de sua leitura. Sendo assim, o autor substituiu, uma década depois, a concepção de que a sociedade era “um organismo amorfo e invertebrado” para a versão suavizada de que era “um todo incoerente e amorfo”. Para contemplar a passagem em estado original do texto, consultar: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 32.

¹⁰⁵ Conforme Sérgio Buarque assinala em outra passagem elucidativa de “*Raízes do Brasil*”, a restrição dos laços de solidariedade no Brasil à escala das relações pessoais organizadas mais por fatores concretos do que por ideias ou conceitos abstratos é a expressão de um fenômeno cultural, cujo desdobramento político e, sobretudo, no campo de relações partidárias é uma espécie de sua tradução, constituindo propriamente um “sintoma”, segundo a expressão utilizada pelo autor, e não a sua causalidade. Segundo o autor, “na tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional. Por mais que se julgue achar o contrário, a verdadeira solidariedade só se pode sustentar realmente nos círculos restritos e a nossa predileção, confessada ou não, pelas pessoas e interesses concretos não encontra alimento muito substancial nos ideais teóricos ou mesmo nos interesses econômicos em que se há de apoiar um grande partido. Assim, a ausência de verdadeiros partidos não é entre nós, como há quem o suponha singelamente, a causa de nossa inadaptação a um regime legitimamente democrático, mas antes um sintoma dessa inadaptação”. Cf. HOLLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*, p. 182. Essa passagem parece dialogar, por hipótese, nas entrelinhas com a perspectiva de Oliveira Vianna, com a ressalva de que Sérgio Buarque compreende a atuação dos partidos a partir da expressão cultural “*personalista* e *particularista*” que nos caracterizaria, a seu ver.

Sérgio Buarque sintetizou a leitura da falta de organicidade social a partir da noção de cordialidade, elaborada como conceito cultural que propõe a imagem do brasileiro como “homem cordial”, o qual propõe a visão de predomínio da esfera do privado e do familiar de tonalidade emotiva sobre a pólis e a cena pública, espaço que deveria ser organizado hipoteticamente sob outros moldes mais racionais e objetivistas. A ideia de cordialidade visa a dar um sentido generalista à personalidade histórica imperante na vida nacional, que a liga à tradição cultural ibérica que teria moldado o “espírito brasileiro”. Na representação da nação, a cordialidade é o fenômeno postulado que projeta os valores ligados à dimensão familiar e privada para o domínio do público, capturando-o desde uma lógica particularista informada no terreno dos sentimentos pessoais:

[...] é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar - a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração - está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós.¹⁰⁶

Percebe-se a partir desta passagem que a teorização do curso histórico nacional é feita com base na expressão de um comportamento que dificulta a edificação de valores coletivos comuns entre os cidadãos no terreno público. A representação da história brasileira mediante a ideia de cordialidade, proposta como noção que permite construir o sentido de invasão do público pela atmosfera de relações primárias do âmbito privado e familiar, cuja ética é dotada de um “fundo emotivo”¹⁰⁷, pressupõe um lastro de continuidade que moldou o modo de ser nacional e, para o qual, há, ainda, um longo caminho a ser percorrido para desagregá-lo enquanto nossa formação cultural (*espiritual*) em prol do senso de coletividade. Em vista disso, o âmbito de referência a partir do qual este processo de transformação abrangente do quadro de vida brasileira poderá ser percorrido em relação aos signos da insolidariedade social e da cordialidade é um ponto chave de afastamento das perspectivas de projeção de futuro do país

Para Vianna, que converge com o autor na crítica da estruturação dos laços de solidariedade social no país, o centro da questão é, no entanto, posicionado na ideia de formação social e política nacional. Encontra-se aí a principal fronteira analítica que o separa fundamentalmente das análises buarqueanas, para o qual a política não é o terreno crucial do processo de construção nacional, em contrapartida.

¹⁰⁶ Cf. HOLANDA, Sérgio B. de. Op. cit., p. 146.

¹⁰⁷ Em outra passagem, Sérgio Buarque qualifica a ética brasileira - no sentido de conduta comportamental referente ao agir social - à luz de uma noção psicologizante em que prevalece a emotividade ante à racionalidade atribuída como lógica regente dos interesses públicos no Brasil. Segundo o autor, tem-se que “o desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade. E é tão característica, entre nós, essa maneira de ser, que não desaparece sequer nos tipos de atividade que devem alimentar-se normalmente da concorrência”. Cf. Ibidem, p. 148-49.

em Oliveira Vianna e Sérgio Buarque. Este será, com efeito, o próximo tópico em análise do capítulo.

1.2 Caminhos da construção nacional: leituras organicistas dissonantes em chave de crítica ao liberalismo no Brasil

Como vimos, as abordagens da nacionalidade feitas por Oliveira Vianna e Sérgio Buarque possuem uma plataforma de confluências dada pelo uso (particular em cada autor, ressalta-se) do organicismo como concepção de base a qual ambos os intelectuais mobilizaram em seu esforço de problematização histórico-sociológica da nação, entrelaçado a sua constituição enquanto objeto de construção política e cultural no ambiente intelectual dos anos 1920 em torno do qual os autores se colocaram. Neste âmbito de discussão que perpassa os escritos dos autores e os permite compreendê-los em aproximação à problemática de construção da nação, em face dos impasses e dilemas descortinados por suas interpretações históricas, suas perspectivas de compreensão da nacionalidade brasileira colocaram-se em relação ao problema efetivo do modo de organização social entendido como precário e fragmentado, tendo em vista o apontamento do universo de laços frágeis e de escala restrita que constituiria nossa sociedade, para ambos.¹⁰⁸

Os caminhos distintos que se abrem a partir do diagnóstico concordante de ambos acerca da vulnerabilidade da nossa organização social¹⁰⁹ como ponto de partida encaminham prognósticos dissonantes sobre a modulação do organicismo que, no entanto, compartilham o

¹⁰⁸ Sérgio Buarque formula uma questão que permite identificar o problema da falta (da “incapacidade”, no seu entender) de organização sólida da vida social brasileira ao mesmo tempo que renega a possibilidade de enfrentá-lo a partir de uma posição que preconize o regresso de uma experiência histórica passada - associada à noção de uma “tradição”. A noção de organização é pensada, importa fazer essa elaboração para demarcar a diferença com Oliveira Vianna, a partir de um pressuposto de espontaneidade que caberia à própria vida nacional dar conta e construir, e não a esquematizar racionalmente sob o molde de um preceito teórico ou modelo político supostamente adaptado à leitura da nossa realidade. Veja-se a seguinte passagem como forma de ilustrar este argumento: “A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem. Os mandamentos e as ordenações que elaboraram esses eruditos [os nossos governantes] são, em verdade, criações engenhosas do espírito, destacadas do mundo e contrárias a ele. [...] E será legítimo, em todo caso, esse recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organização da sociedade? Não significaria, ao contrário, apenas um índice de nossa incapacidade de criar espontaneamente?”. Cf. HOLANDA, Sérgio B. de. Op. cit., p. 33.

¹⁰⁹ Esta expressão - que aponta a vulnerabilidade da nossa organização social - foi tema constante das reflexões de Oliveira Vianna e de Sérgio Buarque, conforme vimos em páginas anteriores. Sérgio Buarque, por exemplo, intitula um tópico de seu ensaio “Corpo e alma do Brasil” (1935) como “O ponto vulnerável da nossa organização social”. Sobre este tópico de análise específico, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social”. In: COSTA, Marcos (org.). Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro I, 1920-1949. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 74-75.

anseio de projetar o futuro nacional sob o prisma da afirmação de um *novo estado de coisas* na ordem da vida social, aspecto que vem sendo apontado pela crítica especializada.¹¹⁰ Esta expectativa confluyente do remodelamento em ampla escala da nossa identidade coletiva é apartada do liberalismo enquanto corpo teórico e sistema político-institucional, na medida em que a doutrina liberal é qualificada por ambos autores como preceito inadequado às tarefas de organizar a nação e promover a articulação da sociedade, pois não daria conta, fundamentalmente, da compreensão histórica da nossa realidade segundo seus parâmetros sociológicos tidos como particulares, singulares e orgânicos.

A pluralidade de perspectivas gestadas em relação a um novo equacionamento da nação brasileira, que lidasse com este lastro de vínculos sociais restritos a laços de afeto, de sangue e de dependência política e econômica, bem como os caminhos que passam a prospectar, tem por horizonte teórico a articulação da sociedade em escala coletiva (no plano do *nacional*) que possa transcender à ordem particularista dos clãs, facções e famílias, organizados segundo a lógica patriarcal dos interesses privados e primários (nas concepções comuns a Vianna e Holanda), em busca da formação de um organismo social mais coeso em âmbito nacional.¹¹¹ Nesse sentido, os modelos de compreensão do organicismo que decorrem das interpretações de ambos os autores se orientam segundo termos críticos ao liberalismo da experiência da Primeira República brasileira, associado a seu modelo político federalista de tipo descentralizador, tendo em vista seu suporte teórico-doutrinário, centrado no indivíduo como unidade do social e na articulação da representação política como princípio formal de expressão

¹¹⁰ O mapeamento analítico da aproximação entre os diagnósticos sobre a nação brasileira e, sobretudo, em relação ao tema específico da identidade nacional entre vários intelectuais brasileiros das primeiras décadas do século XX e, neste campo de referências, entre Oliveira Vianna e Sérgio Buarque, foi estudado e bem apontado por Maria Stella Bresciani como um fundo compartilhado de ideias que se colocam, no imaginário da nossa sociedade, enquanto “lugares do ‘comum’”. Cf. BRESCIANI, Maria Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil, 2007, p. 40-41. O apontamento das confluências existentes entre os diagnósticos histórico-sociológicos sobre o Brasil de Oliveira Vianna e de Sérgio Buarque, em específico, foi demonstrado no artigo de Ângela de Castro Gomes já referido por nós neste capítulo. Ver: A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 2010, p. 291-304.

¹¹¹ Para Sérgio Buarque de Holanda, em uma passagem que pode ser interpretada como emblemática de seu ensaio intitulado “Corpo e alma do Brasil”, de 1935, e que foi reproduzida com modificações na obra “Raízes do Brasil” a partir de sua segunda edição, de 1948, a construção política liberal apresentava dificuldades em obter sucesso na organização da sociedade, tendo em vista seu desacordo, em linhas gerais, com a forma de vida cultural que nos seria característica. Segundo o autor, o objetivo em vista era “a consolidação e a estabilização de um organismo social e nacional”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social”. In: COSTA, Marcos (org.). Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro I, 1920-1949. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 74. No texto revisado de “Raízes do Brasil”, inscrito em uma conjuntura política de “ares” menos conservadores e mais liberais, o termo “organismo” - em explícita referência organicista de análise sobre a sociedade - foi suprimido e substituído pela palavra “conjunto”.

da cidadania.¹¹² Estes aspectos da crítica feita desde o postulado organicista cristalizam as marcas da historicidade das produções intelectuais aqui em análise, na medida em que informam o contexto social que as delimitam.

No quadro formado pelo âmbito da crítica organicista, ressaltavam-se as dificuldades de organização e sistematização da sociedade sob o regime liberal, e, em tom mais acerbo, apontavam-se os “males” da experiência política do liberalismo aplicado ao país a partir da suposta ausência de leitura da realidade social concreta - que avança sobre o comportamento do povo - existente para além da dinâmica propriamente institucional, sendo esta sobrevalorizada como dimensão pelo regime liberal. Condensa-se, assim, a ideia de que sua experiência promoveu e favoreceu a desarticulação de uma sociedade que não é coesa por princípio em sua formação histórica. Nesse sentido, faltaria para o funcionamento do liberalismo como teoria e do modelo federalista como prática na realidade nacional o substrato de uma sociedade coesa e organizada, isto é, os fundamentos necessários como condição *sine qua non* para a sua operatividade.

Nas apreensões do liberalismo feitas por Oliveira Vianna e por Sérgio Buarque de Holanda, inexistiria uma adaptação dos princípios teóricos do sistema político implementado no país com a formação histórica e cultural nacional - a realidade social preexistente que deveria mediar essa relação sob o ponto de vista de uma maior congruência.¹¹³ Cabe assinalar que, para Sérgio Buarque, o significado do liberalismo como ideia atrelada a um sistema político de organização da sociedade é interpretado como não estando ajustado, do ponto de vista cultural, ao modo de vida e ao “espírito do povo” que caracterizaria o país, de maneira que este é um problema político lido fundamentalmente, no entanto, sob o ângulo do desenvolvimento “inter-

¹¹² A crítica feita ao liberalismo como sistema político centrado no individualismo enquanto parâmetro de leitura do social disseminou-se no contexto dos anos 1920 e 1930 no Brasil, nas Américas e na Europa Ocidental como realidade dos debates nacionais. Luciano Aronne de Abreu e Luis Carlos dos Passos Martins analisam a presença dessa crítica no pensamento dos intelectuais autoritários na década de 1930, chamando a atenção para a leitura que Azevedo Amaral, por exemplo, fez do que considerava ser o problema crucial que o sistema liberal apresentava no caso brasileiro: “[Azevedo] Amaral demonstra frequente preocupação em listar o ‘primado do individualismo’ como um dos maiores problemas do liberalismo clássico, em virtude da sua incapacidade para fornecer solidariedade social e organicidade às ações dos membros de uma nação, problema que acometia o Brasil nos anos 30, mas não era exclusivo dele”. Ver: ABREU, Luciano A. de; MARTINS, Luis Carlos dos P. Ordem social e desenvolvimento econômico: um corporativismo à brasileira. In: LEAL, Ernesto Castro (coord.). Organicismos e Política. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, e-book, 2017, p. 110-111.

¹¹³ Sérgio Buarque trabalha essa ideia de que o liberalismo democrático-constitucional não teria sido adaptado, por parte da elite política e intelectual dirigente do país, às circunstâncias históricas e culturais particulares da nossa nacionalidade. Em sua chave de leitura historicista, o autor afirma que “a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes”. Cf. HOLANDA, Sérgio B. de. Raízes do Brasil, p. 160. Deve-se apontar que, para o autor, em páginas adiantes da citação anterior de “Raízes do Brasil”, o liberalismo não é assinalado, por princípio, como incompatível com a formação nacional; inclusive, segundo ele aponta, há tópicos que permitem aproximá-los. O que faltaria é uma mediação adaptativa da realidade institucional liberal às características que formam o substrato cultural brasileiro (do “homem cordial”) enquanto real preexistente.

no” de organicidade da formação cultural nacional desde o contexto do pós-Independência. Assim compreende-se, na visão do autor, o sentido de desajuste histórico-cultural de base que estruturaria essa relação. Veja-se como o autor trabalha o tema em “Raízes do Brasil”, de 1936:

Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade. Não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção da vida bem definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena. Os campeões das novas ideias esqueceram-se, com frequência, de que as formas de vida nem sempre são expressões do arbítrio pessoal, não se “fazem” ou “desfazem” por decreto.¹¹⁴

A camada de sentido organicista dá o tom do argumento e o justifica teoricamente como expressão reveladora de um descompasso de ordem vital entre o ideário liberal, representado pela referência moderna às “novas ideias”, e a “forma de vida” - no excerto, o autor aponta a ausência de uma “maturidade plena” da ideia liberal em relação ao nosso povo, fenômeno descrito enquanto ausência de “uma predisposição espiritual e emotiva”. Contrasta-se, no nível do argumento, a possibilidade de implementação da “nova” plataforma política à formação cultural (espiritual, utilizando-se sua noção) do povo que é processo concebido como contínuo e de temporalidade alongada, movido, com efeito, por uma escala de tempo naturalizada que necessita progressivamente avançar para que uma ideia tome “corpo” e apresente, assim, desenvolvimento expressivo correspondente a uma “maturidade plena”, enquanto percepção orgânica de uma demanda espontânea e autônoma partindo da sociedade civil.¹¹⁵

O processo político envolto na implementação prática da ideia de liberalismo é, dessa forma, lido prioritariamente em sua dimensão cultural de constructo que deveria partir dos anseios da “forma de vida” existente como quadro principal a ser contemplado, indicando a expressão de uma maturação histórica e social. Essa perspectiva de compatibilização que preconiza, por pressuposto, a organicidade das ideias políticas às demandas “espirituais” de base advindas das realidades nacionais a partir das quais deveriam se originar, segundo essa concepção, é também mobilizada recorrentemente, ainda que sob uma maneira distinta, frisa-

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 160-61.

¹¹⁵ Neste aspecto fundamental do organicismo de seu pensamento, pode-se vislumbrar a ligação estreita da concepção de sociedade como desenvolvimento orgânico contínuo com a ideia de uma escala de tempo progressivo, de curso ascendente, que a permitiria manifestar-se, isto é, possibilitaria o florescimento social ao longo do tempo como o “desabrochar” da nacionalidade. Retomamos, assim, o fio que havíamos exposto páginas atrás, na seção de introdução deste capítulo, da ideia estruturante de concepção da nacionalidade como um organismo social em constante formação, na expressão organicista em voga nos debates das primeiras décadas do século XX no país, conforme apontado naquela seção. Ao descortinar, neste plano de análise, as presenças do organicismo na compreensão da sociedade e na narrativa histórico-cultural interpretativa da nação proposta por Sérgio Buarque, o trabalho de João Kennedy Eugênio é importante referência para este conhecimento. Consultar: EUGÊNIO, João Kennedy. Um ritmo espontâneo: o organicismo em *Raízes do Brasil* e *Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010, 480 f.

-se, por Oliveira Vianna em seu “Populações meridionais do Brasil”.

Faltaria, para ambos os autores em suas interpretações, o ajuste dos princípios liberais em relação aos anseios ditados pelo “espírito” nacional, isto é, ser uma demanda autônoma enquanto ideia das aspirações sociais do povo como sujeito político coletivo, e não como imposição normativa ou mecânica de plataformas alheias aos interesses da pronunciada coletividade nacional. O apontamento da falta de organicidade que existiria entre o liberalismo e a vida nacional é feito por Vianna a partir de um ângulo mais pragmático que preconiza a busca da integração política da nacionalidade a partir de sua organização administrativa (aqui entra a crítica política contextual à Constituição Republicana de tipo federativo de 1891), a qual o liberalismo desfavoreceria como parâmetro de organização social, segundo a linha de argumentação desdobrada por este autor.

Do modo como ele o concebe, a leitura política é enfocada na possibilidade de efetivação dos princípios organizacionais que fundamentam o modelo institucional, e seguindo esse pressuposto, o autor pondera que se tratava de um problema cujo centro está na transposição de uma ideia (liberal) funcional à realidade europeia para o âmbito americano circunscrito por “novas nacionalidades” que, por possuírem história social e tradição política (cívica) profundamente diversas, não apresentavam as mesmas - e *adequadas*, para esta visão organicista - condições de funcionamento a este sistema político-institucional. As histórias particulares lidas como diferentes nessa transposição de escala continental (entre Europa e as Américas, com especial relevo na América Latina) em relação ao liberalismo interferem decisivamente na operacionalidade efetiva dos princípios do sistema implementado: no caso latino-americano, de acordo com Vianna, sob a égide do reforço do princípio da liberdade política que caracteriza o arcabouço teórico do ideário liberal limitava-se, na prática, o princípio da autoridade do poder que teria no quadro concreto e específico das nossas nacionalidades “jovens” um papel histórico essencial para a organização de sua unidade e integração política. Veja-se:

[...] a supremacia, que esses velhos povos [europeus] foram obrigados a dar ao princípio da liberdade, não lhes criou o perigo de os perturbar na ordem da sua vida interior, nem de os desarticular na sua integridade nacional. Ora, destituídas dessas vigorosas tradições cívicas, as novas nacionalidades americanas não podiam oferecer igual resistência a essas forças da dissolução e da desordem. Para elas, a adoção sistemática e cega das instituições do liberalismo europeu importaria, como importou,

seguramente, no sacrifício inevitável desses dois pontos vitais: o princípio da autoridade - pela anarquia; e o da unidade nacional - pelo separatismo.¹¹⁶

À luz desse diagnóstico comum acerca das dificuldades do liberalismo em termos da organização da nossa sociedade, o que corresponderia à possibilidade argumentativa de estabelecer elos de solidariedade social entre os indivíduos membros da nação, pode-se dizer que não era exclusiva aos autores, sendo ponto compartilhado por vários intelectuais representativos de diferentes perspectivas políticas na cena intelectual brasileira das primeiras décadas do século XX, de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral a Sérgio Buarque de Holanda. Abriam-se, a partir deste apontamento confluyente sobre a inorganicidade do liberalismo no Brasil, diferentes modos de estabelecer o horizonte de transformação da nação a partir da crítica ao liberalismo.

Este foi um dos temas característicos dos debates promovidos naquele período, sobretudo no contexto dos anos 1920 e 1930, e sua apreensão mediante o filtro do organicismo como frente de superação teórica do problema relativo à ordem liberal perpassou a experiência política e intelectual do cenário nacional daqueles anos.¹¹⁷ De modo a organizar a compreensão das perspectivas organicistas de Vianna e de Buarque de Holanda sobre a nacionalidade neste cenário, pode-se afirmar que, de um lado, sob um prisma articulatório de “ensaíar a organização de nossa desordem”¹¹⁸ emergiram construções intelectuais que se sustentavam

¹¹⁶ Cf. VIANNA, Oliveira. Populações meridionais, p. 403.

¹¹⁷ Cabe referência à ideia de corporificação da sociedade como expressão política circulante no quadro dos debates políticos e intelectuais dos anos 1920 a 1930 no país. A circulação de obras e discursos políticos que lançavam o corporativismo como projeto de organização da nação brasileira dão o tom do cenário crítico ao liberalismo e da proposição emergente de alternativas políticas e institucionais de base conservadora e autoritária naquele período no Brasil e, de modo geral, na América Latina. Essa proposição tinha como mote o anseio por ordenamento da sociedade, de modo que pode ser considerada a tradução política (do ponto de vista do modelo de representação social e de interesses) do parâmetro organicista de compreensão da nacionalidade. Sobre o debate de ideias corporativistas no âmbito do pensamento e das instituições brasileiras enquanto perspectiva de construção da nação, recomendam-se os seguintes trabalhos: ABREU, Luciano Aronne de. A construção de uma “verdadeira nação no Brasil”: nacionalismo, autoritarismo e corporativismo. *História: Debates e Tendências*, v. 15, n. 1, jan./jun. 2015, p. 268-282; ABREU, Luciano A. de & SANTOS, Paula Borges (orgs.). A era do corporativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017; COSTAGUTA, Gabriel Duarte. Corporativismo(s) entre luzes e sombras: perspectivas de um debate sociopolítico no horizonte brasileiro dos anos 1930/1937. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019, 108 f.; GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n. 65, p. 105-119, março/maio 2005. Sobre o debate corporativista no âmbito latino-americano e ibérico, ver: ABREU, Luciano A. de & VANNUCCHI, Marco Aurélio (orgs.). Corporativismos ibéricos e latino-americanos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019; PINTO, António Costa. A América Latina na era do fascismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

¹¹⁸ Por sua vez, esta expressão foi formulada por Sérgio Buarque em “Raízes do Brasil” para qualificar as posições normativas que preconizavam a adoção de um modelo político ajustado e, supostamente, reparador dos “problemas” nacionais, em crítica endereçada, na análise do autor, tanto ao positivismo quanto ao liberalismo pátrio, de maneira geral. Ver: HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: 27ª edição, 2014, p. 224. Quando a utilizamos neste contexto, não estamos reproduzindo o uso específico dado por Sérgio Buarque em sentido ideológico negativo, dado o acento normativo em que é colocado tendo em vista a noção (negativa) que a normatividade tem para o pensamento de base organicista e historicista presente na obra “Raízes”. Nosso uso tem por intuito definir a posição pragmática de organizar politicamente a realidade como ordenamento de uma sociedade vista como em estado de “desordem”.

na ideia de uma arquitetura política proposta como “solução racional”¹¹⁹ adequada e objetiva dos problemas particulares do país, a qual indica uma determinada interpretação político-prática do organicismo que mobiliza uma *ação política de coordenação* interventora do processo histórico nacional. Caberia a esta perspectiva política construir, para tanto, a partir de um método de ordenamento coletivo dirigido à suplantação do liberalismo, as novas bases da realidade nacional em sentido de maior organicidade e coesão social.¹²⁰ De outro lado, segundo uma perspectiva analítica que vislumbra a nação como *realidade histórica vital*¹²¹ em constante fluxo a que caberia, antes, interpretar seu sentido reconstrutivo - de desagregações e emergências identitárias - no curso histórico-evolutivo nacional do que prescrever determinada “terapia” institucional normativa, encontrava-se um caminho distinto e inverso, do ponto de vista da interpretação da política como estrato não referencial de intervenção na sociedade. Nessa perspectiva, a análise da cultura como substrato da vida nacional preponderava sobre qualquer pretensão de regulação da sociedade sob o molde do campo político como tarefa objetiva que prescreve uma plataforma de ação ou que tem a iniciativa do Estado como referente de ordenação da vida social.

No primeiro caso esboçado, voltado ao âmbito de organização política da nação, cujo método entendido como “revisonista” é orientado à perspectiva pragmática de resolução dos problemas e dos “males” nacionais, concentra-se a ótica de análise representada por Vianna, a qual dialoga com uma série de autores que compartilhavam de prisma semelhante no que tange à tarefa de construção política nacional na segunda metade do século XIX nacional e na primeira metade do XX, como Alberto Torres e Azevedo Amaral, segundo a crítica especia-

¹¹⁹ Oliveira Vianna pensa a política como campo a partir do qual se propõe um projeto de nação que objetiva solucionar os “problemas” do país, entendidos a partir de uma linguagem de base organicista que concebe este universo de problemas como “males” orgânicos disfuncionais à organização da sociedade. Do campo político, o autor discorre, em sua interpretação, que caberia ao Estado como agente institucional conduzir este processo organizacional da nação, veja-se: “Esta é a solução racional, orgânica, essencialmente americana do problema da nossa organização política. Solução prática e concreta, em que se refletem todas as necessidades nacionais [referindo-se à instituição de um Estado centralizado]”. Cf. VIANNA, Populações meridionais, p. 404.

¹²⁰ Essa perspectiva política sustentada por Oliveira Vianna postula o Estado como agente capacitado para construir laços de solidariedade social que inexistem no país a partir de sua organização corporativa pós-liberal, isto é, suplantando o modo de organização dos interesses a partir da concepção de indivíduo que padroniza o sistema liberal. Retomamos, aqui, a análise de Vera Cepêda que sintetiza de modo preciso a relação assumida pelo papel do Estado segundo esta perspectiva que apontamos na proposição de um sentido de maior articulação às relações no âmbito da sociedade: “O fortalecimento do Estado como ente capaz de produzir os nexos de solidariedade social ainda inexistentes e de acelerar a constituição de um projeto nacional apartado dos desvios do liberalismo à brasileira serão as condições de absorção e ressignificação do corporativismo [no Brasil]”. Ver: CEPÊDA, Vera Alves. Trajetórias do corporativismo no Brasil: teoria social, problemas econômicos e efeitos políticos. In: ABREU, Luciano A. de & SANTOS, Paula Borges (orgs.). A era do corporativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 116-117.

¹²¹ Sérgio Buarque, ao trabalhar o contexto de implementação do sistema republicano no Brasil, refere-se ao desagrado dos “propagandistas” do então novo regime à “realidade *biológica*” brasileira, mobilizando, por mais uma vez, certo naturalismo na compreensão da realidade social e cultural do país. Cf. Idem, *ibidem*, p. 166.

lizada tem apontado.¹²² No último caso interpretativo, no qual a raiz do problema é concebida como mais profunda do que o raio de ação política normativa permite postular e intervir, coloca-se efetivamente a crítica buarqueana. Sua análise da formação histórico-social brasileira parte do retrato da dimensão cultural deste processo, que assume o sentido de cristalização do *todo* nacional. A realidade institucional - de conotação liberal - é abordada a partir da referencialidade dada à realidade cultural do país. Em sua concepção, a centralidade do problema está em compreender a lógica interna cultural que “organiza” espontaneamente a sociedade brasileira em virtude de sua “formação espiritual” própria, orgânica. O postulado organicista de Sérgio Buarque move a perspectiva analítica de perscrutar e indicar tendencialmente o horizonte de sentido atribuído à coletividade nacional em cada momento histórico por que passa, cuja articulação é disposta como estando atrelada organicamente à aglutinação “espontânea” - não passível de regulação, na medida em que este ato seria tomado antagonicamente como *mecanicismo*, segundo essa crítica organicista - da identidade social em seu espectro historicista plástico de identificações autônomas ao longo do tempo.¹²³ Compreende-se a existência nacional a partir dos processos autônomos e orgânicos às próprias demandas da sociedade civil. Veja-se, a título de exemplo comparativo, passagens que denotam suas distintas perspectivas organicistas de análise no que concerne ao horizonte (e anseio) de organização social do país.

Para Oliveira Vianna, conforme está exposto na obra “Populações meridionais do Brasil”, de 1920, o enfoque analítico está colocado na dimensão política da construção nacional, para o qual caberia constituir uma tarefa-programa de organização institucional do país que requer um método de ordenamento. Em seu caso, este método é articulado a partir da centralidade atribuída ao papel do Estado como instituição responsável pela estruturação da sociedade sob moldes que a nação não teria apresentado em sua leitura do processo de formação histórica do país:

¹²² Nossa ótica procura compreender o autor em relação a seu contexto histórico-intelectual mais imediato, o que o aproxima das perspectivas de Alberto Torres (1865-1917) e de Azevedo Amaral (1881-1942), autores que preconizavam a necessidade de uma arquitetura política que organizasse a nação sob novos moldes, em termos críticos ao liberalismo. No entanto, cabe ressaltar que sob a trama de uma temporalidade histórica de longa duração, que remonta à segunda metade do século XIX brasileiro, parte da crítica especializada no pensamento político e social brasileiro afirma a existência de “linhagens” ou “tradições” intelectuais longevas no país, que deitam raízes no debate acerca da formação do Estado nacional centralizado. Segundo esse modelo de interpretação, a leitura política da sociedade brasileira feita por Oliveira Vianna se aproximaria da realizada por Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai (1807-1866), em torno do tema da necessidade de centralização política do país para a garantia da unidade nacional. Sobre isso, ver: BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2007; CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 82-99.

¹²³ Ver: EUGÊNIO, João K. Um ritmo espontâneo: o organicismo em *Raízes do Brasil* e *Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda, 2010, p. 43.

Pela ausência na história da nossa formação nacional, de agentes eficazes de integração social e integração política, o problema principal da nossa organização, no momento da Independência, é o mesmo das outras nacionalidades latino-americanas: de um lado, um problema de autoridade e disciplina; de outro, um problema de concentração e unidade. *Dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, subdividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente.*¹²⁴

Perceba-se que, conforme o postulado organicista do autor, inexistia uma ordem interna “espontânea” na vida social brasileira¹²⁵, sendo um problema que pode ser estendido ao alcance da escala latino-americana, segundo o autor, de modo que à condição ao mesmo tempo psicológica e política de constituirmos uma “massa social ainda em estado ganglionar”, do ponto de vista da consciência da unidade nacional, une-se o pressuposto administrativo de que a organização política do país é assentada historicamente em bases isolacionistas, fragmentárias e centrífugas, em estado de “fraqueza do poder central”¹²⁶ que acaba por reforçar a condição social “ganglionar” do povo.¹²⁷ A metáfora fisiológica que o autor utiliza para colocar o problema central (“neuronal”, prosseguindo sua analogia biológica) da organização social não é recurso acessório, mas constitui a linguagem organicista de visualização da questão que orienta as bases de sua resolução prática no campo da política como construtora de organicidade. O organicismo atravessa, desse modo, sua perspectiva de interpretação da nacionalidade sob o ângulo político de organização social e de proposição de um modelo (centralista) que visa a organizá-la efetivamente.¹²⁸

¹²⁴ Cf. VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil, p. 403-04.

¹²⁵ A leitura de que inexistia orgânica e espontaneamente nas bases da sociedade brasileira uma condição primeira de *autogoverno* (self-government, na expressão utilizada por Vianna) nas relações entre os cidadãos e a condição de um poder público central atuante e organizador da vida social consiste no diagnóstico que Vianna faz da história nacional e fundamenta, em seu entender, a necessidade, como saldo político decorrente, de um modelo de Estado centralizado que assuma a coordenação da nacionalidade em torno de sua unidade hegemônica. Vianna contrasta, em sua argumentação, a ausência de *self-government* que caracterizaria a sociedade brasileira com sua existência paradigmática nas sociedades moldadas pela cultura anglo-saxônica (a inglesa e a norte-americana), de modo a ressaltar como corolário que a organização social em países como o Brasil (e nas culturas latino-americanas, de modo geral, cuja consciência nacional era por ele entendida como rudimentar) deve ser precedida pela atuação imperativa de uma força política central, organizada e poderosa, que ele reivindica como sendo o papel do Estado centralista. Sobre essa discussão, consultar: VIANNA, Oliveira, Populações meridionais, cap. XII (“Organização da ordem legal [III e IV séculos]”) e cap. XV (“Instituições municipais”).

¹²⁶ Idem, ibidem, p. 287.

¹²⁷ Nessa leitura política acerca da organização administrativa do país, Vianna se aproxima e se apropria, pode-se dizer, das análises feitas por Alberto Torres nos anos 1910. Segundo o próprio Vianna cita em passagem importante de sua obra “Problemas de política objetiva”, de 1930, para Torres “os governos estaduais, no regime da nossa Constituição e, ainda mais, com a interpretação que lhes emprestam, concentram efetivamente a força política nacional, dividida, assim, em vinte eixos excêntricos”. Assim como no momento teórico da concepção do problema (a falta de uma “organização nacional”), a possibilidade de sua resolução é encaminhada a partir de uma chave política organizacional transferida à construção de uma nova ordem de âmbito nacional. Ver: VIANNA, Oliveira. Problemas de política objetiva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930, p. 70-71.

¹²⁸ Vianna formula o problema da organização da nacionalidade por meio de um léxico organicista que traduz seu sentido político a partir de analogia com a fisiologia de um organismo vivo, veja-se: “Problema, como se vê, de

Nesse sentido, sua análise encaminha-se para a proposição de que apenas

*pela instituição de um Estado centralizado, com um governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontestável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: a consolidação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal.*¹²⁹

Se Vianna estabelece a centralidade do Estado como agente da organização da nacionalidade, e sua proposta de articulação da nação é de conteúdo político-institucional, Sérgio Buarque envereda para outra modulação do problema da construção nacional. Em sua perspectiva analítica, o enfoque está colocado na dimensão de formação cultural que se processa em uma temporalidade de longa duração e, para o qual, sua transformação é entendida como lenta, orgânica e espontânea como lógica interna à tessitura da própria sociedade, pois seu gradualismo advém da mudança de amplitude profunda e substancial de identificação da nação e do “espírito do povo”. Esta compreensão é um traço de continuidade que perpassa os escritos do autor nos textos críticos da década de 1920 e nos anos 1930, com a publicação de “Raízes do Brasil”, o qual reelabora sem abandonar a perspectiva de entendimento especificamente cultural da nacionalidade.

Em artigo intitulado *Ariel*, escrito no ano de 1920 e publicado na Revista do Brasil, editada pelo escritor Monteiro Lobato, a mesma em que Vianna publicou parte inédita de seu texto “Populações meridionais do Brasil” no fim da década de 1910, Sérgio Buarque perspectivou o processo de reestruturação macroescalar da sociedade brasileira como sendo da ordem de criação de um “caráter nacional”, sob uma interpretação histórico-cultural análoga à visão de um desenvolvimento natural e organicamente progressivo. Através de uma mobilização do tempo histórico progressivo, que projeta o desenvolvimento nacional ao longo do tempo – fator posicionado como variável central -, afirmou o autor em 1920 que “o nosso *desiderandum* é o caminho que nos traçou a natureza, só ele nos fará prósperos e felizes, só ele nos dará um caráter nacional de que tanto carecemos”¹³⁰. Nesse sentido, a articulação da nacionalidade tem por conteúdo referencial o preenchimento harmônico, com o tempo, de um novo caráter (nacional) que prevê certa unidade a partir da condição cultural de uma identidade coesa.

Em “Raízes do Brasil”, em 1936, Sérgio Buarque (re)elabora esta questão concernente à formação cultural do povo como amplo processo de transformação social que seria de

estruturação e ossificação da nacionalidade; trata-se de dar, ao nosso agregado nacional, massa, forma, fibra, nervo, ossatura, caráter”. Cf. VIANNA, Populações meridionais, p. 404.

¹²⁹ Ibidem, p. 404.

¹³⁰ Cf. HOLANDA, Sérgio B. de. “Ariel”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). O espírito e a letra: estudos de crítica literária. Volume I, 1920-1947. São Paulo: Companhia das Letras, p. 45.

expressão revolucionária, tendo em vista a perspectiva tendencial de “inauguração de um estilo novo” na forma de vida nacional. Neste âmbito de construção cultural da nacionalidade, insere-se a ideia de transição em curso de uma forma identificada como “ibérica”, pois vinculada ao traçado das raízes da formação histórica colonial do país, para uma fisionomia identitária de registro “americanista”, conotada como signo de nosso horizonte futuro:

A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. [...] Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério.¹³¹

Ao abordar o processo de transformação da sociedade brasileira desde a segunda metade do século XIX como face da constituição de uma nova identidade nacional, apontada como de contornos correlatos à americanidade, o autor concebe este acontecimento histórico-cultural como fenômeno temporalizado que muda suas “raízes” em um caminho percorrido de natureza cambiante, que se liga à mudança do meio rural para o meio urbano como âmbito referencial da vida nacional. A organicidade do processo não reside mais em sua compreensão como fenômeno de desenvolvimento natural formativo de um “caráter nacional” definitivo, essencializado como obra, mas está em entendê-lo como produtor de uma nova fisionomia - *orgânica* - que se adequa a uma nova fase histórica que a condiciona, em linhas gerais.¹³² Neste ponto, inclusive, encontra-se parte da crítica que Sérgio Buarque faz à interpretação histórica da formação nacional sustentada por Oliveira Vianna. Na concepção buarqueana, a forma cultural ibérica que compõe nossa formação social articula-se intimamente ao âmbito rural como espaço para seu desenvolvimento, tendo em vista que a condição de vida agrária conformaria o espaço de base socioeconômica para a sustentação e manutenção no contexto de pós-Independência nacional da vigência da tradição cultural herdada da colonização portuguesa como lastro de continuidade. De acordo com a crítica do autor,

No Brasil, e não só no Brasil, iberismo e agrarismo confundem-se, apesar do que têm dito em contrário estudiosos eminentes, entre outros o sr. Oliveira Viana. No dia em que o mundo rural se achou desagregado e começou a ceder rapidamente à invasão impiedosa do mundo das cidades, entrou também a decair, para um e outro, todo o

¹³¹ HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*, p. 204.

¹³² Como bem lembra Bernardo Ricupero, o americanismo se associa enquanto traço identificatório à imposição da urbanidade na vida social brasileira. Para Ricupero, Sérgio Buarque “relaciona o iberismo ao ambiente rural, que leva ao predomínio da família, ao passo que o americanismo estaria emergindo com o desenvolvimento das cidades, o que aproximaria o Brasil dos países ocidentais modernos”. Ver: RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 124.

ciclo das influências ultramarinas específicas de que foram portadores os portugueses.¹³³

Nesta passagem pode-se verificar o traço organicista que baliza a interpretação de decadência do mundo rural na vida nacional em face da gênese e crescimento progressivo da urbanidade no país. Com o desenvolvimento do mundo urbano, transposto de modo antitético ao meio rural na argumentação do autor, decairia o “ciclo” histórico da tradição cultural ibérico-lusitana que nos ligava às nossas “origens” europeias e abre-se caminho, com efeito, à construção de uma nova identidade nacional assentada no espaço urbano. A cordialidade enquanto traço identitário formativo do modo de ser brasileiro é lançada, assim, no tempo como processo histórico que se encontra em curso de transformação, sob a égide da transição de base socioeconômica do âmbito rural e agrário para o modelo de feição urbana e industrial. O tempo histórico (do Brasil) é mobilizado como agente performativo de fundo da experiência simbólica de reconfiguração escalar da nação, a qual teria por extensão - *revolucionária* que era, segundo a leitura do autor - uma possibilidade de mudança social e cultural profunda que seria da ordem simbólica do desenraizamento da “herança ibérica” e da dissolução da cordialidade mediante o influxo de um novo padrão de sociabilidade tido como americanista, assentado em foro urbano e de viés mais impessoal.

Conforme o autor pondera,

Se o processo revolucionário a que vamos assistindo [de liquidação das “raízes ibéricas”], e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas [de “Raízes do Brasil”], tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar.¹³⁴

Como se tratava de um processo em fluxo no qual o caminho a ser percorrido era de longo alcance, cuja temporalidade estava aberta ao processamento da mudança, a interpretação de sentido feita pelo autor é do âmbito de uma sugestão prognóstica sobre os contornos do horizonte de futuro nacional, e não se subsume a um lance propositivo e normativo vinculado a um projeto de nação ou a uma postulada ação estatal promotora de novos rumos do país, inscrita em certo modelo político organizacional, aspecto decisivo que o afasta fundamentalmente da obra e das interpretações de acento pragmático de Oliveira Vianna. É, portanto, sob efeito de outra compreensão acerca da identidade brasileira, na análise compa-

¹³³ HOLANDA, op. cit., p. 204-205.

¹³⁴ Idem, ibidem, p. 214-15. Deve-se assinalar que na concepção do autor a cordialidade como expressão cultural se vincula estreitamente ao ambiente rural como espaço de referência que a moldou enquanto traço de herança ibérica. Sendo assim, é considerada “um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”. Cf. Ibidem, p. 146-47.

rativa com a de Sérgio Buarque, que Oliveira Vianna formulou este tema como traço definido do ser nacional que deveria servir de parâmetro estável à ordem de reconstrução política do país.

A propósito do escopo de reconfiguração da ordem política, a questão da identidade é mobilizada pelo autor como dispositivo chave para a recriação institucional brasileira - este o objeto precípua da análise que toma a centralidade de sua agenda - à luz de um postulado de feição mais naturalista na análise vianniana. Como o próprio autor se referiu, o “centro da questão revisionista no Brasil”¹³⁵, expressão utilizada para pensar as bases da transformação do país, é a construção de um novo ordenamento político estruturado em torno de uma apreensão da identidade como mote estável, *naturalizado* e determinante da experiência nacional que deve configurar, assim, elemento recursivo ao método de “solução” política de que ele se ocupa.¹³⁶ Em termos políticos pragmáticos, a identidade era mobilizada como essencialidade (na forma de “nossas idiossincrasias” culturais) às voltas da elaboração de um projeto de nação cuja matéria central era afirmar a construção de um novo regime político que fosse a ela funcional e orgânico:

O que devemos buscar é um regime para nós mesmos, adequado a nós, modelado sobre nossas realidades e refletindo as nossas idiossincrasias. Equivale dizer que precisamos ter uma autonomia e uma originalidade de pensamento, que nos capacitem criar, se possível, um tipo de regime nosso - o tipo brasileiro [...] Este é que é o método principal para a solução do problema.¹³⁷

O delineamento do problema nacional subsume-se, enquanto marca de “autonomia”, “originalidade” e de “nossas idiossincrasias”, à produção política de um modelo harmonizado e mais congruente com nossa identidade, de modo a fabricar um regime próprio de “tipo brasileiro” como nossa contribuição autoral à civilização. Se Vianna e Holanda compartilham

¹³⁵ Para o entendimento da questão de organização do país como um problema de ordem “revisionista”, conforme foi elaborado pelo autor na obra “Problemas de política objetiva” (1930), Vianna toma como modelo referencial a produção de Alberto Torres em sua proposta de reorganização constitucional brasileira. A noção de revisão proposta tinha o sentido preponderante de que se vivia à época em um *tempo* de construir uma nova ordem nacional. Há de se lembrar que o tema da “organização nacional” era caro às reflexões do escritor e político, assim como fora para Vianna, sendo, inclusive, título de uma das obras de Torres (“A organização nacional”, de 1914). Ver: Alberto Torres e o problema da revisão. In: VIANNA, Oliveira. Problemas de política objetiva, 2ª edição, capítulo III, p. 70.

¹³⁶ A concepção da sociedade brasileira como funcionando sob a égide de uma identidade própria - em um registro de ontologia do social - é uma amostra da naturalização que o autor imprime à sua análise do real e, enquanto tal, é recurso que reflete na problemática de origem (e de escala nacional) do liberalismo transposto como sistema a uma lógica de funcionamento social - na realidade nacional brasileira - que lhe seria alheio e incongruente na visão de Vianna. Conforme bem assinala a pesquisadora Maria Stella Bresciani, essa prática de naturalização da realidade “nacional brasileira” serve decisivamente à “afirmação da inoperância dos princípios liberais”. Cf. Ver: BRESCIANI, Maria Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil, p. 394.

¹³⁷ Idem, *ibidem*, p. 44-45.

a ideia de (re)equacionamento da nação tendo por fundamento o anseio de preencher de maior organicidade as relações sociais, e aproximavam-se em suas posições críticas ao funcionamento das instituições liberais no país¹³⁸, os caminhos e sentidos de efetivação deste postulado teórico-político se diferem no modo como concebem a perspectiva e o processamento de transformação do real. Da maneira com que Vianna delineia o processo de construção nacional como “trama da organização nacional”, seguindo a interpretação de Alberto Torres, caberia a uma instância coordenadora promover sua realização cabal, pois não se poderia esperar saldo semelhante nem da formação histórica do país - que não a proporcionou, em sua análise - e nem da plataforma legislativa que caracterizaria a política institucional promovida pelos liberais brasileiros em torno da Constituição Federativa de 1891, cujo intento seria produzir uma realidade institucional que funcionasse à moda das experiências internacionais tomadas como exemplos em uma realidade social e cultural que não lhe fornecia traços convergentes e compatibilizados, sob o parâmetro do comportamento coletivo que dava forma à organização social do país.

Neste ponto de crítica constitucional ao liberalismo sob o modelo federalista brasileiro, tendo em vista a conformação dos postulados do nosso ordenamento institucional, Oliveira Vianna e Sérgio Buarque afastam-se radicalmente por colocarem pesos diferentes na dimensão do regime político e do que ele pode realizar enquanto instituição em relação ao modo de vida do povo. Em seu escopo de análise, Vianna aproxima-se da leitura política de Torres ao perceber no regime construído pela Constituição de 1891 uma dissonância com nossa forma de existência social, sendo esta elencada como uma das *causas* fundantes do problema de desorganização da nacionalidade (de sua falta de “unidade”), e a partir do qual se estabelece como corolário lógico uma “política verdadeiramente *nacional*” como método resolutivo, portanto. Sobrepõe-se filosófica e pragmaticamente em seu pensamento - em Vianna assim como em Torres -, uma vontade de ordem que irriga a leitura da questão nacional a partir da

¹³⁸ A aproximação analítica entre as leituras de Oliveira Vianna e de Sérgio Buarque mediante a plataforma de suas críticas à experiência do liberalismo no Brasil foi apontada em alguns estudos realizados sobre o pensamento político e social nacional dos anos 1920 e 1930, como os de Ângela de Castro Gomes (2010) e de Maria Stella Bresciani (2005). Consultar: GOMES, Ângela de Castro. A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, t. XLI (2010), p. 291-304; BRESCIANI, Maria Stella. Op. cit. Sobre a leitura de Ângela de Castro Gomes acerca da aproximação conceitual entre os dois autores estudados, concorda-se com a observação de certa convergência conceitual, mas discordamos, como pequena ressalva a ser feita, do apontamento feito pela autora de que haveria na análise um diagnóstico histórico-sociológico sobre a condição de “atraso brasileiro”, o que implicaria o uso de uma temporalidade histórica linear e unívoca aplicada a diferentes realidades sociais e tradições nacionais, o que não nos parece ser o caso analítico de nenhum dos dois pensadores em foco. Em relação a estes importantes estudos, o nosso trabalho visa a delimitar o organicismo como fio teórico condutor que possibilita o campo das aproximações entre estes intelectuais, aspecto que não foi objeto de estudo das análises realizadas pelas pesquisadoras citadas.

chave da necessidade de formar a “unidade nacional” como problemática da autoridade de um corpo político estruturante, o qual aciona o primado *coordenador* da estatalidade como barreira à “dissolução íntima da nacionalidade”:

Esta excentricidade da nossa estrutura política [sua divisão em vinte províncias administrativas autônomas] é para o nosso grande pensador uma das causas mais enérgicas da nossa anarquia social, um agente tremendo de discordância, de incoordenação, de dissolução íntima da nacionalidade.¹³⁹

Caso inexista o poder articulatório e formador de unidade que o autor prevê no dispositivo de organização de um Estado centralizado, a tendência é a continuidade do estado de dissociação social - de manutenção da lógica do espírito de clã, lembra-se - favorecido pelo federalismo político da ordem republicana liberal então vigente. Apenas a constituição de uma nova ordem unificada no âmbito nacional que centralizasse o poder decisório sob o arcabouço de um projeto de nação de bases conservadoras e antiliberais poderia, na visão de Vianna, apoiada na proposta da arquitetura política do “poder coordenador” de Alberto Torres, construir um futuro de “integridade da nacionalidade”¹⁴⁰. A unidade nacional a ser formada politicamente a partir da ação centralizada de um corpo unificado (o Estado-nação ou “Estado Nacional”, como foi categorizado pelo pensamento autoritário brasileiro a partir dos anos 1930)¹⁴¹, é a tarefa premente que se impõe no discurso interpretativo de Vianna como base de seu projeto de sociedade. Trata-se de um processo de *unificação* da nacionalidade cuja dinâmica, em destaque, deveria ser conduzida pela égide do poder central de agência estatal, visto que a unidade é concebida, pelo autor, como obra política “resultante de um plano, de um programa, conscientemente deliberado e executado”¹⁴².

Já em Sérgio Buarque, em contrapartida, seu escopo analítico conduz a leitura matricial da dissonância apontada entre a sociedade e o modelo de política institucional a partir da abordagem de Alberto Torres a outro uso e campo de significação, o qual subordina a expressão

¹³⁹ Ibidem, p. 71.

¹⁴⁰ Segundo essa interpretação política da nação, a Constituição Federativa de 1891 balizou a construção de uma ordem institucional que reduziu o poder federal da União e estabeleceu eixos de poder decisório autônomo nas províncias, unidades administrativas que não teriam vinculação entre si na formação de um todo orgânico (nacional) que as poderia unificar. A possibilidade de realizar a integração nacional depende, segundo essa leitura, de um poder centralizado que dê “à totalidade das forças sociais da nacionalidade uma direção uniforme e comum - isto é, a orientação de uma política verdadeiramente *nacional*”. Ibidem, p. 72.

¹⁴¹ Cita-se a título de exemplificação duas importantes obras que circularam no debate intelectual dos anos 1930 e 1940 no país, em conjuntura nacional marcada pela institucionalização do regime autoritário de Getúlio Vargas: “O Estado autoritário e a realidade nacional”, de 1938, publicado por Azevedo Amaral e “Problemas de política objetiva”, de Oliveira Vianna, em sua segunda edição ampliada, publicada no ano de 1947.

¹⁴² Esta reflexão consta em um artigo publicado pelo autor em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1935. Cf. VIANNA, Oliveira. Os regionalismos e a unidade nacional. In: VIANNA, Oliveira. Ensaio inédito. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991, p. 363-64.

política do problema (o plano ressaltado por Vianna) a uma configuração mais abrangente da nacionalidade, assentada na concepção da cultura como seu estrato referencial. Na acepção de Sérgio Buarque, como seu foco é a análise processual da formação cultural brasileira, nota-se que a mobilização historicista e organicista do tempo histórico se afasta de um diagrama pragmático mais associado à leitura do tempo político, e, como desdobramento, a apropriação feita da reflexão de Torres é invocada para demarcar o estado de descompasso histórico existente entre “a política e a nação”.

Fazendo referência à “divergência que Alberto Torres viu entre a ‘vida social’ e a política entre nós [brasileiros]”¹⁴³, Sérgio Buarque afirma a precedência em sua concepção de realidade do âmbito cultural que informa a vida “interna” nacional ante o processo de configuração política deste real, entendido como um aspecto institucional “exterior” e de expressão formal correlativa.¹⁴⁴ Ao diagnóstico acerca da realidade da distância assinalada entre a esfera política e o quadro da vida em sociedade a partir da formulação de Torres, impõe-se o âmbito da cultura como dimensão responsável pela reconfiguração da identidade brasileira, balizada, no processo de transformação histórico-social que o autor diagnosticou no presente nacional, por um sentido aproximado ao americanismo, conforme foi sugerido pela análise buarqueana nas páginas finais de *Raízes do Brasil*.

Cabe apontar, portanto, que se afigura como uma diferença radical da interpretação buarqueana em relação à posição de Vianna a possibilidade de que o ajustamento da nossa forma de vida (de feição cordial e personalista, em seu entender) à realidade social em sentido de maior harmonização prime por uma concepção naturalista que realça a espontaneidade dos processos sociais “internos” à nacionalidade, em suas demandas de necessidades gerais entendidas como próprias. O sentido organicista de entendimento da cultura e dos movimentos da sociedade civil como ator coletivo soberano privilegiado em sua análise fundamenta-se na concepção de que os processos a nível da sociedade transcorrem em ordem temporal que não se deixa organizar e, sobretudo, regular pelo influxo de uma ação política objetiva alinhada a um projeto de sociedade pré-ordenado à história. Nesses termos colocados, pode-se representar, em síntese, o distanciamento profundo que a interpretação de Sérgio Buarque assume acerca dos caminhos projetados à construção da nacionalidade ante o traçado político

¹⁴³ Cf. HOLANDA, Sérgio B. de. “Corpo e alma do Brasil”, p. 70.

¹⁴⁴ Sérgio Buarque refere-se, em *Raízes do Brasil*, ao campo da política como atividade de “configuração exterior da vida nacional” em relação de oposição à extensão substantiva de viés cultural e social que a precederia em peso e relevância. Repara-se que esse argumento está montado em torno a díades estabelecidas entre cultura/política e interior/exterior, das quais pode-se perceber que a substancialidade da nação encontrar-se-ia na demarcação hierárquica dos primeiros termos nestes polos anunciados. Cf. *Ibidem*, p. 72.

prevalente que o organicismo recebe na configuração de Oliveira Vianna, como se verá de modo mais enfocado e particularizado nos capítulos seguintes.

2. Oliveira Vianna, a História como “arquivo das experiências” na interpretação política da nação (anos 1920)

“[...] a verdade do passado remete mais a uma ética da ação presente que a uma problemática da adequação (pretensamente científica) entre ‘palavras’ e ‘fatos’”.

*Jeanne Marie Gagnebin*¹⁴⁵

I. Introdução e problemática em análise

Nas primeiras décadas do século XX, conforme já apontamos no capítulo anterior, instalou-se no cenário brasileiro um amplo quadro de debates sobre o país que se caracterizou fundamentalmente por interrogar a *nação* enquanto objeto de análise histórica e sociológica em um contexto aberto de disputas políticas, sociais e culturais interpretativas¹⁴⁶. Os anos 1920 e 1930, em particular relevo, foram perpassados por intensas discussões realizadas sobre a história e a identidade nacional pela intelectualidade que articulou à cena política um abrangente quadro de interpretação sobre a nação, abordada como referente e temática-chave de sua agenda.¹⁴⁷ Havia, de modo a demarcar o contexto político e social daqueles anos, uma atmosfera política atribulada diante da emergência de eventos sociais¹⁴⁸ que propiciaram um

¹⁴⁵ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 39.

¹⁴⁶ Esta indagação não é um fenômeno exclusivo do cenário brasileiro nem restrito à agenda de seus intelectuais, mas trata-se de uma questão que se desdobra, de modo particular, em diferentes contextos políticos no período, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, considerada evento marcante para o plano de reconstrução das nações. Sobre essa discussão, Elías Palti afirma que “sólo luego de la Primera Guerra la nación y los nacionalismos se convierten en objeto de reflexión sistemática”. Ver: PALTÍ, Elías. La nación como problema: los historiadores y la cuestión nacional. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 89.

¹⁴⁷ Lembra-se aqui da formulação do historiador Afonso Carlos Martins dos Santos acerca do alcance da noção de nação nos discursos nacionalistas, nos quais “de construção ideológica e abstrata, a nação passa a ser referência a partir da qual se reconstrói o passado de maneira retrospectiva”. Para o autor, trata-se de “uma forma específica de ver a história, e exemplo concreto de uma interpretação conduzida pela projeção da categoria nação, tomada como conceito norteador da análise. Desta forma, a categoria nação, abstrata e fruto de construção ideológica, é tomada não apenas como elemento periodizador, mas como base epistemológica e verdade indiscutível”. Cf: SANTOS, Afonso C. Marques. A invenção do Brasil: um problema nacional? São Paulo: Revista de História, USP, n. 118, 1985, p. 10.

¹⁴⁸ Entre os eventos que constaram entre os acontecimentos sociais de repercussão decisiva naquele turbulento decênio, estão a Semana de Arte Moderna de 1922, os movimentos tenentistas de 1922 e de 1924, a crise econômico-social de 1929 e a Revolução de 1930. Segundo a análise de Antonio Candido, os anos 1920 constituíram “uma sementeira de grandes e inúmeras mudanças”, sendo definido como um tempo instaurador de acontecimentos culturais e políticos sob ares de transformação da ordem social. Ver: CANDIDO, Antonio. A revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 4, p. 27. Vale ressaltar que naqueles anos acontecimentos como a efeméride do centenário da Independência brasileira foram apropriados por manifestos políticos e movimentos culturais de diferentes espectros ideológicos que articularam reflexões nacionais que se unem aos ensaios históricos produzidos por intelectuais do período como indicadores de um contexto de reavaliação da sociedade.

quadro no qual o recurso à indagação da história nacional - da compreensão do amplo processo de formação do país - caracterizou-se como questão associada à problemática de (re)construção da nação, que estava em jogo na época.¹⁴⁹

As interpretações elaboradas naqueles anos eram, com efeito, organizadas desde uma visão prospectiva que tomava conta do horizonte político do país tendo em vista projetar a construção da nação em um período percebido como de forte crise da nacionalidade, a qual demandava, de um ponto de vista histórico, a operação de diagnósticos sobre o passado em chave explicativa do presente, visto, por sua vez, como uma temporalidade de crise e desordem. A esse investimento que proporcionou diferentes leituras da história nacional, feitas sob concorrentes filosofias da história¹⁵⁰, compartilhava-se, no entanto, um entendimento crítico acerca do funcionamento da ordem republicana brasileira, impulsionado por certa imagem de desconcerto diante dos rumos de sua experiência política e constitucional, tópico que colocava na ordem do dia a tarefa de "reconstruir" a nação, segundo a ótica de pensadores orientados por distintos espectros político-ideológicos, tais como Oliveira Vianna, Oswald de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral etc.¹⁵¹ Através de seus discursos, as relações entre história e nação assumiram a conotação de campo privilegiado de interpretação sobre o passado como mote explicativo do presente e, ao mesmo tempo, de importante dispositivo de prospecção do futuro nacional sob o signo da coesão, dimensões entrelaçadas sob o eixo de projetos políticos para a configuração da unidade do país,

¹⁴⁹ Para contextualizar essa problemática como tarefa política a que se propunham intelectuais atuantes no período, a leitura de uma fonte como a obra *Populações meridionais do Brasil* (1920), de Francisco José de Oliveira Vianna, permite constatar como a categoria “nação” era entendida pelos autores naquele cenário dos anos 1920 e 1930, sendo associada a termos correlatos como “corporações”, “sindicatos” e “partidos” enquanto “meras entidades artificiais e exógenas, ou simples aspirações doutrinárias, sem realidade prática na psicologia do povo”. Ver: VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1920, p. 283.

¹⁵⁰ Tomamos a expressão no sentido de abarcar os princípios teóricos que fundamentam a construção de uma interpretação histórica, na qual ocorre a organização do passado em alinhamento à projeção do futuro. Conforme assinala o historiador alemão Reinhart Koselleck, a configuração da filosofia da história na Modernidade transfigura a História em conceito reflexivo e legitimador de ação que serve à organização de alinhamentos entre passado e futuro, articulados sob a perspectiva de um sentido político singular e totalizante. Para Koselleck, “a Filosofia da História explorou um moderno espaço de experiência através do novo alinhamento de passado e futuro, através da qualidade histórica que o tempo adquirira”. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 164. Sobre este conceito em particular, o intelectual brasileiro Oliveira Vianna (1883-1951) utilizou, em seu livro de estreia *Populações meridionais do Brasil* (1920), o termo “filosofia da história” associado à operação de “interpretação dos movimentos sociais do passado”, os quais ancoraram o exercício do autor, no presente, de dotar de sentido a história nacional. Ver: VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia Editores, 1920, 1º volume, p. II-III.

¹⁵¹ De acordo com a historiadora Marly Motta, os intelectuais brasileiros da década de 1920 “estavam comprometidos com a tarefa de ‘criar a nação’, forjar a identidade nacional e construir um Brasil moderno”. Para a autora, a “intelectualidade partilhava a crença de que a construção de uma sociedade moderna dependia de um projeto de (re)construção da nação brasileira”. Cf. MOTTA, Marly. *A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992, 18 f., p. 3-4.

sendo estes articulados a partir das interpretações históricas da nação que estabeleciam.¹⁵²

Nesse quadro, de modo a encaminhar a análise, os discursos históricos nacionais elaborados por esses autores compartilharam como pressuposto fundante de suas interpretações o diagnóstico de crise aberta da sociedade brasileira como retrato daquele período.¹⁵³ Em torno dessa premissa, o debate fundou-se sobre postulados nacionalistas e organicistas de concepção da nacionalidade brasileira, sendo comum às suas interpretações concorrentes do ponto de vista político-ideológico a ideia da existência de um impasse organizacional que tensionava o Brasil enquanto entidade política e cultural - como “comunidade imaginada”-, de forma que a possibilidade de equacionar este problema passava, primeira e primordialmente, por seu entendimento histórico nos termos de uma crise da nação.¹⁵⁴

A partir dessa problemática colocada pelos intelectuais da época, estabeleceu-se um campo de intervenções representado por discursos cujas perspectivas partiam da constatação do presente como tempo crítico e mobilizavam, dada essa percepção, leituras do passado nacional de modo retrospectivo como recurso político visando à aspiração de diferentes

¹⁵² É importante ponderar que o ponto crítico do debate não estava ligado exclusivamente ao ordenamento republicano nem a sua experiência política, mas sim, de modo geral, esteve orientado à organização social e política da nação, que, no contexto republicano, atravessava uma forte crise de instabilidade segundo os autores do período, sendo esta compreensão um pressuposto comum às análises de diferentes pensadores daquele contexto. Sob a leitura de que o regime republicano não resolveu problemas de ordem estrutural da nação, sendo esta tomada como categoria e plano de referência dos estudos, foi sobretudo na década de 1920 que houve, do ponto de vista intelectual, a ampla produção de discursos históricos e projetos políticos que operaram releituras do passado brasileiro com o sentido de diagnóstico político de impasses e dilemas que atravessavam o tempo presente, no cenário de crise da experiência republicana no país. Sobre a compreensão dessas interpretações nacionais como projetos políticos abrangentes para a nação, consultar: BRESCIANI, Maria Stella. Projetos políticos nas interpretações do Brasil da primeira metade do século XX. *Revista de História* - edição especial, 2010, p. 187-215.

¹⁵³ A concepção do contexto sociopolítico dos anos 1920 sob o parâmetro da noção de “crise” não foi exclusiva nem aos intérpretes do contexto, enquanto atores sociais do período, nem a certa crítica sociológica *a posteriori* (como a de Candido, na nota anterior mencionada), sendo utilizada amplamente pela historiografia política nacional que estudou o período, como se percebe em textos clássicos e mesmo em textos recentes de novos intérpretes. Respectivamente, conferir: MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 4, p. 64-87, 1986; PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1990; ROSENFELD, Luis. A crise do pensamento constitucional da Primeira República: o debate da década de 1920. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-17, set-dez. 2020.

¹⁵⁴ Como o conceito indica, segundo a formulação clássica proposta por Benedict Anderson em *Imagined Communities* (1983), há no pressuposto da noção de “comunidade imaginada” a ideia de uma comunhão como fator decisivo para que se concretize um modo de existência política que forme, na prática, uma comunidade política de base nacional. Essa ideia caracterizava o escopo das análises históricas do período que compuseram, para tanto, um quadro de amplo debate sobre a formação nacional pela razão de enveredar no investimento de interpretações de fundo sobre o passado nacional e dele assinalar um complexo arranjo de heranças, dilemas e impasses estruturais que seu processo formativo possibilitara como espectro ao presente. Sobre este debate do nacionalismo, lembra-se que como lógica política este ideário opera justamente a partir da sucessão de crises e reafirmações como duas facetas contíguas de sua vigência. Como tal, a situação de crise se apresenta, de modo ambivalente, como um momento propício e catalisador da disputa política e ao mesmo tempo funciona como abertura à construção de (novos) sentidos que pode se orientar, inclusive, para a re-atualização de identidades do passado.

experiências políticas ao país¹⁵⁵. Inserido nesse pano de fundo de diagnósticos políticos de viés crítico, nosso objetivo neste capítulo é discutir de modo particular a interpretação da nação realizada por Francisco José de Oliveira Vianna¹⁵⁶ (1883-1951) mediante a indagação de seu discurso histórico vinculado à construção de uma identidade nacional ao país na década de 1920. Oliveira Vianna foi um importante intelectual brasileiro que despontou no debate brasileiro a partir dos anos 1920 com a publicação de várias obras prestigiadas que coadunam à sua conhecida intervenção política de teor autoritário¹⁵⁷ uma perspectiva conservadora de interpretação da história.

Diante desse nexos constitutivo, que articula entendimento histórico e proposição política, nossa proposta é efetuar a análise de suas obras concernentes ao plano de formação da nacionalidade, campo segundo o qual se propõe que o recurso à história é princípio construtor de sua interpretação desde a apropriação de certo horizonte de expectativas para o país modulado a partir de uma leitura sobre o passado de viés político conservador realizada no curso da década de 1920, nosso cenário de análise¹⁵⁸. Pretendemos mostrar como, sob uma

¹⁵⁵ Ressalta-se que a história emerge como imperativo dos discursos nacionais em função da leitura do passado como “projeção que possa ter na direção que se imprima ao agir de hoje pensando no amanhã”, conforme as palavras do historiador Estevão Chaves de Rezende Martins. Essa lógica conceitual descarta a validade interpretativa de toda análise que encerre e defina o conhecimento histórico como diagnóstico estrito do passado no escopo dos discursos sobre a nação. Ver: MARTINS, Estevão C. de Rezende. Prefácio - História: magistra aut ancilla vitae. In: LOPES, Marcos Antônio. IDADES DA HISTÓRIA: figuras e ideias do pensamento histórico moderno. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 10.

¹⁵⁶ Entre os trabalhos que estabeleceram Oliveira Vianna como “intérprete do Brasil” ao lado de outros autores canônicos do pensamento nacional e do ensaísmo social acerca de temas como a identidade brasileira e a formação histórica do país, pode-se destacar, por exemplo, as interpretações de Maria Stella Bresciani e Bernardo Ricupero. BRESCIANI, Maria Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007, 2ª edição; RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo: Alameda, 2007.

¹⁵⁷ Em uma das interpretações clássicas sobre o chamado “pensamento autoritário” formado nos anos finais da Primeira República (1889-1930), Bolívar Lamounier classifica esta forma de pensamento político segundo sua estrutura narrativa e argumentativa triádica: “amplas reflexões histórico-sociológicas sobre a formação colonial/diagnóstico do presente/proposição de algum modelo alternativo de organização político-institucional”. Do modo como exposto nesta fórmula do autor, que a postula como *topos* desta forma de pensar, deve-se destacar que se identifica uma lógica excessivamente linear e teleológica de compreensão da história que consiste mais em produto da operação “didática” (com seu grau de esquematismo) de análise feita pelo autor, que buscou traduzir o encadeamento histórico do objeto estudado, do que propriamente uma interpretação apurada do ponto de vista histórico-temporal, na medida em que a operação de reflexão sobre o passado é feita pelo presente, dimensão temporal que possui, portanto, primazia no arranjo narrativo, pois o diagnóstico do presente precede (inclusive como fator propulsor) as amplas reflexões sobre o passado. Cf. LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (coord.). O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930). *História geral da civilização brasileira*. Bertrand Brasil, 1986, p. 343- 374.

¹⁵⁸ Sobre a justificativa teórica do recorte do período a que enfocaremos nossa análise, de modo a visar à figura do “intérprete da nação” em primeiro relevo, reforçamos a leitura feita no arco de nossa dissertação de mestrado, na qual nos referimos à perspectiva de enquadramento da obra do autor sobretudo nas décadas de 1930 e 1940 por parte da literatura especializada, período em que sua produção intelectual se entrelaça à participação política como ideólogo e burocrata no regime autoritário de Getúlio Vargas, aspecto que obscurece, de certa forma, seu discurso interpretativo sobre a nação para além da esfera de inscrição do poder institucional, realizada justamente nos anos

perspectiva nacionalista, organicista e conservadora politicamente, o influxo de sua filosofia da história nacional leva Oliveira Vianna a modular um projeto político de reconstrução do país ancorado em uma interpretação do passado que funciona como referência de estado harmônico para a sociedade brasileira, estabelecida desde um recorte seletivo que constitui este passado nacional com vistas à tarefa de construção da nacionalidade no presente.

Nesse sentido, buscamos compreender a problemática de construção nacional considerando-a a partir do eixo do discurso histórico presente nas obras do autor, sobretudo em torno de duas dimensões específicas conferidas à história em suas obras: (i) seu entendimento como dispositivo de articulação de um “caráter nacional”, termo caro à linguagem organicista do período que pressupunha a existência de um substrato cultural constitutivo da unidade da sociedade, índice que media, em sua perspectiva, a obra de edificação política e institucional da nação; e (ii) a atribuição ao passado de um papel operativo ao presente para fins de seu projeto político, enquadrado na ótica de estabelecimento da história como lastro experiencial orientado à ação política, em marco de sentido cuja apropriação de acontecimentos do passado serve como repertório simbólico e pragmático¹⁵⁹ de exemplaridade à construção política do devir nacional.

Tendo em vista este foco de investigação sobre o pensamento de Oliveira Vianna relativo ao campo da formação histórica brasileira¹⁶⁰, em torno das linhas de pragmatismo e ontologia que caracterizam as expressões de seu entendimento da história¹⁶¹, elegemos algumas

1920. Reafirmamos a impressão de que “este parece ter sido o caso de Vianna, que foi durante muito tempo estudado como arquiteto teórico do governo Vargas, imbricando-se sua produção intelectual às funções que desempenhou em cargos burocráticos do governo. Nessa visada, restringiu-se toda a produção do autor na perspectiva de crítico da cultura e intérprete da sociedade de antes e depois do período varguista [o primeiro governo, em específico] em detrimento de suas posições políticas autoritárias, em um enquadramento claramente político de sua obra”. Ver: BRUNO, Daniel Machado. O lugar de “Raízes do Brasil” no pensamento político e social brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, p. 87.

¹⁵⁹ Um bom exemplo deste uso da história que remete ao mesmo tempo a dimensões de simbologia política e de pragmática articuladas por Vianna é a operação de construção das “tradições políticas” do país como parte do exercício de conferir uma fenomenologia da cultura brasileira, aspecto que o autor postula como exercício de “recuperação” (como referencial ao futuro) de linhas diretivas do processo de “evolução” nacional que teriam sido abandonadas no presente (no contexto do regime republicano, assentado pelos princípios da Constituição de 1891) e, de acordo com sua visão política, deveriam ser reabilitadas como fonte de orientação à tarefa de construção nacional. Este elemento fundamental em seu discurso, sobretudo ao longo da década de 1920, será trabalhado ao longo deste capítulo.

¹⁶⁰ É importante observar que a relação estreita entre a interpretação da história e o processo de formação nacional do Brasil é assinalada por Vianna desde o prefácio da obra *Populações meridionais* (1920) como instrumento de conhecimento do “povo” brasileiro, tendo em vista sua existência como “formação particular e original”. Ver: VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1920, p. III.

¹⁶¹ A título de exemplo, Oliveira Vianna intitulou seu famoso discurso de recepção como sócio no prestigiado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1924, com a expressão “o valor pragmático do passado”. A partir dessa ideia que ressalta o adjetivo “pragmático”, o autor pretendia caracterizar sua concepção da história à luz de sua utilidade prática considerando-a como *cientificamente orientada* a um projeto político para o país. Coloca-se, assim, de modo explícito o problema da concepção política da história e do papel do passado como

de suas principais obras da década de 1920 como *corpus* de pesquisa na medida em que se trata do período em que sua produção intelectual trabalha de modo mais detido o tema da formação da nacionalidade, problemática sobre a qual o autor contribuiu com intensa reflexão histórica articulada à construção de determinada interpretação política da nação.¹⁶² Este quadro de análise é um recorte situado da vasta produção intelectual do autor que se justifica em razão de estarmos diante de um objeto múltiplo - Oliveira Vianna *autor* - que, para não incorrer em certa uniformização da crítica em torno de construir sua trajetória intelectual como homogênea, singular e unívoca - “o” Oliveira Vianna autor -, o que significaria uma operação de corte transcendental e a-histórica despregada dos contextos, deve ser, para tanto, considerado sob um enfoque particular e contextualizado¹⁶³.

2.1 A “assimetria” identitária como problema à unidade nacional

Oliveira Vianna ingressou no debate acerca da formação nacional no meio intelectual brasileiro através de sua primeira obra publicada, *Populações meridionais do Brasil* (1920), na qual postulou como problemática central, já no prefácio do texto, a tarefa de consolidação da

depósito de valores para o presente. Embora o autor a defina como valor pragmático em seu uso - tendo em vista a explícita função política a que seu discurso procura destinar a leitura histórica, conforme sugere o título de sua fala -, e ainda que o autor procurasse estabelecer essa dimensão prática como desdobramento lógico e linear de sua operação de leitura sobre o que considerava ser empiricamente o passado brasileiro, não se pode desconectar o sentido de ontologia nacional que sua interpretação carrega. O ponto fulcral é que o valor atribuído pelo autor como ‘pragmático’ se assenta sobre uma leitura fundacional da realidade brasileira que compõe de igual forma a trama de sua argumentação, mesmo que não seja, no caso específico deste discurso de 1924, a dimensão por ele enfatizada.

¹⁶² As obras examinadas como fontes neste capítulo para interpelar sua interpretação nacional são as seguintes: *Populações meridionais do Brasil* (1920); *Pequenos estudos de psicologia social* (1921); *O idealismo na evolução política do Império e da República* (1922); *Evolução do povo brasileiro* (1923) e *O idealismo da Constituição* (1927). Acresce-se sobre esta seleção de fontes que, por questão de sintonia com as análises de Élide Rugai Bastos (1993) e Luiz de Castro Faria (1993) sobre a extensa obra de Oliveira Vianna, e para evitar a suposição de um significado homogêneo e de “doutrina coerente” unívoca em relação à variedade de seus textos produzidos ao longo de quatro décadas, mobilizamos sua produção intelectual situada nos anos 1920 por considerá-la, nos termos da nossa pesquisa, como recorte privilegiado de análise das ideias do autor sobre a nação e a configuração histórica da sociedade, sobretudo no que concerne à sua perspectiva sobre história e identidade brasileira que a ela estão vinculadas como questões adjuntas em suas obras. Assumindo como premissa metodológica o apontamento de Castro Faria de que “a produção intelectual está naturalmente inserida na trajetória do autor - é parte dela, submetese às suas inflexões, e ao mesmo tempo que a sustenta é sustentada por ela” (FARIA, p. 279), constatamos que foi neste período - a década de 1920 - que a obra do autor voltou-se de modo particular ao debate de formação nacional, justificando o que a pesquisadora Élide Rugai Bastos definiu como momento da “formulação de uma explicação sobre a constituição da sociedade brasileira” (BASTOS, p. 405). In: BASTOS, Élide Rugai & MORAES, João Quartim de. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

¹⁶³ Sobre o entendimento de se tratar de um recorte específico da trajetória intelectual do autor e, como tal, um modo de apreensão de sua obra - da “função-autor”, mais apropriadamente -, a discussão colocada por Michel Foucault contribui à percepção analítica de abordar a obra do autor como “momento histórico definido”, isto é, a partir de sua inscrição em um contexto de produção histórica - um momento circunscrito, em vez de se incorrer em generalização totalizante da trajetória. Cf. FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992. Disponível em: O que é um autor.pdf (usp.br). Acesso em: 27 de maio de 2021.

unidade nacional no país.¹⁶⁴ O autor despontou desde a produção de *Populações meridionais*¹⁶⁵ no cenário de discussão política da década de 1920 com uma série de obras que formulou, em conjunto, uma interpretação contundente sobre a constituição da nacionalidade, tema a partir do qual revisitou o passado brasileiro à luz de uma perspectiva assentada na necessidade de viabilizar a unidade política centralizada.¹⁶⁶ Em seu entendimento, ao se lançar sobre o estudo da história nacional, poder-se-ia identificar como entrave à promoção de unidade um descompasso estrutural entre o repertório de ideias predominantes que balizavam as instituições políticas vigentes no país, associado pelo autor como funcionais a modelos de sociedade presentes em outras nacionalidades (de origens europeia e norte-americana), e as características culturais da sociedade brasileira, as quais fundamentavam a realidade efetiva de destino sobre a qual as ideias eram apropriadas.

O impulso à interpretação da história era dado, portanto, a partir da concepção deste problema político diacrônico da nação que solicitava o estudo do passado para encontrar chaves explicativas de sua conexão com o presente do país sob o plano da identidade brasileira, na

¹⁶⁴ Este é um dos temas que permeiam a obra do autor nos anos 1920. Uma das dimensões por que é tratado em seu pensamento é o apontamento da diversidade geográfica regional que configura o país, aspecto que, segundo o autor, divide a nação em três sociedades correspondentes a três regiões específicas: norte (do tipo sertanejo), centro (do tipo matuto) e sul (do tipo gaúcho), cisão que o autor postula igualmente como populações setentrionais e meridionais (unindo-se centro e sul). Em seu projeto de escrever sobre ambas as populações, apenas a parte relativa à meridional foi, contudo, feita. Dessa leitura como princípio, sua investigação histórica e política avança no sentido de prover subsídios à articulação de uma identidade nacional unificada ao país. Desse modo, resta que outra das dimensões evocadas do problema é a necessidade de superação da dispersão do latifúndio que caracteriza, de modo geral, o ecossistema social brasileiro, traçado por Oliveira Vianna como lastro do passado que configurava - ainda no presente - a força da escala de poder local no país como desdobramento político-institucional e o insolidarismo social como desdobramento de raiz sociocultural, ambos frutos da dispersão do latifúndio. Para o autor, a sociedade brasileira é marcada profundamente pela égide de ação dos latifúndios na estrutura política nacional, fator que obstaculiza seu processo de integração nacional. Sobre essa discussão, consultar a seguinte obra: VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*.

¹⁶⁵ Convém assinalar que, embora esta obra tenha sido publicada na íntegra em 1920 pela editora Monteiro Lobato & Cia. como livro de estréia de Vianna na cena intelectual brasileira, fragmentos deste texto já haviam sido divulgados como excertos inéditos em dois números da *Revista do Brasil*, igualmente dirigida pelo escritor Monteiro Lobato, no ano de 1917. Trata-se dos números 18 e 20 do quinto volume desta revista, publicados, respectivamente, nos meses de junho e de agosto de 1917.

¹⁶⁶ É importante observar, de modo a confirmar a perspectiva trazida na nota de número 20, que destacar que a ótica do autor se baliza pela visão de “unidade” do ponto de vista nacional não significa entrar em contradição com seu apontamento acerca da existência de três diferentes sociedades que, segundo ele, compõem o território brasileiro em regiões específicas e heterogêneas, mas, sim, assinalar que por detrás desse prisma há um pressuposto e um pano de fundo conceitual que preconiza a unidade política como objetivo correspondente à consolidação da integração nacional, escopo que constitui as bases do estado harmônico da nação almejado pelo autor como projeto político de organização do país. A unidade política preconizada não se confunde, portanto, com a afirmação precedente de uma uniformidade social. Trata-se de uma matriz nacionalista de viés totalizante que, como tal, assenta-se sobre a necessidade da unidade política centralizada como condição primacial para consolidar a nação como modo de existência social englobante. Nesse sentido, como a questão nacional é interpretada no sentido da concretização da unidade política centralizada no pensamento de Vianna, o saldo implicado em sua reflexão é o postulado do papel do Estado como instituição central à tarefa de organização da nacionalidade brasileira, tornado, assim, eixo unificador que atenua os contrastes existentes entre as regiões do país a partir do fortalecimento do âmbito nacional.

medida em que o conhecimento deste passado invocado - enquanto *passado nacional* - permitiria compreender os contornos do presente, segundo a linearidade postulada pelo argumento, e ao mesmo tempo sob o plano prospectivo de (re)construção da nação.¹⁶⁷ Sua análise histórica é lastro que fundamenta um diagnóstico político do tempo presente (alargado como temporalidade para abarcar sua leitura do período republicano mediante a Constituição de 1891 como marco fundador) no âmbito da nação, inscrita como totalidade cultural e política pressuposta em seu discurso.

Essa análise, como veremos ao longo deste capítulo, trabalha sobretudo a partir de duas camadas temporais que se condensam em função da interpretação política elaborada pelo autor entre uma escala mais curta - que remete ao contexto republicano do presente - e outra escala mais longa, que se assenta na leitura macro do processo de formação histórica nacional, mas que também está profundamente conectada ao momento presente, conforme o diagnóstico de Oliveira Vianna. Esse entrelaçamento de temporalidades articulado no escopo da nação é parte da intervenção político-intelectual que Vianna realiza ao se envolver no contexto de debates brasileiros ao longo da década de 1920, tendo em vista o ambiente intenso de discussão sobre a nacionalidade como agenda das reflexões do pensamento político e social, conforme apontamos na seção de introdução deste capítulo.

Nessa perspectiva, a invocação da história por parte da leitura do autor reside enquanto modo de auscultar os “problemas” que, traçados como oriundos do passado, afluem ao tempo presente como marcadores do processo de formação nacional, sendo, portanto, influentes na vida política contemporânea da sociedade, uma vez que tal concepção sustenta-se na leitura que afirma a vivacidade do passado (mesmo o longínquo) sobre o presente enquanto construção histórica da identidade brasileira.¹⁶⁸

Segundo a descrição proposta por Oliveira Vianna,

¹⁶⁷ Neste ponto, recorremos à análise do filósofo francês Claude Lefort sobre a interpretação do passado carregar, do ponto de vista da memória histórica, a associação com “um certo esquema do devir”. Segundo Lefort, “se uma sociedade se preocupa em interpretar seu passado e se situar em relação a ele, se formula explicitamente os princípios de sua organização, se procura dar sentido e valor a suas atividades de fato e a tudo o que lhe acontece, é por seguir um certo esquema do devir. É certo que toda sociedade comunica com seu passado e se acha de alguma forma por ele investida; mas tematizá-lo é apreendê-lo como produção de um sentido, abertura ao presente e, simultaneamente, descobrir neste presente os sinais do novo”. Cf. LEFORT, Claude. Sociedade “sem história” e historicidade. In: *As formas da História: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1990 [1979], p. 48.

¹⁶⁸ Conforme aponta a pesquisadora Gabriela Nunes Ferreira, em Oliveira Vianna, desde sua obra inaugural *Populações meridionais do Brasil*, “a volta ao passado, aos primórdios de nossa formação histórica, social e política, é passo fundamental para ‘estabelecer a caracterização social do nosso povo’”. A identidade coletiva estabelecida pelo autor em sua leitura histórica reside, sobretudo, em torno de sua caracterização do “povo brasileiro” como ser nacional. Ver: FERREIRA, Gabriela Nunes. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. *Lua Nova*, São Paulo, n° 37, 1996, p. 230.

Empreendi desde então uma obra, árida às vezes, às vezes cheia de inefável encanto: investigar na poeira do nosso passado os germes das nossas ideias atuais, os primeiros albores da nossa psique nacional. O passado vive em nós, latente, obscuro, nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige ainda hoje com a sua influência invisível, mas inevitável e fatal.¹⁶⁹

Sob esse prisma histórico de fundo que articula uma relação “inevitável e fatal” entre passado e presente, resultante no condicionamento do presente pelo passado que assume direção, o qual “vive em nós”¹⁷⁰, enquanto seres brasileiros, como se refere o autor, resta outro atributo essencial que expressa uma concepção nacionalista¹⁷¹ acerca das realidades sociais: pensar a articulação entre passado e presente sob o traçado contínuo de um processo evolutivo da realidade nacional. Este movimento retrospectivo orienta a arte de investigação histórica para o conhecimento da “nossa formação nacional” como processo temporalmente alongado capitalizado na análise em prol do estabelecimento da “caracterização social do nosso povo”¹⁷². O estudo da história era, assim, dedicado ao entendimento da nacionalidade, como se pode verificar no modo com que, no excerto anterior, essa questão é posta através de uma retórica da identidade na qual a noção de “psique nacional” e a referência ao “subconsciente” operam como índices demonstrativos de um modo de ser coletivo - definido à luz do recurso à leitura da psicologia social - idealizado como vigente na sociedade contemporaneamente.

O problema político de formação da nação é, dessa forma, articulado enquanto âmbito privilegiado de instrumentalização do pensamento histórico a serviço de uma perspectiva de síntese nacional, isto é, da produção de sua sintetização política, pois tratava-se do mecanismo de constituir uma identidade unitária como corpo orgânico ao Brasil, operação descrita por Vianna como problemática da dimensão de “estruturação e ossificação da nacionalidade”. Para

¹⁶⁹ Vianna abre seu texto de prefácio do livro *Populações meridionais do Brasil* com a recordação de um evento de disputa política entre grupos locais no interior do Rio de Janeiro em que lhe foi comentado que a possibilidade de resolução estava colocada no apelo ao “governo da Bahia”, responsável até o século XVIII pela administração da então capitania do Rio de Janeiro. O autor mobiliza essa lembrança da atuação antiga do governo central como forma de apontar a existência de tradições que permanecem na memória coletiva “do povo” e que conformam, em sua leitura, a “subconsciência da nacionalidade” pensada como realidade contínua e progressiva. Para o autor, trata-se de perceber a partir deste caso o “valor do elemento histórico na formação da psicologia dos povos”. VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*, p. I.

¹⁷⁰ O uso do pronome “nós” indica o emprego de um recurso gramatical de efeito simbólico sobre o processo político de constituição de uma identidade, o qual opera mediante uma lógica de pertencimento a uma comunidade imaginária através de um corpo coletivo referenciado como entidade já formada. No caso deste excerto retirado de uma obra de Oliveira Vianna, trata-se da *nação* e do *povo* como entidades associadas a essa formulação retórica que são vistas pelo autor como referenciais políticos.

¹⁷¹ Nacionalismo é aqui entendido no plano do discurso que veicula a nação como realidade primordial que apresenta as características e sentidos atribuídos à comunidade política, constituindo a nação como dimensão fundamental - e primordial - da existência social. Nesse viés, entende-se essa concepção a partir da perspectiva trazida por Craig Calhoun do nacionalismo como discurso de “la producción de una comprensión y una retórica cultural que hace que la gente, en todo el mundo, piense y encuadre sus aspiraciones en términos de la idea de nación e identidad nacional”. CALHOUN, Craig. *Nacionalismo*. Buenos Aires: Zorzal, 2007, p. 19.

¹⁷² VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*, p. III.

o autor, deve-se partir do estudo da história como base para a construção de uma política de equacionamento que, sustentada em sua interpretação da realidade, transfira à ordem estatal o papel de realização dirigida de atributos que o processo de formação nacional não teria proporcionado de modo orgânico ao país, entre os quais se destacam os temas da “consolidação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal”:

Problema, como se vê, de estruturação e ossificação da nacionalidade: trata-se de dar ao nosso agregado nacional massa, forma, fibra, nervo, ossatura, caráter. Problema, pois, de condensação, de concentração, de unificação, de síntese. Problema, portanto, cuja solução só seria possível pela ação consciente da força organizada. Quer dizer: pela instituição de um Estado centralizado, com um governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontrastável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: - a consolidação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal. Esta é a solução racional, orgânica, essencialmente americana do problema da nossa organização política. Solução prática e concreta, em que se refletem todas as nossas necessidades nacionais.¹⁷³

Do modo como emerge na leitura acima, a construção da nacionalidade é vista de um ângulo político prevalente como objetivo orgânico fundamental a que caberia a ação formatadora por parte de um Estado centralista, reivindicado como instrumento político apropriado ao problema de organização da sociedade - e ao programa correlato de consolidação da *unidade*, maneira concreta com que o problema é colocado, segundo a análise do autor¹⁷⁴ - em seu retrato de nação “essencialmente americana”, dada a identificação do caso brasileiro com o quadro cultural das nacionalidades latino-americanas feita por Vianna.¹⁷⁵ Nesse sentido, o autor recorre à metáfora naturalista (biológica) de "ossificação" para ilustrar a ideia de que

¹⁷³ Idem, *ibidem*, p. 344.

¹⁷⁴ A perspectiva intelectual desenvolvida por Oliveira Vianna, centrada no âmbito político em sua interpretação da nacionalidade como problema a ser solucionado, não era exclusiva do autor no contexto das primeiras décadas do século XX no país. A ideia de que a problemática nacional passava pela ótica de organização, conceito-chave invocado semanticamente como apelo ao Estado enquanto instituição política apta a realizá-la, já estava em circulação na cena política e intelectual brasileira daqueles anos desde, por exemplo, as análises feitas por Alberto Torres (1865-1917), importante ensaísta, articulista e político no período da chamada Primeira República brasileira (1889-1930). Torres havia concebido, alguns anos antes de Vianna, a necessidade de formar a nação como tarefa política a ser realizada no país, a partir de uma interpretação da questão nacional sob o enfoque da ideia de organizar uma “obra de arquitetura política”. Segundo Torres, “o nosso problema vital [do Brasil] é o da nossa organização; e a primeira coragem que nos cumpre dar provas, é a de longa, máscula e paciente tenacidade, necessária para empreender e sustentar, com vigor e inteligência, o esforço múltiplo e vagaroso da construção da nossa sociedade. É uma obra de arquitetura política, mas de uma arquitetura destinada a edificar um colossal e singular edifício, que deve viver, mover-se, crescer e progredir, - a que incumbe à nossa geração”. Ver: TORRES, Alberto. O problema nacional brasileiro. eBooksBrasil, 2002, *introdução*, p. 41.

¹⁷⁵ Oliveira Vianna afirma em *Populações meridionais do Brasil* que a formação histórica brasileira se aproxima ao quadro das demais nações latino-americanas desde o contexto político de suas Independências pela ausência de fatores e de atores sociais responsáveis pela integração política de seus países, sobretudo no que concerne à questão da organização da unidade nacional. Para o autor, observa-se que “pela ausência, na história da nossa formação nacional, de agentes eficazes de integração social e integração política, o problema principal da nossa organização, no momento da independência, é o mesmo das outras nacionalidades latino-americanas: de um lado - um problema de autoridade e disciplina; de outro - um problema de concentração e unidade. *Ibidem*, p. 343-344.

inexiste uma sociedade organizada no país e que tal tarefa - análoga à concepção orgânica de revestimento corpóreo de “massa, forma, fibra, nervo, ossatura, caráter” no caso aplicado ao “agregado nacional”, de acordo com o excerto acima - solicita o investimento político e prático de “ação consciente da força organizada”.

Dotar de solidez, estruturação e ossificação a nação como projeto advindo de seu diagnóstico acerca da desorganização da sociedade (de seu caráter inorgânico, dado o apontamento da inexistência de forças sociais organizadas) é função performativa cuja incumbência é transferida à ação de uma instituição pensada como externa - *transcendente*¹⁷⁶ - ao problema, cuja organicidade aspirada residiria justamente em seu modo operante como “força organizada”, isto é, conotada enquanto figura do poder central. Trata-se, com efeito, da dimensão política acentuada na definição do problema, no qual a noção de um Estado forte e “poderoso” - em suas palavras no trecho acima destacado - é invocada como agente histórico-sociológico responsável pela construção de uma ordem social centralizada que faltaria no quadro nacional. Daí seu entendimento enquanto “solução orgânica” à problemática da nossa organização social e política.¹⁷⁷

Opera-se, sob esse argumento de apelo à instituição de um novo Estado como modelo para a organização da unidade nacional, com a premissa estrutural da existência de um descompasso histórico existente entre a “realidade nacional”¹⁷⁸ - substancializada pelo autor

¹⁷⁶ A instituição política evocada pelo autor - o Estado centralizado - pode ser compreendida como elemento transcendente no quadro histórico nacional no sentido de não constar como referência nem constituir uma tendência organizativa (ao menos do modo como Vianna a pensa, isto é, nos termos de um poder central) no âmbito da experiência social brasileira, sendo apontada, portanto, como ente representativo da nação em prol da consolidação de sua unidade. O Estado é pensado, nessa linha argumentativa, como o agente construtor da comunidade nacional, sendo a sua instituição definida enquanto desafio de fundação da temporalidade presente.

¹⁷⁷ Trata-se de compreender, a partir da noção de “ossificação” desenvolvida pelo autor, a ideia de dar organicidade à nação enquanto corpo social. A concepção de ossificação é uma metáfora naturalista e orgânica cujo sentido é plasmar - *corporificar*, alinhando-se à figura de linguagem do autor - uma ordem política unificada nacional que, tendo em vista seu diagnóstico da sociedade como ente desorganizado e inorgânico, emanaria, para o autor, do dispositivo institucional da criação de um Estado centralizado. Repara-se que há nessa leitura proposta pelo autor, ao postular o Estado como centro produtor de uma ordem unitária à nação, o pressuposto conceitual de identificação metonímica entre a instituição do Estado, enquanto dispositivo construtor da ordem, e a constituição da nacionalidade, colocada nesse pensamento como produto da almejada ação política de caráter estatal. O Estado (em modelo centralista) é considerado, assim, responsável pela organização da unidade nacional, sendo esta sua maior razão de existência: realizar politicamente como objetivo o programa de unificação da nação, integrando a realidade de um modo centralizado. Por isso, enveredamos neste capítulo na análise detida da interpretação política sobre a nação elaborada por Vianna sob o entendimento de que sua compreensão da história nacional se enlaça com uma perspectiva programática - de função performativa - de operar no plano de construção da nacionalidade, delineando-a sob a moldura (feita premissa em sua escrita) da unidade.

¹⁷⁸ Assinala-se do ponto de vista metodológico que a expressão “realidade nacional” se tratava de um conceito-chave disputado nos debates do período e, enquanto tal, amplamente utilizado como significante nas interpretações que visavam definir em certo sentido estático e organicista as características do ambiente social e cultural brasileiro. Seu uso denota a presença de premissas de forte viés nacionalista e determinista como modo de essencialização da unidade nacional enquanto escopo figurado nos embates ideológicos do cenário intelectual dos anos 1920 no país.

como entidade objetiva, singular e orgânica ao processo histórico em âmbito latino-americano - e a ordem política e institucional assentada formalmente no país, a qual estava versada, conforme o autor, em fundamentos filosóficos e ideológicos vistos como “criações exclusivas de filósofos” irredutíveis à realidade brasileira, na medida em que estariam vinculados originariamente a “idéias e doutrinas estrangeiras”¹⁷⁹. Ocorre, dessa forma, a interpretação da falta de organicidade atribuída às produções doutrinárias que embasam a construção política formal do país por seu caráter “abstrato” e “estrangeiro”, representando, na lógica argumentativa nacionalista de Vianna, um corpo de ideias entendido como ajustado aos objetivos e reivindicações de outros povos¹⁸⁰, contrapostos fundamentalmente aos da nacionalidade brasileira e de sua realidade histórica. Em sua visão, as ideias que corporificavam a institucionalidade não seriam aptas a resolver os problemas da organização coletiva brasileira.

Veja-se abaixo:

Todos os chamados movimentos de opinião, como todas as rebeliões imprevistas, que aqui se formam, exprimem e resumem sempre ideias e doutrinas estrangeiras, aspirações e reclamos de outras raças, sem o menor lastro nas tradições nacionais, sem o menor traço de realidade na consciência do povo. São, por isso mesmo, transitórias e infecundas. Nos seus objetivos e nas suas reivindicações, fazem-se apenas reflexos dos objetivos e reivindicações de outros povos. Nada há neles de nacional e brasileiro. Nenhuma alta impulsão, que seja como a satisfação de uma grande necessidade coletiva. Nenhuma aspiração poderosa, que busque as fontes da sua vitalidade na subconsciência da nacionalidade. Criações exclusivas de filósofos, de doutrinadores, de letrados, em cuja formação mental não colaboram as influências do meio nacional, o campo da sua ação fica restrito, por sua própria natureza, às altas regiões do pensamento e da palavra.¹⁸¹

¹⁷⁹ Uma das formulações mais representativas deste dualismo é a proposta pelo escritor e político Gilberto Amado, exposta no título de uma de seus principais discursos pronunciados na Câmara de Deputados que virou célebre, intitulado “As instituições políticas e o meio social no Brasil” (1924). Para Amado, assim como para Oliveira Vianna e para tantos outros pensadores políticos da época, não apenas situados nos anos 1920, mas vinculados desde a cena de abertura do século XX no país, como fora o caso de Sílvio Romero, havia uma clara diferença (posta como relação de oposição frontal) entre o conjunto de instituições políticas e o ambiente social e cultural brasileiro a que se destinavam, isto é, sob o parâmetro do povo e de suas características pensadas como fundamentais. Essa leitura era elaborada a partir do recurso ao postulado nacionalista que orientava a análise, manifesto no desacordo entre instituições políticas “importadas” da Europa e da América do Norte e uma realidade orgânica “nacional” (brasileira) desconsiderada pelas elites dirigentes: “[...] leis, instituições, mundo político e social estão também fora e acima do Brasil. O nosso trabalho deve ser, mantendo a República, torná-la, antes de tudo, brasileira”. Ver: AMADO, Gilberto. *As instituições políticas e o meio social no Brasil*. In: MENEZES, Djacir. *O Brasil no pensamento brasileiro*, 1957, p. 104.

¹⁸⁰ Este é o ponto que a bibliografia especializada tem apontado como a abordagem de “crítica da cópia” no pensamento de Oliveira Vianna, à luz do entendimento de sua tese de que havia um descompasso entre a sociedade brasileira (desde suas características histórico-culturais) e o arcabouço de ideias e de instituições políticas transplantados de países estrangeiros, sobretudo da Europa Ocidental e Estados Unidos, o qual, de acordo com os termos da retórica política nacionalista do autor, constituiria repertório “exótico” e “extra-nacional” à historicidade da cultura nacional. Sobre isso, ver: RICUPERO, Bernardo. *A crítica da cópia em Oliveira Vianna*. In: ABREU, Luciano A.; SILVEIRA, Helder G. *De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2014.

¹⁸¹ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais*, p. 330.

Como se verifica nesta passagem selecionada, a partir do enquadramento nacionalista presente na obra associado à proposição de uma lente autorrepresentada como realista (enquanto leitura objetiva da realidade brasileira), Vianna elaborou a problemática da diferença do “povo” brasileiro com a experiência histórica de outros povos à luz de uma antinomia conceitual fixada no eixo identitário do dualismo *nacional* x *exótico/estrangeiro*, oposição rígida na qual o termo “nacional” é elevado, hipostasiado, a parâmetro de autenticidade da realidade social, pois informaria sua particularidade substantiva primordial.¹⁸² Essa lógica diferenciadora - *delimitadora* - do nacional como identidade correspondente ao “meio” social - convertido, por arrasto, em nacional - contrastada a realidades exteriores inscrevia-se em um terreno no qual o postulado da unidade *cultural* (nos termos da “consciência” e “subconsciência da nacionalidade”, expressos na última citação) era tomado pelo autor como fundamento de sua interpretação da realidade brasileira para, assim, abrir caminho à realização complementar de construção da unidade política aspirada.

A fixação de uma identidade nacional atrelada como expressão de consciência do povo brasileiro no âmbito do exame da realidade social funciona, no argumento do autor, como estabelecimento de um princípio de regulação da ação política, a qual deve operar fundamentada segundo essa coordenada como parâmetro. Como essa identidade nacional de vinculação do coletivo (o nosso povo) como ser orgânico integrado inexistente, segundo seu diagnóstico da falta de expressão nacional e de organicidade das nossas ideias, a ação política adquire o sentido construtor conotado pelo autor de organização da sociedade, ligando-se ao tropo metafórico organicista de possibilitar a “ossificação” da nação e condensando como saldo aspirado uma perspectiva de reestruturação da coletividade brasileira.¹⁸³ Essa reestruturação,

¹⁸² Repara-se que no excerto acima trabalhado o autor revela essa visão nacionalista à luz da oposição rígida entre as noções de “realidade” (ligada ao âmbito nacional na análise) e de “ideias” e “doutrinas” (atreladas, propositalmente, ao âmbito estrangeiro), de modo a demarcar seu nacionalismo como princípio retórico de uma leitura realista e objetiva, em detrimento da apropriação de viés “idealista” (no sentido apontado pela crítica empirista da falta de materialidade, sustentada pelo apelo estrito ao plano das ideias) atribuída como problema. O realismo é, assim, pressuposto pelo autor como nexos próprio de uma retórica nacionalista acerca das realidades sociais, a qual permitira acessar, por suposto, sua individualidade concreta.

¹⁸³ Essa perspectiva de ajustamento político da realidade se vê reforçada, a partir da década de 1930, cenário em que Oliveira Vianna se aproxima do primeiro governo de Getúlio Vargas e passa, inclusive, a integrá-lo como jurista da burocracia do governo (no cargo de consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio) entre 1932 a 1940, como anseio e prática do pensamento de Vianna ao se desdobrar na proposição do corporativismo como modelo político-institucional pensado como ferramenta “técnica” e moderna de organização da sociedade e regulação de suas relações de trabalho, em interface com sua presença no debate político e jurídico que toma centralidade em vários países da Europa e dos Estados Unidos nos anos de 1930 e 1940. A presença do tema na obra de Oliveira Vianna pode ser identificada a partir de seu texto *Problemas de política objetiva*, de 1930. Ver: VIANNA, Oliveira. Problemas de política objetiva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930. Para o exame da concepção corporativista de Vianna, entendida como proposta organizacional visando ao futuro da nação brasileira, consultar a seguinte análise: ABREU, Luciano A. Iberismo e Corporativismo: a

como se pode deduzir da análise do autor, passa por moldar a sociedade a partir do organicismo proveniente da construção política, tendo em vista que a organicidade nacional só pode ser atingida, segundo este prisma, pelo domínio imperativo do Estado enquanto organizador de uma nova ordem.

Da concepção nacionalista expressa nesse problema de ordem referencial, a qual configurava a chave de leitura essencializada da problemática nacional no país, destaca-se o princípio imbricado da organicidade ao meio social brasileiro como esteio que regulava esse marco de interpretação da sociedade, perceptível nas alusões feitas pelo autor ao elemento “nacional” como realidade ontológica própria e preexistente à obra de construção política. Nesse sentido, tem-se como postulado forte que as criações políticas deveriam adequar-se à realidade social por um vínculo orgânico correspondencial, na medida em que são operadas nesse argumento como representação de uma realidade particular ao meio, vista como único modo de conferir-lhe identidade, sob o risco de incorrer-se, do contrário, em construções idealistas, “transitórias e infecundas”, descartadas como sem lastro na experiência concreta a que se destinam efetivamente.¹⁸⁴

Em outras palavras, a crítica política nacionalista presente em expressões como “sem lastro nas tradições nacionais” (des)qualifica o repertório de ideias aportado pelas elites do país por meio de uma operação ideológica que estabelece a identificação da nacionalidade com uma identidade de viés *conservador* e naturalista por petição de princípio¹⁸⁵, a partir do pressuposto

“verdadeira” nação brasileira segundo Oliveira Viana. In: *ESTUDOS DO SÉCULO XX*, Universidade de Coimbra, n. 16, 2016, p. 41-61.

¹⁸⁴ Essa concepção organicista do autor esboça uma relação de identificação entre as ideias e a realidade sob o mecanismo de que as ideias devem estar figuradas como uma representação do meio a que se destinam para serem viáveis politicamente, sendo submetidas, para tanto, a princípios reguladores como a “fonte de origem”, na medida em que sua condição de viabilidade deve-se à possibilidade de vinculação direta com o meio que se constitui enquanto sua fonte “terrena”. Nesse sentido, ao apelar à representação do meio/da terra, traduz-se o sentido de uma relação imediata de sentidos “espontâneos”. Como observa Pedro Meira Monteiro, trata-se de uma forma de pensar que “ao postular um desvio da ‘realidade’ supõe-se, ao menos logicamente, que haveria um arcabouço ideal capaz de dar conta dessa mesma realidade, isto é, que cada realidade local (nacional, ou regional) poderia ensejar seu conjunto de ideias próprias”. Cf. MONTEIRO, Pedro Meira. Das ideias fora do lugar ao lugar fora das ideias: periferia e centros revisitados. *Letterature D’America: rivista trimestrale*, 2014, p. 13.

¹⁸⁵ Essa operação ideológica de afirmação da identidade do meio social contra práticas entendidas como de “importação”, “cópia” e mimesis de outras realidades e experiências históricas é de viés conservador na medida em que promove uma leitura que reifica o “concreto”, o qual coincide nesta perspectiva à nacionalidade preexistente, agarrando-se dessa forma às suas circunstâncias de modo a conservar o cenário ordenado em oposição à possibilidade de transformação radical de seu caráter essencial enquanto realidade. Por isso, sua concepção está organizada de modo dicotômico com o âmbito das doutrinas e ideias, devido à razão destas postularam certo propósito transnacional mais além dos contextos particulares. A partir da interpretação do sociólogo Karl Mannheim, pode-se compreender que “uma das características mais essenciais desse modo conservador de vida e de pensamento parece ser a maneira pela qual ele se agarra ao imediato, ao real, ao *concreto*. O resultado é um sentimento muito definido e inteiramente novo pelo *concreto* que se reflete no uso moderno do termo ‘concreto’ com suas implicações anti-revolucionárias”. Cf. MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (org.). *MANNHEIM, Karl: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 117.

da existência de uma realidade essencial - de feição nacional - abordada como materialidade preexistente ao campo das doutrinas. Essa operação ideológica a que nos referimos, ao compreender a nacionalidade segundo um modelo de sociedade organicista como fundamento, conduz a uma crítica cultural conservadora que postula a diferença (e a especificidade) como marcas absolutas e irreduzíveis de representação da identidade do povo e do ser nacional em face a escalas extra-nacionais, de modo a obstar o fluxo de ideias políticas transnacional sem a mediação de contextos determinantes que as deveriam acompanhar. A experiência histórica é mobilizada, assim, como filtro catalisador da diferença social e cultural atribuída ao âmbito das nacionalidades, sendo articulada pelo autor como elemento dirigente na construção dos modelos políticos e institucionais que seriam organicamente “apropriados”. Há implícito nessa interpretação um conceito uniforme e essencialista de cultura (como generalidade nacional) que a aborda qualitativamente como impermeável e refratária a valores sociais, às práticas e ao repertório de instituições políticas que sejam alheios ao processo particular (fixado na escala nacional) de desenvolvimento e “evolução” histórica que corresponderia a cada nação, segundo essa leitura. Este pressuposto organicista de compreensão da sociedade e da cultura reflete na concepção de que as ideias devem estar ajustadas à realidade política e social de cada nação, sendo gradientes de correspondência ao meio social como parâmetro definidor e construtor do real.¹⁸⁶

De acordo com o autor, a mediação adaptativa evocada como elemento crucial da ordem de organicidade da construção política com o meio social em sua experiência histórica é figurada pelo “sentimento das nossas realidades”, noção que teria sido, em sua visão, articulada como vivência “natural” no passado pelos “estadistas” do período colonial e, desde o processo de Independência nacional, teria deixado de ser o paradigma sobre o qual está assentada a ação política das elites dirigentes e, por consequência, a institucionalidade do país no presente. Dissolveu-se, ao invés de conservar e desenvolver, um padrão de construção da sociedade

¹⁸⁶ A cultura é pensada pelo autor como dimensão da realidade relacionada ao âmbito de comportamento político do “povo”, para além do entendimento centrado na decodificação de hábitos, rituais e tradições particulares. Na perspectiva esgrimida por Vianna, a acepção política central que o termo “cultura” carrega faz o autor tomá-lo como repositório base dos valores sociais e das práticas que orientam (e devem dirigir, segundo sua visão historicista) as instituições políticas em cada país. Em vista disso, pode ser definida à luz da noção de “cultura política”, conceito que Vianna viria a empregar efetivamente em sua obra intitulada *Instituições políticas brasileiras*, de 1949. Sob essa noção, deve-se entender a base de ancoragem da construção do modelo político-institucional a ser implementado. Sobre essa questão, recorda-se a seguinte proposição de José Guilherme Merquior como aporte à nossa leitura: “Todo sistema político pressupõe, evidentemente, um determinado tipo de ‘cultura política’”. Cf. MERQUIOR, José Guilherme. *A natureza do processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 119. Para uma análise do uso do conceito em foco na obra referida de Oliveira Vianna, consultar a seguinte leitura: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política*. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013, pp. 9-32.

amparado no sentimento realista, “sólido e seguro”, pois apoiado em nossa história, em nome de uma articulação doutrinária postulada como “idealista”, pois voltada a outras realidades que não a nacional:

O sentimento das nossas realidades, tão sólido e seguro nos filhos capitães-generais, desapareceu, com efeito, das nossas classes dirigentes: há um século vivemos politicamente em pleno sonho. Os métodos objetivos e práticos de administração e legislação desses estadistas coloniais foram inteiramente abandonados pelos que têm dirigido o país desde a independência.¹⁸⁷

Da sequência dos trechos que apresentamos, pode-se constatar a nível analítico que a leitura histórica realizada trabalha com um jogo de oposições hierárquicas que confere o teor matricial do argumento ao contrastar o passado e o presente do país: realismo/idealismo; objetividade/subjetividade e lastro nas tradições nacionais/construções transitórias “sem lastro” nas nossas tradições. Como vimos, Vianna modula essas oposições como premissas fundantes de seu discurso sobre o *nacional*, que se torna o signo responsável pela síntese afirmativa desses outros três significantes (“realismo”, “objetividade” e “tradições”) associados que estruturam seus pares oposicionais.

A partir desse ponto de partida assentado como campo de análise, o autor opõe frontalmente a experiência do pós-Independência ao contexto de ação dos “estadistas coloniais” no que concerne à operação de adaptar a construção política às necessidades sociais interpretadas como próprias ao país, o que significa na ótica desta leitura serem adequadas ao “organismo social” demandante, tal qual ocorre no sistema biológico natural apropriado como metáfora de fundo à análise político-sociológica – no caso em tela, trata-se do organismo social (o ente) compreendido como a nação. Da dinâmica dessa construção identitária percebe-se que, embora adote a secção do processo de independência como marco histórico nacional, ela produz o gesto de atribuição simbólica de “métodos objetivos e práticos de administração e legislação” - vinculados em teoria à gestão soberana e independente de um país, isto é, devendo estar correlacionados ao período pós-Independência - aos atores “estadistas” durante a época da colônia, em expressão que denota a assimilação do período colonial ao traçado contínuo da história nacional¹⁸⁸ que ele desenhava em sua interpretação.

¹⁸⁷ VIANNA, Oliveira. Populações meridionais, p. IX.

¹⁸⁸ Esta integração do período colonial à história da nação que incorre em evidente grau de anacronismo histórico deve ser entendida à luz de uma retórica de identidade que, premissada em uma temporalidade de continuidade entre passado e presente no plano da nação, postula a atuação dos administradores do período da colônia como referência ao presente, tendo em vista sua associação ideológica a uma postura realista e objetiva de ‘sentimento das realidades’, ainda que se tratassem de diferentes momentos históricos. Importa menos, nesta perspectiva, a adequação do enunciado ao contexto histórico (que difere radicalmente a colônia da nação como tempo pós-colonial, sabe-se) do que sua correspondência do ponto de vista político a um significado profundo atribuído à

Sendo assim, o autor confere aos “administradores” do passado uma função proto-estadista de conhecimento da realidade social em sua tarefa de construção da ordem, mobilizada neste argumento como análoga à empresa de construir a nação, obra que, se sabe, escapava à alçada daqueles atores do ponto de vista da ação intencional em seu contexto, na medida em que não fazia parte historicamente do universo político daqueles agentes o processo de construção nacional, que lhes é muito posterior. Este procedimento propositalmente anacrônico e presentista da compreensão histórica de Vianna, na medida em que quebra a camada de linearidade a partir do qual se molda o processo de formação nacional, fundamenta-se politicamente em ler nos agentes coloniais o papel fundante - e fundamental, do ponto de vista político pragmático - que o autor julgava necessário para o seu contexto de atuação como premissa; não à toa, ele utiliza a noção assertiva de “estadistas” para classificar a ação daquelas personagens do passado. Interessa, portanto, no raio dessa construção interpretativa conceber a experiência de ordem evocada pelo autor ao analisar aqueles agentes do passado projetados como expressão simbólica da edificação de uma administração objetiva do país. O olhar para o passado - na leitura desse fenômeno político relativo ao tempo colonial - é condicionado pela imagem que o autor produz e aspira como construção nacional em seu presente. Os atores do passado tornam-se, assim, elevados a marcos de referência política da nação imaginada no presente a partir do parâmetro que Vianna estabelece para aproximar, ainda que de modo superficial, os dois cenários de sua argumentação: a ação estratégica e objetiva do Estado (aspirada no plano presente do argumento) coordenada por seus “estadistas” (conforme foram retratados os atores segundo a releitura do passado atribuída pelo autor).

Desse modo, sob o registro da linha argumentativa esboçada por Vianna, deve-se considerar que este processo político e simbólico apresenta o significado de construção da ordem nacional no país, reiterado a partir da menção aos papéis de “administração e legislação”, operando por meio de um postulado de continuidade histórica subjacente aos distintos períodos com vistas a exceder o plano de voluntarismo dos agentes em seu nível de atuação individual e intencional e enfatizar a dimensão mais ampla do processo histórico de desenvolvimento e formação nacional, no ritmo de sua inscrição em uma temporalidade progressiva e evolutiva subjacente. Em vista disso, mesmo se tratando de períodos históricos

identidade unitária da nação, a ser conduzida pelos “estadistas”, ainda que fossem “coloniais”, como modo embrionário de um processo evolutivo que liga o presente ao passado como antecipação (anacrônica) de uma tarefa nacional que urge ao presente histórico. Nesse sentido, a condição de “verdade” desta leitura encontra-se na correlação dessa atuação “estadista” - seja na colônia, seja no período do pós-Independência - a um modelo projetado como “realista” de funcionamento da sociedade nacional. Assim, entende-se certa mistificação existente na simbologia deste discurso ao projetar uma atitude estadista nacional em agentes ambientados no período colonial, incorrendo na produção de uma entidade nacional de cunho metafísico.

diferentes, sobressai do argumento a emergência do método político - o conhecimento realista “tão sólido e seguro” dos agentes coloniais - atribuído ao passado que funciona, no entanto, como dispositivo contínuo de constituição da nacionalidade, sendo este o gesto político e interpretativo que o texto realiza e postula como princípio permanente (leia-se, *trans-histórico*) da nação. Mais importa, portanto, ao autor o desdobramento das ações daqueles “estadistas” no plano de construção da (do que viria a se constituir como) nação, vista como entidade objetiva e orgânica, do que a intenção e o momento histórico particular de seus atores, tendo em vista que a lógica constitutiva do processo que lhe confere sentido é a conformação de uma ordem nacional fixa e transversal a ambos períodos históricos.

Do ponto de vista historiográfico, o que há a nível de escrita da história - e de apreensão da temporalidade, como tópico em especial - é a releitura do passado à luz de uma interpretação voltada ao presente como mecanismo discursivo de apelo à ação política. A ação visada enquanto modo de organização da realidade nacional no tempo presente é transfigurada em premissa de sua concepção sobre o processo histórico nacional, a qual conduz o filtro de leitura da experiência passada. Assim, sob a ideia de conferir unidade à nação erigida como seu escopo interpretativo no presente, o sentido da leitura (*prospectiva*) de Vianna sobre o tempo histórico no país obedece a uma razão de ordem prática que funciona como mote de organização e coerência narrativa sobre a história brasileira. A leitura simbólica - no sentido de tomar a experiência não como fato determinado em si e para si, mas como signo alusivo a uma ordem projetada no futuro que a transcende - então efetuada sobre o passado como estratégia representacional se revela ajustada instrumentalmente ao propósito político do autor, já apontado em linhas anteriores: edificar a ordem nacional como elemento unitário transcendente e estável no país.

Nesse plano, os “capitães-generais” são convertidos seletivamente em agentes *nacionais* pelo autor sob o regime de uma temporalidade contínua inexorável - pois vinculada a uma tarefa que a demarca, transcendendo seu momento particular de ação - que orienta a organização político-institucional do país, cobrando sua significação na escala de uma obra integradora do país. Essa construção interpretativa se deve à atribuição historiográfica de Vianna de que esses atores teriam executado, em uma conjuntura histórica distante, o método que seria necessário na experiência do tempo presente à consecução da tarefa política de consolidação nacional.¹⁸⁹ Desde essa concepção moldada no presente, este exemplo

¹⁸⁹ Compreende-se aqui, apoiando-se na leitura de Demétrio Magnoli (2001) sobre o caráter identitário das narrativas nacionais, que o discurso histórico sobre a nação postulado por Oliveira Vianna “atribui aos eventos e aos homens do passado a responsabilidade por aquilo que está realizando: a fundação imaginária da

mobilizado do período colonial com propósito modelar serve à percepção de que as ações desses “estadistas” esboçam simbolicamente a arte de construção nacional no que concerne a seu método político e visão pragmática - o “sentimento de nossas realidades”, segundo Vianna -, os quais constituem, na produção intelectual do autor, um princípio político de valor permanente para a edificação da ordem nacional, ainda que se tratasse da administração de problemas de outra natureza e escala que não a propriamente nacional. Caberia, portanto, à conjuntura presente atualizar e recolocar de modo adaptado ao novo contexto (ao tempo contemporâneo de Vianna) os princípios da ação política referenciados no “exemplo” da realidade colonial por parte desses precoces “estadistas”. O acontecimento passado - atrelado ao âmbito do passado colonial - é, assim, ressignificado pelo autor como conhecimento experiencial preparado à feitura do presente nacional a que incumbe ação das classes dirigentes então contemporâneas.

Por essa razão, na leitura que realiza Vianna de acordo com esse marco nacionalista em prol de um discurso de construção da identidade, o processo de Independência representou um corte histórico ao produzir o desencontro entre a “nossa realidade” e os modelos políticos que foram construídos por parte dos dirigentes políticos deste novo contexto, filiados a expectativas e “sonhos” na substituição de um ambiente “realista” - das ações dos estadistas coloniais, nessa narrativa - para a articulação política de um plano “onírico” - nível em que operariam as classes dirigentes desde a Independência, mais voltadas, segundo sua crítica, ao olhar para o contexto europeu. Dado que sua interpretação está radicada no preceito de *assimetria*¹⁹⁰ entre a esfera político-institucional (dimensão em que o autor acopla sua crítica às ideias de “importação” e “cópia”) e o âmbito histórico-cultural do país (mobilizado pelo autor para atestar a existência factual da essencialidade *nacional* como real preexistente), esses métodos objetivos por ele apontados são lidos como tendo sido substituídos pelos novos estadistas em nome da apropriação de projetos e doutrinas políticas fundamentadas em experiências históricas de

nacionalidade”. No caso em tela, significa dizer que o papel atribuído pelo autor aos agentes coloniais como modelos de “estadistas nacionais” - no âmbito da construção da ordem institucional no país - faz parte da construção do objeto que Vianna opera em seu discurso, tratando-se efetivamente de um modo particular (*vianniano*) e seletivo de recortar a realidade para efeito de sua construção da nacionalidade. Sobre a leitura de Magnoli como aporte teórico à interpretação, ver: MAGNOLI, Demétrio. Por uma arqueologia da narrativa nacional. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, março/maio de 2001, p. 142.

¹⁹⁰ Assimetria é, aqui, entendida como noção que ostenta uma lógica diferenciadora de expressão nacionalista que visa afirmar, para além da diferença entre os dois “lados” da relação (os recortes analíticos político e cultural sobrepostos como correlatos aos meios “internacional” e “nacional”, respectivamente), uma carga disjuntiva de inadequação, incongruência, desarmonia e intraduzibilidade do universo exterior à realidade essencializada como de cunho nacional por parte do autor. Forma parte, enquanto esforço interpretativo, da operação de contraposição das realidades como mecanismo de identificação da unidade nacional (cultural e política) predicada por Vianna como correspondente - de modo determinístico - ao nosso meio social que é assim naturalizado como expressão.

outros países, conduzindo o país, dessa forma, ao ponto oposto ao qual o autor confere o estatuto de *realismo*.¹⁹¹ Constitui-se, assim, uma vida política marcada pelo “pleno sonho”¹⁹², o que explica porque Vianna remonta a um passado remoto - o ambiente colonial, em seu exemplo - que não é capitalizado em sua leitura apenas pela experiência histórica em si (já ultrapassada), mas valorizado segundo seu sentido político “transcendente” - leia-se, pragmático e simbólico - como exemplo articulado ao contexto presente por sua representatividade no processo de construção nacional. Sua representação é, antes, simbólica, em função da organização da narrativa político-identitária de Vianna sobre a nação, do que objeto de crítica histórica.¹⁹³

Posto isto, este exemplo afigurado como *modus operandi* dos “estadistas” é hipostasiado com o significado de contributo à formação da identidade histórica nacional, o que justifica a operatividade da projeção dessa ação construtora de viés nacional sobre um passado colonial que, do ponto de vista histórico-contextual, pouco apresenta elementos de relação funcional com o presente, sendo este último a temporalidade na qual o conceito em jogo é, de fato, o ordenamento da nação.¹⁹⁴ Nesse sentido, inclusive, o autor fez uso de

¹⁹¹ Realismo, no universo de leitura crítica acerca da interpretação de Vianna aqui tratado, entende-se como teoria de representação da realidade que se (auto)apresenta como lógica identificante entre o pensamento (uma idealidade representacional, em sentido amplo) e a realidade, que busca, assim, abreviar sua distinção em prol de abarcar o real em sua totalidade a partir de uma leitura de decodificação de seu sentido “essencial”. O realismo proposto pretende ser, no escopo de análise predicado pelo autor, “a” leitura objetiva da realidade, apoiando-se, para tanto, pode-se dizer, em uma compreensão de base ontológica do real, tendo em vista coincidir, por meio desse esforço de interpretação, com o que constituiria o “ontologicamente” brasileiro.

¹⁹² Não seria equivocado supor que, tendo em vista este critério de conhecimento das realidades do país, haveria maior sentimento “pátrio” de conotação “nativista” por parte dos atores do período colonial - caracterizados de modo assertivo como “estadistas coloniais” - do que na ação das classes dirigentes nacionais, cuja crítica reside, para Vianna, em seu olhar voltado às experiências políticas da Europa e América do Norte e, conseqüentemente, na desconsideração de acontecimentos do passado brasileiro, sendo este o destino das ideias sem constituir, para tanto, a base de suas fontes.

¹⁹³ A compreensão da interpretação empreendida por Oliveira Vianna nos termos de uma narrativa política-identitária, conforme apontamos no texto, tem o intuito de destacar o sentido político-funcional operado em sua leitura da história dirigida à construção de uma identidade à nação, o conceito referente que perpassa sua argumentação e o permite conjugar eventos do período colonial ao âmbito da história contemporânea do país. Seu propósito político funcional presente no exemplo acima dado, que converteu os agentes coloniais em “estadistas” de envergadura nacional, extravasa a possibilidade de entendimento histórico-contextual e não pode ser delimitado substancialmente, a não ser no âmbito de um discurso de propósito político, cujo critério da órbita do presente - a construção nacional - é transferido à abordagem do passado.

¹⁹⁴ Essa dificuldade funcional da relação entre passado e presente no caso brasileiro consiste, para efeito de proposição política, no fato de que o passado brasileiro abarca a experiência de uma realidade colonial, o que constitui obstáculo à sua valorização frente ao presente. Bernardo Ricupero demarca, por essa razão, o conservadorismo nacional como “difícil”, tendo em vista o problema que se incorre em práticas de estabelecimento de tradições ao se remeter ao passado colonial como tempo referente. Segundo Ricupero, “é muito difícil, como já foi dito, para conservadores na América valorizar o passado porque esse passado é o passado colonial”. Ver: RICUPERO, Bernardo. O conservadorismo difícil. ANPOCS - 34 ° Encontro Anual, p. 3. O pontochave aqui é perceber como Vianna, à luz de uma concepção nacionalista de história, esquiva-se desse problema com a operação de naturalizar/essencializar esse momento colonial do passado como contributo à história nacional a partir de sua projeção nacionalizante desde o presente, a qual conecta as duas temporalidades sob um certo viés teleológico de análise. Nesse sentido, trata-se menos de ater-se à historicidade da realidade colonial e mais em ler

qualificativos como “exótico” e “quixotesco”¹⁹⁵ para (des)caracterizar a visão dos dirigentes do país desde o processo independente que cunhou como transitória e infecunda, pois seria desvinculada do “menor traço de realidade” e assim recairia, segundo seu argumento, em zona de absoluto abstratismo no qual, conforme exposto em excertos anteriores, “o campo da sua ação fica restrito [...] às altas regiões do pensamento e da palavra”. Por esse ângulo, as ideias, ao se projetarem para outros contextos que não os de sua articulação cultural original, perdem sua relação com o substrato empírico-cultural onde agem - o lastro das tradições das quais são produtos articulados - e a partir dessa desvinculação do meio que representa a perda de sua fonte articuladora transformam-se em “criações exclusivas”, ficções sem conotação empírica da realidade com as quais se cruzam.

Havia, portanto, em suas linhas uma crítica política que reivindicava uma posição “realista”¹⁹⁶ do ponto de vista epistemológico para informar a ação política, a qual visava corroborar, em chave de correlação circular, a própria postura nacionalista do autor, que impregnava seus pressupostos de entendimento sobre como se organizam as nacionalidades e do caminho político autônomo e específico que delas deveria “naturalmente” derivar. O nacionalismo era, assim, mobilizado a um só tempo como perspectiva de apreensão da realidade e estratégia política¹⁹⁷ traduzida em projeto nacional que informava seu “realismo” - na prática, sua teoria epistêmica de representação da realidade social, leia-se - segundo o

o passado de modo seletivo como argumento político apropriado ao presente, invocado com vistas à tarefa contemporânea de organização da ordem nacional.

¹⁹⁵ Há no texto de *Populações meridionais* outra passagem emblemática sobre o viés de *oposição* rígida estabelecida entre a cultura nacional e as tradições estrangeiras sobre a qual Vianna utiliza a noção “quixotesca” para demarcar a inadequação de fundamento histórico-sociológico que constituía a importação de ideários “alheios” ao meio social brasileiro, em seu argumento. Veja-se: “Obras de reflexo, de imitação apressada de ideias, cujos centros de formação estão muito longe de nós, meros produtos do entusiasmo de minorias inteligentes e letradas, essas campanhas e agitações liberais interessam, vingam e vencem em nosso meio, não porque a liberdade haja porventura sofrido aqui essas vicissitudes, que sofreu no mundo europeu; mas, porque, pelos seus altos e formosos intuítos, falam à imaginação generosa e idealista da raça [...] que nos faz tomarmos pela Democracia, pela República, pela Federação, pela Liberdade uma atitude desinteressada, quixotesca e platônica de cavalheiro andante pela sua dama”. Cf. VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais*, p. 331-332.

¹⁹⁶ Este realismo, enquanto posição epistêmica, é necessário apontar, pressupõe uma hierarquia entre ideias e realidade de modo que a base material, entendida como lastro das tradições, costumes e usos nacionais, determina primordialmente o contexto que condiciona e filtra a viabilidade das ideias a ela adaptadas. Há, como se percebe, o preceito determinista do meio social que funciona como forma e parâmetro argumentativo que precede todo e qualquer conteúdo doutrinário.

¹⁹⁷ Este é um dos principais postulados de pensamento que conecta seu entendimento à dimensão propriamente dita da ação política, verificado nos sentidos que o nacionalismo recebe em suas obras. A perspectiva nacionalista de sua abordagem pode ser vislumbrada, mais uma vez, no prefácio a seu livro “O idealismo da Constituição” (1927), obra em que reivindica esse marco de interpretação como método - nacionalismo metodológico - e o vincula ao traçado da formulação de um projeto político aplicado a essa realidade “nacional”: “Esta realidade nacional nos ensina muita coisa. Entre as coisas ensinadas, está esta: de que se, ontem como agora, o problema da democracia no Brasil tem sido mal posto, é porque tem sido posto à maneira inglesa, à maneira francesa, à maneira americana; mas, nunca, à maneira brasileira”. Cf. VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927, p. 13.

esquema interpretativo que o autor buscou legitimizar como “científico”. Assim como demarcava sua linha de projeção para a sociedade, indicava a matriz de sua interpretação como estatuto de história nacional, que permite interrogar e conhecer, como saldo, a “realidade nacional” em uma narrativa de identidade que opera por dualismos, como apontado anteriormente, instrumentalizada em chave de oposição à prática reiterada de construção política desvinculada do nosso ambiente histórico formativo, segundo a caracterização atribuída pelo autor à institucionalidade do país.

Esse diagnóstico da realidade como descompasso que perpassaria a história nacional, postulado entre o meio social *brasileiro* que constituía o destino da transladação de ideias, seu lugar de aplicação fática, e o ordenamento político e jurídico oriundo de bases *estrangeiras*, formatado sob lógicas distintas de funcionamento da sociedade, pois constitutivas de outros modelos de sociedades, está ancorado em uma leitura sociológica que pressupõe à realidade - seja material, seja das ideias - um modo de funcionamento particular, orgânico e “adaptado”¹⁹⁸ ao tipo de sociedade que é por ela contemplado. Essa perspectiva de fundo histórico-cultural pode ser verificada, para a ilustração do argumento de Vianna, de igual forma na obra *O idealismo da Constituição* (1927), veja-se:

Ora, nós, os homens de agora, não podemos continuar a cultivar este ingênuo estado d’alma de estetas de Constituições. O nosso objetivo não será mais a “harmonia”, nem a “beleza”; mas, sim a "conveniência" e a “adaptação”. O que devemos querer não são regimes belos ou harmônicos, mas sim regimes convenientes e adaptados ao nosso povo.¹⁹⁹

Essa visão da realidade veicula como ótica um nacionalismo metodológico responsável por articular a nacionalidade como critério de recorte histórico da realidade social, na qual a nação é considerada como locus privilegiado das particularidades culturais que fundamentam em primeiro plano a organização política e social de um povo. Nesse sentido, a compreensão do que é a “realidade” passa primeira e fundamentalmente por sua inscrição ao âmbito nacional e, desde esse plano de análise selecionado, o autor opera a *naturalização* da experiência social e política que é evidenciada em seu discurso como cenário essencial que constitui a realidade

¹⁹⁸ “Adaptado” aqui se refere à apropriação da ideia de adaptação por parte da crítica sociológica feita por intelectuais brasileiros desde fins do século XIX sob um cenário de padronização das ciências da natureza como modelo de acesso ao conhecimento social que ocorria no mundo ocidental desde a segunda metade do século XIX. Segundo essa ideia tornada parâmetro interpretativo das análises históricas e sociais sobre as nações, poder-se-ia assim classificá-las se se tratavam de sociedades orgânicas ou amorfas, isto é, se a organização do sistema político poderia ser aferida como conveniente e harmoniosa aos traços culturais característicos atribuídos pela análise prévia da sociedade realizada por essas mesmas interpretações. Essa ideia configurava um pressuposto fundacional das diversas teorias sociais, sobretudo de corte evolucionista, de fins do século XIX, caracterizando ideários como o positivismo, organicismo, spencerianismo, etc.

¹⁹⁹ VIANNA, Oliveira. Op. cit., p. 68.

brasileira²⁰⁰. Este prisma de narrativa nacionalista sobre o passado pode ser constatado nos escritos de Vianna quando ele analisa os fatos políticos que marcaram determinado período histórico das sociedades à luz do registro da delimitação de suas nacionalidades, pensadas como substratos preexistentes que atribuem os sentidos essenciais às experiências históricas. O excerto posicionado logo abaixo, extraído de *Populações meridionais*, elucida este raciocínio político onde as realidades sociais são diferenciadas desde a fixação da escala nacional como nível de acesso às histórias dos países, cuja operação de naturalização da nação é definida como ação performativa por meio da alusão sucessiva a metáforas da natureza, as quais têm por função revestir de concretude “natural” a realidade.

Conforme o autor assinala,

O grande movimento democrático da revolução francesa; as agitações parlamentares inglesas; o espírito liberal das instituições que regem a república americana, tudo isto exerceu e exerce sobre os nossos dirigentes, políticos, estadistas, legisladores, publicistas, uma fascinação magnética, que lhes daltoniza completamente a visão nacional dos nossos problemas. Sob esse fascínio inelutável perdem a noção objetiva do Brasil real e criam para uso deles um Brasil artificial e peregrino, um Brasil de manifesto aduaneiro, *made in Europe*.²⁰¹

Desde esse olhar nacionalista na concepção do processo histórico, expresso assertivamente no apelo à “visão nacional dos nossos problemas”, segundo a colocação acima, caracteriza-se o desencontro delimitado entre o “Brasil real” concretamente existente (o pressuposto da existência empírica é apontado pelo uso do artigo definido singular “o” que acompanha Brasil e o singulariza como realidade) e um “Brasil artificial” (cuja existência fenomenológica como entidade sem organicidade é assinalada, em contrapartida, pelo recurso ao artigo indefinido “um”, que promove a indeterminação do ente), constituído como espaço

²⁰⁰ Essa é uma das operações ideológicas principais do nacionalismo como perspectiva política e método de análise, qual seja, tomar a realidade nacional como realidade “natural”, de modo a afirmar a “naturalidade” da nação ao custo de tomar o que é, na prática, um recorte perspectivo do real como um ente essencializado dado à análise - a premissa fundante que a concepção nacionalista procura, como pensamento, ocultar em nome das pretensões de objetividade e imanência conferidas ao real. Essa operação de naturalização da experiência histórico-social pode ser vislumbrada na concepção de tempo histórico a que o autor alude, sustentando sua existência numa linha contínua desde o período colonial do país (em que se tratava, na prática, de uma possessão ultramarina do Império português, configurando a “América portuguesa”), justaposto como período que integra, de fundo, a nacionalidade brasileira. Essa postura política de essencialização da realidade nacional sob um prisma nacionalista é fixada pelo autor na marcação temporal dos séculos longínquos como constitutivos de um *continuum* histórico (I, II, III e IV século, correspondendo historicamente aos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX). Cf. O idealismo da Constituição, 1927, p. 15. Na obra *Evolução do povo brasileiro* (1923), Vianna naturaliza a existência da nacionalidade brasileira a partir da demarcação do povo brasileiro como sujeito pressuposto “desde os primeiros dias da nossa história”. Ver: VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*, p. 63. Segundo o historiador Afonso C. Marques dos Santos, deve-se atentar para o fato de que “trata-se do discurso da nação que, desde sempre aparecendo como único, propõe-se com a naturalidade do que já existe, como real”. Ver: SANTOS, Afonso C. M. dos. *Nação e História: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX*. São Paulo: *Revista de História*, n. 144, 2001, p. 154.

²⁰¹ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais*, p. IX-X.

inorgânico afiliado justamente a ideários interpretados como incompatíveis à realidade sociopolítica nacional. Nessa perspectiva de construção identitária, o autor fez uso de termos que remetem ao domínio das ciências da natureza, como o verbo “daltonizar” (flexionado como *daltoniza*, no excerto anterior) e o adjetivo “magnética”, para conotar um estado de “ilusão” que afastaria as elites políticas de uma leitura assertiva sobre a realidade brasileira. Essas expressões naturalistas são dispostas, desse modo, como elementos que fundamentam sua representação crítica da política institucional no país.

Como se pode depreender do trecho, a articulação desse dualismo passa pela naturalização do ponto de vista cultural da realidade que adquire o sentido de uma essência que precederia o âmbito institucional e seu correlato domínio que trata das ideias políticas, os quais deveriam, segundo essa ótica, ser correspondentes à realidade social como forma de assentar um ordenamento a ela congruente. Porém, em virtude de se vincularem a outros desígnios - a “fascinação magnética” por outras realidades políticas -, as ideias não cumprem aqui com sua função principal.²⁰²

Assim, ao parâmetro nacionalista marcante da análise sociopolítica feita por Vianna, soma-se o desdobramento político-ideológico desse referencial de interpretação da sociedade brasileira, a qual assinala como diagnóstico a vigência de uma crise orgânica da nacionalidade, expressa a partir da concepção segundo a qual a condição que tem caracterizado a nação é sua “artificialidade”. A partir da imagem de um “Brasil artificial e peregrino”, noção que opera como índice do impasse político presente de organização da sociedade, o autor sugere que o estado que se verifica não é senão o produto da perda da “noção objetiva do Brasil real”, o que geraria um afastamento político da “verdadeira” e substantiva realidade nacional. A leitura política crítica do “artificialismo” é feita sob o fundamento de uma retórica da identidade que apela ao “Brasil real” como singularidade essencial inassimilável às criações que tomam por

²⁰² Essa operação organicista é acompanhada, do ponto de vista do argumento de esfera institucional, pela visão correlacional que atribui à realidade social existente – oriunda da naturalização da realidade desde o prisma das características culturais da sociedade – a correspondência com um único modelo político que seria a ela apropriado. Sobre este ponto, Bolívar Lamounier conceitualiza-o como “atitude objetivista”, que “transfere a reificação para o nível supostamente bem definido da ‘realidade’, afirmando que a ela deve corresponder um e apenas um ‘modelo político’”. Segundo Lamounier, “a despeito dessa frágil conceituação, ou talvez em virtude dela, supõe-se que o conhecimento da ‘realidade brasileira’ leva diretamente à construção do único modelo a ela apropriado”. Cf. LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação, p.364-365. Para corroborar essa análise feita por Lamounier acerca da relação direta entre a realidade social e a configuração institucional no pensamento de Oliveira Vianna, veja-se o seguinte excerto de um ensaio produzido por Vianna nos anos 1920: “Cada organização política, com efeito, deve refletir, na sua estrutura, as particularidades e idiossincrasias do povo, a que pertence”. Ver: VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2ª edição aumentada, 1939 [1927], p. 8. Esta passagem compõe um texto que havia sido publicado originalmente pela égide do Estado de São Paulo em 1922, como ensaio produzido por Vianna em virtude do centenário da Independência nacional, sob o título de “O idealismo na evolução política do Império e da República”.

parâmetro realidades externas movidas por outras perspectivas doutrinárias, que não, deve-se enfatizar na prática dessa leitura, a sua ótica nacionalista sustentada.

Conforme indica o esquema analítico que o autor utiliza para formular a problemática política nacional, sua crítica incide sobre certa epistemologia que subjaz às ações políticas do conjunto das elites brasileiras, a qual promoveria o afastamento da razão prática do conhecimento da experiência sócio-histórica nacional, isto é, da “visão nacional dos nossos problemas”. Esse é o núcleo da crítica política aportada por Vianna à intelectualidade do período republicano em foco no contexto presente da escrita do autor, mas estendida, de modo geral e alargado, à elite política brasileira, ao elenco dos “dirigentes, políticos, estadistas, legisladores, publicistas”. Tratava-se, para o autor, de um problema recorrente e estruturante do complexo da formação nacional. Havia em sua concepção crítica a ideia de que por trás do gesto político de ‘importação’²⁰³ do repertório de ideias entendido como conectado à lógica particular de outras nacionalidades provocava-se a condição estrutural que fundamenta esta prática como alienação da historicidade (brasileira): o estado de “desajuste” entre a realidade social brasileira e esse repertório sobreposto pelas elites intelectuais e políticas do país, que teriam se apropriado de ideários *estranhos* e *exógenos* ao arcabouço cultural que constituiria nossa realidade particular. Esse desajuste apontado como diferença impermeável é acentuado pela ausência de uma mediação política que realizasse o processo de adaptação entre os espaços da disjunção, na medida em que ambos conteriam suas peculiaridades orgânicas características advindas de suas experiências históricas particulares²⁰⁴, fator analítico que seria desconsiderado na postura de transplantação “linear” de modelos exteriores ao país.

Segundo o autor,

Toda a nossa atenção, todo o nosso interesse, toda a nossa inteligência se tem até agora como que exclusivamente voltado para o que está do outro lado do mar, ou no outro extremo do continente: lá é que está o manancial das nossas inspirações, o laboratório das nossas experiências, as chaves dos nossos problemas, as diretrizes da nossa atividade. Os nossos verdadeiros problemas, os que são verdadeiramente nossos, porque são ínsitos à nossa condição particular de ibero-americanos, estes

²⁰³ Como o termo é capaz de sinalizar, o uso da noção de “importação” para conceituar a transladação de ideias em diferentes contextos históricos e sociais implica conceber como pressuposto epistêmico (de desdobramento político conservador, pois visa a adequação a uma ordem social anterior estabelecida) que as ideias têm nacionalidade, isto é, sua historicidade está articulada de modo intrínseco ao lugar de “origem” *nacional* de sua formulação. Logo, o problema é formulado como “importação” pois atravessa-se nesse entendimento a barreira orgânica da nacionalidade que, enquanto fronteira, constitui a propriedade essencial e totalizante da realidade social e política.

²⁰⁴ Na concepção do autor, como se pode examinar na passagem acima, a noção de “experiência” é associada à ideia de objetividade que conduziria a uma leitura “verdadeiramente” realista da nacionalidade. Configura, nesse sentido, um substrato pressuposto como fonte referencial de realismo ao escopo da interpretação nacional do autor, pois é entendida como matriz de conhecimento sedimentado historicamente acerca da sociedade.

permanecem despercebidos ou ignorados. Não atentamos neles; não nos interessamos por eles; pode-se dizer mesmo que não os conhecemos.²⁰⁵

Essa percepção acerca da ignorância dos problemas nacionais é balizada por um argumento de viés organicista que, ao aproximar culturalmente o caso brasileiro à realidade sul-americana como alicerce, fundamentando a ideia da existência de uma “condição particular de ibero-americanos”²⁰⁶, coloca a necessidade premente de conhecimento da experiência sócio-histórica nacional, o que na ótica de seu pensamento significa afirmar como ponto de partida a presença do substrato de nacionalidade do qual deriva os “nossos verdadeiros problemas”, como está posto no excerto acima. Dessa argumentação, que movimenta certo lastro metafísico como pressuposto do âmbito nacional enquanto totalidade, sobressai a correlação do problema político do desajuste com a visão de que se trata de um desconhecimento histórico. No seu entender, essa necessidade política de conhecimento dos “verdadeiros” problemas nacionais solicitava uma interpretação em chave nacionalista e organicista²⁰⁷ da história do país que permitiria desvelar, a partir dessas matrizes interpretativas aplicadas à história, a existência desse substrato unívoco e realista da nação.

Tendo este diagnóstico como pano de fundo de sua interpretação, Vianna articula como escopo promover a adequação da obra de construção política nacional à compreensão primeira da realidade brasileira, o que amarra a premissa de diagnosticar as condições histórico-sociais dessa realidade com o objetivo político de edificar uma ordem política a ela correspondente, que fosse a expressão política dessa relação identitária. Assim, a afirmação da primazia da “realidade nacional” - como forma de naturalização da realidade, a que fizemos referência - ante o processo de construção política se consubstancia à busca de uma nova forma de nação, isto é, encaminha a impugnação da ordem então existente desde sua condição fundante (a prática de “importação” diagnosticada como mal político nacional) e preconiza a reconstrução do Brasil como consequência lógica da tese desenvolvida pelo autor a respeito da incongruência entre as instituições da ordem política e o meio social a que se destinam. Uma

²⁰⁵ VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição, 1927, p. 133.

²⁰⁶ Observa-se que em Vianna a conceitualização da identidade social atribuída à realidade brasileira apela tanto à condição cultural “ibero-americana” quanto a de sermos “americanos”. Sobre a última caracterização, constata-se na obra *Populações meridionais do Brasil* a referência à cultura nacional como sendo de corte “americana” a partir da ideia de “realidades dos nossos problemas americanos”. Cf. VIANNA, *Populações meridionais*, p. 330. Neste mesmo livro, o autor retrata, do ponto de vista étnico, a cultura brasileira como “latina”, mostrando oscilação semântica na definição do caráter dessa identidade sociocultural. *Ibidem*, p. 327.

²⁰⁷ Por organicismo, compreende-se a teoria social que fundamenta a visão do autor acerca do modo de organização das sociedades, o qual invoca a analogia bastante frequente em teorias sociais de fins do século XIX entre a existência de organismos e o funcionamento das sociedades. Esse raciocínio analógico que perfaz o esquema interpretativo organicista das sociedades pode ser verificado na expressão “anamnese das nações”, que tem por ressonância a comparação de viés biologicista do “comportamento” da nação com uma “anamnese dos indivíduos”. Consultar: VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*, 2ª edição, 1938 [1923], p. 44.

postura que, segundo a análise de Renato Lessa, pretendia ser da ordem de um “militante realismo histórico e sociológico”²⁰⁸ e precisava, para tanto, embasar-se na realização de um balanço histórico-constitucional das razões desse desacordo. Este é, com efeito, um dos desdobramentos de sua reflexão sobre a história nacional que se coaduna com a crítica do processo de constituição da ordem política no país, o que é exemplificado em suas apreciações sobre as diferentes Constituições brasileiras, sob o argumento político de que não eram simétricas à “evolução” histórico-social do país.

Vianna chega a abordar a esfera constitucional sob o meandro da formalização reiterada da prática política que ele designa de “importação” de ideias, cujo resultado é o “fracasso” histórico do ordenamento jurídico-político formal do país. Em *O idealismo da Constituição*, ao analisar amplamente no livro as razões históricas desse fracasso a que atribui como saldo do desajuste com a realidade brasileira, o autor remonta justamente a este aspecto ao estabelecer o diagnóstico segundo o qual o país é perpassado pela separação entre o universo dos princípios jurídico-políticos das tramas de sociabilidade do país, de modo a afirmar que

Das construções democráticas levantadas em nosso país - desde a Constituição Imperial de 24 [1824] à Constituição Republicana de 91 [1891], passando pelo Código do Processo de 32 [1832] e o Ato Adicional de 34 [1834] - nenhuma delas vingou, realmente, subsistir na sua pureza: todas foram condenadas ao fracasso. Busque-se, porém, a causa deste fracasso - e ver-se-ia que está precisamente em que nenhuma destas construções se assentou sobre bases argamassadas com a argila da nossa realidade viva - da nossa realidade social - da nossa realidade nacional.²⁰⁹

Nesta passagem do texto, é perceptível a concepção organicista que estrutura o argumento e serve de parâmetro a sua visão macro da nacionalidade, entendida à luz de um recurso retórico segundo o qual a realidade social é lida mediante a analogia de viés naturalista via expressões como “argila”, “bases argamassadas” e de seu preenchimento com um conteúdo “vital” - a “realidade viva”, que buscam em conjunto dar-lhe concretude. Nesta obra em particular - para além do trecho acima -, a ideia que caracteriza e fundamenta a recorrência a

²⁰⁸ Cf. LESSA, Renato. Modos de fazer uma República: demiurgia e invenção institucional na tradição republicana brasileira. *Análise Social*, 204, XLVII, 2012, p. 514. Cabe ressaltar que essa posição “realista” é autoatribuída por Vianna e defendida como a postura mais consistente em face da construção de um modelo político e institucional adaptado às características do país, como bem lembra Lessa. O ponto fundamental desse argumento é perceber que Vianna construía seu posicionamento de realce a determinadas características históricas e “naturais” do meio brasileiro que ele postulava como traços intrínsecos da realidade do país como a (única) posição realista possível. Qualquer ideário que pleiteasse um ordenamento que entrasse em choque com os fatores físicos e geográficos da realidade de modo a não neutralizar seus efeitos “centrífgos” e “dispersivos”, Vianna aportava crítica apontando seu “idealismo”, pois iriam contra a “realidade empírica”. Como exemplo, o autor demarca o regime republicano como a consolidação de um ordenamento institucional que era alvo da ação determinista dos fatores geográficos. Ver: VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro, 1923*, p. 288.

²⁰⁹ VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*, p. 12-13.

metáforas orgânicas em seu pensamento é a de crítica generalizada ao descompasso entre os universos social e o político-institucional no país atribuído às elites dirigentes desde a primeira Constituição do país, ou seja, desde que inaugurado o processo de fundação jurídico-política das “bases argamassadas” sobre as quais se assenta a nação, conforme apontado no excerto anterior. No entanto, embora a escala temporal longa de que parte sua argumentação, seu foco analítico é encaminhado de maneira que o teor da crítica é acentuado no âmbito contextual do autor, sendo direcionada de modo nuclear às bases do regime político-constitucional circunscrito à conjuntura histórica de escrita do livro: o sistema republicano federativo de seu tempo, desdobrado desde o marco da Constituição de 1891.

Vianna promove, assim, o entrelaçamento da dimensão de crítica política orientada ao regime republicano do país, relativa ao aspecto da dinâmica de funcionamento de seu modelo de cunho liberal²¹⁰, com uma interpretação abrangente sobre o passado nacional - desde o enfoque de sua história constitucional, como se destaca da passagem anteriormente citada - que assumia o estatuto de um discurso fundacional sobre o país, o qual alicerçava a construção da nação através das instituições monárquicas como marco.²¹¹ Por esse ângulo, as instituições que

²¹⁰ Não se trata de crítica teórica à forma de governo em si – a seu aspecto formal de regime como monarquia ou república, nem ao modelo liberal no âmbito de seus princípios políticos e doutrinários constitutivos -, mas sim do modo como este regime funciona aplicado no Brasil, de acordo com a avaliação de sua organicidade “interna” com o que o autor considera ser a “realidade brasileira” em sua experiência histórica. Trata-se de uma perspectiva antes historicista e conservadora - no sentido de afirmação da singularidade cultural nacional justaposta como realidade anterior e incongruente ao modelo político - do que teórica voltada à hermenêutica dos princípios do liberalismo enquanto entidade abstrata tomada em questão. Essa concepção pode ser vista como conservadora politicamente em dois aspectos, a saber: i) em primeiro lugar, por enfatizar a dimensão da particularidade nacional (da especificidade histórica do processo de formação social) como critério de verificação da aplicabilidade de um modelo político à realidade social existente que é naturalizada como anterior; ii) em segundo, por conceber a sociedade como um fenômeno análogo a um organismo vivo (social) que possui suas características e funcionalidades internas. Segundo Karl Mannheim, “a concepção de organismo social é desenvolvida pelos conservadores para combater a crença liberal-burguesa na aplicabilidade universal de todas as inovações políticas e sociais”, afirmando a primazia do princípio de “impossibilidade de transferir arbitrariamente instituições políticas de uma nação para outra”. Pode-se dizer, em acréscimo, que essa concepção do autor está premissada na compreensão teórico-política de que a ação conservadora “sempre é dependente de *um conjunto de circunstâncias concretas*” e na leitura organicista de que o liberalismo brasileiro seria uma versão “importada” do ideário efetivamente inorgânica no país, pois não adaptada às invocadas necessidades “reais” da nossa sociedade. Ver: MANNHEIM, Karl. Op cit., p. 108-135.

²¹¹ A crítica política contextual realizada por Vianna ao regime republicano passa pela perspectiva de atribuir ao passado certo caráter de exemplaridade simbólica, mobilizada como recurso nacionalista à obra de construção nacional no presente. Dessa leitura contextual advém a associação do modelo político republicano ao ideário liberal e federalista, viés de análise que pode ser conferido como expressão de crítica político-ideológica de modo especialmente assertivo nas obras *Populações meridionais do Brasil* (1920) e em *O idealismo da constituição* (1927). Em *Populações meridionais*, por exemplo, Oliveira Vianna relaciona diretamente seu entendimento de liberalismo enquanto doutrina ao federalismo como princípio político, dotando-os de um sentido universalista compromissado com movimentos “extra-nacionais” sem o devido acuro à particularidade das realidades nacionais e de sua formação histórico-política, constituindo-se, segundo o autor, em “dogmas universais” abstraídos da compreensão histórico-sociológica concreta e “realista” dos meios sociais a que se destinam enquanto ideários. Nessa perspectiva, sobressai o pressuposto nacionalista estruturante de sua visão que organiza a crítica contextual do funcionamento do liberalismo no Brasil. Sobre isso, ver: VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*, p. 330-332.

remontam ao passado imperial adquirem o sentido evidente de universo referencial à ação de construção nacional, sendo opostas como baliza, em sua análise, ao modelo político desenhado pela organização republicana, de modo a concentrar a crítica fundamental - ainda que não exclusiva, como a citação anterior permite verificar - na responsabilização do campo de atuação do sistema republicano de 1891. E isso é feito ratificando o diagnóstico estrutural amplo da dissonância entre a realidade social e o sistema político já proposto em sua obra de estreia, *Populações meridionais do Brasil*, a partir da *naturalização* das experiências históricas do país²¹², as quais recebem sentidos essenciais que transcendem o fato histórico-político em si mesmo (a interpretação particular do evento *per se*) e são articulados em função de sua operatividade para o plano alongado da nação. A interpretação do autor se volta, em maior tom, à ordem simbólica da identidade nacional desde o prisma de sua almejada unidade, projetada sobre o regime de eleição de algumas experiências políticas como *exemplos históricos* tornados signos memoriais de fundação da nacionalidade. Nesta dimensão de análise, o acontecimento da ordem estabelecida (e estabilizada) durante o passado monárquico assume, por exemplo, o sentido abrangente de momento instituinte na trama nacional como totalidade. Atribui-se, nessa operação interpretativa do autor, a referencialidade ao passado (monárquico do Segundo Reinado) em função de seu significado potencial de futuro, desde sua faceta selecionada propositalmente para efeito de embasamento do projeto intelectual e político de reconstrução da unidade nacional presente na análise de Vianna.

Em outras palavras, é por via da estratégia de naturalização - a palavra é escolhida pois permite evocar, de fundo, a ideia de “natureza”, termo que é seu principal desígnio - que é fixada a significação de eventos do passado na constituição de uma ontologia de corte nacionalista, a qual define as bases da nacionalidade que a obra de construção nacional deveria preservar e, no caso concreto em foco, buscar recuperar, dada seu contexto de crise e “desagregação” no regime republicano. Nessa perspectiva que atravessa sua interpretação política, compreende-se que a análise das experiências está condicionada a seu significado de exemplaridade para a nacionalidade, sendo o acontecimento histórico mobilizado enquanto signo representativo da nação, entendida como organismo social a ser integrado politicamente

²¹² Com o conceito de “naturalização” pretendemos designar a perspectiva que lê acontecimentos políticos do passado a partir de um campo de significação transportado ao quadro das tensões sociais do presente, em chave interpretativa que idealiza a seleção de eventos históricos como referência para a construção do futuro; no caso em particular, trata-se do futuro de âmbito nacional. Em diálogo com a interpretação de Marly Motta, observa-se que o prisma de “naturalização das nações inscreve-se na montagem de uma comunidade modernamente inventada, que, na verdade, se concretiza em símbolos, práticas, comportamentos, e valores firmemente ancorados na vida social. Estamos-nos referindo aqui à construção de um universo nacional capaz de organizar o espaço público em um processo de constituição de identidade [...]”. Ver: MOTTA, Marly. *A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro*, 1992, p. 2.

(e revestido discursivamente, acrescenta-se). É por meio dessa chave de relação simbólica que deve ser entendida, por exemplo, sua comparação (em paralelismo traçado com propósito de marcar antagonismo) entre as Constituições imperial de 1824 e a republicana de 1891, feita justamente no quadro de seus respectivos significados em termos da construção nacional:

Estava muito longe da grandeza épica da Constituinte Imperial a Constituinte. Na Constituinte Imperial os nomes que nela concorriam eram os maiores do país pelo prestígio da cultura, da inteligência, do caráter ou da situação social. Os grandes estadistas que consolidaram o Império e construíram o poder político da nação, saíram dela ou nela estavam, com exceção de Feijó e Bernardo de Vasconcellos. Elestinham, ao demais, a imensa autoridade de um mandato verdadeiramente nacional - pois eram realmente, e não ficticiamente, “representantes da nação”. [...] Na Constituinte Republicana, nada disto. Já as próprias fontes da sua autoridade não eram de pureza absoluta: o mandato que receberam não lhes vinha de uma delegação nacional, comparável a de que resultara a Constituinte Imperial.²¹³

Sob a formulação do contraste entre a legitimidade dos processos constituintes de 1824 e o de 1891, pode-se identificar a relação que o autor estabelece em seu argumento entre os atores políticos do processo de constituição imperial e o ideal nacional que teria presidido sua ação, que lhes granjeou legitimidade em sua análise: o fato de serem “representantes da nação”. O argumento arma uma oposição explícita entre os regimes políticos da Monarquia e da República acerca do princípio de representação que lhes caracterizaria, separando-os desde suas fontes de autoridade, tópico que retoma a questão central da nacionalidade ao fundamentar a ordem imperial como advinda da “autoridade de um mandato verdadeiramente nacional”. O pressuposto dessa leitura é o vínculo político e, ao mesmo tempo, simbólico que estabelece o regime imperial como ordem política representativa da nação, enquanto forma política que consolidou a ordem nacional, por isso a ela necessariamente orgânica enquanto modo de existência política. O argumento preconiza, assim, como fator determinante a relação de princípio e autoridade da formação do Estado monárquico com a constituição política da nacionalidade; eis o significado profundo que a Constituinte imperial carregava, segundo sua análise. Sua crítica político-constitucional aciona, para tanto, a dimensão ontológica de um significado histórico-nacional que antecede (e regula) a própria avaliação do caráter jurídico-político da Carta Republicana.

O foco da argumentação está centrado, portanto, não na interpretação do evento como fenômeno político em si, recorrendo porventura a um procedimento compreensivo de descrição histórica, mas essencialmente em torná-lo contexto representativo (um exemplo performativo e paradigmático, pois fundador da ordem) de um projeto de construção nacional que transcende

²¹³ Cf. VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição, p. 19-20.

o acontecimento. Esta visão condiciona, com efeito, a interpretação da história do país à decodificação de um sentido histórico profundo da nação que, de certo modo teleológico, demarca o regime monárquico como construtor do “poder político da nação”, conforme referido no excerto anterior. Ao mesmo tempo, é em função dessa leitura focal de identidade nacional que assinala a constituição do regime monárquico como representação direta da nação que, enquanto relação representativa, requer o primado da existência da entidade “representada”, ou seja, invoca uma dimensão existencial anterior ao ato político fundador. Nesse jogo entre imanência e transcendência, entre uma ontologia nacional que decodifica o entendimento da nação como recurso anterior à ação política, vinculada a uma teoria representativa, e uma perspectiva que assinala a necessidade de construção e integração dessa identidade coletiva, o passado é demarcado com as tintas nacionais de um processo predeterminado que articula por premissa central (i) a identificação da ordem sociopolítica imperial com o processo sociocultural de construção das bases da nação, a partir da fundação da ordem e (ii) aborda esse processo como tarefa central - um “alto ideal político” - que caberia à ação estatal, encerrando-se em um raciocínio essencial.

Dessa maneira, entende-se o porquê de sua crítica à ordem republicana não se tratar do aspecto formal de governo que constitui esse sistema nem do conteúdo teórico-político do regime como objeto em si mesmo, de modo que sua linha de argumentação política não passa, por conseguinte, pela defesa da regressividade ao passado monárquico em um posicionamento ideológico que seria de viés monarquista, como já se apontou na crítica, mas sustenta-se na interpretação da implantação da ordem republicana - mediante a Constituição de 1891 - como responsável pela desarticulação da estrutura social e política brasileira que havia dado forma à construção da unidade nacional centralizada ao longo do século XIX. O fundamento da crítica do autor se encontra na postulação do desacerto orgânico entre a ótica das circunstâncias culturais e políticas das relações sociais brasileiras e a moldura institucional que o sistema republicano no modelo liberal de 1891 comportava.

Ao promover o dismantelamento da ordem institucional entendida como “estável” e responsável pela edificação do Estado nacional - e de sua unidade - de modo orgânico às características da sociedade durante o período monárquico, o sistema republicano implantado promovia um hiato entre o “real” e o seu ideal (enquanto práxis política) que desmontou as bases da sociedade política, por não ser sobre ela edificada, mas por sobrepô-la um arcabouço

institucional desconectada do elo político e cultural sobre o qual a ordem monárquica havia sido fundada.²¹⁴ Para o autor,

Os constituintes do Império eram homens todos animados de altos ideais políticos: como já vimos, todos se uniam no ardente e claro pensamento de *construir uma pátria*. Na Constituinte da República, o pensamento político, que a animou, não tinha, no espírito da maioria, a clareza e a intensidade do ideal, que inspirara os constituintes imperiais. Para muitos, a República era uma aspiração de última hora; para outros, um simples movimento de represália; e para outros ainda - os ‘históricos’ por exemplo - puro tema para declarações sonoras, e nunca uma convicção clara e profunda [...]. Por isto, os expoentes do ideal republicano, na Constituinte ou fora dela, não pareciam muito senhores da sua ideia matriz: a impressão que nos dão é que não sabiam bem o que queriam, nem bem o que era preciso fazer.²¹⁵

A essa visão da ausência de um projeto nacional de país - do “alto” ideal de “construir uma pátria”, como se refere o autor - se articula outro traço do programa republicano que alterou sensivelmente a ordem política do país: a nova ordem amplia o poder de autonomia das províncias sob um regime federativo e esvazia, dessa forma, a potência que cumpriria à razão de centralidade do poder na União, implicada intrinsecamente na obra de integração política e consolidação da unidade nacional. Essa relação direta e intrínseca, porque articulada de forma endógena na constituição da ordem estatal e com efeitos diretos na edificação da nação, deve-se, segundo essa linha de interpretação, à capacidade de generalização de um ideal político representativo da totalidade nacional, pois detentor de um sentido assertivamente “nacionalista”. Como obra, foi resultado de uma elite conservadora - um “pequeníssimo núcleo” - que construiu as instituições do Império de modo articulado à escala de poder nacional:

[...] os que compunham o pequeníssimo núcleo, que se constituiu em centro de reação conservadora. Estes, não obstante a sua formação mental [aspecto que remete à mentalidade extra-nacional, segundo o autor], tinham muito viva a consciência dos grandes objetivos do Estado em nosso povo: possuíam este sentido imperialista e nacionalista, quero dizer, este **sentido do poder central** e do seu papel na ordem política e social do País, que caracteriza a mentalidade dos grandes estadistas do Império, de tipo construtivo e conservador.²¹⁶

Conferido a este grupo que o autor designa como “reação conservadora” estava a atribuição do papel de construtor das instituições políticas do país que cristalizaram a ordem nacional, pois o seu sentido estava em assimilar a ação político-prática conservadora à edificação do poder central e unitário da nação. Sua análise afirma, assim, que no espectro da

²¹⁴ Sabe-se que o ônus político deste argumento, derivado de uma perspectiva nacionalista do discurso, é tomar a nação como substrato preexistente à Constituição política primeira do país, abordando-a como base para o desenrolar da formação brasileira sendo ela, de outro modo, objeto desse processo histórico.

²¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 23, grifo nosso.

²¹⁶ VIANNA, O idealismo da Constituição, 2ª edição, 1939, p. 19.

formação da nacionalidade brasileira os estadistas conservadores constituíram a força política responsável pela construção institucional da ordem, balizados pelo ideal da organicidade estreita do Estado com a constituição da nação, como se pode depreender do trecho destacado acima.²¹⁷

Por essa razão, a alteração política provocada pela transição do regime monárquico ao republicano representou a fragmentação da configuração de poder centralizado que estava alinhada ao ideal “nacionalista” de ordenamento das instituições, perdendo, para o autor, a fonte de autoridade (oriunda do ideal nacional, que retoma o elemento preexistente fundador da análise) sem lograr substituí-la. A destituição da ordem política nacional erigida sob o regime monárquico consistiu, segundo este modo de representação, no afastamento da força política conservadora, em particular, e, de modo sistêmico, significou a quebra da base estável formada pela organização entre as forças liberais e conservadoras que sustentavam aquele ordenamento.

O grosso da massa politicante [no Brasil monárquico] se distribuía entre as duas facções tradicionais: a liberal e a conservadora. Com a irrupção republicana, esses velhos quadros partidários desapareceram, quebrando-se em milhares de fragmentos, cada um constituído de um pequeno clã agrupado em torno de um pequeno chefe.²¹⁸

Nesse sentido, a mudança de regime político representou, em sua análise, a desmontagem de uma ordem nacional estável e unificada para a irrupção de uma ordem institucional de perfil localista, descentralizada e estruturada em torno aos pequenos *clãs* que configuravam o poder local nas províncias, os quais não possuíam um projeto de expressão nacional, mas reafirmavam a escala de interesses particularistas.²¹⁹ Caberia, portanto, como

²¹⁷ Essa relação essencial disposta entre a construção da ordem centralizada e a representação de um ideal nacional unitário é um passo que o próprio autor contribuiria a partir dos anos 1930 com sua participação efetiva como membro da estrutura jurídico-política do primeiro governo Vargas no país. Associado ao regime autoritário como figura política e intelectual de peso naquela conjuntura, o autor buscava alinhar a construção de um novo formato de Estado nacional, o que denota a identificação política irredutível articulada entre as noções de “Estado” e de “nação”. Do ponto de vista metodológico desta pesquisa, sublinhamos que não se trata de compreender sua atuação no decênio de 1930 como uma etapa linear de sua trajetória, supostamente sequencial e contínua no sentido de um objetivo planejado e delineado pelo autor já nos anos 1920, mas sim trata-se de um “passo” efetivo do ponto de vista de sua reconstrução que sua carreira como jurista alcançou dada sua referencialidade pública no debate intelectual e político nacional, a que ingressou a partir da década de 1920. Seu envolvimento com instituições de vinculação estatal não era, aliás, um evento circunscrito aos anos 1930, tendo em vista, por exemplo, seu ingresso como sócio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1924.

²¹⁸ Idem, *O idealismo da Constituição*, 1ª edição, 1927, p. 21.

²¹⁹ Esta é uma interpretação sociológica e política que encontra correspondência na leitura de Brasil elaborada por Sívio Romero alguns anos antes de Vianna, conforme consta, por exemplo, no discurso de recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras proferido pelo autor. Segundo Romero, “nota-se de sobra [no Brasil] a indisciplina, o espírito de *clã*, a divisão, a desarmonia, a falta de solidariedade, de consciência coletiva nacional”. Cf. ROMERO, Sívio. Discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha, Academia Brasileira de Letras. In: ROMERO, Sívio. *Provocações e debates (Contribuições para o estudo do Brasil Social)*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, Editores, 1910, p. 383.

tarefa atribuída ao presente readequar a ordem política à realidade nacional, o que supõe perseguir o estudo de decodificação das características entendidas como intrínsecas da identidade nacional - tarefa a qual o autor se dedicava - para abrir a possibilidade de ordenar de modo prático a sociedade a partir de um modelo que a ela se adapte. O autor utiliza, inclusive, a noção menos mediada de “reflexão” para denotar a relação de correspondência entre o real, justaposto como o meio social, e a ordem política que lhe seria compatível. Segundo ele, “cada organização política, com efeito, deve *refletir*, na sua estrutura, as particularidades e idiossincrasias do povo, a que pertence”.²²⁰ A ordenação social e política do povo deveria ser cristalizada, nessa linha organicista, em um modelo congruente à história e às tradições nacionais.

A partir da mobilização da ideia de reflexão como identidade (direta) pressuposta entre a realidade social e o modo de sua organização política, sua construção supõe o conhecimento dos fatores que concorreram para a formação da sociedade, o que inclui um conjunto de fatores “étnicos, sociais, econômicos, geográficos” que conformam os “dados da experiência” histórica do país²²¹. Para Vianna, o conhecimento histórico da realidade no plano nacional - articulado pelo registro de identidade implícito em seu uso do “nós somos” - requer uma conotação naturalista²²², decodificada a partir do emprego de noções que remetem ao domínio físico-geográfico e natural da realidade, apresentado através de expressões como “terra”, “regiões”, como pode se verificar no seguinte excerto:

Nós somos um dos povos que menos se estudam a si mesmos: quase tudo ignoramos em relação à nossa terra, à nossa raça, às nossas regiões, às nossas tradições, à nossa vida, enfim, como agregado humano independente.²²³

Desde essa concepção que estrutura seu esforço interpretativo de aproximação à “realidade nacional”, entidade conceitualizada pelo autor como “agregado humano

²²⁰ Extraído de: VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição, p. 8, grifo nosso.

²²¹ Segundo Vianna, os dados da experiência consistem nos “fatores étnicos, sociais, econômicos, geográficos, etc., que concorreram para a formação do nosso povo, dando-lhe a estrutura e a mentalidade atuais”. São esses fatores que, para o autor, precedem e fundamentam sua crítica política como as particularidades nacionais a que se deveria atentar. VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição, p. 8.

²²² No sentido colocado por Bhabha, a visão naturalista carrega o sentido de adotar como postulado a ideia da existência de significados essenciais e primordiais que estão dados na realidade, isto é, vinculados ao universo social por meio de uma relação de identidade simples que se estabelece, portanto, como elemento *a priori* de qualquer análise de viés sociopolítico. É importante observar do ponto de vista metodológico que essa chave de leitura naturalista se coaduna no pensamento de Vianna com o marco evolucionista de compreensão da realidade social que o caracteriza, segundo o qual a sociedade é perpassada por um padrão particular de evolução de sua experiência histórica que a preconiza como “marcha impetuosa para o futuro”, para utilizar os termos de Vianna. Nosso objetivo é, portanto, chamar a devida atenção para essa duplicidade de perspectivas, na medida em que a chave naturalista exerce grande centralidade em sua argumentação.

²²³ VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil, p. III.

independente” e particular, o frequente uso de metáforas que advêm do mundo da natureza, em analogia do social com a expressão orgânica do mundo de caráter físico-biológico, revela o organicismo de sua interpretação a partir da atribuição de sentidos *primordiais*²²⁴ que caracterizariam os predicados dessa realidade social, tomada como produto constituído por um complexo de fatores determinantes como *raça, meio e terra*, todas noções que remetem à linguagem de corte naturalista. Segundo o autor, o estudo deste agregado humano a que se refere política e culturalmente como “povo” na obra *Populações meridionais* deveria se assentar sobre o escrutínio das características fixas do ambiente físico “natural” que induziam determinado comportamento social do brasileiro, sendo um referente que moldava a psicologia dos tipos sociais que formavam o país. Essa equação era sintetizada através da tese de que “não há tipos sociais fixos, e sim ambientes sociais fixos”²²⁵.

Percebe-se, assim, como a questão da identidade nacional - interpretada no sentido de essencialização da nacionalidade em torno da expressão de um “caráter” - é enfrentada no pensamento do autor mediante a entificação de “sujeitos sociais coletivos”²²⁶ do passado como realidade essencial – através dos signos de *nação, raça e povo* -, invocando-os como realidades sociológicas estáveis que antecedem e devem conformar a ação política, na medida em que constituem elementos integrantes do substrato cultural articulado por uma visão holística de Brasil. Nesse sentido, é da posse desse fio condutor totalizante do ponto de vista nacional que carrega como objetivo uma visão integrada do país que, para efeito de análise, tomam-se esses elementos/signos orgânicos como prévios, pré-determinados e determinantes ao mundo sociopolítico. Trata-se da percepção de uma identidade “pré-política” da sociedade.²²⁷

²²⁴ Neste debate, há, seguindo a proposição de Homi Bhabha, a pressuposição de que referentes simbólicos do mundo social como “raça”, “povo”, “nação”, apesar de constituírem categorias metafísicas (coletivos abstratos) elaboradas discursivamente, possuem um sentido primordial como fato empírico anterior à construção retórica do discurso mesmo em perspectivas naturalistas de análise da realidade. Em outras palavras, a interpretação naturalista da realidade social pressupõe a organicidade do meio existente como dotado de uma historicidade intrínseca à sua formação histórico-social, consistindo em um dado social *a priori* que fundamenta os sentidos sobre o qual a sociedade se assenta. Sobre isso, consultar: BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 52-54.

²²⁵ Cf. VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais*, p. VII.

²²⁶ Recorremos, aqui, à formulação proposta pelo historiador português Fernando Catroga acerca dos coletivos abstratos ao interpretar os discursos identitários de viés organicista em contextos de ampla transformação social, como foi na virada do século XIX para XX, tomando-se a Europa ocidental como escala referencial. Cf. CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 14.

²²⁷ Sobre essa percepção, Craig Calhoun a aponta como um dos procedimentos retóricos constitutivos do discurso nacionalista, qual seja, a de fixar identidades sociais em torno a categorias como raça, etnia e através da mobilização de características socioculturais supostamente interpretadas como traços essenciais de um povo de modo a enquadrá-los como base anterior à ação política, isto é, como sedimento cristalizado historicamente que conforma a ideia de certo substrato (“caráter”) nacional. Com Oliveira Vianna, ocorreu essa operação retórica que, por mais que fazia parte do repertório apropriado pelo autor apreendê-la como substrato sociológico, constitui, como afirma Calhoun, uma construção política, na medida em que “esas identidades no son nunca prepolíticas sino siempre políticas”. Como arremata o autor, tal percepção oblitera o momento discursivo de

De parte do uso desses referentes extraídos da história nacional, havia o propósito de assentar em terreno epistêmico interpretado por ele como seguro para a decodificação da realidade brasileira em seus fatores “inerentes”, vistos como fixos e estruturantes do espaço geográfico e social que estava correlacionado, em nexos carregados de simbolismo, a uma identidade do país.²²⁸ Por isso, desde esse nexo que prefigura sua análise, a fixação de características socioculturais correlatas a atributos políticos do povo é vinculada estreitamente ao meio geográfico e social a que pertencem, que ele denomina de modo naturalista como “meio cósmico”, pois seriam reveladores da historicidade intrínseca que singulariza a realidade em foco, transfigurando-se em esteios importantes para a matéria de crítica política, na medida em que constituem signos estáveis e determinantes da nacionalidade.

A relação estabelecida pelo discurso entre o nacional e o “natural” não à toa recorre à natureza como cenário, pois esta funciona como elemento que caracteriza a particularidade do espaço como índice anterior e inassimilável à construção política que tenha por partida um contexto “exógeno” supranacional. Por essa razão, enfatizamos a ideia de que sua compreensão da realidade está fundamentada em uma percepção ontológica da nacionalidade, pois é um dado que, para o autor, entende-se como a “verdadeira natureza” da realidade nacional, o seu “quid immutabile”, na expressão própria de Vianna. Veja-se, a título de exemplo, a leitura realizada em seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1924, cujo apelo naturalista de analogia da identidade social - à luz da existência de “determinantes” - com a natureza se faz presente:

Como as formas, que constituem o tipo de uma árvore, estão contidas nas virtualidades do seu germe, os elementos estruturais de um povo, as condições íntimas do seu viver, as particularidades fundamentais da sua mentalidade, da sua sensibilidade, da sua reatividade específica ao meio ambiente mostram um *quid immutabile*, qualquer coisa de estável e permanente, em todas as fases da sua evolução - desde o obscuro momento das atividades do seu plasma germinativo até o grande momento do seu clímax de maturidade e expansão. Estas ‘determinantes’ de cada povo são invioláveis e irredutíveis - e todas as vezes que legisladores ou estadistas, reformadores políticos ou elaboradores de códigos as desconhecem, o esforço de todos eles resulta inútil e vão, como o esforço do indivíduo que quisesse, pela simples magia de alguns encantamentos, regular o ritmo das ondas no oceano ou deter a marcha dos astros no firmamento. O conhecimento dessas ‘determinantes’ nacionais é, pois

consolidação da identidade ao postular uma relação empírica de anterioridade da suposta ‘realidade’ ao seu conceito, tendo em vista que “no capta la simultaneidad de ambos momentos”. Cf. GAMPER, Daniel. Entrevista a Craig Calhoun. *Universitas*, Revista de Filosofía, Derecho y Política, n. 2, 2005, p. 7-8.

²²⁸ Este nexo, por vezes a irradiar certo determinismo, entre o meio geográfico-social e as características de psicologia social e política do povo em termos da definição de sua identidade nacional já havia sido assinalado no estudo clássico de Renato Ortiz sobre a intelectualidade brasileira da virada do século XIX para o XX. Recorrer à natureza como plano que agrega à realidade um pano de fundo autêntico e próprio fazia parte da ontologia dos estudos nacionais daquele período, sendo uma coordenada sobre a qual o debate se apoiava. Ver: ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª ed., 1987, p. 15-17.

essencial, à ação de todos que exercem uma função dirigente na sociedade, principalmente os que têm o encargo da direção política.²²⁹

Para reter deste excerto selecionado, perceba-se como o teor naturalista é via de acesso à chave nacionalista de sua leitura da realidade social, que traduz - isto é, naturaliza em sua ótica - elementos do “ambiente” como marcas delimitantes do nacional. Assim se explica, no trecho acima, a analogia orgânica feita pelo autor entre a formação dos caracteres de um povo com as formas que constituem biologicamente uma árvore. O pressuposto é, para além do viés de naturalidade atribuído ao tema, a fixidez conferida e transposta do plano biológico à dimensão histórica e cultural formativa dos povos, manifesta em torno da generalização de uma identidade social - de uma “mentalidade”, segundo a expressão empregada pelo autor - unívoca e totalizadora atribuída ao objeto. É, em outros termos, o processo de naturalização da nação como moldagem da realidade social a partir do influxo de seus “determinantes” orgânicos que caracterizam, na análise de Vianna, um “quid imutável”.

Este ponto, aliás, constitui parte fundamental da crítica que o autor teceu à generalidade dos ideários de expressão pretensamente universalista em nome da defesa da particularidade nacional como perspectiva historiográfica e, nessa linha, dirigiu a crítica também à historiografia brasileira de um modo geral - nossos “velhos historiadores”, conforme designou - justamente por não haver ancorado as análises de suas obras em duas destas dimensões conceituais que constituem o método nacionalista de escrita histórica do autor: a) o “povo”, considerado como sujeito coletivo criador da nossa história; b) e o “meio cósmico”, como fator determinístico numa metodologia que se prende efetivamente à perspectiva naturalista-organicista que a sustenta. Segundo o autor, ao se referir a esses fatores do modo como constam na historiografia que ele analisa, “tudo isto determina as ações dos homens na vida cotidiana - e, entretanto, nada disto parece se refletir na explicação da nossa gente”.²³⁰

Em um ensaio publicado em 1922, intitulado “O idealismo na evolução política do Império e da República”, Oliveira Vianna consolida o diagnóstico acerca do desconhecimento histórico atribuído às elites intelectuais e políticas brasileiras contido na afirmação anterior

²²⁹ VIANNA, Oliveira. O valor pragmático do passado. In: *O idealismo da Constituição*. 2ª edição aumentada, 1939 [1927], p. 345-46.

²³⁰ VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*, p. 56. Para ele, a escrita da história levada a cabo pelos antigos historiadores e cronistas dos eventos nacionais se destacava por um método de análise individual dos atores, sem contextualizar o meio em que estavam inseridos. Sendo assim, “narram-se os seus acontecimentos ou descrevem-se as ações dos seus personagens, como se eles agissem sem dependência do meio social, em que se movem, e do meio físico, que os envolve. Por detrás do cenário dos acontecimentos, não parece que os nossos velhos narradores hajam sentido o surdo borbulhar da vida social, nem o latejar poderoso das forças do meio cósmico”.

extraída de *Populações meridionais* ratificando-o com argumentos dos âmbitos da psicologia social e da organização política que se somam às noções de viés naturalista do seguinte modo:

Entre nós, não é no povo, na sua estrutura, na sua economia íntima, nas condições particulares da sua psiquê, que os organizadores brasileiros, os elaboradores dos nossos códigos políticos vão buscar os materiais para as suas formosas e soberbas construções: é fora de nós, é nas jurisprudências estranhas, é em estranhos princípios, é nos modelos estranhos, é nos exemplos estranhos, é em estranhos sistemas que eles se abeberam e inspiram. Parece até que é somente sobre estes paradigmas forasteiros que a sua inteligência sabe trabalhar com perfeição.²³¹

Desse panorama diagnosticado pelo autor, é importante frisar que do modo como é por ele interpretado, a dissonância entre o nacional e os “paradigmas forasteiros” (a realidade modelada por “exemplos estranhos”, segundo ele) adquire o sentido de um abismo histórico entre duas realidades sociais incompatíveis a partir da premissa orgânica por ele postulada acerca da existência de caracteres socioculturais particulares (e de teor psicológico-social, acrescenta-se, como o termo “psique” atesta) de cada ambiente social. Esse conjunto de particularidades conforma um substrato apriorístico que é essencializado em seu discurso como diferença que resulta de atributos fundamentais definidores da nacionalidade, ela mesma uma categoria que, embora acione filosoficamente uma metafísica transcendente e totalizante, enfatiza enquanto escala histórica a concretude do particular²³². É preciso ter em vista que essa interpretação se sustenta à luz da operação de uma teoria histórica que reivindica a particularidade como critério de base para compreender a nacionalidade, abordando-a como elemento descritivo da sociedade, e, em simultâneo e agregado, trata-a como aspecto projetivo, operando como fundamento para a proposição política, de modo a aliar o conhecimento experiencial da realidade à consciência política que sobre ele constrói sua teoria da ação.

Segundo Vianna, partir da

²³¹ VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição, p. 7.

²³² Silvio Romero expressou de modo especialmente assertivo a leitura de que uma teoria da história explicativa do país deveria fornecer as chaves de análise da “marcha evolutiva” do povo, tarefa a qual o autor se propôs realizar em sua “História da Literatura Brasileira”. Diz Romero: “A teoria da história de um povo parece-me que deve ser ampla e compreensiva, a ponto de fornecer uma explicação completa de sua marcha evolutiva. Deve apoderar-se de todos os fatos, firmar-se sobre eles para esclarecer o segredo do passado e abrir largas perspectivas na direção do futuro”. Embora Vianna não seja, na comparação com Romero, expressamente assertivo nem sistemático em termos de uma reflexão teórica sobre a história, pode-se deduzir de modo fundamentado que há subjacente a sua interpretação política uma teoria da história que lhe permite identificar, compreender e destacar particularidades histórico-culturais da sociedade que são tomadas como ponto de partida assentado para suas proposições políticas acerca da ordem institucional. As razões por que não explora de modo contundente o debate teórico e metodológico sobre o tema deve-se, sobretudo, conforme explanaremos nas páginas seguintes do capítulo, a sua epistemologia pragmatista que apreende a história como experiência e visa inculcar-lhe um sentido prático de projeto nacional. Cf. ROMERO, Silvio. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Garnier, 1902 [1888], 2ª edição, p. 20.

particularidade do nosso processo de construção política torna a investigação dos fatores culturais, que influíram na modelagem da nossa organização constitucional, um estudo de extremo interesse. Principalmente para os espíritos positivos, libertos dos preconceitos doutrinários, que consideram o problema da organização política e constitucional de um povo um problema essencialmente prático, em cuja solução não deve entrar nenhum dado apriorístico, nenhum preconceito de doutrina; mas, exclusivamente, os fatos observados, os dados da experiência.²³³

Sobre a relevância deste ponto, a título de exemplo de como se tratava de elemento caro às análises sociológicas e históricas nacionais realizadas desde fins do século XIX, Sívio Romero (1851-1914), importante autor que produziu uma variedade de obras de cunho histórico, escritos políticos e estudos literários, definiu em sua *História da literatura brasileira* (1888) a matéria teórica do estudo da história a partir da evocação do prisma das particularidades nacionais, em postulado nacionalista ante o qual se pode associar a perspectiva de Vianna.²³⁴

Conforme a interpretação de Romero,

Seu fim [da teoria da história] não é só mostrar o que esse povo tem de comum com os outros; sua obrigação é ao contrário exibir os motivos das originalidades, das particularidades, das diferenciações desse povo no meio de todos os outros.²³⁵

Retomando a análise de Vianna à luz desse postulado teórico de diferenciação e particularização do âmbito nacional sistematizado por Romero nas últimas décadas do Oito-

²³³ VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição, 1939 [1922]. Em outra obra, intitulada *Evolução do povo brasileiro* (1923), Vianna compara o estudo das particularidades nacionais à ação médica de diagnóstico que depende, para tanto, do conhecimento do caso singular do indivíduo para obter efeitos terapêuticos. O organicismo do argumento que coloca em analogia o comportamento das sociedades e o dos indivíduos em suas peculiaridades é explícito: “Nenhum erro maior do que o daqueles que, partindo de uma suposta identidade entre nós e os outros grandes povos civilizados (porque temos a mesma civilização), julgam-se dispensados de estudar o nosso grupo nacional nas suas peculiaridades. Essa abstenção envolve um erro imenso, comparável ao erro do médico, que, partindo do fato de que todos os homens têm a mesma fisiologia, se julgasse dispensado de pesquisar, para a formulação do seu diagnóstico e a determinação da terapêutica aconselhável, as particularidades idiossincráticas de cada doente”. Cf. VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*, 1938 [1923], p. 44-45.

²³⁴ Essa aproximação das obras de ambos os autores mediante o traço da teoria histórica que fundamenta seus discursos nacionais não deve ser justaposta integralmente à questão do diagnóstico histórico sobre a nação, pois há pontos que se afastam de modo substancial na perspectiva empreendida por Vianna nos anos 1920 se comparada a de Romero, do final do século XIX. O fato de assentar sua leitura da história no evolucionismo spenceriano, por exemplo, inspirado em uma teoria evolucionista que prevê leis gerais comuns de funcionamento das sociedades, distancia a ótica de Romero, em particular, e da chamada geração de 1870”, em geral, da engendrada por nosso autor. O próprio Vianna faria questão de diferenciar sua leitura da análise romeriana, como se pode constatar no segundo capítulo da obra *Evolução do povo brasileiro* (1923), designado “Utilidade dos estudos brasileiros”. É correto assinalar que Vianna também se utiliza da percepção evolucionista de Herbert Spencer; porém, em vez de fundamentar teoricamente sua visão na proposta do autor, ele a mobiliza em sentido mais circunscrito em relação à perspectiva histórica de Romero. Sobre o autor e a postulação da superação do passado brasileiro como forma de ultrapassar o registro do “atraso” como diagnóstico nacional, recomenda-se a seguinte análise enfocada: PAREDES, Marçal. A nação e a hermenêutica histórica ou os usos da alteridade portuguesa no horizonte de expectativa brasileiro: da superação à condenação. In: GAUER, Ruth. Tempo & historicidades. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2016, p. 87-108.

²³⁵ Cf. ROMERO, Sívio. *História da Literatura Brasileira*, 1902, 2ª edição, p. 20.

centos brasileiro, pode-se compreender que a origem histórica atribuída ao descompasso do presente diagnosticado em sua interpretação reside na assimetria desse ponto de partida organicista - que se postula como o do “nosso povo”, vinculado à abordagem de suposição de caracteres constitutivos da nacionalidade - com as formas políticas e ideias sobrepostas e desconectadas à realidade em foco que operariam por meio de lógicas de funcionamento externas a ela. Essa externalidade apontada - indicada sob o traçado de “sistemas” -, conforme o excerto de Vianna explicita, conota um sentido de modelo abstrato e de viés universalista que não possui vinculação local com o meio concreto que é, nesse raciocínio, da ordem da “particularidade” e se coloca como dimensão irreduzível a realidades exteriores. Nesse sentido, como desdobramento lógico dessa perspectiva, quando são “importados” e justapostos como mecanismos à realidade brasileira, colhe-se como resultado político um cenário de “artificialismo”, dado que atender à demanda da particularidade significa adequar-se à organicidade da nacionalidade preexistente, em sua ótica informada pelo organicismo.

A adequação do modelo político à realidade social é, segundo o autor, a própria medida da objetividade e do compromisso hermenêutico “realista”²³⁶ que deveria lastrear a (futura) ação política. O autor recorre, inclusive, ao postulado organicista de Herbert Spencer (1820-1903) para descrever a disjunção entre a realidade própria do país e a natureza de sua organização política a partir da ideia da adaptação de uma “falsa membrana” no organismo representado pela sociedade; no caso, essa ideia se aplicaria à prática de postular como premissa a existência de tradição política comunitária e construir em torno desse “dado” cultural inexistente uma organização que só funcionaria sob a égide desse fundamento societário. Como inexistente na realidade brasileira, tratar-se-ia de uma operação caracterizada como “enxertia”.

²³⁶ Sem a pretensão de desenvolver discussão mais aprofundada de teor epistemológico sobre o que constituiria a objetividade do processo sócio-histórico, nosso propósito é apenas observar que, para fins dos objetivos da argumentação deste capítulo, este debate era mobilizado por Vianna como estando fundamentado no critério da organicidade com o meio social. Esse entendimento por parte do autor filiava-se a um tópico cientificista recorrente desde finais do século XIX que organizava as análises históricas e sociais e postulava o realismo e a objetividade como sinônimos de uma visão científica que presumia acesso seguro à realidade. Tendo como premissa o prestígio do paradigma científico naturalista naquele contexto, o estudo da realidade social era aproximado de modo análogo a uma realidade “natural”, em chave congruente à epistemologia das ciências físicas e biológicas. Este naturalismo da análise, contudo, não reduz o campo interpretativo à busca do mero exercício descritivo, como se poderia aventar, mas parte dele como consideração do real existente, não à toa constata-se de modo frequente o recurso de definir posições e leituras políticas e sociais que rivalizam com sua interpretação da história nacional como “idealistas utópicas”, perpassadas, segundo sua crítica, por modelos políticos oriundos de paradigmas “estrangeiros”. A objetividade e o realismo eram, portanto, invocados como termos estruturantes da produção de uma visão nacionalista da história. Sobre isso, ver: VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição, 1927. José Murilo de Carvalho sugere, inclusive, ao designar como recurso “meio automático”, tratar-se de uma operação que tem seu viés retórico de legitimação da escrita da história em face do estatuto científico naquele contexto intelectual do autor, ao assinalar que constituía “um tributo, talvez meio automático, ao cientificismo do século XIX”. CARVALHO, José M. de. Op. cit., 1993, p. 17.

De acordo com o autor,

essa consciência comunal, que vimos tão vivaz e orgânica nos grupos locais europeus, carece, entre nós, do seu plasma formador, da sua matéria prima: a consciência da solidariedade dos interesses interindividuais, ou inter-familiares. Sem essa base psicológica, sem essa tradição social, a organização política local, como expressão autônoma de uma consciência local, deixa de ser uma realidade viva e sanguínea, como na Inglaterra e na América, para ser apenas, como tem sido até agora, uma justaposição, uma enxertia, uma adaptação legislativa, que não encontra na fisiologia da nossa sociedade condições vitais de funcionalidade e eficiência. É o que Spencer chama “uma falsa membrana” no organismo social.²³⁷

Desse saldo, o processo de construção nacional restava comprometido, tendo em vista o traço de natureza histórica que aludia à origem definidora do desajuste, de viés identitário. Nesse sentido, o problema sociológico-político da assimetria entre a realidade nacional e o modo como as instituições do país foram construídas a partir de “outras” realidades políticas trava, com efeito, a possibilidade de projetar o devir histórico da nação e lidar com seu processo particular de evolução, a partir de seus problemas estruturais singulares (a inexistência de solidariedade social e a incompreensão da experiência histórica nacional pela sociedade, por exemplo).

Perceba-se, no entanto, que por trás da perspectiva nacionalista em que este problema é colocado pelo autor, reside um sentido de apreço à experiência histórica de povos europeus de apresentar uma “consciência comunal” entendida como “vivaz e orgânica”, que apesar de inexistir no país, segundo o paralelo comparativo contrastado neste excerto anterior, é a meta a ser construída politicamente no Brasil sob métodos vistos como “nacionais” e próprios. Diferença no método construtor dessa realidade aspirada, como substancialização do nacionalismo, mas o objetivo é, conforme percebe-se na passagem trabalhada, criar uma realidade de expressão social semelhante à experiência de outros países. A construção das instituições acionava, segundo esse mesmo argumento, estratos de experiências históricas associadas a outros modelos de sociedade, orgânicos ao funcionamento de outras características psicológicas, morais e políticas que não as encontradas no povo brasileiro, mas para as quais as elites dirigentes deveriam observar como objetivo para construir sua metodologia política organizacional. O nacionalismo, veja-se com este exemplo a ilustrar, convive com um olhar seletivo e referencial da experiência de outros povos. O próximo passo do texto será o de com-

²³⁷ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais*, p. 281-282. É particularmente marcante no universo desta argumentação, na passagem acima, a metáfora da sociedade como organismo vivo, a partir da qual ela é traduzida como organismo sociológico. Vianna toma essa ideia que concebe as sociedades como unidades orgânicas, à luz da analogia naturalista advinda das ciências naturais que fora incorporada como paradigma compreensivo das ciências sociais nas últimas décadas do século XX (daí a referência à teoria de Spencer feita no trecho citado), como fundamento de seu entendimento sobre a organização da nação e, por decorrência, enquanto lastro de sua crítica à construção político-institucional feita pelas elites dirigentes do país, que, segundo seu diagnóstico, não teriam atentado a este arcabouço de formação da realidade.

preender, com efeito, a natureza deste processo de “evolução” social nacional e do complexo de suas experiências históricas na concepção política organicista do autor.

2.2. “Evolução” social e “arquivo das experiências” nacionais em matriz organicista da História

Para compreender essa assimetria como problemática central ao pensamento do autor sobre a nação, importa averiguar a concepção *histórica* da política que fundamenta a linha argumentativa de Vianna e deslocar, nesse plano, certa chave de análise predominante nas interpretações sobre o pensamento do autor por parte de seus analistas. Referimo-nos como constatação de pesquisa à ideia de que, ao avançar sobre este debate, a crítica especializada tem abordado a modernização²³⁸ como expressão dominante das relações entre história e política (entre *política* e *temporalidade*, de modo mais delimitado teoricamente) no discurso de construção nacional de Vianna, âmbito sobre o qual investem os estudos que afirmam como sentido conferido ao passado a noção de gênese dos “males da nação”.²³⁹

²³⁸ Um dos textos paradigmáticos que apresenta a hipótese da modernização como modo de leitura dos discursos de Oliveira Vianna e de outros intérpretes dos anos de 1920 a 1940 é a tese de Luiz Guilherme Piva (2000), que ao explorar os diferentes diagnósticos e prognósticos sobre a nação brasileira em autores como Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte, enquadra-os sob um parâmetro analítico que identifica o processo de construção da nação à ideia de modernização, operando com uma relação de identidade semântico-política entre os dois conceitos, em postulado que leva a noção de modernização a cobrir como signo a integralidade da tarefa política de construção nacional. Desde essa premissa excessivamente generalista, assume-se como matriz de significação a ideia evolucionista linear de “atraso” como diagnóstico unívoco da realidade brasileira em seus intérpretes (entre eles, Oliveira Vianna), isto é, como ponto de partida político, construindo dessa forma uma interpretação que reduz a ambivalência e, mesmo, a complexidade que as mobilizações da história - do campo múltiplo de relações entre presente e passado - apresentam desde os sentidos postulados pelos discursos que foram objetos de análise. Cf. PIVA, Luiz Guilherme. Ladrilhadores e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Ed. 34, 2000. Essa perspectiva de interpretação emerge igualmente em análises de outros importantes pesquisadores do debate nacional como paradigma de leitura sobre a história nos discursos dos intérpretes nacionais, podendo ser conferida em textos de Luiz Werneck Vianna e Angela de Castro Gomes. Tendo em vista nosso objetivo no capítulo ser discutir a interpretação histórica nacional de Oliveira Vianna, trataremos de mostrar como não é consistente a posição que defende a compreensão do passado como signo do “atraso” no discurso do autor, na medida em que sua leitura acentua o peso do passado como suporte político e referente experiencial para conhecer e construir a realidade nacional.

²³⁹ Este diagnóstico político está explícito em abordagens sobre a interpretação de Vianna que reforçam o viés negativo da matriz de leitura do autor sobre o passado histórico nacional. Essa concepção deve, contudo, para permitir contemplar a vasta interpretação histórica vianniana, ser relativizada e contextualizada ao longo de sua obra para que não se desconsidere a noção de que o passado é valorizado, acima de tudo, como dimensão e fonte experiencial da realidade histórico-social brasileira. Como exemplo deste modo de interpretação que apontamos, Renato Lessa assinala uma postura de “pessimismo histórico” em Vianna. Segundo Lessa, “Oliveira Vianna foi um pessimista retrospectivo. A sua interpretação da história colonial foi devastadora, posto que ali se constituiu um confortável abrigo para o “insolidarismo” e para a aversão à vida civil. Não obstante, tal pessimismo histórico não serviu nele de base para o pessimismo político. Antes pelo contrário, a história do país teria apresentado em chave negativa a agenda necessária para a superação dos problemas nacionais”. Ver: LESSA, Renato. Modos de fazer uma República: demiurgia e invenção institucional na tradição republicana brasileira. *Análise Social*, 204, XLVII, 2012, p. 508-531.

Deve-se considerar, no entanto, que a compreensão do processo de modernização em Vianna deve ser feita no plano da afirmação de uma identidade nacional ao país, o que coloca o tema da modernidade em consonância com um discurso identitário sobre a nação. Em nossa concepção, a leitura da história nacional articulada por Vianna deve ser interpretada em um horizonte mais amplo de investigação, na medida em que a história consiste em recurso mais ambivalente e, conseqüentemente, menos linear do que supõe a frente de interpretação que a emoldura como coberta pelo sentido de modernização. Sua abordagem histórica sobre a nação não se fundamenta em um modelo historicista linear perspectivado no futuro como temporalidade evolutiva de “superação” do passado.²⁴⁰

A interpretação que dela resulta não é feita através de um eixo de oposição cabal entre passado e futuro, de modo que não se trata de postular, pois, em seu pensamento a correlação conceitual entre passado/“atraso” e futuro/“modernidade”, uma vez que o modelo teórico que ampara sua concepção concernente ao tempo social é centrado na releitura da experiência histórica nacional como dispositivo para extrair o método político “adequado” (*orgânico*, segundo seus termos) ao propósito de refundação da nação, cujo peso, ainda que voltado à construção do futuro, radica-se na re- atualização de valores e práticas oriundas do passado, revalorizado como fonte das experiências nacionais. Tratava-se de postular, para o autor, desde essa compreensão histórica, uma relação de continuidade entre o presente e o passado conectados sob o prisma da interpretação de uma identidade conservadora da história nacional, tendo em vista a chave de uso da história estar inscrita em um discurso abrangente sobre a nacionalidade. Com base nessa chave de análise, pode-se investigar as mobilizações e sentidos atribuídos à história que a estabelecem como campo privilegiado de constituição da nacionalidade a partir das articulações entre passado-presente-futuro.²⁴¹

²⁴⁰ Este é, a título de exemplo, o paradigma da interpretação histórica presente na obra de Silvio Romero e, de modo geral, da chamada ‘Geração de 1870’, que utiliza a noção de “atraso” como categoria analítica de compreensão da sociedade brasileira e projeta, a partir dessa percepção, a necessidade de modernização do país à luz da interação com o diagnosticado “bando de ideias” provenientes da filosofia europeia da segunda metade do século XIX. Este mosaico de ideias era tomado, evidentemente, como repertório “científico” e “objetivo” da análise social em Romero. Sobre isso, consultar: A filosofia da história de Buckle e o atraso do povo brasileiro. In: História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Garnier, 1902, 2ª edição.

²⁴¹ A percepção dessa variedade de sentidos conferidos à história e, particularmente, ao peso do passado na construção da nação afasta a hipótese da leitura que atribui o diagnóstico de “atraso” da realidade histórica brasileira como chave de interpretação ao pensamento de Vianna. Sobre o significado dado à história no discurso do autor, deve-se considerar que “In his direct use of the term History, three different meanings given to the term by him can be identified, although it is not quite correct to speak of Oliveira Viana’s concept of History. These are: (a) events of the past; (b) investigation of the past; (c) the ‘master of politics’. It should be noted, however, that rather than being mutually exclusive, these equally contribute to unveiling the meaning of History and its determinant influences for the social, political, economic, and cultural formation of our contemporary society”. Ver: ABREU, LUCIANO A.; MARTINS, Luís Carlos dos P.; MUNARETO, Geandra D. Embracing the past,

Dessa maneira, sem perder de vista que a interpretação do autor remonta a um contexto político de modernização do país nos anos 1920, o que ponderamos é a necessidade de abordá-la segundo uma concepção de história que realce o jogo de temporalidades múltiplas radicado no projeto político do autor. É preciso apontar, por precisão metodológica, que sua interpretação sobre a formação nacional é organizada a partir da premissa de organicidade que concebe a “assimetria” identitária, trabalhada no tópico anterior do capítulo, como estando relacionada intensamente com traços de adequação, na abordagem do autor, à psicologia social e à cultura política brasileira (enquanto substratos constitutivos do ser do “povo brasileiro”), e não com sua inscrição a uma ideia comparativa de temporalidades nacionais implicada em uma teoria social universalista.

Para compreender este marco interpretativo, do modo como foi pensado e formulado pelo autor, e assim identificar o núcleo de sua operação plural do tempo histórico, necessita-se coadunar o pressuposto evolucionista (de tipo multilinear, frisa-se) com a perspectiva de caráter *historicista* - noção entendida, aqui, no sentido de retenção cultural da dinâmica histórica suposta como própria, singular, a cada modelo de sociedade, conforme proposta por José Guilherme Merquior²⁴² - que sobressai efetivamente de sua interpretação do âmbito nacional, a qual descarta por princípio a vigência de um esquema evolutivo unilinear permeável a todas as sociedades.²⁴³ Na obra *Evolução do povo brasileiro* (1923), Vianna, ao destacar que o ideal evolucionista de fins do século XIX que tomou conta do cenário de análises sociológicas e históricas assentava-se como paradigma fundado na ideia de uma “concepção unilinear da evolução”, sobreposta uniformemente às sociedades de modo universalista, procede com a crítica explícita dessa modalidade unilinear de evolucionismo ressaltando a diversidade evolu-

designing the future: authoritarianism and economic development in Brazil under Getúlio Vargas. Brighton & Eastbourne: Sussex Academic Press, 2020, p. 10-11.

²⁴² Cf. MERQUIOR, José Guilherme. Comentários sobre a teoria da cultura. Do historicismo à antropologia. In: *O véu e a máscara: ensaios sobre cultura e ideologia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.

²⁴³ Temos o cuidado de assinalar que no texto *O idealismo na evolução política do Império e da República* (1922), Vianna sustenta a ideia de “idealismo constitucional” como a prática de construir um ordenamento político-institucional moderno e “majestoso” para um país formado por um “povo novo”, em exemplo que, ainda que seja feito de modo genérico, parece sugerir se tratar do caso brasileiro. Nesse argumento em específico, o tempo histórico é mobilizado como critério linear de definição da evolução das sociedades; porém, seu entendimento só se torna pleno quando condicionado ao critério cultural das “condições particulares da formação histórica”, que revela, a nosso ver, o crivo organicista como economia principal do argumento, verdadeiramente central a sua análise. Veja-se: “Idealistas deste tipo [utópicos] seriam também os que, concebendo uma Constituição para um povo novo, ainda em formação, cujas classes sociais, mesmo as mais elevadas, não tivessem tempo histórico para adquirir sequer uma mediana educação política, compusessem um aparelhamento constitucional, majestoso e moderníssimo, mas cujo perfeito funcionamento fosse unicamente possível numa sociedade, cujas classes dirigentes e dirigidas, em virtude de condições particulares da sua formação histórica, se apresentassem dotadas de uma alta educação cívica e política”. Cf. VIANNA, O idealismo da Constituição, p. 9.

tiva que existe como possibilidade de articulação a cada cultura, desde que integrada à sua matriz histórica particular de evolução orgânica:

Era o pleno triunfo da concepção unilinear da evolução. Cedo, porém, começou-se a sentir que esse unilinearismo falseava a verdade e não explicava nada. Longe de obedecer a essa unilinearidade de evolução, revelavam os grupos humanos uma incomparável riqueza de modalidades evolutivas.²⁴⁴

Como se pode perceber na transcrição acima, a crítica de Vianna passava pela refutação da ideia de existir uma matriz unívoca capaz de inscrever a evolução dos diferentes grupos sociais e se sobrepor às realidades nacionais. A heterogeneidade é inscrita como elemento constitutivo do quadro evolutivo em aporte que o autor busca na crítica de Gabriel Tarde a Spencer no ramo das ciências sociais²⁴⁵ para fundamentar a particularidade como fator primeiro do processo de evolução:

Ninguém, hoje, que esteja ao corrente das ideias mais recentes trazidas ao patrimônio da cultura universal pela geografia, pela antropologia, pela ciência social, pela antropogeografia, pela antropossociologia, pela crítica histórica, crê mais na hipótese de que possam existir grupos humanos idênticos, por mais afins que eles sejam. Cada agregado humano é hoje, para a crítica contemporânea, um caso particular, impossível de assimilação integral com qualquer outro agregado humano.²⁴⁶

À sua concepção que salienta a particularidade e multilinearidade do processo evolutivo deve-se sublinhar que o entendimento do processo de evolução social enfatiza o quadro sociocultural organicista que lhe dá fundamento no âmbito de exame das nacionalidades. Nesse sentido, a argumentação de Vianna não passa pela chave comparativa entre as nações sob a ideia de um conflito entre ritmos de desenvolvimento assíncronos, pois não se trata de raciocínio que preconiza a tensão temporal de um ideário “moderno” - no caso da leitura sobre a obra de Vianna, seria transpor a noção aplicada às ideias oriundas de outras realidades que não se adaptariam ao contexto brasileiro - sobreposto a uma realidade nacional qualificada como “arcaica” e “atrasada”.²⁴⁷ Essa posição analítica pode ser verificada como

²⁴⁴ VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*, 1938 [1923], p. 45.

²⁴⁵ Segundo Vianna, “há uma grande ideia dominante em todo esse movimento de reação renovadora, que lava os domínios das ciências sociais de há trinta anos para cá. É a ideia daquilo que Tarde chamou ‘o heterogêneo inicial’, em contraposição ao ‘homogêneo inicial’, de Spencer”. Cf. Idem, *ibidem*, p. 33.

²⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 33.

²⁴⁷ Neste sentido, critica-se as abordagens que concebem a leitura de Vianna sobre o tempo histórico nacional a partir da ideia de “atraso”. Caracterizar o cenário brasileiro como “atrasado” ou sob o imperativo correlato da “modernização” como proposta de formatação da sociedade implica adotar como parâmetro, de modo um tanto simplório, uma ordenação da realidade exterior ao caso tratado, o que vai de encontro à chave organicista e historicista/particularista da leitura sustentada por Vianna sobre a nação. Deslocamo-nos dessa hipótese de leitura na medida em que do paradigma de superação do passado, imbuído em explícita orientação modernizadora, sobressai uma visão da história de corte linear, progressiva e seccionada da qual emana como saldo uma

sendo insustentável metodologicamente se remetermos de modo enfocado às obras de Vianna e identificarmos, como resultado investigativo, a natureza de sua concepção histórico-evolutiva, conforme se verifica a seguir:

Desde o momento em que a ciência confessava a sua ilusão e reconhecia que as leis gerais, a que havia chegado, não correspondiam à realidade das formas infinitas da vida, compreendi que a melhor coisa a fazer não era insistir por encerrar a nossa evolução nacional dentro dessas fórmulas vãs ou querer subordinar o nosso ritmo coletivo a um suposto ritmo geral da evolução humana - ao evolucionismo spenceriano, como fez Sílvio Romero, à teoria filogenética de Haeckel, como fez Fausto Cardoso, ou à lei dos três estados, de Comte, como têm feito os positivistas sistemáticos. Pareceu-me trabalho inútil esforçar-me por descobrir nos acontecimentos da nossa história a revelação dessas leis gerais, de que a própria ciência acabava de instaurar o processo de falência.²⁴⁸

O ponto de apoio organicista do argumento fica ainda mais claro quando se vislumbra que as ideias de autonomia e particularidade atreladas como dimensão fundante ao processo de evolução nacional levaram o autor a investir, em sua obra de ensaio intitulada *Pequenos Estudos de Psicologia Social* (1921)²⁴⁹, na perspectiva de afirmar a necessidade de um “retorno” ao modo de vida rural do passado - em seus termos, postulava-se a ideia de uma “reação renovadora” - frente ao cenário de urbanização acelerada e da correlata concentração da vida política nas capitais do país nas primeiras décadas do século XX. A interpretação de um possível diagnóstico restrito linear que representa o passado como matriz do “atraso” nacional não se sustenta, mais uma vez, ao se considerar com rigor como esta leitura de Vianna expressa uma concepção de tempo aproximada à noção clássica de tempo cíclico ao projetar-se uma espécie de retorno a um modo de vida anterior que estaria, segundo sua visão, em franca dissolução no presente, identificado, nesse sentido, enquanto cenário de crise da identidade nacional. A linha de continuidade tendencial com o presente, de se esperar segundo o postulado teórico de sua concepção histórica, é desconsiderada em razão da temporalidade do presente

temporalidade unívoca inassimilável ao crivo organicista que estrutura a leitura realizada pelo autor. O problema fulcral que se coloca para Vianna é, como já fora exposto, o de sobrepor a institucionalidade política que não se ancora nas condições socioculturais vigentes no país, aspecto que configura o requisito principal para a viabilidade de construção da unidade da ordem social. Neste plano, conforme estamos trabalhando no capítulo, conjuga-se do ponto de vista histórico a temporalidade linear que subjaz ao entendimento do decurso evolutivo do país com a concepção de exemplaridade do passado como recurso político-funcional ao presente, sendo esta uma visão mais propriamente cíclica sobre o tempo. Desse modo, consideramos um erro metodológico tratar a questão da temporalidade sob forma unívoca e homogênea no âmbito do pensamento do autor.

²⁴⁸ VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*, 1938 [1923], p. 43.

²⁴⁹ Nessa remissão ao ensaio *Pequenos estudos de psicologia social*, de 1921, pode-se constatar nesta obra até mesmo o tema da racialidade é mobilizado para refutar uma suposta posição de atraso do país em relação a outros povos. A chave de leitura utilizada ratifica, aliás, o caráter nacionalista que organiza de modo geral sua argumentação. Veja-se, por exemplo: “Esta identidade moral [que o autor atribui aos sertanistas] não é uma fantasia; existe; os fatos a comprovam; e dela só nos podemos orgulhar, porque esses rudes antepassados de há três séculos, ao surgirem na história, mostram-se providos de atributos que os emparelham, sem favor, com as melhores raças do globo”. Cf. VIANNA, Oliveira. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Editora Revista do Brasil, 1921, p. 13.

ser lida como representativa de um estado crítico oriundo do diagnóstico de “degeneração” da nacionalidade, segundo seu léxico organicista.

Veja-se:

O que se está passando no Brasil não é degeneração do caráter nacional; é coisa de outra natureza. O que está dando à nossa sociedade esta aparência de corrupção e degeneração, por um lado, e, por outro, esta impressão de desalento e egoísmo, pode-se compendiar nesta fórmula sintética: - *tendência, de origem recente, das classes superiores e dirigentes do país a se concentrarem nas capitais* [...]. Daí resulta que o plano principal de uma verdadeira reação renovadora, não está em militarizar o mais brando povo do mundo, como querem os pregoeiros do serviço militar obrigatório; mas, antes de tudo, em formar, por uma grande e poderosa campanha social, um largo e sonoro ambiente espiritual, dentro do qual possamos voltar à prática das nossas antigas virtudes tradicionais, as únicas que nos permitiram fundar e organizar, nesta parte da América, uma nacionalidade [...]. É no fazê-las cada vez mais queridas e sedutoras aos olhos das nossas gerações de hoje e de amanhã; é na renovação desse velho culto nacional da terra opima e nutridora, culto em que se formaram e definiram os atributos melhores e mais preciosos da nossa índole étnica; é *nisto* que está a grande obra a empreender-se para “regenerar” o nosso caráter e para “nacionalizar” a nossa alma.

Esse cenário diagnosticado como ensejo ao empreendimento de “regeneração” e renovação da identidade nacional - articulada, mais precisamente, como “caráter”, “índole” e “alma” nacional, na linguagem de acento romântico e nacionalista utilizada pelo autor - mostra como a problemática relativa ao conhecimento das realidades sócio-históricas, da maneira com que foi formulada por Vianna nos anos 1920, girava em torno de uma matriz de compreensão organicista que prevê a cada sociedade, segundo seu processo de “evolução histórica” *específico* (admitido como perspectiva interna à escala de análise histórica das realidades nacionais), *um* determinado sistema político e institucional que seria orgânico à sua experiência histórica e representaria, com efeito, o seu caminho autônomo de construção da nação. O caminho, segundo o autor, que corresponderia ao empreendimento de “nacionalização” da alma brasileira. Cabe sublinhar a metafísica implícita – muitas vezes enclausurada teoricamente enquanto o outro “negativo” (no sentido de indesejado) da análise social “objetiva” voltada à pragmática política – nessa argumentação que reivindicava o realismo e, ao mesmo tempo, buscava fundamentar seu discurso nacionalista em torno a conceitos de alta carga metafísica implicada, como “povo”, “nação”, “sociedade”, “caráter”, “espírito”, “tradição”, “unidade”, “ordem”, todos eles mobilizados pela ideia que presumia *uma* possibilidade de articulação identificatória entre o modelo político-institucional a ser construído e a realidade social que lhe ancorava.

Esta ambivalência presente no discurso do autor como dualidade característica trabalhada em sentido de convergência na equação entre realismo e metafísica que aqui

procuramos destacar não pretende eliminar qualquer validade da interpretação ou buscar reduzi-lo à caricatura, na medida em que não se cobra por pressuposto uma noção retilínea de coerência que oponha linearmente essa duplicidade (realismo-metafísica) como “contradição” ou “incompatibilidade radical”. Visamos, justamente, mostrar como uma posição entendida como “realista” - nos termos da autorrepresentação descritiva de Vianna - comporta nela mesmo usos semânticos que poderiam ser lidos, segundo empréstimo de sua própria ótica, como surpreendentemente “idealistas”, já que ligados a um referencial romântico (de caráter *político e social*)²⁵⁰ de reflexão sobre a nacionalidade e a “idiossincrasia” dos povos.²⁵¹

A metafísica contida como uma das dimensões constitutivas desse discurso abarca a idéia de ontologia nacional que percorre como camada de sentido basal seus escritos sobre a nação, ainda que presente de modo subliminar e mais periférico se pensarmos no destaque amplo dado pelo autor à pretensão realista, objetivista e pragmática como centro discursivo de sua interpretação política. Deve-se atentar que, embora o foco de sua leitura seja, de fato, a reflexão inscrita em um campo de construção política da nação objetivado como horizonte, o terreno em que se dá a discussão por ele desenvolvida vincula - *ontologicamente* - o caminho “realista” a ser edificado no país ao significado atribuído à experiência da comunidade nacional como curso histórico-político, o qual tem por referência a inspiração no passado enquanto realidade contínua e essencial. A metafísica como procedimento discursivo de fundamentação do nacional serve, dessa forma, como suporte teórico à perspectiva objetivada de razão prática, a qual está politicamente a serviço de objetivos de expressão metafísica, tais como a estruturação da nacionalidade, a perspectiva de unificação do “agregado nacional” e o sentimento das “nossas realidades”.

Munido desse ponto de apoio totalizante concentrado na unidade da nação como referencial, em vez de submeter o processo histórico nacional ao olhar comparativo com outras nações tendo por base um critério evolutivo pretensamente universalista de “avanço” ou “atraso” social, Vianna postula a diferença efetiva entre as nações a partir do apelo à noção de

²⁵⁰ Compreende-se aqui a ideia de romantismo social e político como expressão de pensamento que concebe a existência de idiossincrasias relativas ao modo de ser e agir dos povos, as quais se vinculam especificamente a um postulado organicista de concepção das realidades sociais, fixado a partir do recurso às noções de *meio, natureza, terra, história e raça*. Dessa ligação, conclui-se pela delimitação histórico-cultural de um “espírito do povo” que condiciona o funcionamento das instituições sociais adaptadas a dada nacionalidade, sob pena de incursão em construções institucionais tidas como “artificiais” e “inorgânicas”. Sobre esse entendimento, consultar: CATROGA, Fernando. O Republicanismo Português (Cultura, história e política). *Revista da Faculdade de Letras - História, Porto*, III Série, vol. 11, 2010, p. 99-100; TOUCHARD, Jean (direção). *Histórias das Ideias Políticas*. Lisboa: Publicações Europa - América, vol. 5, s/d, [1959], p. 81-85.

²⁵¹ No prefácio a sua obra intitulada “Problemas de política objetiva”, de 1930, Vianna afirma, por meio de seu prisma nacionalista, a necessidade de afirmar um modelo político ajustado à realidade social brasileira tendo em vista a compreensão profunda de “suas idiossincrasias” como substrato nacional. Cf. VIANNA, Oliveira. *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930, p. II.

particularidade irreduzível conferida pelo processo histórico que é da ordem do imanente à “própria evolução orgânica da sociedade” (nacional) em vista. Ajustada essa concepção à interpretação produzida pelo autor, tem-se que o estabelecimento de uma proposição de continuidade ou de mudança política diante do passado (entendida nos termos de uma “renovação” ou “regeneração”, o que evidencia sua referencialidade temporal) depende da leitura do processo histórico particular e, sobretudo, do cenário presente em relação ao curso evolutivo do país.

Pode-se compreender assim que, conforme a expressão “evolução orgânica” denota, o princípio fundamental que define a congruência entre a organização política (junto a seus ideários constituintes) e a realidade sociocultural do “povo” a que se dirige é a organicidade da evolução histórica, fonte que demarca a existência de uma específica (e autêntica) cultura percebida como nacional. Em outros termos, como o foco de sua argumentação se encontra detido no âmbito nacional, movido como escala de análise a partir do preceito historicista que o articula como acesso fenomenológico privilegiado de compreensão da realidade social, o princípio da organicidade é suposto como *interno* à sociedade, constituindo-se como elemento endógeno chave de plasmação da nacionalidade e, nessa empresa, de mobilização da temporalidade. É, assim, justaposto como parâmetro formador que condiciona o processo de evolução da história nacional a ele vinculado.²⁵² A partir dos excertos de suas obras que mobilizamos como peças de análise em conjunto nas páginas anteriores, importa reter a ideia de que sua perspectiva evolucionista de entendimento da sociedade se alinha a uma matriz teórica organicista que organiza e inscreve a leitura do processo histórico nacional em um âmbito particular e ontologicamente próprio como escala de referência, eixo que o faz superpor a concepção evolutiva com a coexistência de uma temporalidade cíclica que pode ser acionada como peça chave - enquanto recorte histórico de sentido prospectivo - à ação política.²⁵³

²⁵² Nessa linha de interpretação, concordamos com a leitura da pesquisadora Fhaiza Andrade Raick, que compreende a visão da história de Vianna articulada com seu projeto nacional da seguinte forma: “A História estaria justamente a serviço desse conteúdo político nacional com o qual Vianna buscava dialogar. Todos os demais assuntos que escrevia, todos os meios que escolhia para divulgar suas ideias, a metodologia pela qual desenvolveu suas análises, enfim, toda sua vida de homem público, tinha como horizonte analítico a política brasileira atrelada à ideia de construção da nação. E o caminho escolhido pelo autor fluminense para apresentar seu projeto político foi o da história - era no passado que se conseguia entender os problemas, extrair as soluções e desenvolver uma identidade nacional. O Brasil deveria se responder pelo Brasil”. Em que pese a generalização sobre a produção intelectual do autor, o uso da história no plano da construção nacional constitui, para nós, em pleno acordo com a análise da autora, uma das chaves principais de compreensão de suas mobilizações do passado em suas obras da década de 1920. In: O valor da História em Oliveira Vianna: o passado como diagnóstico e prognóstico no pensamento do intelectual fluminense (1920-1930). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura na PUC-Rio, 2016, 118 f.

²⁵³ Ressalta-se que o fato do autor preconizar em sua análise o elemento “endógeno” de adaptabilidade do edifício político-institucional aos substratos de realidade que ele entende como âmbitos da cultura e do meio nacional não relativiza o papel reformador que atribui ao Estado como instituição interventora responsável pelo equacio-

Diante desse quadro, tendo em vista o influxo teórico organicista de sua perspectiva, como se pode contemplar na ideia da autonomia e particularidade do processo de evolução nacional, deve-se partir da matriz de organicidade que rege sua concepção de tempo em contraste à noção de uma linearidade extensível a todas as sociedades - universalizada a “um suposto ritmo geral da evolução humana” -, pois sua visão está assentada, de outro modo, no conceito de experiência como produto deste processo de evolução social singular ao país, do qual deriva sua autocompreensão como nacionalidade.

O mais sábio caminho seria tomar para ponto de partida o nosso povo e estudar-lhe a gênese e as leis da própria evolução. Se estas coincidissem com as supostas leis gerais, tanto melhor para a ciência e para nós; senão, ficaríamos, pelo menos, “conhecendo-nos a nós mesmos”.²⁵⁴

Desde esse ponto de partida evolucionista que mais afirma a existência de leis particulares do que atesta a aplicação de leis gerais da história, como o uso da expressão “supostas” permite constatar como índice de problematização, há de se compreender que a possibilidade de (auto)conhecimento na perspectiva nacional - de autocompreensão da entidade coletiva de que se trata - reside em interpretar as experiências históricas do país a partir de sua caracterização como um acervo cumulativo a partir do qual se pode buscar fonte de “inspiração” e de “exemplaridade” ao presente, na medida em que a experiência é pensada como camada sedimentada do processo de evolução nacional que, do ponto de vista da história e da memória coletiva, torna-se repertório a ser acionado continuamente na atualidade. A razão fundamental de sua operatividade deve-se à concepção de base de que o conjunto das experiências do passado expressa momentos concretos da evolução da nacionalidade, os quais registram sua trajetória progressiva enquanto vivências coletivas, inscrevendo-se no acervo contínuo da memória nacional.

Assim, a expressão “o mais sábio caminho” utilizada para designar a operação de mobilização do passado em face do presente assenta-se no realce da conservação de um ponto de partida experiencial cristalizado como conhecimento empírico permanente, já que seria oriundo da realidade mesma, o que confere um substrato recursivo referencial à ação política e um método disposto como “seguro” para a obra de construção nacional. O que se faz enquanto asserção teórica central na interpretação do autor é entrelaçar a concepção de memória coletiva

namento de determinados déficits políticos da sociedade, sobretudo no que tange à correção do problema da falta de solidariedade social, segundo seu diagnóstico na obra *Populações meridionais*. Por não se tratar do objetivo deste capítulo, não avançaremos na análise desta dimensão de seu pensamento, apenas faz-se a devida consideração do tema. Para uma interpretação mais detida do âmbito político-institucional em termos da atribuição do papel de ingerência do Estado em relação à sociedade, ver a seguinte obra de Vianna: *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

²⁵⁴ VIANNA, Oliveira. Op. cit., p. 43.

que perpassa seu entendimento da experiência histórica como saber com o aspecto de ação política que culmina como desfecho diacrônico dessa articulação, a partir da qual se processa a leitura da historicidade nacional.

À visão evolucionista que ligava o passado ao presente como temporalidades manifestas de uma ordem de continuidade histórica invocada, somava-se, portanto, o postulado de apreensão da História enquanto conhecimento de uma espécie de “arquivo das experiências” nacionais - tidas como particulares no sentido de intrínsecas a cada povo - que serviria de lastro propedêutico ao terreno da ação política. Essa percepção do tempo histórico como elemento funcional à atuação política projetada no presente, transfigurado em importante dispositivo para a consolidação da identidade nacional, alia o caráter de articulação do passado advindo do conhecimento histórico enquanto ensinamento à memória coletiva como campo construtor de valores permanentes e cumulativos acerca deste mesmo passado que orientam o cálculo político do presente (a estratégia para a ação) e a projeção de expectativas para o futuro da nação. Tal perspectiva de práxis pode ser constatada, à luz do assentamento da ideia-base de uma realidade nacional contínua, quando Vianna dialoga com a concepção histórica do pensador ítalo-argentino José Ingenieros²⁵⁵ na obra já citada *O idealismo da Constituição* e assinala que

o passado é útil, o passado é precioso: nele é que vamos encontrar *o arquivo das experiências feitas pela sociedade*; nele, portanto, é que vamos buscar as lições dos nossos erros; nele é que vamos inquirir das diretrizes da nossa evolução futura. Sem esse retorno crítico ao passado, ficaríamos sem os elementos de referência com que nortear a nossa projeção para o futuro”.²⁵⁶

Como o conceito de “arquivo” sugere, há uma operação ativa de leitura da história nacional que não pode ser assimilada ou identificada integralmente como regresso ao passado, pois, segundo Vianna, José Ingenieros “não admira o passado em si mesmo; não quer voltar a ele”²⁵⁷, mas assinala que o passado constitui a base - o substrato, em termos identitários - da continuidade temporal que o liga ao presente em sua narrativa histórica, sendo este último a temporalidade factual de possível *reinvenção*, não se tratando, pois, da perspectiva de uma restauração cabal. Afinal, trata-se da apreensão do passado como alicerce referencial a partir deste exercício concebido enquanto “retorno crítico”, nos termos de um repertório simbólico

²⁵⁵ José Ingenieros (1877-1925) foi um intelectual ítalo-argentino de formação médica que despontou nos estudos sociais sobre a realidade nacional argentina a partir de um influxo teórico de diversas fontes: positivismo, evolucionismo e nacionalismo. Sobre a trajetória intelectual de Ingenieros, consulte: NEIVA, Ruth Cavalcante. A trajetória intelectual de José Ingenieros: constâncias e rupturas. Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC, Campo Grande - MS, 2016, p. 1-11.

²⁵⁶ VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*, 1927, p. 133-34, grifo nosso.

²⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 133.

expressivo das nossas experiências históricas como lócus da identidade coletiva, atestada no apelo anteriormente feito à ideia de “conhecendo-nos a nós mesmos”. Delimitada a individualidade nacional como terreno da leitura histórica, o prisma prospectivo conferido ao passado, o qual não perde sua “atualidade” como lição ao presente em virtude de ser encarado enquanto representação condensada das experiências nacionais, inscreve-se na dinâmica de um regime de continuidade evolutiva.

Importa lembrar que a noção de arquivo remete, conforme indica o filósofo Jacques Derrida²⁵⁸, tanto à prática “arquivante” de conservação do passado quanto ao conteúdo “arquivável” deste mesmo passado, de modo que o arquivamento das experiências coletivas registra os eventos e os seleciona em escala aditiva segundo determinado filtro de valor vinculado ao presente, o momento da operação de recorte político acerca da leitura histórica que incide sobre a - no caso, selecionando *qual* - conservação do passado. Lembra-se aqui, de modo complementar a este tópico específico, a análise realizada pelo historiador Reinhart Koselleck ao apontar que “dependendo da posição [político-ideológica], diferentes passados serviam - e continuam servindo - para a autodefinição política e social, e para os prognósticos que podem oferecer”²⁵⁹. Neste plano, sobressai a ideia de trabalho histórico-memorial de preservação simbólica dos passados, tomados como fatos disponíveis que têm uma finalidade a cumprir para o historiador ou político no tempo presente.

Disso decorre que o passado, nessa linha de interpretação, não é entendido como eixo temporal em relação de oposição com o presente, pois inexistente uma fronteira rígida e “natural” que demarca as duas temporalidades. É, antes, sobreposto como experiência conectada ao presente em uma diacronia invocada pelas ideias de herança e tradições de conotação positiva e negativa²⁶⁰ no âmbito da nacionalidade, o que denota sua mobilização ambivalente no que

²⁵⁸ Utilizamos como referência a leitura teórica de Jacques Derrida sobre a prática de arquivamento como estrutura “arquivante” selecionadora do conteúdo “arquivável”. De acordo com Derrida, “o arquivo, como impressão, escritura, prótese ou técnica hipomnésica em geral, não é somente o local de estocagem e de conservação de um conteúdo arquivável *passado*, que existiria de qualquer jeito e de tal maneira que, sem o arquivo, acreditaríamos ainda que aquilo aconteceu ou teria acontecido. Não, a estrutura técnica do arquivo *arquivante* determina também a estrutura do conteúdo *arquivável* em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro. O arquivamento tanto produz quanto registra o evento”. DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 28-29.

²⁵⁹ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 191.

²⁶⁰ De acordo com Luciano Aronne de Abreu, este caráter ambíguo e plural das interpretações sobre o passado brasileiro nas obras de Oliveira Vianna, o qual indica heranças positivas e negativas ao presente, está relacionado a aspectos que decorrem das “origens” portuguesas da experiência colonial do país, que trouxeram, para Vianna, tanto efeitos positivos como negativos em seu “balanço histórico” crítico de longa duração sobre a história nacional: “[...] the ambiguous character of these interpretations about the national past should be observed, associating the Brazilian nation’s originality both to the negative and positive points of its Iberian origins”. Cf. ABREU, Luciano A. de. Portuguese origins and the ‘true’ Brazil: the corporative vision of Oliveira Viana. In: ABREU, L. A. de; SANTOS, Paula Borges (orgs.). *Authoritarian states and corporatism in Portugal and Brazil*.

concerne à atribuição de significados do ponto de vista da memória nacional. Neste campo de memória, em que o passado consta como camada de sentido constitutiva do tempo presente, estava em jogo a interface do espectro de mobilização das temporalidades com o intrincado processo de constituição da nacionalidade, aspecto que conecta o discurso histórico à faceta de discurso político, construtor de uma memória histórica conservadora que assimila a recuperação do passado (o “retorno crítico ao passado”, segundo consta na citação anterior) como *historicidade* afeita à delimitação da “referência com que nortear a nossa projeção para o futuro”, em suas palavras.

O campo para o qual se destina a interpretação histórica é, como se pode verificar na medida deste uso da história enquanto fundamento de sua proposição, o processo visado de construção política nacional. Essa concepção pode ser entendida, segundo bem observou Nilo Odalia acerca da historiografia brasileira do século XIX, em formulação aqui apropriada sem perda significativa em termos de consistência analítica para compreender o pensamento histórico das primeiras décadas do século XX, gestado no âmbito de “construir uma Nação com o material que nos foi legado por um passado colonial que não pode ser esquecido nem abominado, pois dele resultam nossas condições de sobrevivência”.²⁶¹

A concepção sobre o tempo histórico que organiza este discurso é, conforme apontou Karl Mannheim, uma característica do pensamento político conservador na medida em que percebe o passado como “sendo uno com o presente; portanto, a sua concepção de história tende a ser espacial em vez de temporal”, enfatizando “a coexistência em vez da sucessão”.²⁶² O presente é, nesse sentido, objeto de interesse para o discurso conservador (o ideário político que percorre, de modo circunscrito, os escritos analisados de Vianna) na medida em que este se relaciona com o passado através de um elo evolutivo que carrega um repertório de sobrevivências, heranças, traços e “tradições” com alguma forma de continuação na atualidade.

Portuguese Studies, vol. 32, nº 2, p. 205. Para efeito de reforçar a leitura de Abreu, basta analisar a interpretação que Oliveira Vianna efetua em *Populações meridionais* sobre a variedade de atributos do povo brasileiro em chave positiva e negativa do ponto de vista da dimensão da psicologia social: “Os sentimentos generosos e afetivos do nosso povo e a sua têmpera fundamentalmente doce e branda tornam, ao contrário, impróprio, de modo absoluto, o nosso ambiente histórico à gênese desses tiranos cruéis e sanguinários, que vemos, por exemplo, aparecer nas repúblicas hispano-americanas. [...] Neste ponto, somos um povo dos mais primorosamente dotados do mundo. O que nos falta em capacidades políticas nos sobeja em riqueza de atributos morais inestimáveis. Estes é que corrigem, atenuam ou mesmo reduzem os inconvenientes e malefícios que nos deveria trazer a carência daquelas”. Cf. VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais*, p. 319.

²⁶¹ ODALIA, Nilo. As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 31.

²⁶² MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo, p. 128.

Cada um desses tópicos subentende uma categoria do complexo de relação política²⁶³ do presente com o passado, mobilizado em prol de um projeto político que associa os planos correlatos de reconstrução da nação e da afirmação de uma identidade unitária nacional: trata-se de solidificar o que podemos designar em linhas gerais, a partir da teorização de Koselleck, como *espaço de experiência* da nação.²⁶⁴ Como ideia síntese desse relacionamento temporal diacrônico, a noção de “arquivo das experiências” conforme foi empregada por Vianna implica uma frente de continuidade que opera como um elo orgânico - isto é, entendido como “natural” ao processo de “evolução *orgânica* da sociedade”, a “evolução natural” que corresponde a cada nação²⁶⁵. Observa-se, primeiramente, que a metáfora do arquivo é sugestiva ao nível da representação do trabalho político expresso no ato de “buscar as lições dos nossos erros”, voltado a acontecimentos do passado, de um lado, e em “inquirir das diretrizes da nossa evolução futura” como operação finalista direcionada ao futuro, de outro; ambas as ações são possibilitadas pela existência deste arquivamento a nível histórico (constitutivo da memória histórica nacional) e pela ideia-controle de uma identidade fundante que logra a continuidade entre passado e presente através da noção memorial de *experiência*, chave para o acabamento deste paradigma da História.

É a partir da invocação da teoria de Ingenieros sobre o desenvolvimento histórico nacional como um processo social evolutivo²⁶⁶ que o autor mobiliza a noção de “arquivo” das

²⁶³ Reforçamos o caráter político da relação, pois se trata de uma dimensão essencial à concepção de história utilizada pelo autor, a qual impacta na conformação da nação tanto em termos descritivos (leia-se, na descrição da experiência histórica do país) quanto em elementos normativos (na configuração da nação aspirada e projetada) nos escritos do autor.

²⁶⁴ Sobre a expressão proposta por Vianna a partir da leitura de Ingenieros - “arquivo das experiências” -, pode-se compreendê-la como uma forma de mobilização da história como repertório fundo de exemplos concretos para orientar a ação política no tempo presente. Para compreender seu fundamento histórico, recorre-se como instrumento teórico-metodológico à categoria “espaço de experiência”, elaborada pelo historiador Reinhart Koselleck justamente como recorte memorial de conservação do passado que ilumina a construção política do presente. No entanto, como recurso de precisão analítica no uso dessa categoria formal para efeito da compreensão histórica de Vianna, deve-se atentar que não se trata, aqui, de predicar a equivalência conceitual estrita entre as expressões (respectivamente, “espaço de experiência” e “arquivo das experiências”), pois no sentido formulado por Oliveira Vianna há a suposição da existência de uma memória social de fundo (proposta como ideário conservador e nacionalista) que assimila de modo cumulativo as experiências históricas como camadas em chave evolutiva - leia-se, em ordem aditiva e sequencial. Para a leitura da interpretação koselleckiana sobre este tema específico, consultar: KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: Futuro passado: contribuição à semântica política dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006, capítulo 14, p. 305-327.

²⁶⁵ VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição, 1927, p. 131; Idem, O idealismo da Constituição, 1939 [1922], p. 11.

²⁶⁶ Vianna pensa a projeção de futuro da sociedade a partir da ideia-força de “evolução”, que o autor busca no pensamento de José Ingenieros. Em diálogo com esse pensador, Vianna afirma que “o pensamento central de Ingenieros é de que as sociedades humanas têm uma evolução natural, orgânica, sobre as orientações de cuja marcha a nossa ação consciente exerce uma influência reguladora muito limitada”. Cf. VIANNA. Op. cit., p. 131. É importante ressaltar, para fins de compreensão deste conceito central à interpretação de Vianna, que por esta noção entendia-se o sentido progressivo e cumulativo de um processo histórico-social que mediava, na linguagem

experiências como reservatório de acontecimentos do passado que possuem utilidade prática para o presente, de modo que o acervo formado pelo arquivamento das experiências históricas pode contribuir com “lições”, no sentido de fornecer ilações do ponto de vista de uma pedagogia política. Este posicionamento se assenta no argumento de que é a experiência que dota a realidade social de significado político, mediante a ideia do esquema evolutivo - do “evoluir da experiência”. Neste enquadramento histórico, os ideais tornam-se artefatos de utilidade para o presente (entendidos como *lições*), na medida em que estão amparados pelo conhecimento histórico-político da experiência social e dela derivam como camada sedimentada disponível à arte de construção do presente:

Os ideais humanos - diz ele - são hipóteses, inexperiências condicionadas pela experiência e variam em função do meio experiencial. Os ideais mais legítimos são os que concordam com o evoluir da experiência, os que são antecipações do que virá a ser a realidade experiencial no futuro.²⁶⁷

Sendo assim, essa apropriação do pensamento de Ingenieros mostra que Vianna entendia a história a partir de uma representação mais *espacializada* do que temporalizada, para usar a imagem conceitual proposta por Mannheim, conforme a evocação da imagem do “arquivo” e de “meio experiencial” vêm a demonstrar, na medida em que se ancoram na funcionalidade de buscar exemplos do passado não em adequarem-se a sua temporalidade estrita. Desde uma perspectiva totalizante da nação, a possibilidade de atualizar esses exemplos ocorre menos por sua condição histórica e mais pelo efeito simbólico e pragmático que permite acionar, do ponto de vista da memória histórica. Essa construção historiográfica - no sentido amplo de operação da escrita da história, sobretudo no plano nacional em foco - só se torna possível porque a história não é entendida de modo restrito como ciência de representação do passado, mas é concebida à luz de sua operacionalidade política ao presente, sendo não apenas

política desde o século XIX, a gestação de novas expectativas sociais em relação às experiências passadas, tidas como baliza nessa visão. Sobre isso, Koselleck destaca o conceito de evolução como “o mais utilizado na linguagem cotidiana do século XIX” em seu papel de mediador frente às dimensões temporais. Cf. KOSELLECK, O conceito de História, p. 207.

²⁶⁷ Ingenieros *apud* VIANNA, O idealismo da Constituição, p. 137. Para Vianna, esta posição de articulação entre ideias e realidade entendida como meio experiencial pode ser formulada como “idealismo experimental”, noção que indica que seu certo idealismo está fundado na própria “realidade experiencial” da sociedade, sendo, portanto, uma percepção realista e embasada em observação científica. É interessante observar, contudo, que mesmo diante de uma retórica objetivista presente em seu discurso, que pretende fundar a interpretação em bases pretensamente seguras da realidade social, o autor reconhece que seu sentido político se abre à ordem do “idealismo” agora em chave não dicotômica com “realismo”. O idealismo recebe, neste excerto, o sentido de posicionamento que inscreve a projeção de futuro nacional na leitura rigorosa da matriz evolutiva nacional.

forma de expressão, e, sim, o próprio dispositivo de reflexão discursiva sobre a nação, assim como o campo privilegiado de sua construção política.²⁶⁸

Vianna chega, inclusive, a recuperar o axioma de Cícero sobre a *Historia magistra vitae*²⁶⁹ para adaptá-lo, por meio de uma paráfrase de clara conotação política, do sentido de história como “mestra da vida”, na retórica ciceroniana, para a história como “mestra da política”, inscrevendo-se na visão que, segundo o autor, os historiadores alemães do século XIX articularam à luz do nexos entre história e a tarefa política de construção da nacionalidade, então colocada no contexto oitocentista alemão. Segundo o autor,

Bem razão têm os historiadores alemães, da escola de Ranke e Mommsen, quando fazem da história, não propriamente como queria Cícero, ‘a mestra de vida’; mas, principalmente, ‘a mãe e a mestra da política’. É que cada povo tem, como acabamos de ver, a sua maneira própria de ser e de existir - e essa maneira só a história, pela comparação das diversas fases evolutivas de cada um, é capaz de definir com precisão.²⁷⁰

O ponto a ressaltar desta paráfrase da formulação canônica de Cícero é destacar que sua fundamentação de sentido está em adotá-la como instrumento de reflexão do postulado que caracteriza tanto a máxima ciceroniana quanto à releitura desta por Vianna em chave compartilhada: o entendimento de que, conforme indica Koselleck, “a utilização de argumentos históricos faz parte desde sempre da retórica para reforçar posições jurídicas ou sociais, teológicas, morais ou políticas”.²⁷¹ A relação estabelecida entre passado e presente que emana desta linha de interpretação histórica, como se pode identificar, não é configurada por uma sucessão linear, progressiva e historicista no sentido moderno de conceber a irreversibilidade do tempo²⁷², assentada no princípio da irredutibilidade das temporalidades. Submete-se, de outro modo, a um enquadramento no qual o passado é o solo estabilizado onde se dá o campo

²⁶⁸ Cita-se novamente o historiador Koselleck para se referir à estratégia argumentativa de utilizar a história como fundamento à pragmática política. De acordo com Koselleck, “a utilização política direta da ‘História’ [...] só foi possível porque a História foi entendida não apenas como ciência do passado, mas sim como espaço de experiência e meio de reflexão da unidade de ação social e política que se tem em vista”. Cf. KOSELLECK, Reinhart. O conceito de História, p. 190.

²⁶⁹ O objetivo do modelo historiográfico da *Historia magistra vitae* é, como coloca o historiador François Hartog ao analisá-lo, apreender a história enquanto instrumento intelectual que permite estudar o passado à luz de “reencontrar o presente e, se possível, indo mais longe, prever o futuro”. Ver: HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 103.

²⁷⁰ VIANNA, Evolução do povo brasileiro, p. 44.

²⁷¹ KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., p. 209.

²⁷² Por historicista, um conceito plurissignificativo no âmbito da teoria da história, entendemos a concepção de história que pressupõe os acontecimentos sociais como únicos e irrepitíveis, a trama da história como irreversível e progressiva e a ela atribui uma asserção de sentido voltada ao futuro, a que se acoplam ideias de progresso, desenvolvimento, aceleração do tempo e, essencialmente, de um *telos*, condensado na perspectiva de construção do signo do “novo”, que demarcou uma perspectiva historiográfica moderna. Sobre uma apresentação dessa teoria histórica, ver a discussão proposta em: CATROGA, Fernando. Ainda será a História a Mestra da Vida? *Estudos Ibero-americanos*, 32 (2), PUCRS, 2006, p. 7-34

de interações da política do presente, sendo este, por sua vez, avaliado de acordo com as diretrizes da evolução histórica nacional que se originam daquele, de modo a se inscrever em um quadro diacrônico próprio e endógeno das “diversas fases evolutivas de cada um”, conforme o autor propôs.²⁷³

Aqui retoma-se a proposição política que esse entendimento do tempo histórico carrega, na medida em que é mobilizado como princípio que codifica a organicidade nacional e permite projetar seu futuro. Nesse sentido, em sua abordagem organicista, o “transplante” de modelos políticos adaptados a outras dinâmicas de evolução social - característicos de outras nacionalidades, como já explorado - se afigura como um problema de conotação histórica, pois tratar-se-ia de adotar e institucionalizar “exemplos” históricos desconectados da diacronia brasileira, isto é, acionados fora do campo experiencial nacional e, portanto, segundo essa lógica orgânica argumentativa, não poderiam ser considerados *lições*, dado que por esse critério estabelecido não possuem relação com o passado e nem, de um ponto de vista meta-histórico, com a identidade da sociedade nos termos da formação da nação.²⁷⁴ O pressuposto implícito desse argumento é uma concepção de tempo histórico cuja própria condição de possibilidade residente na hipótese de extrair uma lição prática do passado denota que este não se encerra em seu estado linear de tempo passado, finito, isto é, em sua feição de *passadidade*; seu significado político se encontra mediante o gesto de transposição ao quadro diacrônico e transcendente da evolução social que conecta o passado ao presente como *continuum* temporal no planonacional, fornecendo-lhe atualidade desde que a experiência histórica se vincule previamente ao corpo particular da nacionalidade.

O passado configura-se, nessa chave de uso, antes como matéria-prima da experiência, sendo o lugar de extração privilegiada de subsídios para a práxis política²⁷⁵, do que como realidade histórica em si mesma que se diferenciaria em termos de fronteira (temporal e

²⁷³ Em diálogo com a leitura de Karl Mannheim sobre o pensamento conservador no que concerne ao modo de pensar o tempo histórico, concebemos a ideia de passado como o terreno onde se desenvolve o campo de interações do presente em uma chave de ontologia política. Para Mannheim (1982, p. 126), “a peculiaridade do modo conservador de situar as coisas num contexto mais amplo é que sua abordagem é, de alguma maneira, *por trás, a partir do passado delas*”.

²⁷⁴ Neste ponto - de ênfase colocada nos elementos “concretos” do presente vinculados ao passado do país - , pode ser observado outro aspecto característico de uma posição política conservadora no que concerne à representação da história, segundo a análise de Mannheim. Para o sociólogo, “essa insistência sobre o ‘concreto’[...] é um sintoma do modo conservador de experienciar o processo histórico em termos de relações e situações que existem apenas como sobrevivências do passado”. Cf. MANNHEIM, K. Op. cit., p. 131.

²⁷⁵ Sobre o conceito de “práxis” aqui utilizado, empregamos a noção no sentido indicado pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, cujo propósito é o de entendê-la como articulação das ideias às estratégias de ação política visando a uma intervenção prática nos rumos políticos de seu contexto de atuação. Ver: SANTOS, Wanderley G. dos. A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. In: SANTOS, Wanderley G. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 65-117.

existencial) delimitada do presente. Seu valor modelar reside em ser experiência - memória sedimentada - de base para a ação política no tempo presente, pois abre passagem, enquanto caminho, para o campo e curso de sua efetivação. Importa, sobretudo, sua dimensão de elo pragmático com o presente, na medida em que a leitura da história que sustenta essa posição defende a potencial “utilidade” paradigmática do passado para a vida nacional, aspecto que pressupõe, como base, um sentido fundante (ontológico, primeiro) articulado à sociedade como nação integrada que atravessaria seus diferentes tempos. Tendo em vista este panorama compreensivo, a aventada utilidade do trabalho de operação historiográfica de Vianna consiste, para tanto, em uma dupla frente interpretativa: (i) como ferramenta de síntese da nacionalidade; e (ii) como fundamentação científica de uma ação política projetada no presente, adaptada à nação enquanto individualidade concreta.

Em sua visão,

Prepararíamos, por um lado, elementos para a futura síntese geral [nacional], concorrendo assim com o nosso esforço para a obra comum da ciência; e, por outro lado, com o conhecimento integral das leis que presidem a nossa formação, prepararíamos as bases de uma política objetiva e experimental, de uma política orgânica, induzida das condições específicas da nossa estrutura social e da nossa mentalidade coletiva.²⁷⁶

Desde essa compreensão do tempo histórico como ponto de partida, a ideia de utilidade da história, sobretudo em termos de lições que podem ser retiradas do passado, há o entendimento de se tratar de um “passado atual”²⁷⁷, noção proposta por Koselleck que buscamos justamente para remeter à ideia de um tempo não findado, que pode ser reatualizado sob alguma forma de continuação com o presente. Essa reatualização do passado adquire sentido de referência exemplar em função do papel operativo que ocupa para o escopo de construção nacional no presente, visto desde o esquadro de um projeto político que mobiliza a formação nacional como processo contínuo e veicula determinada representação da identidade da nação para o qual a história é a matéria primordial de revestimento experiencial.²⁷⁸ A

²⁷⁶ VIANNA, Oliveira, *Evolução do povo brasileiro*, p. 44.

²⁷⁷ Sobre o conceito, Koselleck o definiu como sendo a tradução temporal do significado de experiência, não se restringindo desse modo à categoria tradicional e usual de tempo “passado”. Segundo o historiador, “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias”. Ver: KOSELLECK, *Futuro passado*, p. 309-310.

²⁷⁸ Um pressuposto dessa filosofia da história é, com efeito, o de embasar o enredo de uma pedagogia cívica formadora de memórias políticas da nação. Nesse campo, o uso da história enquanto campo de conhecimento da realidade nacional afigura-se de papel construtor essencial. Sobre o tema, consultar: PAREDES, Marçal. A agrimensura do tempo: a construção da nação na arena portuguesa da história (finais do século XIX). In: SOARES,

História é acionada desde método de interpretação da realidade social a argumento de viés “científico” com um propósito político assentado no uso do repertório formado pelo espaço das experiências coletivas para efeito da abertura de alternativas políticas na conjuntura contemporânea do país.

Nesse sentido, as lições buscadas na história coadunam uma interpretação do passado nacional com a aspiração de um futuro que se difere fundamentalmente do presente precário vivido²⁷⁹. Este é retratado pelo autor como cenário instável “perturbadíssimo por crises sociais, econômicas e políticas da maior relevância”, caracterizado por ser uma “fase de desorganização profunda e geral, sem paralelo em toda a sua história [nacional]”. Desta ideia, cabe assinalar que este cenário multifacético de crise nacional apontado por Vianna em sua leitura da história presente passa pelo entendimento de que dois acontecimentos marcantes do final do século XIX (a Abolição e a Proclamação da República) precipitaram, de modo conjugado, um processo de desestruturação da organização social e política do país, que o autor demarca como sendo constitutivo do período republicano²⁸⁰.

Para o autor,

depois da abolição do trabalho servil em 88, o nosso povo entra numa fase de desorganização profunda e geral, sem paralelo em toda a sua história. Todas as diretrizes da nossa evolução coletiva se acham, desde esta data, completamente quebradas e desviadas. Uma série de fenômenos e epifenômenos, que se entrecruzam

Fabrcio A. A.; SILVA, Ricardo Oliveira da. Diálogos: estudos sobre teoria da história e historiografia: vol. III. Criciúma: EDIUNESC, 2018, p. 98.

²⁷⁹ Aqui importa lembrar, mais uma vez, a distinção conceitual estabelecida por Mannheim acerca da conotação específica que o presente assume nas interpretações conservadoras em contraste às visões progressistas da história: “o progressista percebe o presente como o começo do futuro, enquanto o conservador considera-o simplesmente como o último ponto atingido pelo passado”. Ver: MANNHEIM, Karl. Op. cit., p. 128.

²⁸⁰ A compreensão do complexo de transformações sociais, políticas, culturais e econômicas por que o Brasil estava passando desde as últimas décadas do século XIX como um marco de reconstrução nacional é um ponto de aproximação entre as interpretações de Vianna e, por exemplo, de Sérgio Buarque de Holanda, sendo ressaltado por ambos intelectuais como momento significativo em relação ao decurso da evolução nacional. No entanto, esse complexo de mudanças é destacado por chaves políticas valoradas de modo bastante divergente em suas análises históricas particulares, o que se deve, sobretudo, às concepções distintas de base do processo histórico nacional que eles postulam: enquanto Vianna enfatiza a ruptura que a Abolição (em 1888) e a Proclamação da República (em 1889) protagonizaram como “fase de desorganização profunda” na história nacional, em viés claramente negativo desde seu ideário conservador sobre o tempo histórico e sobre a estrutura de organização da sociedade (repare-se que a escravidão era lida, pelo autor, como fundamento social de um período político estabilizado, a ordem oligárquica imperial, que teria ruído a partir do quadro de mudanças) conforme já trabalhamos no capítulo, Buarque de Holanda aponta, de outro modo, a mudança sociocultural em curso como signo em larga escala de um processo revolucionário no país que, enquanto tal, promoverá em seu desenlace a configuração de uma nova fisionomia nacional. A descontinuidade temporal não é lida em Sérgio Buarque, como fora em Vianna, como processo precipitador de instabilidade social, não sendo entendida sob um viés ideológico negativo em sua leitura da história nacional. Fizemos uma análise comparativa acerca das visões histórico-políticas dos dois autores sobre o quadro de transformações do Brasil a partir das últimas décadas do séc. XIX em outro texto, a consultar: BRUNO, Daniel Machado. Entre experiências do tempo e (re)configurações da nação: leituras da história em face da construção da nação nos discursos de “Brasil” em Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. REB - *Revista de Estudos Brasileños*, Salamanca, 2020, vol. 7, n. 14, pp. 79-92.

e embaralham prodigiosamente, torna impossível enquadrar a evolução republicana nas linhas que emolduram a evolução nacional até 88.²⁸¹

É mediante essa avaliação crítica do processo histórico inscrito na conjuntura republicana, interpretada como período turbulento marcado pelos deslocamentos na estrutura social, tendo em vista sua inscrição em uma linha de temporalidade evolutiva desconectada do passado nacional, que, do saldo desencantado do ponto de vista das expectativas nacionais - lê-se no excerto a ideia linear de quebra da “nossa evolução coletiva” que este processo político teria acarretado -, o autor busca estabelecer o *exemplum* extraído do passado como instrumental histórico-pragmático para reconstruir a nação. Sua reorganização - sob o escopo de reorganizar “o nosso povo”, idealizado como categoria unitária representativa da nação, conforme consta no excerto acima - é preconizada a partir de um projeto político e ideológico de matiz conservador, como se classificou nas páginas anteriores.

Este diagnóstico esteve presente no discurso de posse do autor no Instituto Histórico e Geográfico (IHGB), proferido em 1924, no qual Vianna afirma sua crítica à atitude de “repúdio do passado” que precede os movimentos de “quebra da cadeia da sua continuidade histórica”. Da crítica dessa “quebra” do processo evolutivo nacional, que teria produzido no presente republicano (no pós-88) uma nova linha detemporalidade sem precedentes no país, por isso conceituada como “desviante” pelo autor em relação a nossa evolução coletiva e responsabilizada pela “fase de desorganização profunda” do povo, Vianna assinala a projeção de um cenário de futuro - um *horizonte de expectativa*²⁸² - à luz de sua inscrição no recurso de

²⁸¹ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*, p. VIII-IX. Cabe assinalar que a interpretação conservadora de que a Abolição teria acarretado um estado de desorganização profunda do “povo brasileiro” - sendo este idealizado como categoria sob a ótica da (auto)percepção das elites do país -, tendo em vista a perda do alicerce social que o instituto da escravidão representava em relação à organização do trabalho no país, não era exclusiva ao pensamento de Oliveira Vianna em 1920, podendo ser encontrada, por exemplo, nas análises histórico-sociais de Silvio Romero, autor a quem Vianna era assíduo leitor. Romero havia afirmado em 1906, em texto intitulado “As zonas sociais e a situação do povo”, estudo que visava a caracterizar sociologicamente a estrutura e o comportamento social do povo, que a “desorganização crescente do trabalho com a extinção da escravidão” agravava a condição de instabilidade organizacional do país, a qual ele atribuía como “mal de origem” devido ao legado da colonização portuguesa no Brasil. Sobre isso, ver: ROMERO, Sílvio. *As zonas sociais e a situação do povo*. In: *Provocações e debates: contribuições para o estudo do Brasil Social*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, Editores, 1910, p. 195-204.

²⁸² Este cenário de crise nacional atribuída à República - percebida, conforme vimos, como período de desorganização profunda do país, segundo Vianna - traz a sensação de “compressão” do horizonte de expectativas abarca de modo geral a década de 1920 no Brasil (período de sobreposição de crises de ordem institucional, social, econômica e, também, do ponto de vista da leitura da identidade nacional) e contrasta, de certo modo, com o ambiente político da década subsequente, os anos 1930. Com um enfoque voltado aos discursos de intelectuais ideólogos do regime autoritário brasileiro a partir dos anos 1930, a historiadora Angela de Castro Gomes afirma que o otimismo que “dominou o período foi um discurso que afirmava e acreditava que o Brasil era grande e ia dar certo”. Em que pese a leitura ser essencialmente focada no discurso específico dos pensadores e atores autoritários que conquistaram a hegemonia política naquela conjuntura, aproximando-se à própria narrativa oficial gestada pelo Estado sobre o otimismo acerca do futuro da nação, pode-se indicar o contraste do ponto de vista da gestação do horizonte de expectativa que existiu entre os dois cenários. Ver: GOMES, Angela de Castro. *Oitenta*

mobilização do *espaço de experiência*, pois,

todo grande movimento de revivescência patriótica é assinalado sempre por um retorno ao passado; toda marcha impetuosa para o futuro busca sempre as razões do seu ritmo na admiração das grandezas ancestrais.²⁸³

De acordo com essa proposição do autor, a construção do futuro nacional passa por uma operação da ordem de adequação do “horizonte de expectativa” à diacronia aberta pelo rastro do “espaço de experiência” nacional, para a qual utilizamos como ferramenta de auxílio compreensivo as categorias formais de leitura do tempo histórico de Koselleck²⁸⁴. Vianna entrelaça, em sua perspectiva temporal, a projeção de futuro do país à expressão assertiva de uma *disposição*²⁸⁵ de “admiração das grandezas ancestrais” referentes ao passado, isto é, o argumento é desenvolvido sobre o viés sentimental - no sentido das sensibilidades acionadas pela memória histórica - que filtra a concepção da história sob o prisma do pertencimento patriótico nacional, no qual o nacionalismo é conclamado como o método de efetivação desta “missão admirável”²⁸⁶.

Segundo o autor,

o nacionalismo brasileiro não pode ter outra feição sentimental, não pode buscar outra fonte de inspiração, não pode tomar outra diretriz, senão esta, que lhe está indicando, não só o exemplo dos outros povos, mas a voz mesma da sua própria razão. O seu ponto de partida há de ser o culto do Passado, não para retornar a ele - porque seria uma aspiração insensata; mas, para buscar nele as inspirações do nosso heroísmo e essa pletera de orgulho confiante, que é, nos povos como nos indivíduos, condição do próprio êxito.²⁸⁷

anos de Estado Novo ou quando o Brasil era grande e ia dar certo. In: MURARI, Luciana; MAIA, Tatyana de A.; RUGGIERO, Antonio de (orgs.). *Do Estado à nação: política e cultura nos regimes ditatoriais dos anos 1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, p. 19-47.

²⁸³ VIANNA, Oliveira. O valor pragmático do passado, p. 349.

²⁸⁴ Recorremos, mais uma vez, à teoria histórica de Koselleck como subsídio para pensar o tempo histórico em sua relação com a articulação da ação política. Como o autor elucida através das categorias que propôs, subjaz o entendimento de que por trás da ação política há uma leitura histórica que, de um lado, formaliza uma concepção do tempo histórico experimentado e, de outro, orienta a ação na medida em que articula uma relação de enlace entre esta experiência e o futuro projetado, em chave prospectiva que demarca a operação de escrita da história da nação como momento da proposição política que visa ao futuro. Tal relação é processada, com efeito, a partir das noções de “experiência” e “expectativa”, tensionadas sob a formulação das categorias formais “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Para Koselleck, “expectativa e experiência – pois a expectativa abarca mais que a esperança, e a experiência é mais profunda que a recordação – são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã. Com isso chego à minha tese: experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político”. KOSELLECK, *Futuro passado*, p. 308.

²⁸⁵ Disposição é, conforme a leitura de Michael Oakeshott, um traço característico do pensamento conservador ao aproximar a assunção de posições políticas com o espectro de atitudes e inclinações morais, no sentido de granjear familiaridade ao presente a partir de sentimentos cristalizados forjadores de tradições. Ver: OAKESHOTT, Michael. *Ser conservador*. In: *Conservadorismo*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 6ª edição, 2020, p. 115- 169.

²⁸⁶ VIANNA, Oliveira. O valor pragmático do passado, p. 351.

²⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 351.

Por esse prisma de análise, pode-se compreender como o passado, de acordo com este postulado nacionalista, recebe forte sentido plasmador do projeto nacional, pois é a temporalidade que adquire escopo de fundamento do discurso identitário de construção nacional. A percepção do passado como ponto de partida do “nacionalismo brasileiro”, enquanto dimensão que confere estabilidade ontológica²⁸⁸ à nação e, sobremaneira, como predicado associado à possibilidade do êxito futuro nacional, demonstra como a temporalidade pretérita está atrelada a uma identidade invocada pelo discurso de glorificação do povo - “do nosso heroísmo” e “essa pletora de orgulho confiante” -, como se observa no excerto anterior. O passado relido enquanto exemplaridade pelo autor é a historicidade projetada - no sentido de *formar* seu projeto - enquanto ferramenta para a superação do complexo de crises do presente que ele diagnosticara, ligando-se dialogicamente ao curso de sua representação de um futuro distinto à nação. Trata-se, do ponto de vista de seu discurso, dos contornos delimitados do processo de criação de memória coletiva que subsume a investigação histórica como operação interpretativa a serviço da construção orgânica de uma nacionalidade aspirada. Na formulação de Vianna, cabe ao historiador - enquanto produtor da escrita da história - e ao IHGB, enquanto instituição responsável pelo “controle” da escritura desta narrativa, coordenar o processo nacionalista de difundir este “espírito nacional” como característica permanente e (re)formadora da “consciência coletiva” do povo:

Esse novo surto nacionalista que se esboça em nosso país, senhores, é o vosso Instituto - direi melhor: é o nosso Instituto, já que me destes a honra de partilhar um pouco da sua glória - o órgão mais autorizado para inspirá-lo e conduzi-lo. Na vida quase secular da vossa instituição, tendes, senhores, sempre estado à altura dessa missão admirável.²⁸⁹

Essa tarefa cultural e de aceção pedagógica atribuída ao Instituto por Vianna enquanto projeto político-ideológico de constituição de uma identidade a partir da escrita da história nacional é destacada pelo historiador Manoel Luís Salgado Guimarães como elemento central à perspectiva do IHGB desde sua fundação, em 1838, sendo este, para o historiador, o modo com que “o IHGB encaminhará suas reflexões acerca do Brasil, realizando a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se quer definir para a Nação brasileira”.²⁹⁰ A linha interpretativa que percorre o discurso

²⁸⁸ Tomamos o termo de empréstimo da interpretação de Carlos Henrique Armani na obra “Discursos da nação”. ARMANI, Carlos Henrique. *Discursos da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil em fins do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 16.

²⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 351.

²⁹⁰ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1988, p. 7. Segundo

de Vianna concebe, em alinhamento à perspectiva historiográfica e ideológica do Instituto, a História como conhecimento promotor de síntese da realidade nacional, assentada sobre uma genealogia traçada pelo autor em torno da função primordial que caberia ao Instituto Histórico e Geográfico: ser “o centro espiritual da própria nacionalidade”. Conecta-se, assim, a atuação institucional do período de sua fundação, em meados do século XIX, ao âmbito do tempo presente, integrado pelo próprio autor como membro da instituição, em torno de uma concepção de História ligada estreitamente à gestação da nação (no passado) e ao plano de sua refundação no presente. Nessa perspectiva, as duas temporalidades estão vinculadas como diacronia por um mesmo propósito construtivo que as organiza em função do projeto político-ideológico do IHGB:

[...] o meu intuito é acentuar que, pela própria complexidade, de que se reveste hoje a síntese histórica, este Instituto não pode ser indiferente a nenhuma das manifestações da atividade espiritual da vida brasileira, nas letras, nas artes, nas ciências, na legislação ou na política. Daí, neste grêmio, assentaram-se, desde 1838, cientistas de todas as ciências, letrados de todas as letras, estadistas de todas as escolas. Chamando-os, o Instituto se tem mostrado perfeitamente consciente da importância da sua alta finalidade científica e da universalidade da sua missão cultural. Ele é, por isso mesmo, o “centro espiritual da própria nacionalidade”.²⁹¹

Da concepção de História que emana desta visão de conjunto abertamente nacionalista, dois desdobramentos principais do ponto de vista epistêmico somam-se aos contornos de “utilidade” política antes elencados: (i) a História recebe carga heurística de abertura ao campo extra-científico, agregando elementos da ordem de “arte” inventiva a respeito da construção nacional²⁹² - e, pode-se dizer, que há em torno dessa primeira acepção a (ii) articulação de uma ontologia da nação com uma razão pragmática, que conjuga o mote da identidade nacional (operada por via da ligação entre as temporalidades fundadora de 1838 e a sua atual dos anos

Guimarães, neste mesmo texto, “é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX”. GUIMARÃES, Manoel L. S. Op. cit., p. 6.

²⁹¹ VIANNA, Oliveira. O valor pragmático do passado, p. 333.

²⁹² Sobre esse viés de análise, alguns pesquisadores como o historiador José Murilo de Carvalho, a historiadora Luciana Murari e o cientista social Renato Lessa já chamaram a atenção para a consideração de uma dimensão conjectural, indutiva, “de valores, de coração” (CARVALHO, 1993), “ficcional” (LESSA, 2012) e “literária” (MURARI, 2011) em sua concepção de História. Ver: CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élide Rugai & MORAES, João Quartim de. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 13-42; MURARI, Luciana. As artes da ficção: Oliveira Vianna e a imaginação literária regionalista de Godofredo Rangel e Afonso Arinos. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45, p. 289-315, jan/jun 2011; LESSA, Renato. Modos de fazer uma República: demiurgia e invenção institucional na tradição republicana brasileira. *Análise Social*, XLVII, 2012, p. 508-531.

1920) ao delineamento da ação política direcionada ao presente, informada sob os preceitos de sua leitura da história como lógica estruturante. Nesse horizonte, a ideia de uma ontologia brasileira a que nos referimos acima pode ser pensada enquanto objeto de produção discursiva (científica e cultural) que caberia ao Instituto em particular, na medida em que é o órgão definido pelo autor como “centro espiritual da própria nacionalidade”. A noção de que (pre)existe um sentido *espiritual* - nos termos da fala de Vianna - da nação a ser organizado e estruturado como consciência nacional pelo Instituto, o “centro espiritual” que, enquanto tal, dotaria a nacionalidade de sentido, segundo essa leitura, afinal, trata-se-ia de “sua missão cultural”, confere atribuição simbólica ao papel da instituição e, ao mesmo tempo, funcionalidade prática à sua ideia de História.

Sobre o primeiro tópico apontado, que trata da compreensão da natureza ambivalente da História enquanto conhecimento traçado entre os limites da ciência e da imaginação, Vianna afirmara que “não é apenas uma grande ciência: é também, e magnificamente, uma grande arte - e esta condição de grande arte ainda torna mais complexo o labor da síntese histórica”. Para ilustrar essa posição epistêmica adotada, cujo argumento postula a História como ciência e arte, o autor esboça a questão nos termos de compatibilidade entre os conceitos de “Verdade” (como representativo do ser ciência) e de “Beleza” (como indicador do caráter literário ficcional da escrita), traduzindo seu entendimento à luz de uma conciliação entre a historiografia dos clássicos como “nas páginas de Xenofonte ou de Tito Lívio, nas páginas de Tucídides ou de Tácito”, em que a História é articulada como “a arte da narração, a arte da criação”, e o paradigma cientificista de sua constituição como Ciência social a partir do século XIX, pensada como “ciência de evocação”²⁹³.

Essa conciliação entre os dois âmbitos demarca, para o autor, “o traço que a singulariza [a História, neste caso] no conjunto das demais ciências”, de modo que o estabelecimento de sua “condição de grande arte parece ser o traço mais distintivo da ciência histórica”. O caráter científico da História projetado pela reconstituição de épocas passadas em nome da evocação feita no tempo presente abre o campo disciplinar ao “auxílio das artes de ficção” e fazem desta ciência “um domínio comum, procurado por todos os espíritos [...] das mais variadas especialidades”. Este objeto de interesse compartilhado e “universal” em que consiste a História, em raro uso deste termo pelo autor dada sua epistemologia de viés particularista, é constituído como campo de preocupação nacional, na medida em que, segundo sua visão,

²⁹³ VIANNA, Oliveira. O valor pragmático do passado, p. 331-32.

[...] homens de ciência, homens de arte, homens de letras, homens de guerra, homens de Estado, todos encontram nas obras históricas um interesse, uma sedução, um fascínio. Ora, esta curiosidade tão universal pelas obras da História tem a sua razão de ser nestecaráter inevitavelmente artístico de toda a ressurreição histórica.²⁹⁴

Como se pode verificar neste trecho, a História é entendida como campo transversal de conhecimento que se transfigura em objeto de valor compartilhado (inclusive da ordem do “fascínio”) e se justifica pelo sentido de seu uso prático - a razão pragmática, como veremos nas linhas a seguir -, assim como pela expressão transcendental que adquire (de fundamentação *meta-histórica* permanente, poder-se-ia colocar), tendo em vista sua contribuição na obra de definição do patriotismo nacional como totalidade enunciada. Como matéria do segundo tópico que apontamos anteriormente, deve-se compreender que Vianna retoma a noção de evocação do passado²⁹⁵ construída na primeira parte de seu discurso como fonte do nacionalismo em estrito senso - de um modo mais efusivo, mobilizador e laudatório em virtude da inscrição de sua fala no então octogenário Instituto, ele utilizará o termo “patriotismo” - para reforçar, segundo ele, “uma lição de entusiasmo e de fé, um maior sentimento de nós mesmos e do nosso próprio presente”:

É esta, senhores, a primeira utilidade prática do estudo do Passado, da admiração pelo Passado. Ela dilata, ela robustece, ela intensifica, ela esclarece a consciência do patriotismo em cada um de nós, aumenta em cada um de nós o sentimento de respeito para com os nossos maiores, para com o patrimônio das grandezas morais e materiais que eles nos transmitiram, e que eles formaram, acumularam e defenderam com o esforço da sua inteligência na elaboração da cultura [...].²⁹⁶

É importante assinalar do ponto de vista da compreensão teórico-metodológica que, embora o autor defina esclarecer e acentuar a “consciência do patriotismo” como valor prático, como “um dos mais belos aspectos da utilidade pragmática do estudo do Passado”²⁹⁷, nota-se,

²⁹⁴ Idem, ibidem, p. 333. Ao falar em “ressurreição histórica”, Vianna remete à ideia de recordar ativamente tradições do passado restabelecidas no presente a partir de sua evocação. Este caráter de “ressurreição histórica” atribuído à operação historiográfica guarda o sentido de promoção da História à “ciência de evocação”, de acordo com os termos empregados por Vianna.

²⁹⁵ O passado como dimensão experiencial da realidade brasileira - sob a concepção da história como lastro de experiências e ensinamento, em diálogo com a visão ciceroniana - não à toa é referido pelo autor como expressão singular em letra maiúscula (“o Passado”, sic), o que denota desde o viés ortográfico a carga de sentido unitário e totalizante que lhe é dado como significante nacional. Conforme Vianna reivindica como recurso metodológico próprio à sua abordagem histórica, da História (enquanto campo de saber) são extraídos usos práticos para a ação política no presente, sendo concebidos como lições articuladas que ligam o passado à vida contemporânea nacional como realidade contínua. Nesse sentido, a unidade sugerida pelo uso do conceito de passado em maiúscula pelo autor advém da carga epistemológica e política que lhe é atribuída como função de assegurar a unidade política da nação, escopo aspirado na escrita histórica de Vianna desde a interpretação presente em sua primeira obra, *Populações meridionais do Brasil*, de 1920. O mesmo procedimento retórico é utilizado, por exemplo, com a noção de “Pátria” em registro maiúsculo, estratégia adotada no sentido de afirmar uma identidade unitária totalizante ao país. Nesse sentido, reafirmamos a leitura que fizemos na página 68 deste capítulo sobre o fato de o pensamento do autor se ancorar em uma camada metafísica justaposta como fundo conceitual unívoco (singular e totalizante) de sua interpretação política sobre a nação.

²⁹⁶ Idem, ibidem, p. 341-42.

²⁹⁷ Ibidem, p. 342-43.

conforme indicou em seu estudo Manoel Salgado Guimarães, a presença de “um nítido sentido teleológico”, pois confere “ao historiador, através de seu ofício, um papel central na condução dos rumos deste fim último da história [a construção política/pragmática da nacionalidade]”²⁹⁸. Este traço nacionalista que assinala o vetor teleológico de sua escrita (alinhada ao Instituto, frisa-se) projetada à construção nacional correlaciona o ofício de historiador com a função cívica de ser um “bom patriota”²⁹⁹, reivindicando, para tanto, o uso do termo “Pátria” como signo que aciona uma genealogia identitária formadora da tradição nacional. Essa correlação compartilha, por sua vez, a partir da transmissão do “patrimônio das grandezas morais e materiais” veiculada pelo instituto, um espírito épico, poder-se-ia dizer, de lastro civilizacional conectado ao presente experimentado pelo autor, o qual demanda da história a condição de exemplaridade, sendo atribuída à instituição a coordenação deste processo orgânico formativo que entrelaça passado e presente como realidade contínua.

Patriotismo implica a ideia da Pátria; e a pátria é a terra dos nossos pais, logo o mundo em que viveram os nossos antepassados; e esse mundo não é apenas o solo na sua materialidade, é também o solo na sua espiritualidade [...] com as tradições que criaram, com a civilização que fundaram, com as dores que sofreram, com as alegrias que tiveram, com as glórias e triunfos que alcançaram.³⁰⁰

Ao afirmar como tese a aproximação entre o conhecimento do passado e a ideia de Pátria, o autor implica tramar, por mais uma vez, um sentido essencializado de expressão nacional à existência política do país desde o registro de que a História opera como “escola de educação cívica” - noção de viés moral que liga o passado ao patriotismo -, alimentando o sentimento de “admiração ao passado, que é a religião desta casa [o IHGB]” e, como obra pedagógica, impelindo “os de agora” à luz de uma linearidade da qual resulta a base de preparação da “brasilidade futura”.

Veja-se:

Como vedes, senhores, o conhecimento do Passado não é apenas uma preocupação de mero interesse paleontológico [...]: é uma maravilhosa escola de educação cívica, é um fator de eficiência incomparável no desenvolvimento do nosso sentimento patriótico e da nossa própria consciência coletiva. Nesse estudo encontramos, não

²⁹⁸ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Op. cit., p. 15.

²⁹⁹ O autor chega a enunciar a fórmula nacionalista identificante segundo a qual afirma que “não sei de nenhum verdadeiro historiador que seja um mau patriota”. Idem, ibidem, p. 342. A historiografia era articulada como atividade intelectual de função patriótica, dada sua orientação ideológica claramente nacionalista na concepção do IHGB e do próprio Vianna, em sintonia com a forte presença do nacionalismo no cenário cultural e político em que o autor produz seu discurso, situado no arco temporal dos anos 1920. Nesse sentido, observa-se como complemento que o patriotismo é evocado não apenas no sentido de um comprometimento cívico (e moral, na acepção mais conservadora dada por Vianna) do indivíduo com a nação, mas assimilado metodologicamente como pressuposto informante e variável de “controle” da escrita da história, considerada, por conseguinte, como produção cultural de funcionalidade no âmbito nacional.

³⁰⁰ Ibidem, p. 343.

apenas as melhores emulações do nosso civismo, mas as inspirações mesmas dos nossos grandes problemas nacionais.³⁰¹

A partir desta interpretação sobre o sentido cívico do passado em uma cultura patriótica, Vianna desferiu uma crítica contundente ao “movimento modernista”, unificado como significado em sua análise a partir da crítica à atuação de Graça Aranha, visto por ele como o líder intelectual responsável por uma campanha cujo objetivo seria da ordem do rompimento (inclusive institucional) com “o passado nacional”. Segundo Vianna, o que estava em jogo nessa disputa de interpretações sobre a cultura brasileira no contexto intelectual dos anos 1920 era uma concepção de um “novo patriotismo [que] renega o Passado” e “logo, renega a Pátria”, configurando a seu modo “o patriotismo desses patriotas [como] sem pátria”³⁰². Nesse sentido, o fato de Vianna selecionar Graça Aranha como alvo específico e encarnado de sua crítica geral ao movimento modernista explica-se segundo a conotação simbólica de uma reação de “espírito de corpo” por parte do IHGB em solidariedade institucional à Academia Brasileira de Letras (ABL), após a posição expressa de ruptura anunciada por Aranha em sua conferência sobre “O Espírito moderno”, proferida pelo escritor no ano de 1924 na ABL.³⁰³

Assim, entende-se que um dos âmbitos das disputas político-ideológicas no cenário cultural do Brasil na década de 1920 passava pela via interpretativa de diferentes ideias de história que fundamentavam as concepções e projetos de nacionalidade (inclusive institucional) articulados pelos intelectuais envolvidos no debate daqueles anos. Nesse sentido, vislumbra-se que os discursos sobre a nação concorrentes no período constituíram um terreno comum a partir do qual foram compartilhados e contrastados pressupostos teórico-filosóficos - como o *organicismo* - acerca da História como campo de reflexão abrangente sobre o país.

No próximo capítulo, avançaremos a análise para a interpretação histórica aportada por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) a propósito de seu discurso sobre a nação, pois trata-se de outro autor que despontou, assim como ocorrera com Oliveira Vianna, neste debate de ideias a partir de 1920 lidando com matrizes nacionalistas, organicistas e, mesmo, conservadoras da história, as quais estavam disponíveis co-

³⁰¹ Ibidem, p. 344.

³⁰² Ibidem, p. 343.

³⁰³ Intitulada “O Espírito moderno”, essa conferência foi feita no dia 19 de junho de 1924 na ABL. Quatro meses depois deste acontecimento, houve, em outubro daquele ano, o anúncio oficial de rompimento com a Academia por parte de Graça Aranha através de uma carta endereçada ao presidente da Instituição. Sobre o discurso realizado na Academia, consultar: ARANHA, Graça. O Espírito moderno. In: TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda europeia e modernismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1983, 7ª edição, p. 311-325. Para o jornalista e biógrafo Francisco de Assis Barbosa, esta posição de rompimento do escritor Graça Aranha com a ABL foi um evento marcante na cena intelectual do país nos anos 1920: “Em junho [mês de sua famosa conferência], Graça Aranha rompe com a Academia. Foi certamente o mais ruidoso e insólito acontecimento literário depois da Semana de Arte Moderna no Teatro Municipal de São Paulo (1922)”. Ver: BARBOSA, Francisco. Introdução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes de Sérgio Buarque de Holanda. Organização de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 17.

mo repertório teórico do processo de construção nacional naquele contexto intelectual. Este será o fio condutor da discussão subsequente.

3. Sérgio Buarque, lentes organicistas de articulação da nacionalidade brasileira em dois cenários interpretativos

“[...] a identidade nacional, constituída na tensão entre o específico e o universal, não é só ambivalente, mas também ambígua. A situação de ambiguidade apresenta o diferencial de, intrinsecamente, não ser “isto” nem “aquilo”, numa dúbia indefinição, que, porém insinua uma promessa de superação no tempo. Nesse sentido, o Brasil é sempre promessa, é vir a ser que se renova na sucessão de intelectuais que o pensaram e o redescobriram”.

Sandra J. Pesavento³⁰⁴

I. Introdução e problemática em análise

Um dos temas mais trabalhados quando se aborda especificamente a obra “Raízes do Brasil” (1936) ou quando se investiga, de modo mais geral, a extensa produção intelectual de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) é a problemática acerca do processo histórico de transformações sociais vivido pelo Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Na interpretação de Brasil realizada por Sérgio Buarque nos anos 1930, destaca-se nesse amplo processo o jogo de identificações histórico-culturais dele resultante, traduzido pelas noções de “iberismo” e “americanismo” utilizadas pelo autor. A partir do exame dos contornos desse quadro histórico de transformação das bases da sociedade brasileira, Sérgio Buarque operou no plano de representação das identidades no sentido da formulação de um discurso sobre a nação que simboliza esse complexo de mudanças sociais e culturais do país mediante o recurso às imagens extranacionais projetadas pelo par conceitual *iberismo-americanismo*.

Observa-se desta leitura que, mesmo quando o dispositivo de análise buarqueano mobiliza ideias de alcance extranacional, como é o caso das concepções de “Ibéria” e “América” invocadas como referências simbólicas à compreensão do cenário brasileiro, tal apropriação conceitual responde à busca de entendimento do complexo de formação da nacionalidade brasileira por meio da analogia histórica com outras sociedades e identidades, artifício retórico utilizado justamente com o foco na reflexão sobre o Brasil. Esta é a forma escolhida pelo autor em “Raízes do Brasil” para alegorizar os traços principais da nova configu-

³⁰⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. A cor da alma: ambivalências e ambiguidades da identidade nacional. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 123-133, 1999, p. 125.

ração da sociedade brasileira em seu movimento profundo de mudanças em curso desde as últimas décadas do século XIX, a qual recorre à figura da analogia (iberismo/americanismo) como modo de delimitação dos referentes identitários postulados como horizonte de sentidos em âmbito nacional. Define-se, desse modo, sua operação discursiva central no que concerne ao contexto de escrita do ensaio interpretativo publicado em 1936: pensar, sob o panorama multifacetado de transformações sociais, culturais, econômicas e políticas do país, o processo histórico nacional em termos de uma identidade em escopo de reconfiguração. Esse processo histórico é descrito, segundo a expressão utilizada pelo autor, como “advento de um novo estado de coisas”, caracterizando-se por constituir um quadro aberto de mudanças sociais significativas conotadas com a noção de “revolução brasileira”:

A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. [...] Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 [o acontecimento da Abolição] como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o *advento de um novo estado de coisas*, que só então se faz inevitável”.³⁰⁵

Pelo significado político que emana desse processo entendido como de viés “revolucionário”, pois responsável por delinear “um novo estado de coisas” progressivo no país em face da transição de uma ordem rural para uma ordem social de caráter urbano e industrial, a variável de sua amplitude histórica - ter feição *revolucionária* - importa mais do que o ritmo de intensidade lenta em que ele transcorre - “um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século” -, sendo sua dimensão de larga escala especialmente relevante para efeito de consideração da tessitura nacional articulada como saldo implicado dessa transformação da sociedade. Há, em realidade, como desdobramento da tese do processo social revolucionário em transcurso, a ideia de que sua expressão simbólica é potencialmente traduzida, do ponto de vista histórico e identitário, pela imagem de transição do modelo ibérico para uma nova feição sociocultural correlata ao padrão tido como “americanista”. Ocorre, assim, por via da analogia, a articulação (histórica) de um novo sentido nacional em curso, tensionado como objeto dessa transformação social:

Se o movimento que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível que já entramos em sua fase aguda. Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as

³⁰⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1936], 27ª edição, p. 204, grifo nosso.

ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do *aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano*, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério.³⁰⁶

Como se pode depreender deste excerto, o uso dos conceitos vinculados às ideias de Ibéria e América é instrumentalizado para a tematização do problema acerca da formação da nacionalidade brasileira, elaborada em “Raízes do Brasil” como um fenômeno histórico de identificações cambiantes em desenlace no país. Nessa configuração conceitual por ele projetada, a perspectiva que entrelaça os dois conceitos é regida por uma concepção de identidade relacional, plural e dinâmica do tempo histórico, compreendido sobretudo como movimento que repercute na mudança de “fisionomia” da sociedade.³⁰⁷

Convém assinalar, entretanto, que, embora esta forma de interpretação histórica da nação postule as identificações da realidade social do país em chave prospectiva cristalizada como método especificamente em “Raízes do Brasil” nos anos 1930, a problematização identitária que a funda não se resume à formulada neste texto em particular. Vista em perspectiva mais ampla, considerando a produção do autor anterior a esta obra ensaística mais conhecida, pode-se rastrear a discussão sobre a nacionalidade e as formas da identidade brasileira articulada por Sérgio Buarque desde o universo dos primeiros textos de crítica³⁰⁸ que o autor escreveu nos anos 1920, enquanto dava seus passos inaugurais no debate intelectual brasileiro como crítico literário e articulista de temas relacionados à cultura e à política nacional em jornais e revistas das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.³⁰⁹ Por esse ângulo, cabe

³⁰⁶ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 2014, 27ª edição, p. 204. Grifos nossos.

³⁰⁷ Sérgio Buarque compreende, de maneira ao mesmo tempo naturalista e organicista, a configuração da sociedade à moda da feição histórica de uma *fisionomia* identitária, a qual confere ao país um arranjo particular de características socioculturais modelado (e *re-modelado*, dinamicamente) ao longo de cada momento histórico nacional. A expressão “fisionomia” é utilizada de modo frequente neste contexto interpretativo como saldo cultural do processamento de um (novo) arranjo sócio-histórico ao longo da obra *Raízes do Brasil*. Consultar, a título de exemplo, sua presença no capítulo terceiro do livro, intitulado “Herança Rural”. In: HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*, 27ª edição, 2014, p. 91-92.

³⁰⁸ Como se apresentará ao longo deste capítulo, neste universo crítico do autor reúnem-se textos multifacetados do ponto de vista de seus temas, englobando análises literárias, políticas e culturais acerca do Brasil, tomado como objeto de um discurso de identidade nacional. Nesse sentido, em nosso recorte da pesquisa os compreenderemos como material de análise integrado em conjunto tendo em vista sua contribuição ao discurso buarqueano sobre a nacionalidade, de modo que por esse critério não os compartiremos em disciplinas (crítica literária, sociologia, análise política ou histórica), sob pena de impor uma divisão “escolástica” por área ou campo de trabalho que transcende as características do objeto estudado e os encerraria de uma forma rígida e pouco compatível com a realidade em foco.

³⁰⁹ Parte da vasta fortuna crítica do autor vem apontando nos últimos anos a necessidade hermenêutica de examinar sua produção intelectual dos anos 1920, relativo a debates anteriores à obra “Raízes do Brasil”, para obter uma visão mais ampla das posições de Sérgio Buarque sobre o Brasil e mesmo ratificar a hoje já adotada precaução metodológica de tratar das diferentes edições do texto clássico, dado o repertório de mudanças que nele foi feito. Como exemplo, citamos os trabalhos de Guilherme Pinheiro Pacheco e de João Kennedy Eugênio, pesquisadores que lidaram com parte da produção buarqueana dos anos 1920 sob a lente, respectivamente, da crítica literária e da análise político-cultural. Consultar: PACHECO, Guilherme Pinheiro. *A crítica literária de Sérgio Buarque*

observar que, se sua leitura proposta sobre a identidade nacional assume uma formatação histórica específica na obra “Raízes”, centrada na dinâmica contemporânea de interação cultural entre o espectro de “raízes ibéricas” da sociedade e o horizonte de futuro nacional retratado como de molde possivelmente americanista, a tematização da nacionalidade é objeto central do repertório crítico de suas reflexões para aquém e além desta obra³¹⁰, sendo articulada, seja de um modo mais direto, seja de modo mais alusivo, metafórico, em vários textos do autor, inclusive sob a gestão de outros postulados teóricos e históricos implícitos em suas interpretações.

Ao mapearmos a produção discursiva de Sérgio Buarque sobre o âmbito nacional, pode-se identificar a presença de diferentes concepções em sua ideia de nacionalidade brasileira no amplo conjunto de artigos escritos pelo autor ao longo dos anos 1920 e 1930, sobretudo se comparada com a interpretação em *Raízes do Brasil*, de 1936.³¹¹ Sustentamos a proposta de que, ao ler este material organizado como *corpus* de pesquisa tendo por objetivo examinar as interpretações sobre a nação como campo privilegiado de análise, podemos demonstrar a mudança de perspectiva operada pelo autor em torno da identidade nacional como problema a ser reconstruído em dois cenários distintos, a saber: (i) em um primeiro momento de sua produção intelectual, nos artigos de crítica publicados por Sérgio Buarque entre 1920 e 1921, a temática foi tratada através de um plano ontológico que fixa o sentido do discurso como construtor de uma identidade assentada no recurso aos preceitos de “originalidade” e do

de Holanda entre os anos 1920-1926. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 2016, 207 f; EUGÊNIO, João Kennedy. Um horizonte de autenticidade. Sérgio Buarque de Holanda: monarquista, modernista, romântico (1920-1935). In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008, p. 425-459.

³¹⁰ Este é um tema rigorosamente central que perpassa sua produção intelectual e disciplinar enquanto jovem crítico literário na imprensa nos anos 1920 e enquanto historiador acadêmico afirmado institucionalmente, a partir de 1956, quando assumiu a cátedra de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo (USP).

³¹¹ É importante, nesta perspectiva, considerar com certa precaução conceitual e metodológica o apontamento do historiador Fernando Novais acerca da ideia de que a abordagem da identidade nacional está no centro do empreendimento que dá unidade às reflexões de Sérgio Buarque. Segundo a leitura de Novais, “Quando ele está tratando de problemas muito específicos, a questão está presente. É a problemática central na obra dele”. Cf. Sérgio Buarque de Holanda. 3º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992, p. 79. Embora nos aproximemos de sua visão acerca da recorrência do objeto nas reflexões feitas pelo autor estudado, é preciso mostrar o padrão cambiante do pensamento buarqueano sobre a temática da identidade brasileira a partir das diferentes interpretações que o autor faz em cenários intelectuais e políticos distintos, para não incorrer em noções unívocas de coerência, unidade e homogeneidade que possam ser atribuídas à articulação deste importante problema em sua obra. Trata-se, antes, como se verá ao longo deste capítulo, de um repertório de análise posto em ação no exame da problemática em jogo, do que pressupor a representação de uma unidade contínua e essencial do pensamento do autor, como bem colocou sobre o tema o pesquisador José Lindomar Albuquerque (2010) a partir da hermenêutica da obra “Raízes do Brasil”, de 1936. Sobre isso, recomenda-se: ALBUQUERQUE, João L. As fronteiras ibero-americanas na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Análise Social*, vol. XLV (195), 2010, p. 329-351.

“espírito do povo” como fatores culturais estáveis de articulação da nação; e (ii) sob outra lente de análise, a partir do contexto de envolvimento do autor com o modernismo em sua trajetória intelectual, sua compreensão acerca da nacionalidade foi deslocada sob o influxo de um prisma histórico relacional mais acentuado, à luz de um enfoque prospectivo que repensa a leitura da identidade brasileira como processo associado à experiência histórico-evolutiva do país.

Há, nesse sentido, modos distintos de articulação da nacionalidade que transitam de um discurso de viés “tradicionalista”³¹² e ontológico que a fundamenta essencialmente como identidade cultural moderada segundo as “tradições nacionais” - institucionais e simbólicas -, delimitadas por uma releitura do passado apropriado como matriz referencial à concepção de nação, para uma abordagem mais dinâmica centrada na leitura processual do tempo histórico nacional, da qual sobressai o ajuste da problemática mediante sua inscrição relativa aos momentos histórico-culturais particulares a que se abre a nacionalidade. Entre esses diferentes planos de interpretação, nos quais variam os elementos de sua concepção de nacionalidade, perpassa, contudo, como substrato teórico fundante o *organicismo cultural* buarqueano³¹³, concebido como um modo de examinar a sociedade brasileira que a compreende enquanto um todo coeso articulado à maneira de um organismo autônomo, constituído por atributos culturais que caracterizam historicamente uma forma singular de funcionamento e “evolução” na realidade social.

³¹² Por “tradicionalista”, queremos designar uma concepção histórica que articula a visão do passado como “tradição” nacional, colocada como mote e parâmetro a partir do qual a construção do futuro deve necessariamente radicar. O passado ocupa nessa orientação, do ponto de vista da formação da identidade nacional, o lugar de temporalidade referencial à nação. Não à toa, faz-se necessário assinalar, a partir da consideração desse conceito acerca do passado, a sintonia que existe entre essa leitura histórica com uma inclinação positiva em relação ao regime monárquico e o destaque dado à figura de Dom Pedro II como um expoente nacional. Essa relação estabelecida pelo autor e sorte de inclinações políticas de viés tradicionalista do jovem crítico já foi entrevista por pesquisadores da obra de Sérgio Buarque, como João Kennedy Eugênio (2008), no texto anteriormente referido “Um horizonte de autenticidade. Sérgio Buarque de Holanda: monarquista, modernista, romântico (1920-1935)”, p. 425-459.

³¹³ Sobre a compreensão do organicismo buarqueano como elemento central a sua interpretação da nação, um viés interpretativo que vem sendo mais recentemente apontado pela historiografia especializada no pensamento do autor, apoiamo-nos na leitura proposta pelo pesquisador João Kennedy Eugênio, o qual assinala a concepção organicista de Sérgio Buarque como um marco de seu pensamento sociocultural. Segundo Eugênio, a concepção orgânica buarqueana é “enunciada pela primeira vez em 1920, antes mesmo da militância modernista do autor, persiste até *Caminhos e fronteiras*, a despeito de mudanças significativas nas pesquisas do historiador e nas circunstâncias históricas”. Ver: EUGÊNIO, João Kennedy. Um ritmo espontâneo: o organicismo em *Raízes do Brasil e Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010, 480 f., p. 18. Para o pesquisador citado, a compreensão organicista de Sérgio Buarque se revela na “ideia de que todo povo, cultura ou sociedade possuiriam uma unidade orgânica e um correspondente filtro, expressão do padrão cultural, que agiria para manter aquela unidade orgânica”. Cf. EUGÊNIO, J., *op. cit.*, p. 18. O organicismo do autor, conforme será examinado ao longo deste capítulo, é assentado como parâmetro conceitual no qual se ancora sua leitura da sociedade brasileira, com destaque dado ao âmbito de suas formas culturais, entendidas como expressões simbólicas abrangentes e representativas dos processos (*orgânicos*) da totalidade nacional.

Este entendimento organicista projetado pelo autor sobre a nacionalidade a apreende enquanto ente sociocultural autoconsistente e autorregulado concebido com o papel de ator histórico, sendo abordado como um “todo perfeito de partes tão antagônicas”³¹⁴, conforme a metáfora orgânica utilizada pelo autor em *Raízes do Brasil*, cuja relação prevista entre as partes constituintes do social é a de correspondência harmônica no encadeamento da forma nacional resultante, retratada como uma fisionomia de conjunto coerente. A mobilização do organicismo como parâmetro regulador de suas interpretações acerca da realidade social e cultural do país assumiu, como veremos, formas distintas que fundamentam tanto o plano ontológico que circunscreveu a constituição de uma identidade nacional à luz da mobilização do passado e das “tradições” como realidade essencializada e contínua, no âmbito de seus primeiros textos publicados em 1920, quanto a concepção mais móvel e prospectiva responsável por abrir o entendimento da nacionalidade ao devir do processo histórico relativo a cada “fase” da nossa vida social, a partir da inscrição contextual do autor nos marcos da experiência modernista brasileira ao longo da década de 1920 e da consolidação do historicismo como seu método de análise das realidades histórico-culturais.

Segundo o enfoque teórico-metodológico com que encaramos este trabalho, é sob a perspectiva de consideração deste núcleo teórico organicista, moldado em formas particulares conectadas aos distintos planos de entendimento da nacionalidade brasileira por parte do autor, que interpretamos as reflexões de Sérgio Buarque como conjunto no arco temporal dos anos 1920 e 1930. Mediante a mobilização de seus escritos literários, culturais e políticos enquanto exercia atividade de articulista no período, tratando-os em linha de diálogo com a obra “*Raízes do Brasil*”, publicada em 1936, pretendemos demonstrar as variações existentes em torno do uso do arranjo organicista como eixo da delimitação de sua concepção de nação, interpretando-o como parâmetro teórico que permite constatar a mudança de discurso sobre a nacionalidade operada de uma abordagem ontologizante - de viés naturalista - para um prisma histórico mais agudo, fenômeno observável desde suas respectivas concepções de história regentes nos dois momentos específicos recortados da análise.

³¹⁴ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 27^a edição, 2014 [1936], p. 224.

3.1 A rede relacional da crítica de Sérgio Buarque e os projetos de nacionalidade brasileira nos anos 1920

Sérgio Buarque ingressou no circuito intelectual do país no ano de 1920, quando contava com apenas dezessete anos, a partir de uma contribuição que se tornou regular por meio de artigos de crítica literária e de matéria política na imprensa, seja em revistas culturais, seja em jornais tradicionais de grande circulação centrados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O autor, nascido em São Paulo em 1902, lugar onde passou parte de sua juventude e iniciou sua atividade de crítico na revista paulistana *A Cigarra*, migrou com a família para a cidade do Rio de Janeiro no começo dos anos 1920, onde fez sua formação acadêmica em Direito e aprofundou sua relação intelectual como articulista sobre temas literários, culturais e sociopolíticos nos meios cariocas.³¹⁵ A título de exemplo dessa atuação, convém assinalar que já na data de 3 de setembro de 1921, ano em que havia se mudado para a então capital federal do país, o autor publicou um artigo na revista carioca *Fon-Fon* intitulado “Guilherme de Almeida”³¹⁶, cuja análise se detinha sobre a poesia do modernista paulista Guilherme de Almeida (1890-1969). Em setembro de 1924, Sérgio Buarque e seu amigo Prudente de Moraes Neto, também ele um crítico, lançaram a revista literária modernista *Estética* na cidade do Rio de Janeiro, imbuídos do “espírito modernista”³¹⁷ que ambos adotaram desde o primeiro momento do movimento, da qual pode-se dizer que a organização e direção da revista foram um saldo desse engajamento artístico.

Destes breves fatos pretendemos destacar sua ascendente inserção no campo cultural, ainda que fosse um jovem intelectual paulista estabelecido há poucos anos na então capital da

³¹⁵ Lembra-se que até a década de 1920, conforme assinalam o sociólogo Luciano Martins e o historiador cultural Nicolau Sevcenko, o Rio de Janeiro ainda concentrava, enquanto capital da República, boa parte da circulação de capital financeiro e cultural do país. Segundo Martins, “É [naqueles anos] principalmente através do Rio de Janeiro que se incorpora à ‘cultura nacional’ tudo o que chega da Europa pelo ‘último navio’: as modas, o ‘art nouveau’, os livros, as idéias...”. Cf. MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 4, 1986. Para Sevcenko, “desde praticamente o início da campanha abolicionista até o início da década de 1920, quase toda produção literária nacional se fazia no Rio de Janeiro, voltada para aquela cidade ou com vistas a ela”. Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1983], p. 93.

³¹⁶ Artigo publicado no dia 3 de setembro de 1921 na revista carioca *Fon-Fon*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária*. Organização de Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, volume I, 1920-1947, 1996, p. 113-115.

³¹⁷ Com essa expressão, fazemos alusão à entrevista dada por Sérgio Buarque e seu amigo e companheiro de organização da revista *Estética*, Prudente de Moraes Neto, ao jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, sobre o significado do modernismo brasileiro, publicada em 19 de junho de 1925. A entrevista foi intitulada “Modernismo não é escola: é um estado de espírito”. Consultar: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 70-74.

República.³¹⁸ O autor circulava, portanto, nos meios intelectuais de ambos os lugares e se destacava por participar intensamente de um período histórico marcado pela efervescência da vida cultural no país³¹⁹, tomando-se por parâmetro, por exemplo, o surgimento e circulação de diferentes revistas literárias, como as já citadas, a *Revista do Brasil* e *Klaxon*, por exemplo, e a eclosão de diversos manifestos artísticos de diferentes expressões ideológicas ao longo da década (*Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, *Manifesto Regionalista*, *Verde-amarelo*, *Antropófago*), os quais disponibilizavam novas produções, apresentavam novos nomes nas atividades de crítica, análise literária e crônica política e, sobretudo, possuíam novas leituras sobre a cultura brasileira, assentada como um dos objetos principais dos debates em um cenário de aberta discussão.

Este cenário colocou o nome de Sérgio Buarque como presença crítica constante no campo cultural e o fez se aproximar de intelectuais paulistas e cariocas que publicaram nos mesmos meios, seja em periódicos, seja em jornais. Muitos deles foram seus interlocutores nos breves anos de vigência do modernismo paulista depois da Semana de Arte Moderna em 1922 e alguns deles, inclusive, colaboraram nos breves números da revista *Estética*, organizada pelo autor, isto é, transitavam nos mesmos locais de sociabilidade³²⁰, boemia e, sobretudo, posicionavam-se diante dos movimentos e eventos nacionais do período, casos dos críticos e ensaístas Mário de Andrade, Graça Aranha, Prudente de Moraes Neto, Gilberto Freyre, Sérgio Milliet, do poeta Manuel Bandeira, do jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade, do

³¹⁸ Segundo a análise do crítico literário Antonio Candido, intelectual que era amigo próximo ao círculo de Sérgio Buarque, “foi no Rio que [ele] se definiu intelectualmente, não apenas fazendo lá o curso superior, mas tornando-se jornalista, desenvolvendo-se como crítico”. Ver: CANDIDO, Antonio. Entre duas cidades. In: MARRAS, Stelio (org.). Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: EdUSP, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012, p. 14.

³¹⁹ Esta efervescência cultural se entrelaçava a um período conturbado também do ponto de vista social e político, tendo em vista, por exemplo, movimentos sociais como o operário, representado a partir da fundação de um partido político no país, o Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, os dois movimentos tenentistas revoltosos (em 1922 e 1924), a ação da Coluna Prestes pelo país a partir de 1925 etc. Esse painel constituído de alguns fatos sociopolíticos marcantes do período vai ao encontro da observação da historiadora Marly Motta ao sustentar a leitura de que os anos 1920 precisam ser entendidos mais por sua especificidade temporal do que como “antecedente” da igualmente turbulenta década de 1930. Sobre isso, ver: MOTTA, Marly Silva da. A nação faz cem anos: o centenário da Independência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, CPDOC, 1992, p. 1-2.

³²⁰ As atividades literárias e, na mesma medida, os encontros intelectuais estavam associados a espaços de sociabilidades como cafés, confeitarias, livrarias e bares que agitavam a então capital da República, o Rio de Janeiro, dos anos 1920 e 1930. Ver: SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão, p. 94. Sobre este aspecto da interação social dos intelectuais do período, há um pequeno relato de Gilberto Freyre, partícipe da própria história narrada, que permite perceber as aproximações entre os espaços e os sujeitos, os ambientes e a reflexão sobre a cultura brasileira em seus diversos campos: “Boêmios pelo gosto da música popular brasileira. Da carioca. Daí, mais de uma vez amanhecemos, bebendo chope, em bares tradicionalmente cariocas, ouvindo para nós brasileiríssimos e como que nossos mestres, além de amigos, da cultura brasileira, Donga, Patrício Teixeira e Pixinguinha. Fontes, para nós três [Freyre, Sérgio Buarque e Prudente de Moraes Neto], de uma cultura autenticamente popular e extra-europeia, nas suas bases, que estava em grande parte, na música em que eles eram mestres”. Ver: BARBOSA, Francisco de Assis. Introdução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. Organização de Francisco de Assis Barbosa, p. 22.

historiador Octávio Tarquínio de Sousa etc. Um exemplo cristalino da interação entre as ideias e discursos destes diferentes intelectuais vinculados ao amplo modernismo brasileiro³²¹, que sob distintas expressões político-ideológicas posicionavam-se publicamente na imprensa com reflexões sobre a cultura nacional, eram os artigos publicados no jornal de ideário conservador *Correio Paulistano*³²² nos anos 1920, dos quais se pode verificar um verdadeiro mosaico formado desde um ensaio do então jovem crítico literário Sérgio Buarque a interpretações de autores díspares como Oliveira Vianna, Oswald de Andrade, produtor do “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” e organizador do movimento Antropófago, e escritos de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Plínio Salgado, por exemplo - os três autores associados à vertente ultranacionalista do “Manifesto Verde-amarelo”.³²³

Mais importa para esta análise, tendo em vista o objetivo principal dessa pesquisa de investigar o discurso construído sobre a nacionalidade e identidade brasileiras urdido por Sérgio Buarque, ressaltar a interação existente entre sua produção escrita sobre a nação e a esgrimida por estes autores sob o horizonte político do nacionalismo compartilhado naquele período. Embora fundamentados em diferentes vertentes ideológicas e inscritos em formas políticas específicas por meio das quais se relacionaram com o quadro nacionalista instalado de leitura do país naquele contexto³²⁴, há de se enfatizar o compartilhamento do terreno de

³²¹ A compreensão de que o modernismo foi um movimento amplo e multifacetado em suas ideias, propostas e atores representativos é hoje tese consagrada na fortuna crítica, e está contida, por exemplo, na interpretação sobre os “dois tempos” modernistas do filósofo Eduardo Jardim de Moraes. Ver: Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 220-238. Do ponto de vista de uma concepção teórica que auxilie a assimilação da ideia de que movimentos sociais e culturais não se restringem, ainda que possuam traços identificatórios gerais, a um bloco coeso e unívoco ou à definição de um “ator unitário singular”, recorda-se a observação do sociólogo Charles Tilly acerca do caráter complexo e cambiante da textura dos movimentos: Sobre isso, ver: TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 3, jan.-jul. 2010, p. 141.

³²² Sobre o posicionamento programático de viés conservador do jornal *Correio Paulistano*, consultamos as seguintes referências: “Correio Paulistano”. In: Verbetes temáticos consultado no Dicionário histórico-biográfico do CPDOC/FGV. Acesso em 18 de abril de 2022; QUEIROZ, Helaine Nolasco. Antropófago e Nhengaçu Verdeamarelo: dois manifestos em busca da identidade nacional brasileira. São Paulo, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*, julho de 2011, p. 3.

³²³ Esses acontecimentos diversos mostram que não havia consenso definido nem coesão formada naquela década em curso sob o ponto de vista de modelos intelectuais prévios a serem adotados ou da integração delineada de forças políticas. Havia, sim, de outro modo, um elemento comum de crítica política e cultural à experiência presente que os uniu sob o eixo da construção de um novo cenário.

³²⁴ A nosso ver, este é um ponto metodológico central para a compreensão da figuração do nacionalismo - dos *nacionalismos*, em uso plural - como conceito político chave ao entendimento da conjuntura histórica brasileira dos anos 1920 e 1930 quanto às ideias que estavam em circulação, o que leva à seguinte ponderação: os modos com que o nacionalismo foi apropriado naqueles debates correspondem a uma variável que ajuda a discernir o âmbito dos posicionamentos políticos distintos que se cristalizaram no período, sendo alguns mais à esquerda, outros localizados à extrema-direita do espectro ideológico. Por essa razão, indicar o nacionalismo como teoria e ideologia que demarca o terreno de compreensão da realidade social nos discursos dos diferentes autores mencionados não implica homogeneizar suas concepções ideológicas, pois impactadas pelos distintos usos políticos e interpretações conceituais que eles fizeram das lentes nacionalistas disponíveis naquele período. Sobre isso, ver: CASSIMIRO, Paulo Henrique. A Revolução Conservadora no Brasil. Nacionalismo, Autoritarismo e

debate a partir do qual suas produções se colocaram, sendo este o elo central que as articula. Essa *rede intelectual relacional*³²⁵ moldada por aproximações de pressupostos teóricos e divergências radicais quanto à projeção de futuro aspirada ao país no plano dos discursos sobre a nacionalidade articula-se justamente em torno das diferentes interpretações dadas ao campo “nacional” na cena cultural da década de 1920, objeto em construção nos debates daquele contexto que forma um importante capítulo da história intelectual brasileira do século XX.³²⁶

O estudo dessas relações deve, na concepção deste trabalho, ser feito com base na compreensão de que as diferenças ideológicas e políticas substanciais existentes entre os discursos desses autores em face dos distintos rumos nacionais que deles ecoam emergem, todavia, em um terreno discursivo partilhado do ponto de vista dos pressupostos teórico-filosóficos e da gramática do debate, cujo eixo principal era pensar a construção da nação em articulação a uma perspectiva de identidade coletiva, que granjeasse expressão nacional enquanto dimensão de enquadramento dos problemas em debate no país. Isso ocorre porque se colocava em questão a própria ideia de “nação” brasileira, que passou a ser objeto de interpelação por parte desses pensadores como um rastro comum de suas análises. Interpelavam-se os fundamentos culturais, históricos e políticos que sustentavam a noção de “nacional” em um cenário no qual esse conceito era posto em intensa discussão, e os pressupostos teóricos que embasavam os significados históricos atribuídos ao Brasil passaram a ser revisitados e reconstruídos como base para novos projetos de nacionalidade. A nação era redefinida nos termos de sua identidade em correlação com um período aberto de transformações sociais amplas no país, das quais a urbanização e o processo de modernização do país instaurado a partir do final do século XIX são dois dos signos operadores que moldavam os contornos do contexto intelectual e, nessa medida, colocavam a temática nacional como objeto central de preocupações.

Fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30. *Revista Política Hoje*, UFPE, vol. 27, edição especial, 2018, pp. 138-161.

³²⁵ Utilizamos a expressão em diálogo com a noção de “rede relacional” formulada pelo teórico da História Dominick LaCapra para colocar o problema das interações formadas por um texto, a tradição prolongada com que se relaciona e seu “contexto”, o qual é representado, para LaCapra, de modo assertivo como uma “red plenamente relacional”. Cf. LACAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelectual y leer textos*. In: PALTI, Elías José (org.). *Giro lingüístico e Historia intelectual*. Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 262-63. No caso desta pesquisa, busca-se ressaltar a dimensão de universo discursivo de construção de um terreno interpretativo por parte de alguns intelectuais e escritores do período acerca da ideia de nacionalidade e identidade brasileira.

³²⁶ A título de exemplo, parte dessa história, com ênfase no estudo das relações entre diferentes grupos modernistas que se (auto)constituem como produtores de discursos nacionais em interação atribulada entre si no decorrer dos anos 1920, é analisada, a sua maneira, nos seguintes trabalhos: QUEIROZ, Helaine Nolasco. *Verdeamarelo/Anta e Antropofagia: narrativas da identidade nacional brasileira*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, 2010, 247 f.; RICUPERO, Bernardo. O “original” e a “cópia” na Antropofagia. *Revista Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 875-912, set.-dez. 2018.

Vale considerar como recurso para compreender o discurso sobre a nação em Buarque de Holanda em face de sua intervenção nesse ambiente histórico e intelectual o procedimento metodológico assinalado por Dominick LaCapra³²⁷ acerca da interação entre os textos e sua época específica de produção sob o critério do modo de funcionamento discursivo de temas e ideias aparentemente comuns e compartilhados ao serem operados por diferentes autores ou mesmo em distintos contextos. Nesse sentido, tendo em vista se tratar de um contexto no qual a discussão sobre a formação da nação se dava em um plano sociológico-cultural nacionalista, cujo horizonte estava alicerçado no jogo de identificação de traços gerais da nacionalidade para a constituição de um “caráter” abrangente, cabe averiguar o modo como a produção buarqueana re-articula este ambiente de viés nacionalista em seu discurso. Nos termos estruturantes do debate na década de 1920, convém assinalar que a presença de Sérgio Buarque, a partir de seus escritos, inscrevia-se nos contornos de um terreno marcado por elos estreitos entre as dimensões da nacionalidade literária³²⁸ e da nacionalidade política, articuladas sob o fio condutor de formar a nação através do estabelecimento de uma identidade cultural “autônoma”. Isso quer dizer que seus escritos estavam condicionados social e discursivamente pela problemática de reconstrução da nação naqueles anos e desenvolveram, de modo mais ou menos evidente, reflexões que entrelaçam o âmbito principal da crítica e análise literária e cultural por ele operada à matéria de formação nacional.

A literatura era tensionada como espaço cultural abrangente de construção de uma identidade à nação, processo que passava a ser tematizado desde a análise da história da produção literária do país, no sentido do que poderíamos postular como esforço incessante da formação de uma comunidade que, através de sua elite intelectual, era convertida em nacionalidade.³²⁹ Esta seara da literatura como campo de construção identitária³³⁰ compreende

³²⁷ Para o historiador intelectual D. LaCapra, uma interpretação acurada do ponto de vista do exame retórico da linguagem política deve indagar a questão de “cómo los ‘mismos’ temas o ‘ideas’ funcionan de diferente manera (e incluso de maneras opuestas) en diferentes textos y contextos y cómo en ciertas circunstancias no sólo otros sino el autor mismo pueden usarlos y a la vez abusar de ellos”. Ver: LACAPRA, Dominick. “Repensar la historia intelectual y leer textos”. In: PALTÍ, Elías J. (org.) Giro lingüístico e Historia intelectual, p. 265.

³²⁸ A ideia de nacionalidade literária que perpassava este contexto de debate, lançada por uma concepção expressamente nacionalista das realidades sociais e culturais, pode ser sintetizada menos como uma proposta e mais como um método sociológico segundo a leitura de um de seus principais arguidores em fins do século XIX, o crítico Silvio Romero: “O nacionalismo não há de, pois, ser uma tese objetiva de literatura, a caçada de um título; deve-se antes estudar o nosso povo atual em suas origens, em suas produções anônimas, definindo a sua intimidade emocional, a sua visualidade artística”. Cf. ROMERO, Silvio. História da literatura brasileira, tomo I, 2ª edição, 1902, p. 106.

o empreendimento de diversos intelectuais que foram referências mobilizadas por Sérgio Buarque em seus artigos e que podem ser concebidos à luz da ideia de uma tradição dacrítica literária brasileira a partir do final do século XIX, na qual constam importantes nomes como os de autores da denominada “Geração de 1870”, casos de Araripe Júnior (1848-1911), Sílvio Romero (1851-1914) e José Veríssimo (1857-1916). A perspectiva buarqueana articulada nos artigos de crítica literária e na crônica política e cultural do país ao longo dos anos 1920 se colocava, efetivamente, em relação dialógica com o repertório formado pelo pensamento desses intelectuais, em muitos casos tomados como fontes teóricas do debate estabelecido nestes primeiros textos publicados. A própria condição da inserção de seus textos em um contexto de interação com a realidade contemporânea imediata na forma de comentário analítico curto, com a extensão de poucas páginas como o são estruturalmente os artigos em jornais e revistas, predisponha a interação com vários autores da produção intelectual do período em sua escrita regular nos periódicos.

O horizonte interpretativo que aproximava estes intelectuais como rede relacional pode ser verificado através do uso frequente e partilhado de termos centrais ao léxico político da produção intelectual entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX no país, tais como “espírito nacional”, “espírito do povo”, “índole”, “caráter nacional”, “caráter do povo”, “temperamento”, “personalidade”, “alma” e “individualidade”. Todas essas expressões indicam, naquele cenário, signos alusivos ao esforço incrustado de conceitualização sociológica de uma “identidade” imanente brasileira, postulada como unidade ao redor de características atribuídas como intrínsecas e particulares ao nosso povo e, nesse nexó identitário, à nossa *nacionalidade*, categoria-chave que era elaborada como ponto de partida

³²⁹ A construção das identidades nacionais operada por parte das elites letradas de cada país é um processo pensado e articulado a partir do século XIX na Europa moderna que, conforme sintetiza Anne-Marie Thiesse, caracterizou-se por inventar um patrimônio coletivo comum à sociedade. Nesse processo, constrói-se (*converte-se*) a comunidade política e social em nacional, da qual o saldo é a nacionalidade como constructo fundado. Consultar: THIESSE, Anne-Marie. Ficcões criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.

³³⁰ A literatura foi tematizada, em sentido alargado, como elemento de construção discursiva da identidade nacional a partir de uma paradigma crítico em que havia reflexões entrelaçadas - e pouco demarcadas internamente - entre a crítica literária e cultural e a análise política e sociológica, o que pode ser atestado a partir, por exemplo, da profusão de conceitos políticos fundamentais (nação, povo, sociedade, identidade) que circulavam como ideias em comum nas diferentes interpretações feitas por essas “disciplinas”. Um exemplo claro de elaboração de um conceito amplo de literatura, tratada como expressão da manifestação cultural de dada sociedade, pode ser encontrado nas reflexões de Sílvio Romero, sobretudo em sua história literária do país, na obra “História da Literatura Brasileira” (1888). Segundo Romero, “a expressão literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo: - política, economia, arte, criações populares, ciências...”. Ver: ROMERO, Sílvio. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro, Garnier, tomo I, 1902 [1888], p. 9.

dos debates contemporâneos em que Sérgio Buarque ingressou. Do modo como foi disposto sobretudo neste cenário intelectual e, especificamente, como foi formulado pelo autor em seus primeiros textos nos anos 1920, o esforço historiográfico e retórico central de seu discurso estava concentrado em assentar os traços socioculturais identificatórios da nação e afirmar, nesse mesmo compasso argumentativo, a existência histórica da nação brasileira como ente próprio e singular revestido de sentido.

Mediante o emprego desses termos ocorria, em síntese, a operação de constituição identitária nacional. O uso desses vocábulos marcados por apelos organicistas enuncia e cria, do ponto de vista da linguagem política, a condição discursiva de se pensar a nacionalidade naquele contexto, na qual se compreende a composição dessa estética conceitual organicista e conservadora como um modo de interação crítica com a atmosfera cultural modernizante das principais cidades do país que se desenhava a partir da virada ao século XX, tendo o Rio de Janeiro e São Paulo em primeira escala. Essa estética conceitual se afigurava menos como reação à experiência de transformação do cenário do país em si e mais como tentativa de constituir e delimitar uma concepção essencialista de cultura e de identidade nacional diante de uma leitura em termos do potencial (e da propensão) que os acontecimentos sociais apresentavam no sentido de alterar as sensibilidades coletivas e o estado de coisas no país.³³¹ Tal visão impregnada de certo culturalismo conservador se intensifica com a experiência social turbulenta da Primeira República no país ante o processo de modernização então em curso, do âmbito de urbanização crescente, fenômeno de ampla escala a partir do qual se coloca no centro do debate o próprio quadro da construção nacional e a ideia correlata de uma nova identidade do país diante de um cenário de aguda transformação social. A montagem do terreno discursivo organicista deve-se à interação com essa conjunção de transformações sociais.

O enfrentamento desse processo histórico e sua articulação em discursos de interpretação nacional, organizados ao redor da tematização da identidade, emergiu a partir da década de 1910 com a publicação de uma série de ensaios políticos que sustentaram a necessidade de repensar a formação histórica do país como um todo frente à gama de problemas nacionais, cuja produção ensaística do político Alberto Torres pode ser destacada como um de

³³¹ Esta interpretação histórico-social está baseada na leitura paradigmática sobre a crise da Primeira República desde a ótica da cena cultural brasileira nos anos 1900 feita pelo historiador Nicolau Sevcenko. Segundo Sevcenko, “a impressão que os críticos da cultura transmitem pela imprensa, a respeito do período, era de se estar atravessando uma profunda crise intelectual e moral, marcada pela mais atroz decadência cultural. Em tom acrimonioso e pessimista, falava-se de ‘vazio de ideias’ e ‘fim de uma tradição’. Eram referências à vitória do novo espírito, ‘agitado e trêfego’ que tomou conta da cidade”. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 1999 [1983], p. 95.

seus principais exemplares.³³² Dessa forma, propomos compreender este terreno em que ocorria o debate sobre a nacionalidade em sua interface com a crítica política da experiência republicana brasileira no que tange especialmente à ótica de constituição de uma identidade nacional, de afirmação de sua pretensa “individualidade”, inscrita em uma gramática predicada na concepção de cultura nacional como expressão estável de uma singularidade cultural e política que é “essencializada” como realidade fixa.³³³ Tais noções utilizadas enunciam a conexão íntima existente desse modo de discurso com os postulados organicistas, nacionalistas e, em muitos casos, filosofemas deterministas da linguagem política do período acerca da existência de uma “identidade” particular a ser desvelada na sociedade. Este recorte identitário revela por premissa a forte interface do campo literário com o processo histórico-social e, sobretudo, do plano de afirmação dos discursos de identidade, que deve ser entendido sob a camada do processo de crescente transformação social no sentido de urbanização e modernização que o país passou a partir do início do século XX.³³⁴

Em vista disso, a literatura como objeto e a crítica literária como atividade intelectual que Sérgio Buarque exerceu em suas colaborações à imprensa eram entendidas como formas de estabelecimento das bases de uma história compartilhada e das feições de uma identidade brasileira em âmbito americano. A partir desta perspectiva intelectual que, por meio da reflexão sobre a literatura nacional desdobra um pensamento alargado sobre o país, instala-se seu

³³² Alberto Torres (1865-1917) foi um importante articulista e político na Primeira República brasileira. Para além de sua atuação política como deputado no Congresso nacional, interessa-nos sobretudo sua contribuição como ensaísta conservador e nacionalista crítico da nossa experiência republicana, visão que pode ser estudada em três obras principais: “O problema nacional brasileiro” (1914), “A organização nacional” (1914) e “As fontes da vida no Brasil” (1915). Em seus livros, o designado “problema nacional brasileiro”, formulado no tom nacionalista predominante naqueles anos, era pensado e articulado a partir do recorrente uso de léxico de viés espiritualista, com implicações políticas abertamente conservadoras, tais como projetar a necessidade de uma nova construção política do país à luz do “espírito da nação” e “caráter do povo”, conforme o autor se refere nas duas primeiras obras acima citadas. Nesse sentido, dada a repercussão da interpretação política do autor naquele cenário intelectual do país, não é fato surpreendente que seja estabelecida uma referência ao autor na discussão da obra *Raízes do Brasil* (1936), em sua primeira edição. Sintomaticamente, essa referência foi amenizada a partir da segunda edição do livro, que recebeu tonalidade mais liberal e progressista em face de um novo contexto político e intelectual mais aberto (e liberal) nos anos 1940.

³³³ Para compreender a identidade como individualidade nacional que é substancializada através da ação de discursos nacionalistas, sendo em verdade uma construção discursiva que ecoa como saldo dessa operação retórica e ideológica, recorremos à interpretação de Elías Palti ao abordar a identidade nacional como “subjetividad ilusoria” e a nação como “una invención”. Ver: PALTÍ, Elías. *La nación como problema: los historiadores y la “cuestión nacional”*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 108.

³³⁴ É sintomático que esses discursos amplos de leitura crítica da experiência histórica brasileira tenham sido formulados sob o gênero de ensaios, os quais favorecem a sintetização, o jogo transdisciplinar e a variedade temática. Constata-se pelo conteúdo e pela forma que a matéria da crítica suplantava o âmbito político-institucional da experiência, por isso o ensaio era articulado como espaço de sintetização de um discurso de identidade. Sobre a relação entre o ensaio como forma e o ambiente de impasse relativa à crise da Primeira República Brasileira, consultar a seguinte interpretação: NICOLAZZI, Fernando. “*Raízes do Brasil* e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n° 73, 2016, p. 89-110.

discurso sobre a nação situado nos anos 1920. Em seu primeiro texto publicado, datado de abril de 1920 e intitulado “Originalidade literária”, a análise da questão da “originalidade” no campo das letras está orientada à operação de delimitar uma identidade à nação, sendo entendida como uma categoria e fator central a esta tarefa visada. Essa articulação pretendida da originalidade é uma forma de colocar a problemática identitária nacional - de modo mais incisivo, trata-se da formulação do tema da identidade como problema expressivo de originalidade - que a desdobra condensando-o em matéria literária. Assim, privilegia-se o processo de desenvolvimento cultural e intelectual da sociedade que implica a ideia de um modo de ser nacional em “evolução”, isto é, supõe um espírito nacional “autêntico” e “original” a ser alcançado. Enunciado desde o título do artigo em foco como tema principal, o fator originalidade é sustentado como valor associado à experiência histórica cultural particular de cada sociedade, sendo entendido como resultado de um processo de “emancipação intelectual” segundo os próprios termos do autor - que seria distinto qualitativamente do quadro da independência política nacional.

Para Sérgio Buarque,

A emancipação intelectual não é, nem podia ser, um corolário fatal da emancipação política. Esta é um fator secundário, se tanto, na evolução do espírito de um povo. Mistral, com a sua obra admirável na literatura provençal, demonstrou, à saciedade, que a independência intelectual de um povo não requer a emancipação política.³³⁵

Conforme apontado no excerto acima, o autor discernia a dimensão cultural associada ao processo de emancipação intelectual da arena político-administrativa, estabelecendo uma clara diferenciação que não comportava uma relação de necessidade e dependência entre esses dois processos.³³⁶ Ao estabelecer, inclusive, a “emancipação intelectual” - entendido o adjetivo desse sintagma em um sentido abrangente, aproximado à noção de “cultura” - como um princípio particular e hierarquicamente superior ao próprio plano de independência política, relegando esta ao papel de “fator secundário, se tanto”³³⁷, o autor investe fortemente em seu

³³⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Originalidade literária”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). O espírito e a letra: estudos de crítica literária. Volume I, 1920-1947. São Paulo: Companhia das Letras, p. 35.

³³⁶ Esse princípio de diferenciação entre os processos de emancipação/independência política e independência cultural do país, sob um prisma que enfatizava a dimensão cultural como aspecto a ser efetivado, estava colocado nos postulados interpretativos de várias obras brasileiras do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Podemos citar, por exemplo, a obra paradigmática *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, em que o autor discorre sobre essa questão desde o prefácio do texto, datado de 1888.

³³⁷ É importante observar que essa análise que relativiza o impacto do fato da independência política, como pontuamos na nota logo acima, era recorrente nos debates históricos sobre a cultura brasileira desde fins do século XIX. A noção de “emancipação intelectual” que o então jovem Sérgio Buarque mobiliza neste seu primeiro escrito é léxica e semanticamente análoga à categoria de “independência intelectual” que Sílvio Romero usou em *História da literatura brasileira* apenas algumas décadas antes. Romero chegou a afirmar que “a nossa Independência,

argumento na ideia de fronteira entre os dois planos e, sobretudo, na prevalência do domínio cultural ante o político. Esta opção pela seleção do âmbito de análise - o cultural, no caso - é sintoma da concepção de identidade como um complexo formativo espiritual que se realiza como saldo das manifestações intelectuais do povo. A ascendência do viés esteticista do valor cultural ante o político como critério nesta argumentação contrasta, contudo, como o fato de que, do ponto de vista da realização, a emancipação política consta como acontecimento histórico dado, ao passo que a emancipação intelectual configura tarefa a ser articulada, tendo em vista constituir um processo autônomo alargado e relacionado à “evolução do espírito de um povo”. É este o âmbito reflexivo a que o autor se relaciona intelectualmente com seus primeiros artigos publicados.

Não à toa o papel da literatura como seara da nacionalidade é instigado por meio do pressuposto teórico de viés organicista alinhado ao pensamento romântico do século XIX que articula a noção de “espírito” ao âmbito de um “povo” à moda de Hegel e do historicismo alemão, premissa sobre a qual Sérgio Buarque assenta justamente o ponto de partida de afirmação da particularidade cultural das coletividades.³³⁸ A partir daí, o autor avança sobre o estudo da literatura nas Américas (espanhola e portuguesa) buscando traçar as tendências gerais de sua produção no que concerne à gestação de graus mínimos de identidade, ou seja, o que corresponde nos termos da linguagem manejada pelo autor no fragmento, à emergência das tendências do “espírito de um povo”. A literatura era mobilizada justamente como dispositivo privilegiado de sondagem da manifestação de um suposto espírito nacional, desde a representação de temas, atores e cenários locais (nativos) assimilados hermeneuticamente como matéria criadora de pertencimento ao âmbito americano (e como forma esboçada da originalidade) que passaria a emergir na América espanhola do século XVI sob o eixo da poesia:

O primeiro, o mais remoto fator da originalidade literária, apareceu na América com a contemplação, por parte dos europeus conquistadores, de uma nova flora mais grandiosa e magnífica do que a que os cercara no ambiente primitivo; de uma fauna, sob todos os aspectos, mais rica e interessante que a européia e, principalmente, de nações selvagens desconhecidas até então para eles, de costumes, tradições, idéias e crenças diversas das suas. [...] Seus frutos principais foram a *Araucana*, de Ercila, e

sendo um fato histórico de alcance quase nulo, não tendo havido aqui uma revolução que afogasse os velhos preconceitos, não nos abriu uma fase de autonomia e liberalismo”. Ver: ROMERO, Silvío. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Garnier, 2ª edição, 1902 [1888], p. 98.

³³⁸ Um exemplo concreto dessa articulação feita por Sérgio Buarque que coloca a literatura como instrumento de expressão - e por isso, interpretação - de um modo de ser nacional pode ser contemplado na seguinte passagem: “Essas ideias desconchavadas [de patriotismo exacerbado sobre os homens americanos do Setecentos] foram se infiltrando de tal forma no espírito do povo que os primeiros frutos da nossa literatura nada mais eram que um elogio burlesco e exagerado às nossas riquezas naturais”. Cf. HOLANDA, Sérgio B. de. “Originalidade literária”, p. 38.

a *Rusticatio mexicana*, do padre Landívar. Nesses poemas, há claros vestígios de americanismo, há, diz, García Calderón, descrições, evocações, assombro lírico ante o novo mundo descoberto. Eram, entretanto, produtos de um esforço ingente da raça conquistadora. O americanismo não passou daí.³³⁹

Como este trecho permite visualizar, Sérgio Buarque opera a construção de uma genealogia do “americanismo” que buscava traçar as bases e origens (“o mais remoto fator”) de uma tendência cultural ligada à questão da originalidade literária no ambiente americano. O exercício genealógico estabelecido em torno do campo literário apresenta, como lhe é recorrente em termos da escrita da história, uma interpretação conceitual do passado à luz da projeção de questões que lhe são extemporâneas, datadas do presente, como podemos verificar no caso em tela com a justaposição do traçado do americanismo a manifestações culturais do distante século XVI. Para a consideração dessa análise feita pelo autor, importa compreender este uso do anacronismo em sua argumentação como procedimento instrumental a seu enfoque orientado à concepção de originalidade que ele busca edificar como fator cultural da evolução de uma sociedade³⁴⁰, aspecto que a articula ao quadro de “emancipação intelectual” do povo, exposto no primeiro excerto recortado. Importa, sobretudo, perceber o uso da história como dispositivo referencial da tessitura de uma identidade nacional na escrita, problemática à que se liga a genealogia literária em construção.

Entende-se, dessa forma, que a “originalidade” é um valor selecionado de identidade considerado saldo diferencial da independência cultural de um povo, sendo elaborada como conceito-chave e fixo que designa a expressão representativa da autenticidade e autonomia (antes estética e cultural do que político-prática, frisa-se) de uma coletividade social. Este olhar naturalizante é voltado para traçar (e assentar, no mesmo movimento) as origens “americanas” da literatura nacional, prefiguradas desde os “vestígios de americanismo”, conforme consta no excerto acima colocado. Como a própria noção de “evolução” permite entrever, a originalidade é postulada como código cultural da ideia de “progresso” da sociedade, aspecto que dela depende organicamente como valor para sua efetivação histórica. Na diacronia armada por essa percepção evolucionista da realidade literária e social, a originalidade é a culminação qualitativa da história traçada, sendo o seu desfecho “natural” induzido e aspirado.

³³⁹ Idem, *ibidem*, p. 36.

³⁴⁰ A ideia histórica de “evolução” das sociedades se faz presente no fragmento acima a partir de uma leitura de viés historicista e, ao mesmo tempo, evolucionista comum aos contextos de fim do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Tal pressuposto pode ser verificado no uso de categorias como “ambiente primitivo” e “nações selvagens” no excerto de texto reproduzido acima. Nesse uso, condensa-se o emprego de certo léxico da antropologia evolucionista europeia do século XIX para a análise das sociedades, o que é mais um elemento da aproximação das primeiras interpretações de Sérgio Buarque realizadas em 1920 com um discurso sobre a nação de viés conservador, informado no repertório teórico-filosófico da virada do século XIX ao XX.

Para além desse enfoque, cabe assinalar que é por este fio condutor que o autor, ao analisar o problema da originalidade literária naqueles anos, delimita-o a partir de um prisma genealógico e identitário em duas escalas de referência associadas, mas de ordens distintas cronologicamente: em primeiro lugar, a “americanista” ou “americanizante”, justaposta às Américas espanhola e portuguesa em contraste à Europa, e, de modo subsequente, a “nacional” brasileira. Se a primeira referência é apresentada como um rastro originário da poesia do século, que apresenta “vestígios de americanismo” no quadro da América espanhola, semelhante naturalização é realizada sobre o âmbito brasileiro a partir, igualmente, do dispositivo dos empreendimentos literários³⁴¹, dos quais deriva a concepção de que “os primeiros frutos da nossa literatura” (da literatura brasileira) serem atribuídos às poesias coloniais de Basílio da Gama e do frei Santa Rita Durão, datadas do século XVIII.³⁴²

Para o autor, ambas as escalas - americanista e nacional - estão associadas intimamente pelo registro do “indianismo” nesses poetas, veja-se:

José Basílio da Gama e Santa Rita Durão foram os iniciadores dessa tendência americanizante da nossa literatura. Por isso, ocuparam posição primacial na chamada Escola Mineira. [...] Aquela tendência [a “americanizante”] é que recebeu o nome de indianismo e representa o primeiro tentamen feito entre nós para a criação de uma literatura nacional. A primeira fase do indianismo, no Brasil, não passou de Basílio da Gama e Durão.³⁴³

Como objeto principal deste artigo, a “literatura nacional” era entendida conceitualmente como expressão “espiritual” da história de uma nacionalidade em construção que, a partir da criação cultural, manifestaria seus índices nacionais como produto. O passado era apreendido, assim, como realidade determinante para fins de delimitação da genealogia literária da nação. Tratava-se de um processo coetâneo articulado e duplamente significativo de autodefinição nacional, de claro fim demarcatório, na medida em que a literatura nacional como entidade depende, para sua existência e viabilidade, de um conceito associado de nacionalidade como esteio, o que ocorre com a caracterização simbólica do indianismo como

³⁴¹ Sobre a naturalização da escala brasileira justaposta ao período colonial, elemento da genealogia literária “nacional” proposta por Sérgio Buarque neste artigo, há outro exemplo explícito desse gesto naturalizador, veja-se: “A *prosopopéia*, de Bento Teixeira, é uma obra de pouco valor, além de iniciar o pensamento brasileiro em assuntos literários”. In: HOLANDA, S. Op. cit., p. 37.

³⁴² Sérgio Buarque não inova ao dar referencialidade em seu texto às figuras de Basílio da Gama e Santa Rita Durão sob o papel de “precursora” na história da tradição literária nacional. Semelhante operação projetiva já havia sido feita em outros trabalhos literários reconhecidos na crítica, como na interpretação pioneira sobre a história da literatura nacional do francês Ferdinand Denis em 1826, intitulada *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, nos ensaios críticos de Machado de Assis intitulados *O passado, o presente e o futuro da literatura*, de 1858, e *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*, de 1873, e na análise contundente de Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*, de 1959.

³⁴³ Cf. HOLANDA, S. Buarque de. “Originalidade literária”, p. 38.

momento expressivo (um *marco*) nesse âmbito. Ao interpretar o material literário, fixava-se através de sua operação analítica os próprios limites da nacionalidade. A genealogia literária afirma-se, portanto, de um modo mais amplo como uma genealogia identitária sobre a nação.

Por essa razão, a análise literária delineava um esforço de, ao ler e decodificar os sentidos da produção do campo das letras, colocar em funcionamento um espaço de tematização do nacional que o figurava como o signo primordial e originário. A partir dessa leitura de viés coextensivo, pode-se conceber a análise como espaço crítico onde emergia a tentativa de construção de uma tradição literária nacional³⁴⁴ - ainda que, para tanto, recorre-se a autores dos séculos de vida colonial do país - com vistas a configurar retrospectivamente, em movimento pendular do presente para o passado estudado, o eixo da nacionalidade como escopo fundamental. Neste primeiro momento, localizado temporalmente no plano do século XVII, é sintomático que o autor identifique nos poetas elencados uma incipiente articulação entre a produção literária e o “caráter” americano tendo em vista a inscrição nacional, pois se tratava do “primeiro tentamen feito entre nós para a criação de uma literatura nacional”. Era, afinal, em seus próprios termos “a primeira fase do indianismo”. Basílio da Gama e Rita Durão foram os autores que, em sua leitura, constituem os precursores dessa tradição literária, “os iniciadores dessa tendência americanizante da nossa literatura”, como postulou no fragmento anterior.

Como este nexos constituinte entre a particularidade das figuras literárias (os dois poetas coloniais, no caso) e a expressão - o insinuar, neste primeiro momento - de um caráter local “naturalizado” como tendência nacional, pois retratado desde já como esforço de uma ordem da literatura do país, permite entrever, desvela-se assim uma apropriação aberta da retórica romântica no texto no que concerne à atribuição de significados nacionais àqueles registros setecentistas, articulada sob o espectro de ideias e preocupações com os valores de “originalidade”, “autenticidade”, independência (“emancipação intelectual”), “inspiração nacional” e “caráter americano”³⁴⁵. Esses conceitos ostentam em comum sua inscrição semântica em uma linha de reflexão estético-cultural na qual a literatura estava conectada

³⁴⁴ Para ficar no campo da crítica literária, vale apontar como referência a reflexão feita pelo escritor e ensaísta argentino Jorge Luis Borges (1899-1986) sobre a operação de organização das “tradições” como criação deliberada do presente, a partir da formulação de que “cada escritor *cria* seus precursores. Seu trabalho modifica nossa concepção do passado, assim como há de modificar o futuro”. In: BORGES, Jorge Luis. *Outras inquisições* (1952). Tradução de Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 127-130.

³⁴⁵ Tanto para o caso da expressão “inspiração nacional” quanto para “caráter americano”, a ênfase está colocada, respectivamente, nos adjetivos “nacional” e “americano” destes dois sintagmas nominais, o que denota o fato da problemática estar condensada no âmbito de constituição da identidade. Estes dois adjetivos, segundo nossa linha de análise, não são mais do que atributos da operação de definição identitária em cena, a qual busca traçar o que poderíamos colocar, em certa linguagem ontológica, como “o caminho que leva ao ser”.

organicamente com a tarefa de constituição da própria nacionalidade - este, aliás, um dos postulados categóricos da crítica romântica.³⁴⁶ Essa conexão entre a literatura e a nação por meio de um discurso que confere princípio de identidade ao nexos era pleiteada, por exemplo, a partir de um apelo à ideia (à *idealização*, seja dito mais apropriadamente) de um suposto “espírito do povo”, concepção ancorada em um encadeamento historicista de viés aproximado ao Romantismo, na medida em que identifica a noção de “povo” ao plano da nacionalidade e lhe atribui a feição de reserva de autenticidade.³⁴⁷ Há de se recordar, em breve parêntese reflexivo, que essa associação de viés ontológico entre os conceitos de nação e de povo já fora feita no século XIX em uma de suas expressões mais clássicas e seminais na célebre conferência pronunciada por Ernest Renan (1823-1892) em 1882 na Sorbonne, intitulada *Qu'est-ce qu'une nation?*. Nela, o pensador ancora o complexo de tessitura das nações no esteio do povo como locus depositário e princípio a partir do qual emana a fonte de soberania política e de “espírito” nacional.³⁴⁸

Nesse sentido, propomos compreender a analítica genealógica buarqueana de mobilização de conceitos desenvolvidos por uma linguagem política romântica como expressão da modulação por parte do autor de uma dicção privilegiada do discurso sobre o

³⁴⁶ Este postulado foi sintetizado pela fórmula retórica dada por Machado de Assis acerca do “instinto de nacionalidade”, elaborada em seu famoso ensaio crítico “Notícia atual da literatura brasileira”, de 1873, publicado originalmente em um periódico especializado de Nova Iorque intitulado *O Novo Mundo*. Sobre a relação da literatura e crítica romântica com a busca obsessiva de uma expressão original e nacional, subscrevemos à seguinte análise de Maria Eunice Moreira sobre a questão: “Conformada no contexto do Romantismo vigente, a historiografia literária transforma-se num instrumental duplamente valioso: ela possibilita o registro das oscilações das manifestações poéticas, ao mesmo tempo que indica os rumos e as tendências a serem seguidos pelos escritores, na busca da expressão artística original”. Cf. MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991, p. 14.

³⁴⁷ A ideia da existência de um “espírito do povo”, associada à leitura de uma suposta psicologia moral e social das coletividades nacionais, ainda que apresente traço de idealização romântica em sua formulação conceitual, foi apropriada por uma série de autores realistas afinados a uma estética naturalista para atestar uma representação “científica” da realidade social, como se pode constatar nas interpretações de Sílvio Romero do final do século XIX. Lembra-se a esse respeito a colocação do filósofo italiano Giorgio Agamben de que “um referente único e compacto do termo *povo* não existe”, o que fundamenta a operação retórica buarqueana de preencher este vazio político *a priori* com a identificação de povo com a noção de nacionalidade. Sobre a análise de Agamben, conferir: O que é um povo? In: AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1ª edição, 2017 [1996], p. 35-40. Análoga ao sintagma de “espírito do povo”, recorda-se que havia o emprego da expressão “espírito nacional”, tido como caráter independente e associado à produção de uma literatura orientada ao tratamento de temas, questões e ambientes nacionais e “locais” - da clássica noção romântica de “cor local” -, presente como postulado nos textos críticos do então jovem articulista e ensaísta Machado de Assis em fins da década de 1850 e no decênio de 1860, como se pode constatar em sua crônica “O folhetinista”, publicada no periódico literário *O Espelho*, do Rio de Janeiro, em 1859. Sobre a produção crítica do jovem Machado em relação aos postulados teóricos do romantismo brasileiro, conferir a seguinte análise: WEBER, João Hernesto. Machado: do discurso romântico da nacionalidade à crítica radical da nação. *Machado de Assis em linha*, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 32-45, dezembro de 2013.

³⁴⁸ Sobre a concepção da nação como um “princípio espiritual” cujo conceito é contíguo à noção de “povo”, conferir: Ernest Renan - “Que é uma nação?” Tradução de Samuel Titan Jr. In: *Plural, Revista de Sociologia USP*, São Paulo, vol. 4, n. 1, 1997 [1882], p. 157-175.

escopo nacional, plano hermenêutico que era a finalidade a que se destinava sua interpretação. Desse modo, concebemos essa mobilização antes como apropriação teórica instrumental da retórica romântica como quadro conceitual acerca da nacionalidade, objeto compartilhado pelos dois discursos, dada a significação histórica e sócio-discursiva do romantismo como teoria do nacional, do que tratá-la como uma pretensa filiação rigorosa da produção do autor ao paradigma romântico, como se poderia aventar desde o protocolo mais rígido de inscrição político-ideológica e programática da chamada tradicional “história das ideias”³⁴⁹.

Com isso, queremos mostrar que a compreensão do ato de apropriação da estética romântica pelo autor passa pelo entendimento de que empreender a constituição de um discurso de identidade no campo literário na cena dos anos 1920 (seu campo de escrita, com efeito) remete à releitura de um modo de representação romântico hegemonicamente associado ao imaginário da nação, dada a estruturalidade de seu projeto estético-literário de fundação do país como espaço cultural demarcado como “autônomo”, por meio da qual se naturalizou a concepção de nacionalidade até pelo menos a emergência do debate do modernismo de 1922. Havia como ponto em comum entre a visão buarqueana e a retórica romântica então apropriada para seu uso uma concepção assentada no viés amplamente cultural - *culturalista*, em verdade - da nacionalidade, tomada como campo imanente constituído histórica e socialmente ao redor de uma maneira de ser particular, da qual emana a representação de um “espírito do povo” enraizado e singular pensado como característico de sua natureza.³⁵⁰ Em outros termos, havia um anseio compartilhado de articular e discernir supostos traços constitutivos de uma identidade brasileira, cuja presença enfática e recorrente do signo “nacional” se destacava como objeto de naturalização em seus discursos, sob a estratégia correspondente de apresentar - e

³⁴⁹ Essa denominação remete à construção historiográfica da chamada “nueva historia intelectual”, categoria reivindicada, evidentemente, em oposição à “velha historia das ideias”, segundo os termos de entendimento do historiador argentino Elías Palti. Sem homogeneizar as diferentes tradições e propostas inseridas no âmbito de disputa historiográfica da história intelectual, seu eixo comum seria suplantar a ênfase na decodificação dos conteúdos referenciais (as “ideias”) e da compactação das correntes interpretativas promovidas pelo método da história das ideias para destinar uma maior consideração ao plano de elaboração dos discursos, linguagens e dos procedimentos retóricos desde os substratos teóricos a partir dos quais as ideias podem emergir. Ver: PALTÍ, Elías. Nueva historia intelectual y temporalidad de los conceptos: ambigüedades y bifurcaciones. In: PAREDES, Marçal de M.; ARMANI, Carlos Henrique & AREND, Hugo (orgs.). História das ideias: proposições, debates e perspectivas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p. 59-88. Sobre este debate de perspectivas metodológicas a partir de um enfoque na retórica, cita-se também o seguinte texto do historiador e cientista político José Murilo de Carvalho: História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, 2000, p. 123-152.

³⁵⁰ O historiador português José Mattoso afirma, em seu estudo sobre o campo da identidade e das identificações nacionais, que a noção de “espírito do povo” é expressão romântica característica que invoca um conceito fundante de natureza, a que ela se fundamenta como terreno forjador do nacional. Segundo Mattoso, “as noções românticas acerca do ‘espírito do povo’ (Volksgeist) conduzem não só a que se tenda a considerar a categoria nacional como fundada na Natureza, como já vimos, mas também à ideia de que essa categoria implica diferenças específicas”. Ver: MATTOSO, José. A identidade nacional. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998, *versão online*, p. 14.

recortar - o fenômeno cultural em jogo sob um ângulo essencial (e estritamente) de vínculo *nacional*.

A interpretação nacional de Sérgio Buarque em 1920 promoveu, portanto, a mobilização da linguagem política romântica como uma estética de viés organicista manejada como procedimento para encarar a ordem categorial de questões culturais relativas a esta tarefa intelectual, desde a moldura discursiva informada pela hermenêutica do sentido “original” da “literatura nacional” e da “nacionalidade”. Como exemplo dessa apropriação funcional e operativa a sua análise, as ideias de caráter nacional e americano se afiguram entendidas como expressões ontológicas do povo a partir do qual o autor rastreia o estabelecimento da projetada particularidade nacional, isto é, busca articular um traço estável e característico que singularizaria “a” identidade diferencial brasileira, sua individualidade nacional.³⁵¹ Em sua compreensão, este marco se pode fixar a partir da segunda fase da *tendência americanista* no Brasil, com a emergência do romantismo de viés indianista do poeta Gonçalves Dias, agora sob a égide de uma expressão de viés nacional postulada. Tal leitura se deve ao entendimento de que Dias postulou algo que poderia ser traduzido, segundo a métrica buarqueana, como “inspiração nacional”, de modo a imprimir caráter de nacionalidade à sua criação artística, avançando, portanto, na profundidade da expressão nacional em relação ao que havia sido feito pelos poetas coloniais:

Gonçalves Dias, com a publicação dos *Primeiros cantos*, em 1846, inicia, no Brasil, a segunda fase do americanismo com o romantismo indianista considerado por José Veríssimo o único movimento literário aqui havido que pode merecer o nome de escola. E isto porque, apesar de sua clara importação estrangeira e imitação exótica, é o único em que pusemos algo de nosso, nesse caso, diz ele, o nosso indianismo.³⁵²

³⁵¹ Essa vinculação do nacional com o “povo” remete a um elemento basilar da concepção histórica que data do século XIX brasileiro, e que desde então circulou como ideia central entendida como pano de fundo aos diferentes debates políticos: o conceito de nacional é ontologizado a partir do recurso à apreciação do “povo” como ente representado em sua totalidade. Como a história era feita pelo povo, segundo a concepção oitocentista, caberia articulá-lo com um imaginário nacional que passou a ser trabalho de construção de artistas, intelectuais, políticos e letrados ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX, quando o tema de refundação da nação é posto em questão pelos pensadores sociais. Sobre essa questão, da história como objeto de ação do povo, cabe lembrar a frase do crítico brasileiro José Veríssimo (1857-1916), para quem “a história é feita com um elemento, o povo; é, pois, o povo, e não o governo quem em definitiva pode radicalmente mudar as condições de uma nação, cujos vícios e defeitos - cumpre insistir - são antes seus que dos que administram e dirigem”. In: VERÍSSIMO, José. Introdução. In: A Educação nacional. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte, MG: Puc-Minas, 2013 [1890], p. 63. Segundo a análise da pesquisadora Luisa Rauter Pereira, ainda que estejam articulados no cenário das ideias político do Brasil oitocentista, “Povo é um conceito político muito mais antigo que o de nação na cultura luso-brasileira”, o que o permite explicar o fato de ser tomado como base ontológica da construção discursiva da nacionalidade feita pela intelectualidade oitocentista e a da primeira metade do século XX. Cf. PEREIRA, Luisa Rauter. Uma história do conceito político de povo no Brasil: Revolução e historicização da linguagem política. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* - ANPUH, São Paulo, julho 2011, p. 5.

³⁵² Holanda, S. B. de. “Originalidade literária”, p. 39.

O “romantismo indianista” adquire na análise do autor, fundamentado na compreensão do crítico literário José Veríssimo³⁵³, a conotação de produção literária original (no sentido de autêntica, própria) no país ao expressar e habilitar um lastro de nacionalidade - ao fazer emergir “algo de nosso”, conforme a análise buarqueana aponta, ainda que este elemento seja contrabalançado em virtude da presença de elementos descritos como de “importação estrangeira e imitação exótica” na poesia de Gonçalves Dias. O procedimento textual eivado de oposições e dicotomias (vide o jogo entre “o nosso indianismo” vs. “importação estrangeira”/“imitação exótica”), caro à retórica romântica na criação de seu discurso nacional, é apropriado por Sérgio Buarque como esteio para definir o âmbito nacional, reforçando por cobertura o romantismo em seu papel de teoria fundadora da nacionalidade literária. Tratava-se, agora, da “segunda fase do americanismo”. Em desdobramento dessa argumentação, o autor retoma a leitura de José Veríssimo para afirmar que “os primeiros frutos do nosso Romantismo, pela feição indianista que tomaram, constituíram na opinião do notável crítico ‘o mais importante momento da nossa literatura’”.³⁵⁴ Conclui Sérgio Buarque que, portanto, “o seu grande merecimento [do romantismo como fenômeno literário] foi o caráter americano, foi a inspiração nacional, que o distinguiram”.³⁵⁵ O passo seguinte do capítulo será analisar de modo detido o desdobramento dessa discussão no que concerne ao plano de conformação de uma identidade nacional por parte do autor, mediante seu recurso ao primado das “tradições nacionais” como fator cultural determinante.

3.2 O anseio de “originalidade” nacional nas reflexões do jovem crítico: plano naturalizado da nacionalidade brasileira sob o primado das “tradições” (1920-1921)

Quando passamos à análise mais aproximada do horizonte relativo à construção da identidade como ontologia nacional, constata-se que Sérgio Buarque mobilizou de modo recorrente as interpretações de um crítico literário e sociológico nacionalista reconhecido no país, o autor Sílvio Romero (1851-1914). No artigo “Originalidade literária”, Sílvio Romero é convocado na análise como importante interlocutor intelectual justamente a partir de seu apontamento favorável ao romantismo no que tange à sua inspiração nacional do ponto de vista estético, que o permitiu seguir rumos próprios independentes do movimento correlato em

³⁵³ José Veríssimo (1857-1916) foi um crítico literário e pensador social que marcou o cenário das letras brasileiras na virada do século XIX ao XX, junto a outros críticos de renome como Araripe Júnior (1848-1911) e Sílvio Romero (1851-1914), reconhecidos por sua atividade ensaística no campo literário e sociológico nacional.³⁵⁴ HOLANDA, S. B. de. Op. cit., p. 40.

³⁵⁵ Idem, ibidem, p. 40.

Portugal, elemento que o fez (sobre)valorizá-lo como critério fundamental de originalidade. Para um crítico como Romero, da conhecida “Geração de 1870”, este era um dado importante de ser valorizado em seu discurso sobre a nação, tendo em vista o postulado realista - no sentido da estética, não epistêmico - de diferenciação (e afastamento) nacional efetuado ante o país lusitano como propósito.³⁵⁶

O próprio Sílvio Romero, a despeito das contumélias que frequentemente dirigia ao indianismo, não deixou de afirmar ter sido útil à nossa literatura. A vantagem de termos afastado da imitação portuguesa era, para ele, inestimável. A existência, então em Portugal, da famosa tríade romântica dos Garrett, Herculano e Castilho teria levado fatalmente os nossos escritores a imitar o romantismo lusitano, se o indianismo não os tivesse levado a veredas mais amplas e mais nacionais.³⁵⁷

Repara-se que, ainda no excerto acima, a questão da nacionalidade na esfera da produção literária é colocada a partir do diálogo com Romero mediante um equacionamento em que o advérbio de intensidade “mais” é usado para expressar o grau de aproximação relativa à determinada configuração prévia cristalizada como “nacional”. Colocar o problema desse modo significa pressupor que existe histórica e sociologicamente uma identidade nacional cujo sentido está dado *a priori* e pode ser captado a partir do estudo da literatura como prisma decodificador. O enfoque relativo de grau está, na verdade, associado ao pressuposto implícito - assentado como plano - ontológico da existência de uma natureza nacional, a qual pode ser “mais” ou “menos” alcançada e acessada como expressão cultural. A essência delimitada como o centro da nacionalidade pressuposta corresponde, em aproximação à teoria romântica nacional, a uma forma de vida inscrita no âmbito americano, o qual é definido como o (nosso) espaço “natural”, primário e original (no sentido de originário) onde afloraria - naturalisticamente - nossa *maneira de ser*. É este o recurso selecionado por Sérgio Buarque à luz da leitura romeriana como marco fundante da ontologia nacional brasileira. A originalidade projetada desde as manifestações literário-culturais por parte do autor, na linha de Romero, é articulada, assim, como tópico expressivo da figuração de um caráter nacional idealizado. É seu conceito-forma principal.

Para tornar mais explícito o modo como a identidade surge nesse texto como problema de florescimento, a metáfora naturalista empregada não deixa dúvidas: a nacionalidade é

³⁵⁶ Este postulado central ao discurso nacionalista e realista de Sílvio Romero no que concerne às relações existentes entre Brasil e Portugal em fins do século XIX, do ponto de vista de um afastamento que pretende a afirmação da nação brasileira, é estudado em profundidade no seguinte trabalho de Marçal Paredes, a conferir: PAREDES, Marçal de M. *Configurações luso-brasileiras. Fronteiras culturais, demarcações da História e escalas identitárias (1870-1910)*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

³⁵⁷ HOLANDA, op. cit., p. 40-41.

expressa por meio de suas “veredas”, aspecto que impõe o naturalismo como recurso central de constituição do nacional. Em outros termos, a metáfora naturalista é o meio com que o autor manifestava sua metafísica da identidade, através da operação de tomar (de ficcionalizar, seja dito) como nacional a natureza americana, o que significa, de um ponto de vista filosófico, traduzir a fenomenologia do espaço como matéria fixada da composição de uma essência a florescer como modo de existência cultural. A natureza é, portanto, assentada como signo nacional, sendo sua categoria fundante na medida em que condensa a problemática em seu processo de sintetização, configurando, nessa medida, o campo semântico do nacional, o qual pode ser compreendido em dupla significação, a saber: (a) no primeiro sentido, como concepção do cenário “natural” de fundo onde se passa a vida americana e transcorre a história, isto é, sob a ideia de naturalização do espaço “originário”; (b) em seu segundo sentido, opera-se uma transfiguração do significado geográfico-espacial de natureza para o plano metafórico de uma metafísica do ser, ou seja, de uma “vida americana”, a qual o autor busca estabilizar, ou seja, *naturalizá-la* como decorrência da baliza espacial (no sentido 1). Neste segundo sentido, encontra-se a operação de fundamentar a noção de natureza como ideia mestra de uma ontologia nacional, em leitura para a qual o autor mobiliza - e ratifica - o posicionamento de Romero em sua obra da história literária brasileira:

Os três corifeus lusos [os já acima citados Garrett, Herculano e Castilho], como diz o autor da História da literatura brasileira, nunca tiveram admiradores e imitadores entre nós, porque *os talentos nacionais, embebidos na contemplação da natureza e da vida americana*, assim como nas belezas da literatura europeia, não desceram até imitá-los. Por isso é justo que José Veríssimo qualificasse o nosso Romantismo de “o momento mais importante da nossa literatura”.³⁵⁸

Resta claro o comprometimento intelectual de Sérgio Buarque neste texto com a perspectiva de afirmar a construção de uma identidade nacional a partir da noção de natureza, entendida como naturalização da “vida americana” enquanto a (nossa) condição originária de espaço nacional. Essa naturalização que apontamos é prática conceitual representativa da ficcionalização da identidade coletiva que, ao selecionar uma memória específica - a memória do romantismo indianista - e estabelecê-la como marco coletivo nacional, carrega consigo uma interpretação da cultura brasileira que a define em seu “momento mais importante”, visto que fundacional. É a partir da fixação desse palco onde transcorre a história e seu modo de vida - a “vida americana” - que se desdobra a essencialização do espaço natural com o sentido de conteúdo nacional originalizante, ou seja, da literatura e da cultura em sua origem fundadora

³⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 41, grifo nosso.

e, ao mesmo tempo, como discurso de originalidade no âmbito americano, delimitando-a como núcleo da narrativa de identidade.

É este o plano de construção identitária que orienta a escrita de seu artigo. Essa articulação identitária é feita no texto em foco sob a reivindicação expressa de um marco “americano” para a nacionalidade, como se pôde constatar, à luz da mobilização das noções correlatas de “americano”, “americanizante” e “americanismo” como aspectos da natureza que delimitaria originária e originalmente o âmbito a partir do qual se pensa e se cristaliza a nação brasileira. O traço nacional é postulado (estando *pré-determinado*, segundo essa perspectiva) na identificação da literatura com o ambiente natural americano, e não justaposto à imitação da obra artística lusitana, como se poderia colocar dado o processo histórico evidente de colonização portuguesa sobre o território em questão durante vários séculos. O viés americanista aqui expresso como primado ontológico, naturalista, era, assim, o pano de fundo de sua aproximação intelectual com o discurso nacionalista de Romero. Um exemplo cabal dessa transfiguração simbólica e identitária do espaço natural americano em signo nacional ocorre em outro texto, no artigo intitulado “Santos Chocano”, também de 1920, em que Sérgio Buarque, ainda que refira o habitual e incessante olhar e pensamento dos brasileiros para os acontecimentos europeus, naturaliza a condição do ser brasileiro com o sintagma de “nossa alma de americanos”³⁵⁹.

No remate deste primeiro artigo, da “Originalidade literária”, o autor ainda enfatizaria a ligação entre o par originalidade-nacionalidade, binômio que performa uma ideia central do pensamento romântico³⁶⁰ oitocentista mas que circula fortemente nos debates de teor nacionalista e latino-americanista (na escala continental americana) da virada do século XIX ao XX, como um quadro de *continuum* em que a originalidade como razão de fim é perseguida de forma obstinada, incessante através da “inspiração nacional” como método de autorreferen-

³⁵⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Santos Chocano”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). O espírito e a letra: estudos de crítica literária. Volume I, 1920-1947. São Paulo: Companhia das Letras, p. 54. Artigo publicado originalmente na revista *A Cigarra*, de São Paulo, em junho de 1920.

³⁶⁰ Como pode ser extraído da historiografia literária romântica desde os estudos clássicos de Ferdinand Denis (1798-1890), segundo aponta a análise da pesquisadora Maria Eunice Moreira, havia a ideia de que “ser original é ser nacional”, o que vincula como axioma os conceitos de originalidade e nacionalidade. Embora ideia mestra associada ao Romantismo, o pensamento nacionalista desenvolve este mesmo conceito de identificação entre originalidade e nacionalidade no mundo da passagem do século XIX para o século XX no Brasil, por exemplo. Consultar: MOREIRA, Maria Eunice. Op. cit., p. 35. Conforme assinala a socióloga Lucia Lippi Oliveira, os nacionalismos emergem com força no cenário internacional a partir do século XIX justamente à luz da mobilização política e cultural do ideal de originalidade nas respectivas escalas nacionais: “Lucia Lippi Oliveira nos lembra que a emergência dos nacionalismos no século XIX obedece à busca pela autenticidade e pela originalidade dos povos, ao mesmo tempo em que a ideia de nação buscava recuperar uma concepção pregressa de unidade, perdida com a fragmentação social da modernidade”. Ver: CASSIMIRO, Paulo Henrique. A Revolução Conservadora no Brasil. Nacionalismo, Autoritarismo e Fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30. *Revista Política Hoje*, UFPE, vol. 27, edição especial, 2018, p. 141.

cialidade. Autorreferencial, pois, ao postular-se como método, o que essa inspiração nacionalista faz identificando nacionalidade com originalidade é afixar o conceito de nacional como critério de partida da análise sobre a história literária particular do país. Corresponde na prática argumentativa a naturalizá-lo, isto é, circunscrever a nacionalidade - o escopo nacional, com efeito - conforme a moderação do passado, que adquire sentido de temporalidade fundante. Nesse sentido, o indianismo é legitimado como fonte principal do processo de autonomização estético-cultural da literatura brasileira, o que não denota uma ideia presente de retorno a este estilo pretérito, mas de sua tomada como tradição cultural do pensamento nacional que, no compasso do continuum temporal montado, é entendido como peça-chave expressiva do “original” em nossa nacionalidade. Em sua concepção,

Para atingirmos a originalidade, devemos, pois, não esquecer a obra do indianismo no Brasil. Sua restauração hoje seria insensata e estulta, mas a inspiração em assuntos nacionais nos levaria a idênticos resultados por veredas mais suaves.³⁶¹

Resulta desta apreciação a retomada do postulado que o autor havia estabelecido no princípio do artigo: a prevalência do fenômeno de independência cultural de um povo ante o acontecimento político de emancipação para sua afirmação nacional. Este princípio advoga certa instrumentalização da concepção de um método político nacionalista (a “inspiração em assuntos nacionais”) como conteúdo primordial para a criação de um estilo “original” e autônomo, o escopo almejado segundo se depreende do fragmento acima. Em outros termos, assenta-se a ideia romântica de que ser original do ponto de vista estético e literário significa portar um discurso político de expressão nacional, sendo o adjetivo nacional orientado pela regência do indianismo romântico imposto como modelo.³⁶² A problemática da originalidade é, assim, mobilizada como objeto para a delimitação da nacionalidade, pois é a forma por meio da qual ela é fenomenologicamente abordada. Por essa razão, o autor se alinha ao diálogo com toda uma tradição intelectual finissecular do XIX brasileiro, como fica claro no texto nas alusões reiteradas aos críticos José Veríssimo e, sobretudo, Sílvio Romero - autor que pensa o problema de elaboração da nacionalidade literária no sentido amplo de configuração cultural da coletividade -, para vincular a matéria histórico-literária como ingrediente da tarefa de

³⁶¹ HOLANDA, “Originalidade literária”, p. 41.

³⁶² Lembramos que o indianismo era interpretado por Sérgio Buarque como um movimento nacionalista literário por excelência, como sua concepção permite entrever em outro artigo, publicado em julho de 1920 e intitulado “Um Centenário”, em alusão a então efeméride dos cem anos de nascimento do escritor Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) naquele ano. Para Buarque de Holanda nesse artigo referido, o indianismo era “produto de um nacionalismo à outrance”, tendo, desse modo, “uma importantíssima função a exercer na nossa história literária”. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Um Centenário”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). O espírito e a letra: estudos de crítica literária. Volume I, 1920-1947. São Paulo: Companhia das Letras, p. 57.

constituição de uma identidade nacional interna à sociedade. Ter como intertexto a obra de história literária de Sílvio Romero tem a ver, aliás, diretamente com a mobilização do conceito de nacionalismo romeriano operada pelo autor, categoria arquitetada como tópico psicológico referente a um suposto *ser* nacional do brasileiro, aspecto que ressoa fortemente em sua leitura nacional³⁶³, veja-se:

A nacionalidade de uma literatura, como diz o autor das *Provocações e debates*, não é uma coisa para ser feita com as regrinhas de um programa. Não há quem deixe de apoiar Sílvio Romero quando este declara que o nacionalismo não é uma questão exterior, é um fato psicológico, interior, é uma questão de ideias, é uma formação demorada e gradual dos sentimentos. Ninguém deve, todavia, tomar ao pé da letra essas palavras. O pessimismo do autor da *História da literatura brasileira* impede-o de acreditar que o esforço de um povo pode apressar a consumação espiritual de uma nacionalidade.³⁶⁴

A conformação da nacionalidade como consumação de um lastro interno à vida social - um “fato psicológico, interior”, nos termos delineados no trecho -, está assentada na concepção de um drama existencial íntimo à gestação de um suposto “caráter nacional” do brasileiro, na medida em que este é entendido como fenômeno psicossocial e espiritual orgânico, o que o difere essencialmente da via da elaboração de um programa político, recordada a premissa central do artigo de dissociação rígida entre as esferas da cultura e da política. Como corolário dessa premissa, supõe-se uma fronteira permanente, estável e rígida entre uma essência interior subjacente à nacionalidade, de ordem espiritual, que é delimitada de um espaço exterior a ela visto como contrastante em absoluto, pois aberto, por sua vez, à pragmática das articulações políticas e soluções institucionais (as criticadas “regrinhas de um programa”, no fragmento acima).

Embora seja pensada como fato interno ao processo de formação nacional, a consumação espiritual nacional pode, entretanto, ao contrário da atribuída visão “pessimista” de Romero, ser acelerada como realidade sob um esforço construtivo informado em outra via que não sob a égide de um programa estabelecido, para o autor: trata-se de um reforço ao

³⁶³ Sobre essa relação ao mesmo tempo constituída como referencial teórico e diálogo político com o pensamento nacional (e nacionalista) de Sílvio Romero, pode-se afirmar que Romero era um dos eixos utilizados por Sérgio Buarque para fundamentar sua concepção acerca da nacionalidade brasileira, junto a outros críticos proeminentes do contexto de fins do século XIX e princípios do século XX, como José Veríssimo e Eduardo Prado, ambos citados por seus trabalhos nos artigos buarqueanos da década de 1920. A presença de Romero nos textos de Sérgio era tão expressiva que na fortuna crítica já se colocou em debate a possibilidade de classificar a produção relativa à sua formação intelectual - em que se enquadram seus artigos dos anos 1920, aqui estudados - sob o conceito de um “modernista romeriano”, tal a inspiração teórico-metodológica na abordagem dos temas nacionais. Sobre isso, consultar a seguinte interpretação: EUGÊNIO, João Kennedy. Um modernista romeriano: Sérgio Buarque de Holanda. In: *Revista dEsEnrEdoS*, ano V, número 18, Teresina, PI, agosto de 2013, p. 115-168.

³⁶⁴ HOLANDA, “Originalidade literária”, p. 41.

conteúdo referencial que advém do passado e se conecta em linha direta ao presente através da injunção das “tradições”, elemento cultural ressaltado na análise buarqueana como chave determinante para esse esforço aceleratório. Organiza-se, assim, um itinerário antes reiterativo do que um programa propriamente construtivo, pois se ambiciona cristalizar algum elemento social sólido compreendido como já existente na formação nacional, enquanto produto orgânico da trama de nossa história. Recorremos, aqui, à expressão que Sérgio Buarque usaria anos depois, na década seguinte, na obra “Raízes do Brasil”: a noção de “cristalização social”.³⁶⁵ Cristalizar implica reforçar algo anterior ao momento da ação, através do reforço deste elemento - no caso em análise, é o que autor iria propor que se fizesse em torno das “tradições nacionais”.

A aceleração do processo de constituição da nacionalidade – construção que precisa de tempo, segundo seu entendimento - não deveria, por conseguinte, ser feita sob o traçado do desenho de um projeto político de viés regulatório, tendo em vista duas ordens de razão fundamentais: (a) segundo essa linha de análise subentende, a ação política é, por definição, exterior (na medida em que toma a nacionalidade como objeto e efeito da ação) à matéria do *substrato* sociocultural³⁶⁶, o qual, na ótica buarqueana, é o próprio “sujeito” e terreno imanente envolvido no processo de (auto)formação nacional, pensado como um desenvolvimento natural e autorregulado da ordem da vida. Há implícito nesse argumento organicista uma dissonância entre as realidades da imanência do processo formativo nacional em sua constituição histórico-social particular e do pressuposto transcendental conferido à via de solução política, pensada como exercício formal e institucional de ordem exterior ao plano imanente das identidades; e (b) acrescenta-se que a natureza do programa político é estar voltado essencialmente ao curto prazo, ao horizonte imediato e transitório da ação prática, de modo que toma como temporalidade referencial a resolução em um período determinado; já o alvo da ação no proble-

³⁶⁵ Fazemos alusão à seguinte passagem do texto de “Raízes do Brasil”: “Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios. É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1936], 27ª ed., p. 221.

³⁶⁶ A ideia de “substrato” que empregamos tem o intuito de mostrar como a questão da nacionalidade era entendida pelo jovem Sérgio Buarque de Holanda sob o traçado de substancialização das identidades, operação discursiva que buscava cristalizá-la ao redor de uma essencialidade de valores literários, culturais, estéticos e espirituais (no sentido amplo de patrimônio imaterial) que a dotavam de uma interioridade, uma “alma”, um âmago, da qual deriva como resultante a individualidade nacional. Nessa linha de argumentação que apresenta contornos expressivos da retórica romântica e nacionalista, a realidade da nacionalidade é fundamentada antes como substância íntima e interna articulada intrinsecamente à sociedade do que como conceito político a ser manejado e normatizado pela ação de projetos políticos situados. Como temos mostrado no capítulo, essa compreensão estava longe de ser particular à escrita de Sérgio Buarque, destacando-se, pelo contrário, por estar presente de modo recorrente no mosaico de debates de um amplo rol de autores desde a virada ao século XX no Brasil, como, por exemplo, o já mencionado Sílvio Romero, José Veríssimo e o crítico como Eduardo Prado. Este dado configurava uma faceta de forte dialogia do autor com o pensamento do final do século XIX brasileiro, caracterizado, entre outros, pela produção intelectual dos autores acima elencados.

ma em foco é, nos termos do autor, traçado como um processo social lento, profundo e amplo, além de organicamente autogerativo e autônomo, caracterizado por ser trama de “formação demorada e gradual”. Existe, assim, uma tensão essencial, ontológica entre essas dimensões.

Enquanto o programa político trabalha, segundo essa visão, com um conceito mais enfático e, ao mesmo tempo, mais circunscrito de futuro ao tomá-lo como objeto de uma razão estratégica e finalista, o entendimento do autor está predicado sobre a compreensão de que a centralidade da questão emana da mobilização do passado, regido pelo mote das tradições, seu conceito histórico forte, aprofundado e ordenador. Há, nesse sentido, um desacordo fundamental como princípio entre as duas temporalidades mobilizadas. O tempo da “consumação espiritual da nacionalidade” não é, em síntese, o tempo dos programas político-institucionais. São duas realidades entendidas como essencialmente dissociadas, inclusive temporalmente.³⁶⁷

Em vista disso, trata-se de pensar a realidade da nacionalidade como um substrato complexo de valores espirituais permanentes que dificultam sua articulação em um programa político específico, o que corresponderia a reduzir ao formato pragmático de uma ação política construtora de uma ordem o que é pensado como horizonte aberto, orgânico e espontâneo da formação nacional, alheio, portanto, às normatizações advindas das elaborações políticas e legislativas da sociedade em forma de projeto, pois relacionado a um âmbito naturalista emancipatório da vida social. Abordar a questão como problema de construção política seria, munindo-se da linha argumentativa operada no próprio texto estudado, como transfigurar o processo de sua pretensa naturalidade para um signo exterior moldado por regras “artificiais” atreladas à imposição da noção de autoridade, isto é, constituídas em um espaço visto como transcendental ao objeto propriamente dito. O desenvolvimento da identidade nacional não

³⁶⁷ Esta observação configura resiliente postulado estrutural da interpretação da formação histórica sobre o Brasil feita por Sérgio Buarque de Holanda no âmbito dos anos 1920 e, da mesma forma, no contexto da obra “Raízes do Brasil”, de 1936. Como sua análise se voltava em primeiro plano aos aspectos socioculturais do país, ponto em comum a ambos os cenários de sua produção escrita, e suas chaves de leitura estão informadas na crítica literária, na história cultural e em uma psicologia coletiva do “ser brasileiro”, sua interpretação nacional trabalha, fenomenologicamente, com um horizonte aberto e amplo do ponto de vista da temporalidade, em que o processo de formação é tematizado como teoria do presente histórico visto de modo transicional. Nesse sentido, a interpretação resultante se abre a um horizonte de possibilidades cujo curso não está definido, configurando antes um processo social em aberto do que um acontecimento histórico pontual, o que lhe torna mais alinhada a perspectivas de análise que lidam com temporalidades mais alongadas do que a política, como é praxe no campo cultural. Esta operação pode ser constatada tanto neste artigo de 1920, como estamos demonstrando, quanto na compreensão de “Raízes do Brasil”, o que explica a “ausência” de um programa político ao final da obra, como muitas vezes se interpelou e cobrou do livro e do autor. Pelo objeto e o próprio viés de análise desenvolvida pelo autor, em suma, trata-se mais de uma leitura que postula e sugere do que delinea ou demonstra assertivamente - eis o ponto, a nosso ver.

conforma, para o autor, matéria de ação regulamentadora no âmbito da política institucional dirigida em relação à cultura, escapando, dessa forma, da métrica estrita - e *hermética*, nessa concepção organicista - da política de Estado. É, antes, considerada - idealizada, poder-se-ia colocar - como objeto autônomo de florescimento sociocultural com o passar do tempo.³⁶⁸

Como se vê, se está sob a ação de um léxico de ordem espiritualista ao redor das noções subjetivistas de psicologia, interioridade e sentimento, que carregam em conjunto certo estatuto estético e cultural de natureza internalista, orgânica e psicossocial, oposto diametralmente pelo argumento do autor ao plano da ação política, vinculado à exterioridade do ordenamento racional e planejado das normas sociais. Segundo essa operação retórica dualista que fornece a base do argumento, a identidade nacional - envolta na ideia de subjetividade ínsita ao problema da nacionalidade - é representada mais como uma realidade íntima profunda no sentido psicológico do que como matéria ordenada por coordenadas políticas informadas por razões de fim.³⁶⁹ A identidade era tomada como problema literário de viés *espiritual* - na carga culturalista da expressão - que requisitava contornos demarcatórios “internos” e uniformes, entendidos como essenciais para os fins de constituição e reforço da “individualidade” cultural nacional.

Este ponto é mais um dos desdobramentos da frente de análise cindida entre a dimensão cultural e a política, sustentada como quadro preliminar da tese central deste artigo: o processo de formação histórica nacional cobra, ainda que possa ser acelerado, autonomia estética ante o regime de temporalidade dos programas políticos. Na visão do autor, rearticula-se uma vez mais certa camada de estética romântica que preconiza a primazia da vida interior, da subjetividade da ordem do espontâneo atribuída ao meio natural, ante o cálculo político exterior a este plano. Como prognóstico traduzido pelo autor para interferir no processo de formação

³⁶⁸ Sobre esta questão abordada, acerca da não tradução do problema de uma identidade nacional brasileira pela ótica da política concreta, Maria Odila Leite da Silva Dias apontou que foi tópico recorrente no pensamento de Sérgio Buarque, caracterizando, inclusive, uma clara diferença e afastamento do autor em relação à atuação e concepção nacional de Mário de Andrade, por exemplo. Diz Odila Dias que: “A respeito de Mário de Andrade nunca se cansou de repetir que, apesar da enorme admiração que tinha por ele, discordava de seu excessivo intelectualismo, sua ‘detestável panaceia de construção’. Uma identidade nacional nunca poderia ser implementada como política cultural”. DIAS, Maria Odila Leite. Negação das negações. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008, p. 319.

³⁶⁹ Esta concepção do problema formulada sob um ângulo que enfatiza a subjetividade e o representa como questão nacional interior, íntima, como fato psicológico, dialoga diretamente, mais uma vez, com a leitura romeriana da nacionalidade realizada em torno de um pretenso “caráter nacional”. Disse Romero em sua *História da literatura brasileira* que se trata de um problema de natureza biossociológica mais do que política: “Na grande tarefa, no trabalho secular da formação de um tipo, de um caráter nacional, quando a literatura começa a intervir neste problema bio-sociológico, ela parte sempre do mais simples e concreto. É natural; é impossível até começar senão por aí. O primeiro passo é partir do fato material de um assunto local; a alma virá depois”. ROMERO, Sílvio, *História da literatura brasileira*, 1902, 2ª edição, p. 568.

espiritual da nacionalidade, de modo a “acelerá-lo”, a via proposta - com diretrizes do que poderia ser lido como um programa - é a reinvenção atualizada no presente de certo lastro do passado, articulado discursivamente no lugar fundacional de *tradição*:

O Brasil há de ter uma literatura nacional, há de atingir, mais cedo ou mais tarde, a originalidade literária. A inspiração em assuntos nacionais, o respeito das nossas tradições e a submissão às vozes profundas da raça acelerarão esse resultado final.³⁷⁰

Verifica-se, com efeito, que a ordem do problema passa longe da concepção de política buarqueana, na medida em que toma como referente uma explicação *naturalista* da realidade à luz do cenário de desenvolvimento processual retratado como “consumação espiritual da nacionalidade”, o que aciona, de fundo, uma temporalidade progressiva de profunda conexão com o passado histórico responsável por descortinar o traçado de uma ontologia nacional como caminho. Significa pressupor, à força dessa chave explicativa do real de conotação naturalista e ponto de apoio ontologizante, a “naturalidade” da ação do tempo histórico como fator regular articulado à noção implicada de uma entidade nacional autodeterminada que evolui no tempo em busca de afirmar sua originalidade cultural, o fim projetado neste processo autônomo e orgânico interpretado como o movimento (e sentido) da história nacional. Trata-se de pensar a literatura (a cultura) nacional como a realização de uma essência em florescimento. Na prática dessa construção interpretativa, significa postular como “natural” a passagem do tempo em um sentido político de viés conservador, pois naturaliza-se a dinâmica temporal sob um ritmo sequencial, progressivo e reiterado do estado de coisas já existente - o de uma entidade cultural naturalizada que, como apontamos acima, permanece e evolui no (seu) tempo.³⁷¹ Nesse sentido, a literatura nacional e a originalidade almejadas como fins virão a “seu tempo”, isto é, serão atingidas, segundo o prognóstico do autor, no transcorrer “espontâneo” da temporalidade contínua e evolutiva que é, assim, naturalizada como a dinâmica própria do nacional.

Diante desse conceito orgânico de viés naturalista sobre o tempo, acelerar o processo formativo significa, embora a ideia carregue certo paradoxo, fortalecer o nexos estabelecido com o passado, de modo a reforçá-lo sob o mote da inspiração nacional - *nacionalista*, na prática - a partir da apropriação das “nossas tradições”, recurso que confere ao tempo pretérito

³⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 41.

³⁷¹ Empregamos a expressão “conservador” no sentido formulado pelo sociólogo Karl Mannheim (1893-1947), no qual o termo evoca o passado como temporalidade central que é naturalizada como o modo (por suposto realista) de conceber a realidade histórico-social. De acordo com a análise de Mannheim, o modo conservador de interpretar a realidade “vê toda a significação de uma coisa no que está *por trás* dela, ou no seu passado temporal ou no seu germe evolucionário. Enquanto o progressista usa o futuro para interpretar as coisas, o conservador usa o passado”. MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo, p. 126-27.

a conotação de uma experiência pedagógica forte voltada para a reinvenção do presente. Implica como operação uma prática de cristalização social, pois de uma re-vitalização se tratava, afinal. Isso ocorre porque por intermédio dessa apropriação postula-se acessar um significado fundante e enraizado da nação, orientado a partir da leitura do passado como temporalidade que, do modo com que é entendida sob o filtro delimitador nacionalista, carrega um sentido unívoco (visto como original) para a vida presente e futura nacional. Busca-se, assim, constituir uma identidade ontológica nacional³⁷² delimitada em torno das tradições, transfiguradas em base sobre a qual se ancora a ideia de “originalidade literária” e cultural. A própria noção de aceleração utilizada ao final do trecho acima tratado revela a leitura evolucionista moderna de perseguir o “progresso” de acordo com essa a indicação dessa identidade como princípio fundamental, o que no caso do autor é entendido como a promoção do avanço - sob a persecução do fim aspirado e direcionado de “originalidade literária” - a partir da conjugação de uma relação fundacional com o passado, tomado como fonte das “nossas tradições”, aquilo “que temos de mais precioso”³⁷³, segundo o autor, e que deveria, por conseguinte, ser cultivado com zelo.³⁷⁴ A noção de originalidade é, assim, estabelecida como a expressão literária formal que asseguraria, no compasso do tempohistórico naturalizado, uma identidade definitiva à cultura nacional.

³⁷² Sobre a ideia de “identidade ontológica da nação”, apoiamo-nos na expressão postulada por Carlos Henrique Armani como concepção de uma “estabilidade ontológica” substancializada como referente aos discursos e projetos nacionais de diferentes autores desde o contexto de final do século XIX no Brasil. Segundo Armani, “a ontologização das identidades - se é que há qualquer identidade sem ontologia - não poderia deixar de se relacionar de maneira tensa com a temporalidade. Somente pode existir identidade se há um rastro de convergência, um referencial de lembrança que se sedimenta frente à corrosão do devir”. ARMANI, Carlos Henrique. Discursos da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil em fins do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 105. Nesse sentido, ontologia remete a um plano metafísico de construção do sentido da formação nacional como uma totalidade disposta pela história particular do país, cujo fundamento é postulado como estável e contínuo frente à diacronia histórica.

³⁷³ A concepção das “tradições” como o recurso que temos de mais precioso e do passado, portanto, como reserva temporal deste bem a ser cuidado e cultivado pelo país perpassa o artigo intitulado “A Cidade Verde”, publicado na revista paulistana *A Cigarra*, em 15 de outubro de 1920. Sobre isso, ver: HOLANDA, Sérgio B. de. “A Cidade Verde”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *O espírito e a letra: estudos de crítica literária*. Volume I, 1920-1947. São Paulo: Companhia das Letras, p. 69.

³⁷⁴ A ideia evolucionista de “progresso” aparece de modo recorrente como um dos modos de temporalização empregados nos artigos do autor em periódicos na primeira metade da década de 1920, como por exemplo, percebe-se no texto “A Cidade Verde”, citado na nota acima, que fora publicado em outubro de 1920 na revista *A Cigarra*. Nesse artigo em foco, Sérgio Buarque vincula a possibilidade de progresso nacional com a assunção das “tradições” como a matriz cultural de conhecimento e desenvolvimento do país, sobretudo em termos do que ele concebe, no artigo citado, como conferir-lhe “uma individualidade”. Nesse sentido, constata-se o nó da temporalização de seu discurso sobre a nação no que concerne ao tema da temporalidade: a conexão entre passado e presente sob o eixo da constituição dos valores “nacionais”. Ver: HOLANDA, S. B. de. “A Cidade Verde”, op. cit., p. 69.

Nessa formulação, impera a lógica organicista de adequar o desenlace do processo ao parâmetro de cunho tradicionalista³⁷⁵ das “vozes profundas da raça” e do alinhamento ao reforço continuado das “nossas tradições”, segundo consta no trecho acima colocado. Ambas as práticas fundadas no conceito de “raça” e nas “tradições nacionais” estão imbricadas em um gesto fundador nacionalista marcado pelo critério da “inspiração em assuntos nacionais”, cuja referencialidade molda-se pelo passado nacional lido desde um enfoque de inclinação romântico-nacionalista, justificado com a finalidade de prover conhecimento ao presente. Fixava-se, dessa forma, um sentido ontológico fundacional da nacionalidade que organiza a análise do autor, na qual o apelo citado “às vozes profundas da raça”, modo naturalista de invocar o organismo coletivo idealizado como nacional a partir da naturalização da raça como conceito fundante, tem o propósito de conferir um “sentimento de continuidade temporal”, o qual está sustentado na “amplitude da memória do tempo passado” como matriz organizadora sobre “as representações de identidade”, conforme podemos compreender à luz dessa formulação do antropólogo Joel Candau.³⁷⁶ Ou, como sintetizou a historiadora Maria da Conceição Meireles Pereira, a “memória selectiva do pretérito expande-se em busca da identidade colectiva, dos fundamentos constitutivos da nação ou dos elementos diferenciadores do povo”. É justamente ao redor dessa operação construtora que, como ressalta a pesquisadora, funciona como uma solda simbólica integradora acerca da identidade, que a “memória estabelece a dialéctica pedagógica e vital entre passado e presente”.³⁷⁷ O passado enquanto temporalidade é evocado e fixado, neste campo narrativo historiográfico-memorial, como elemento de pertinência constante e estrutural para a consolidação da coletividade nacional.

Para além da relação explícita da memória com o passado (o passado simbólico construído, leia-se, e substancializado com o significado essencialista de “tradição” nacional romântica) que esses dois gestos colocam, destacamos a implicação política dessa retórica da identidade sobre o tempo histórico, ainda que ela se autorrepresente como operação de aparente autonomização da estética ante as demais esferas da vida social, sobretudo a política: a de solicitar um fio ordenador que conecte este passado seletivo ao futuro aspirado, mobilizando,

³⁷⁵ Este viés “tradicionalista” nas análises do então jovem autor já fora bem observado e apontado por Guilherme Pinheiro Pacheco. Cf. PACHECO, Guilherme Pinheiro. A crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos 1920-1926. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 2016, p. 47.

³⁷⁶ CANDAU, Joel. Memória e identidade. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012, p. 84-85.

³⁷⁷ PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. O 1º de Dezembro - Memória e liturgia cívica na 2ª metade de Oitocentos. *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 28, 2007, p. 130.

para tanto, uma temporalidade longa nacional. O ponto central é que a problemática política inerente à construção das identidades, constatável na essencialização de determinada memória como patrimônio do nacional e reserva da originalidade literária, é deslocada propositadamente no pressuposto argumentativo do autor, pois nele tal memória subjaz como artefato do projeto de afirmação culturalista da nação, cuja matriz organizadora é dada pelo mote expressamente nacionalista da “inspiração em assuntos nacionais”. Cabe assinalar, no entanto, que se nessa operação essencializante sobressai o ângulo estético e cultural de afirmação das “nossas tradições” que dota a nação de espessura histórica, o represado caráter político emerge a partir do equacionamento temporal em que a tese se fundamenta como princípio, no qual o passado é preenchido seletivamente pelo conteúdo romântico - emergente como bússola autêntica de inspiração nacional -, e o futuro é visto como o tempo de realização da aspirada nacionalidade literária, sendo o momento culminante de sacramentação da “evolução” do povo, ambos condicionados pela atualização da memória (de extração romântica) do passado. Nessa diacronia armada entre o passado e o futuro evocados pelo critério romântico valorativo de seu tempo presente, imagina-se uma dada forma (recortada *politicamente*) de construção nacional aspirada pelo autor.³⁷⁸

A construção do futuro passa, nesse axioma, efetivamente pelo caminho de conhecimento das tradições nacionais, dispostas como elemento central que dota a nação de estabilidade temporal e fornece, ao mesmo tempo, a rota cultural a ser seguida. Os diferentes tempos se relacionam de um modo interdependente e orgânico à luz da tarefa de efetivação da aspirada originalidade literária, coextensiva à produção de uma literatura nacional, e sob o método nacionalista de ajustar a criação aos moldes de representação dessa brasilidade “interior”. *Interior*, mais uma vez, como expressão de viés romântico que advoga uma pretensa profundidade representativa do modo de ser nacional, em acepção que reforça a operação naturalizadora sobre o ângulo da identidade delimitado com sentido correlato a uma idealizada “ordem natural” das coisas, instrumentalizada como eixo “interno”. Uma amostra sedimentada desta sua visão pode ser atestada quando o autor trata de um emblema nacional tão caro à construção da identidade como é o caso da bandeira do país, em um artigo produzido em 1920

³⁷⁸ Tomamos como pressuposto teórico de leitura das relações entre estética e política aplicadas ao campo de criação das identidades o postulado de Jacques Rancière acerca do tema, o qual aponta a política nessa equação menos como conteúdo representativo da realidade e mais pelo recorte que produz sobre o espaço do comum, que passa pelos modos de temporalização da realidade social. Nesse sentido, a relação posta entre os termos destaca a “configuração de um espaço específico” e compartilhado, isto é, torna-se política “pelo tipo de tempo e de espaço que institui, pelo modo como recorta esse tempo e povoa esse espaço”. Ver: RANCIÈRE, Jacques. A estética como política. *Devires*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, jul/dez 2010, p. 20.

categoricamente denominado de “A bandeira nacional”.³⁷⁹ Nesse texto em foco, Sérgio Buarque introduz uma crítica ao governo republicano justamente a partir da chave de concepção histórica que embasa suas ações institucionais ao afirmar que “não se concebe uma nação que após um século de vida política autônoma ainda não possua um emblema de acordo com suas tradições e nem com suas crenças”.³⁸⁰ O centro do argumento passava declaradamente sobre a noção de que com este exemplo focal do emblema pátrio mostra-se como o país estava apartado das “tradições nacionais”, as quais ocupam o lugar privilegiado de fundamento da história pátria.

O presente, nesse equacionamento temporal, adquire a dimensão de nó transicional e, como tal, sua maior função é justamente a de acelerar, isto é, atualizar a ligação fundamental articulada pelo autor entre o passado nacional - sob as tintas da inspiração nacionalista e das tradições nacionais predicadas a partir do romantismo - e o objetivo lançado ao futuro de sua concretização, gesto que desvela a lógica retórica e política central dessa interpretação: o passado é entendido prospectivamente como temporalidade em vista de sua conotação de futuro (ainda) não realizado, isto é, sua leitura é orientada à busca da originalidade projetada sobre o passado, lido justamente em função desta perspectiva que a almeja como escopo do futuro nacional. Ao presente, elo transicional entre os tempos, em síntese, cabe a tarefa de acelerar - *presentificar*, em uma palavra - o ritmo da elaboração literária e cultural desde a ação memorial a respeito do passado. Seu sentido é dependente da interpretação do passado postulada pela expectativa de futuro (conotada nessa leitura pelo ideal de originalidade literária). O futuro nacional é, por sua vez, o tempo da consumação da “originalidade literária”. Sendo assim, as dimensões temporais do passado e do presente estão condicionadas pela ativação dessa memória, no sentido de que sobre a evocação do passado é atribuído o estrato de significado referencial da nação em dialogia com a aspiração direcionada ao futuro, o qual é, em verdade, o signo teleológico de realização efetiva desse passado histórico *apropriado*³⁸¹ como elemento predeterminante.

³⁷⁹ Trata-se de um artigo publicado na revista paulistana *A Cigarra*, em agosto de 1920.

³⁸⁰ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A bandeira nacional”. In: COSTA, Marcos (org.). Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro I, 1920-1949. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 14.

³⁸¹ Recordar-se, aqui, com a expressão “apropriado” a clássica formulação do historiador Eric Hobsbawm sobre as “tradições inventadas” terem por caráter a mobilização de um passado histórico seletivamente apropriado com base na consecução de suas finalidades objetivas. Para Hobsbawm, “‘Invented tradition’ is taken to mean a set of practices, normally governed by overtly or tacitly accepted rules and of a ritual or symbolic nature, which seek to inculcate certain values and norms of behavior by repetition, which automatically implies continuity with the past. *In fact, where possible, they normally attempt to establish continuity with a suitable historic past*”. Cf. HOBBSAWM, Eric. Introduction: inventing traditions. In: HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 1, grifo nosso.

Como assinalou o historiador Fernando Catroga, a memória age sobre o tempo histórico enquanto uma “rememoração ‘quente’”, que “não se limita a evocar o passado; ao contrário, ela deseja transformá-lo, em ordem a ultimar-se o que o tempo deixa sempre inacabado”. É por isso que, no campo intrincado das relações memoriais entre passado, presente e futuro, a evocação do passado conecta-se ao presente de modo que “cada presente construa a sua própria história dentro do horizonte de possibilidades que ele é, não só em função da onticidade do que ocorreu, mas também das suas carências, necessidades e expectativas”.³⁸² O uso da história feito neste texto em análise de Sérgio Buarque incorre precisamente em reler o passado nacional no âmbito literário-cultural de modo a estabelecer, por um lado, as bases da “literatura nacional” em um sentido mais específico, enquanto alvo focalizado de sua interpretação. De um modo mais abrangente, por outro lado, pode ser visualizado no propósito de delimitar a ideia de identidade cultural do país como totalidade em um processo de reafirmação no presente, no qual o autor se inscreve como um de seus artífices intelectuais através da operação retórica de conexão do tempo presente com temporalidades passadas evocadas seletivamente como fundamentais a seu desígnio. Nisso reside a construção literária projetiva da identidade brasileira por parte do autor, a qual repousa articulada como resultante de uma experiência naturalista (e organicista progressiva) de intensificação com o passar do tempo.

A análise buarqueana rege, dessa forma, um dos momentos de esforço de sintetização de uma memória coletiva nacional, de modo que através de sua ingerência descortina-se um processo histórico tramado no presente que se desenrola sob a feição da mobilização de um “objeto ausente” - nesse caso, a “originalidade” nacional, cuja resolução é postulada ao futuro, fatalmente, como a locução verbal “há de ter” usada na última passagem reproduzida de seu artigo permite-nos atestar. Este é, com efeito, o fundamento do devir nacional, que tem seu curso histórico sendo predeterminado, na medida em que o nosso horizonte de futuro é, mais do que postulado, demarcado por este discurso identitário sobre a nação. Pode-se, assim, a partir do estreitamento do quadro de análise propriamente histórico, pois integrado e delimitado pela expectativa de originalidade posta, contemplar o significado profundo da perspectiva em jogo neste seu texto, no qual radica o anseio de delimitar uma identidade nacional como linha reflexiva que percorre o conjunto dos primeiros escritos da crítica buarqueana: este anseio não é outro que o da expectativa de realização da originalidade cultural afirmado como princípio - de raiz romântica - da pleiteada autenticidade da literatura nacional, projetada como matriz diretora de leitura da nação brasileira desde seu passado, como vimos. Nessa compreensão de

³⁸² Cf. CATROGA, Fernando. Memória, História e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 22-23.

enquadramento metafísico baseia-se, inclusive, o discreto otimismo no desfecho do texto, que lhe permite afastar-se e atribuir pessimismo ao posicionamento de Sílvio Romero a respeito da lentidão do processo de formação da nacionalidade.³⁸³

O terreno está, agora, preparado para uma consideração mais apropriada das articulações existentes entre as construções estética e política da crítica literária de Sérgio Buarque, que aparecem à luz das reflexões feitas sobre a identidade como elo orgânico entre a preservação da memória romântica nacional (do legado de seu “gesto fundacional” da nação) e a edificação da nacionalidade literária. Na relação entre as facetas cultural e política do processo de construção nacional, reside o que designamos neste subcapítulo como um “anseio de originalidade” mobilizado em torno de sua leitura da identidade brasileira, posição a qual deteremos nossa análise como próximo passo. Nela, ligam-se os dispositivos das tradições e do romantismo, trabalhados nas páginas anteriores, com seu enlace político-prático referente à apreciação do papel positivo e privilegiado cumprido pela instituição monárquica na tessitura do nacional, segundo o entendimento do autor. Adentra-se, assim, o plano propriamente institucional dessa trama identitária.

Como vimos na análise do artigo “Originalidade literária”, de sua escrita emana uma postura que concebe a cultura e a literatura inscritas em âmbito americano como espaços demarcados por traços característicos e singulares que perfazem uma substância nacional, isto é, são repositórios da nacionalidade, desde a ideia de um suposto “espírito do povo” identificado por valores de originalidade e autenticidade. Nessa mirada culturalista romântica e esteticamente conservadora, uma vez que visa fixar uma ontologia de valores nacionais do “espírito do povo” que daria unidade ao ser brasileiro, a operação retórica foi feita no sentido de tomar a expressão como efeito “natural” associado à constituição histórica de nossa sociedade, o que lhe confere um caráter de realidade sociológica preexistente à ação política. A política é, nesse sentido, historicizada como dimensão “exterior” à produção da nacionalidade a partir da vigência de uma fronteira romântica absoluta entre interior/exterior, que privilegia o primeiro polo de conotação subjetivista, afinal tratava-se da criação enfática de uma identidade de viés nacional.

No entanto, devido ao fato do problema nacional ser lido por uma lente enfaticamente cultural como neste caso, por isso o corolário de sua resolução implica acelerar o nosso

³⁸³ Este desfecho em tom otimista do artigo “Originalidade literária”, de 1920, a que chamamos atenção acima, pode ser relacionado ao remate de outros importantes textos de crítica literária que adotaram da mesma forma um teor fatalista em sinal de um futuro progressivo redentor. Citamos, por exemplo, dois ensaios críticos de Machado de Assis de título sugestivo à ideia exposta, “O passado, presente e futuro da literatura”, publicado em 1858, e o famoso “Notícia da atual literatura brasileira”, de 1873.

processo formativo moderado segundo o signo das “nossas tradições” - solução “endógena” orgânica afirmada como dispositivo para naturalizar a feição de um significado histórico articulado como nacional -, ecoa dessa concepção a necessidade funcional de invocar como modelo um registro do passado brasileiro que oriente essa tarefa atualizadora. Sendo assim, a política é convocada (e naturalizada, acrescenta-se) quando o problema atinge o tópico do ambiente suplementar que circunscribe a tarefa fundadora de elaboração nacional: neste momento, aciona-se - *naturaliza-se*, com efeito - a experiência do período monárquico (do Segundo Reinado) no país como referente institucional³⁸⁴, desde a direção da figura de Dom Pedro II, e por essa razão o regime monárquico assume, no argumento, importante papel como instituição representativa na postulação do autor de rearticular as tradições nacionais.

No artigo intitulado “Viva o Imperador”, datado de junho de 1920³⁸⁵, Sérgio Buarque realiza uma análise da relação entretida entre o imperador Dom Pedro II enquanto artífice da instituição monárquica e a tessitura da nação no campo da memória coletiva, como o título do texto permite evocar, justamente voltada à recuperação da memória desta personagem particular postulada como figura histórica em termos nacionais. Por meio da identificação da personagem particular do monarca com o estatuto nacional, dado seu caráter de exemplaridade postulado pelo autor, há a operação simbólica memorial de tomar o ator histórico em seu significado abrangente “universal” - relativo aqui à escala coletiva brasileira, frisa-se - de constituição da nação:

De mãos dadas à liberdade, pompeava, no Império, o progresso, e o prêmio que pelo seu devotamento à pátria nacional merecia Dom Pedro II, não tardou que recebesse, e foi a estima dos brasileiros, sincera e única. A afeição ao imperador tornou-se então um sentimento profundamente nacional. [...] E o ‘Viva o Imperador!’ continuou a ser repetido a cada um dos arroubos de glória da pátria que os eram também do soberano”.³⁸⁶

³⁸⁴ No âmbito da leitura sobre a experiência monárquica brasileira, convém assinalar que Sérgio utiliza o mesmo procedimento de interpretação que o fez discernir em duas temporalidades o processo de emancipação, como havia feito na questão relativa à dinâmica “emancipação intelectual”/“emancipação política” no artigo intitulado *Originalidade literária*, de 1920. No que concerne ao tópico historiográfico em foco, o autor dissocia em sua interpretação o processo de conquista da unidade política nacional (garantido a partir do Segundo Reinado, que assim é realçado como período de estabilização) do acontecimento político da independência, que o autor remete à temporalidade mais alongada de 1822 até 1831, ano da abdicação de D. Pedro I. Para o autor, “no Brasil, as duas aspirações - a da independência e a da unidade - não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas”. Consultar: HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial - sua desagregação”. In: *O Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, direção de Sérgio Buarque de Holanda, Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. I, cap. I, 1993 [1972], p. 9.

³⁸⁵ Este artigo foi publicado originalmente na revista paulistana *A Cigarra*, em junho do ano de 1920.

³⁸⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Viva o Imperador”. In: COSTA, Marcos (org.). Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro I, 1920-1949. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 5.

Neste trecho, observa-se a articulação feita sobre a figura política do imperador com a formalização simbólica da pátria do ponto de vista da gestação de um sentimento coletivo de expressão nacional. Enlaçam-se, aqui, os fios institucionais e simbólicos de seu discurso sobre a nacionalidade. Não à toa, o autor constrói essa identificação patriótica da imagem do imperador em um plano psicológico evocado - cujos termos “devotamento”, “estima”, “afeição” e “sentimento” possibilitam instrumentalizar - que se liga à ideia da “formação demorada e gradual dos sentimentos” como cristalização da nacionalidade, já defendida em seu artigo de estreia, “Originalidade literária”, conforme trabalhamos em páginas anteriores.³⁸⁷ Na última frase do excerto acima, o autor traduz de um modo explicitamente conectado e, inclusive, coextensivo as virtudes do soberano (D. Pedro II) com os “arroubos de glória da pátria”. A ligação íntima e direta entre o soberano e a nação estava assentada na ideia de que o príncipe contribuíra não apenas como mero agente representativo da pátria, mas como artífice crucial à própria obra de construção nacional, inteligível sob os “arroubos de glória da pátria”, de modo a se tornar um símbolo do país.³⁸⁸

Este símbolo é, assim, construído como ícone nacional à luz de um trabalho de memória³⁸⁹ que se inscreve em um contexto social específico no qual havia forte ambiente de pressão na imprensa carioca durante o ano de 1920, meio onde Sérgio Buarque publicava preferencialmente seus artigos, e no Congresso Nacional pela revogação da lei do banimento da família imperial, que vigorava como ato instituído pelo regime republicano. Instar a revogação era ato preparatório para receber os despojos do imperador, falecido em 1891, e a partir disso promover deste evento um ritual fúnebre como acontecimento de glorificação do político e, ao mesmo tempo, de modo imbricado e superposto, como celebração cívica e

³⁸⁷ Em outra passagem do mesmo artigo, “Viva o Imperador”, Sérgio se referia de igual modo à ideia de identificação sentimental da pátria para com a figura de Dom Pedro, em um tom ainda mais marcado do ponto de vista da concepção espiritualista e psicologizante da nação, veja-se: “O Império atingira seu momento psicológico. Uma só preocupação possuíam os brasileiros, para uma só figura viraram-se todos ansiosos por assistir o desenlace desse momento fatal. Era esse o estado de espírito da nação, quando Pedro II assume as rédeas do poder. Novas aclamações, novos aplausos, assinalam a passagem do país para um novo período que todos aguardam com ansiedade, Vida nova era o lema da pátria”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Viva o Imperador”, p. 4.

³⁸⁸ Sérgio Buarque chega a afirmar em um tom personalista realçado que Dom Pedro II era como soberano político “o homem a quem o Brasil tudo devia”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 5.

³⁸⁹ Este trabalho de memória - em âmbito coletivo - a que nos referimos acima compõe o mesmo procedimento de construção da comunidade nacional que o autor realiza ao evocar outra personagem referencial do acervo simbólico dos “mortos ilustres” da nossa história, desta vez no âmbito literário-cultural. Para Buarque de Holanda, o escritor Joaquim Manuel de Macedo fora o “verdadeiro fundador do romance nacional”. Segundo o autor, “se não houvesse outros títulos a exibir para que o centenário do autor da *Moreninha* seja digno de um povo que se preze de saber cultivar a memória de seus mortos ilustres, bastaria a glória incontestável de ter lançado os fundamentos do romance nacional”. HOLANDA, S. B. de. “Um Centenário”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). O espírito e a letra: estudos de crítica literária. Volume I, 1920-1947. São Paulo: Companhia das Letras, p. 57-59.

cultural do ponto de vista da comunhão nacional³⁹⁰. Este era o ambiente social à luz do qual o autor se posicionou, através deste texto, com a valorização de Dom Pedro II erigido como peça-chave associada ao acervo “canônico” das tradições nacionais em sua compreensão histórica.

Essa associação memorial que rege a leitura histórica singular sobre a personagem nacional fica clara desde a abertura deste texto escrito em 1920, na qual o autor assinala por meio de um tom de exaltação que o príncipe era alguém “escolhido” desde seu nascimento, em sentido próximo ao messiânico, tendo em vista a ideia de que “a nação brasileira ia em peso aos pés de um berço saudar o nascimento de uma criança”. A relação paternalista suposta entre pai e filho, cujos caminhos se entrecruzam, é neste caso aplicada como metáfora de aproximação da nação como um pai à espera dos cuidados de seu “filho pródigo”. Ostenta-se, assim, a personalização da entidade coletiva - a *nação* - que recai sobre o então príncipe, cujos destinos a partir de seu nascimento estariam assim conectados de modo vital, como se pode constatar abaixo:

Já se foram 95 anos que a nação brasileira ia em peso aos pés de um berço saudar o nascimento de uma criança. Contemplava-a, na frase de Alencar, com a efusão do homem que contempla seu primeiro filho e, assim, continuou a contemplá-la por três lustros, nunca desmentindo o amor devotado que sentia por aquele a quem mais tarde deveria entregar seus destinos.³⁹¹

Não surpreende aqui a alusão a José de Alencar, reconhecido escritor e político brasileiro identificado justamente com a estética romântica e indianista nacional, como uma das vozes laudatórias ao então futuro imperador. Desta sequência acima interessa-nos poder extrair a vinculação existente, à luz do personagem Alencar, entre a escrita romântica como idioma nacional e a figura de Pedro II como encarnação particular da instituição política monárquica que cumprira, a seu modo, também um papel formativo sobre a nação. O vínculo entre o âmbito da narrativa cultural romântica com a política imperial personificada em seu líder (na figuração centralista do poder na experiência do Segundo Reinado) é estabelecido por meio da função análoga e suplementar que os identifica como facetas importantes do processo de constituição nacional e, em enlace, da instituição das tradições brasileiras.³⁹² Tanto a

³⁹⁰ Segundo a análise de Luciana Pessanha Fagundes, havia no cenário dos anos 1920 forte presença do tema da revogação do banimento à família imperial no Brasil em instituições de alto prestígio, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e em jornais de grande circulação, como o *Jornal do Brasil*. O artigo de Sérgio Buarque de Holanda insere-se neste ambiente social em que a reflexão e, em muitos casos, o tom de revalorização da experiência monárquica em âmbito de avaliação de seu saldo em tempos críticos republicanos estava em voga. Sobre isso, consultar: FAGUNDES, Luciana Pessanha. De volta à terra pátria: o traslado dos restos mortais de D. Pedro II e Thereza Cristina para o Brasil (1921). *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, Santa Catarina, julho de 2015, p. 1-36.

³⁹¹ HOLANDA, S. Buarque de. “Viva o Imperador”, p. 3.

³⁹² Em outro texto, intitulado “Ariel”, publicado em maio de 1920 na *Revista do Brasil*, Sérgio Buarque atribui, por meio de uma referência ao escritor alemão Emil Strauss (1866-1960), um papel causal formativo à monarquia

instituição política monárquica - *encarnada*, mais do que representada pela figura do imperador, segundo essa linha argumentativa - quanto a visão hipostasiada e diligente acerca das tradições do país configuram elos da interpretação sobre a cultura nacional realizada pelo autor nos anos 1920, constituindo-se em fatores que corporificam a sociedade e a história pátria lidas como ainda em processo de formação. O regime monárquico, elevado nesse fio argumentativo sob a imagem preponderante de seu imperador, constituía o nexo institucional do processo simbólico e político de construção nacional e de seu aspecto correlato, a modelagem da unidade do país.

Este papel formativo evidente confere ao imperador a posição de peça-chave no artesanato da nacionalidade brasileira, âmbito de análise assumido por Sérgio ao colocar Pedro II como artífice da obra de construção do país desde suas qualidades pessoais, virtudes às quais deveriam ser reconhecidas como signo da nacionalidade, isto é, pertencentes à história pátria, para além de atributo particular da persona política. Não à toa teria sido, na linha dessa argumentação do autor, graças a elas - a um pendor de “clemência incomparável” -, que a República teria tido condições de possibilidade para seu preparo e instauração sob a égide de seus “propagandistas”. Esta análise fica em tom ainda mais elogioso ao final do artigo, arrematado da seguinte forma:

Um homem de tantas virtudes e que tanto fez pelo seu país bem merecia dos brasileiros um parêntesis nas paixões políticas e uma justa homenagem, cuja realização já vai tardando. Não se justifica mais a permanência em terra estranha os restos mortais daquele que em vida foi a encarnação perfeita da bondade e da justiça. É uma covardia infanda, a de temerem que os despojos de Dom Pedro II como os de sua augusta esposa possam abalar algo, a nossa atual forma de governo. Esquecem-se os ingratos de que foi sob sua augusta sombra, protegidos por sua clemência incomparável, que os propagandistas da república pregaram e implantaram o atual regime.³⁹³

Nota-se que a política é reduzida como campo à experiência corrosiva de interesses passionais³⁹⁴, associados a pendores miúdos e mesquinhos, em relação distinta à magnitude (de virtudes da “bondade e da justiça”) nacional que, por contraste, abrange a figurado imperador, um símbolo de articulação pátria. Seu significado como personagem atinge o nível transcen-

enquanto forma de governo no processo de desenvolvimento das nacionalidades, veja-se: “A Strauss não passou despercebida a superioridade da monarquia sobre a república, na formação e no desenvolvimento intelectual de uma nacionalidade”. HOLANDA, S. Buarque de. “Ariel”. PRADO, Antonio Arnoni (org.). O espírito e a letra: estudos de crítica literária. Volume I, 1920-1947. São Paulo: Companhia das Letras, p. 43.

³⁹³ HOLANDA, “Viva o Imperador”, p. 6.

³⁹⁴ Na sequência deste mesmo artigo, Sérgio Buarque ratifica este ponto de vista crítico à política nacional como atividade com uma analogia com o campo das enfermidades. Diz o autor que “se o entusiasmo de minhas dezessete primaveras ainda não poluídas pelo vírus das paixões políticas pudessem projetar ondas de luz e eloquência sobre estas palavras, eu ousaria pedir a s. excia. [o então presidente do país, Epitácio Pessoa] que estendesse a sua magnanimidade fazendo revogar o decreto, já sem razão de ser, do banimento da família imperial”. Idem, *ibidem*, p. 6-7.

dental de representação da nação como ente mais do que meramente representadoem realidade, mas articulado politicamente. É preciso, conforme o autor preconiza, “um parêntesis nas paixões políticas [por parte dos brasileiros] e uma justa homenagem” ao falecido imperador. Sérgio Buarque explora este viés de crítica à atividade política exercida no Brasil pelos então políticos republicanos, de modo geral, em outro importante artigo seu publicado na revista *A Cigarra* em 1920, o já referido “A bandeira nacional”. Neste artigo, o autor escreve que os nossos políticos advogam em exclusiva causa própria, movido por seus interesses privados em detrimento de uma construção do comum - isto é, do plano coletivo nacional, como fora articulado pelo autor -, sendo este o ambiente que caracterizaria a vida política representativa do país.

Diz o autor que:

Bussolados pelo interesse próprio que quase em regra não é o da nação, esses políticos [do regime republicano] barafustam-se em intencionas egoístas cujo único norte é o lucro próprio. Eis como no Brasil se faz de meros bonifrates de circo, homens representativos.³⁹⁵

A política representativa e institucional, como a passagem acima permite depreender, é concebida como âmbito formal marcado por posições circunscritas a interesses localizados - “intencionas egoístas cujo único norte é o próprio lucro” -, demarcados do que seria o interesse geral da nação. Este contraste entre interesse particularista *versus* interesse coletivo da “nação” retoma o pressuposto do artigo “Viva o Imperador” de que, durante o exercício de poder monárquico do antigo imperador, houve, em contrapartida, a gestação de um interesse e sentimento de base nacional, pois houve a articulação da comunidade nacional. Sendo assim, o que essa leitura faz a partir da imagem idealizada de D. Pedro II é metaforizar em sua figura como um nó articulado a aproximação entre a institucionalidade política e a sociedade como corpo convertido em nação, unida assim em seu interesse *nacional*. A valorização dessa memória coletiva - que define uma ideia de nação brasileira - implica como argumento que ambos os espaços (o político-representativo e a sociedade) estão, no regime republicano e, de modo geral, à exceção da figura sobressalente e alegorizada do imperador, apartados pela lógica política “bussolada pelo interesse próprio” que regeria a vida política dos nossos representantes. Enaltecer a figura simbólica do imperador correspondia, nessa construção argumentativa, à ideia de afirmar a união entre a sociedade e o poder político-institucional, entendida aqui como fator modelador da unidade nacional.

³⁹⁵ Cf. HOLANDA, S. B. de. “A bandeira nacional”. In: COSTA, Marcos (org.). Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro I, 1920-1949. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 12.

Cabe apontar que a crítica feita à política representativa republicana e o apontamento da carência de um forte sentimento nacional na vida social do país eram ideias circulantes de modo recorrente no contexto intelectual brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Sua mobilização como matéria de crítica à experiência republicana então em curso no país (a denominada Primeira República) e, ao mesmo tempo, de valorização da experiência monárquica do Segundo Reinado como contraparte associada, estava presente na análise de diversos políticos, publicistas e escritores que articulavam o entendimento deste cenário com o diagnóstico da necessidade de construção de uma identidade nacional orgânica brasileira. Essa associação tinha por finalidade garantir a unidade de representação que, segundo leitura corrente às diferentes interpretações ideológicas do período (para além da fração mais conhecida do “pensamento autoritário”), carecia na República em face de sua órbita permeada por interesses de grupos e facções circunscritas.³⁹⁶ O crítico José Veríssimo, referência da crítica literária mobilizada regularmente por Sérgio Buarque em seus artigos³⁹⁷, sintetizou da seguinte forma essa carência constitutiva de “sentimento nacional” por parte da sociedade:

Brasileiro nenhum, estudando com amor, à falta de talento, a sua pátria, em todas as manifestações da sua vida, na sua Política, na sua Arte, na sua Indústria, na sua Literatura, e até nos seus costumes e tradições, deixará de verificar consternado a pobreza do nosso sentimento nacional.³⁹⁸

A crítica da falta de sentimento nacional em virtude da preponderância de interesses privados na vida política nacional tem, para o autor, outro emblema: de modo sintomático, este emblema é o sentido atribuído à própria mensagem contida na bandeira nacional, símbolo maior do país. Inscrito no então contexto contemporâneo de aproximação da efeméride do centenário da Independência nacional, aquele ambiente ensejava reflexões de balanço histórico das tradições nacionais por parte da crítica buarqueana. À luz do apontamento crítico de Eduardo Prado (1860-1901) sobre a produção da bandeira republicana, outro importante

³⁹⁶ Embora a elaboração desta crítica seja mais bem conhecida em sua versão do pensamento autoritário, este diagnóstico da falta de sentimento de base nacional era compartilhado por várias frações das elites intelectuais e políticas brasileiras como um problema central do país, aspecto que unia autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Gilberto Amado, de um lado, e Sílvio Romero, José Veríssimo, Mário de Andrade e o jovem Sérgio Buarque de Holanda, como aqui vimos demonstrando.

³⁹⁷ Para além da alusão no artigo “Originalidade literária” (1920), examinado neste capítulo, a presença de referências comuns em ambos os autores sugere o conhecimento e leitura acurada por parte de Sérgio em relação à obra crítica de José Veríssimo que lhe fora anterior. Como exemplo, há a menção de ambos críticos à figura do escritor alemão Emil Strauss, presente no artigo intitulado “Ariel”, de Sérgio Buarque, publicado em 1920, e no livro “A Educação Nacional”, de Veríssimo, publicado em 1890. Não causa surpresa que no artigo acima citado, Sérgio referencie, por mais uma vez, o crítico brasileiro da virada para o século XX em sua interpretação, remetendo a outro livro desse autor, chamado “Homens e coisas estrangeiras” (1902).

³⁹⁸ VERÍSSIMO, José. Introdução. In: A Educação nacional. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte, MG: Puc-Minas, 2013 [1890], p. 64.

pensador finisse lido e tomado como referência em seu rol dos artigos dos anos 1920 assim como o foram Sílvia Romero e José Veríssimo, o autor articula o problema estético do dístico positivista da bandeira (“Ordem e Progresso”)³⁹⁹ a uma crítica política direcionada ao caráter político dos representantes republicanos que estão no poder no governo provisório, tendo em vista sua ação estar, para o autor, desconectada da história nacional.

Para o autor,

O que a ninguém se antolheu necessário e urgente foi a reforma do pavilhão [alusão feita à bandeira nacional] disparatado, pretensioso e antiestético que nos cobre há mais de trinta anos. Eduardo Prado demonstrou, à saciedade, que no plano da nossa bandeira nacional houve certamente:

- 1 - Desprezo ou ignorância da tradição histórica.
- 2 - Erro capital de astronomia.
- 3 - Grave menoscabo da estética.⁴⁰⁰

Sérgio Buarque sintetiza a crítica tripartida de Prado articulando-a em torno a uma concepção de certo modo conservadora cultural e esteticamente que conecta justamente a estética à natureza política da vida nacional, tendo como fio condutor a (“falta de”) concepção sobre a história do país como lastro do ato de reforma da bandeira feito no contexto republicano, que ele qualificou como “disparatado, pretensioso e antiestético”. Nesse conceito, predomina a concepção estética de que “é feito em arte tudo que é falso, tudo que é artificial, que aspira o ser belo antes que expressivo, tudo que é pretensioso, tudo que carece de alma e de verdade, tudo que não passa de aparência, tudo que mente”.⁴⁰¹ Ou seja, como se percebe, a arte em termos de concepção estética é subordinada ao plano primordial de teor espiritual (de viés naturalizador, pois) que carrega a expressão de uma verdade pensada como permanente e estável extraída da natureza de um povo, de sua “ordem natural”, a ser representada de modo figurado pela bandeira nacional.

A beleza advém como produto da expressão ontológica de uma verdade política e, de certo modo, também psicológica do escopo nacional, isto é, oriundo ponto de vista de uma chave interpretativa informada na psicologia social dos povos. Conforme essa chave, a expressão profunda buscada pela arte de cunho nacional, que fora representada no trecho acima pelos signos metafísicos de “alma e de verdade”, seria a tradução do “caráter” do povo, aspecto cujo entendimento passa pelo significado específico de que a bandeira pátria deveria, como

³⁹⁹ Nessa crítica, Sérgio Buarque retoma o intertexto de Sílvia Romero (dessa vez em diálogo com o livro “Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil”, de 1894) no que concerne à questão da nacionalidade - uma de suas referências incontornáveis, como vimos demonstrando - para endossar sua visão de que a meta representada por um símbolo com a bandeira nacional tem a ver com a tradução do “espírito de um povo”, que deveria estar nela expresso e codificado, e que faltaria de cara no pavilhão republicano brasileiro o signo da “liberdade” no lema positivista.

⁴⁰⁰ HOLANDA, “A bandeira nacional”, p. 12-13.

⁴⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 14.

emblema-mor da nação, assentar-se em uma ligação nacionalista com o passado brasileiro. O problema de cunho normativo - do *dever-ser* - aqui pressuposto é de que se deveria tratar de operar e representar simbolicamente antes uma rearticulação do passado em face da continuidade no presente, de acordo com as tradições do país, do que produzir uma ruptura política e cultural com o passado tendo por base a afirmação de um movimento político recente e minoritário no presente, como era tratado pelo autor.

Dada essa carência na reformulação da bandeira pelo governo provisório republicano, seria, segundo o autor, seria “muito desejável, pois, que o governo vá tratando desde já da modificação indispensável do atual pavilhão de modo a acordá-lo melhor com a história, com a astronomia, com a estética e, antes e acima de tudo, com a sensatez”⁴⁰². Se a crítica é feita aos políticos republicanos que cometeram este ato, no limite, pouco republicano e, sobretudo, pouco representativo da nacionalidade, na concepção do autor, sua resolução passa pela ação de atores “notáveis” selecionados fora da órbita da política institucional, o que é indicativo da visão dissociada que existia entre a classe política e a leitura do nacional que ele ostenta.

Para isso [para acordar o pavilhão com a nossa história] o melhor que se pode fazer é nomear uma comissão de pessoas de reconhecido mérito dentre os intelectuais patrióticos não devendo também ser desdenhado o concurso das classes a que mais diretamente pode interessar a sobredita modificação do pavilhão pátrio, como sejam *v.g.*, as classes armadas e a mocidade das escolas superiores.⁴⁰³

A seleção de atores fora da política representativa passa pela percepção de que no ambiente político-institucional se sobredetermina o interesse nacional pelo interesse partidário visto como privado exclusivamente, pois componente de uma casta, “uma seita” política minoritária de baixa expressão nacional. Para o autor, “a divisa ‘Ordem e Progresso’ da nossa atual bandeira pertence a uma seita cujos membros são minoria, exígua, minutíssima minoria entre nós”.⁴⁰⁴ O núcleo fundamental de sua crítica à adoção do dístico positivista da bandeira assume como pressuposto, mais uma vez, o hiato entre o poder político e a expressão da nacionalidade, de modo que preencher esta lacuna apontada pela produção buarqueana passa, segundo sua tese, pela mobilização das tradições históricas. Assim estava disposta, com efeito, a base de seu programa ideológico-cultural de inclinação tradicionalista, sob a égide do signo da tradição histórica, como vimos, e nacionalista tendo em vista o vetor político que demarcava o ideário central de suas reflexões inscritas no alvorecer da década de 1920.

⁴⁰² Idem, *ibidem*, p. 14.

⁴⁰³ *Ibidem*, p. 14.

⁴⁰⁴ *Ibid.*, p. 14.

Esta concepção foi posta à prova em alguns textos em que o autor desenvolve efetivamente a análise da presença e identificação do Brasil na escala americana, em um ambiente histórico-social marcado, no plano das relações continentais, pela consolidação do modelo de modernização representado pelos Estados Unidos como *referente* civilizatório. Tratava-se de um novo cenário de emergência do “americanismo” como categoria, evocada em outro sentido que não àquele relativo às “raízes” territoriais, físico-geográficas e simbólicas do país em face da escala regional, mas mobilizado como noção que condensa a apresentação política e cultural de uma nova alternativa de destino nacional à luz da potência norte-americana na cena das relações internacionais do início do século XX. E traz consigo, para efeito da análise concreta do autor, um dilema delimitante sobre o futuro da nação ante essa nova realidade política internacional em curso.

Este é o pano de fundo histórico-contextual da compreensão de artigos como “Ariel”, “A quimera do monroísmo” e “A decadência do romance”, publicados entre 1920 e 1921. Nessa combinação de textos, o autor emblematiza a história brasileira mediante a delimitação de um sentido nacional essencializado ao comparar por contraste o Brasil com os Estados Unidos, relação a partir do qual ele estabelece a fixação dos fundamentos culturais diferenciais do Brasil como nação, sintetizados na expressão organicista, à moda do debate oitocentista, “índole do povo brasileiro”.⁴⁰⁵ É de acordo com a demarcação desse caráter psicossocial que o autor, sob uma lógica orgânica e naturalista que confere unidade à identidade cultural, teoriza os caminhos do devir nacional como adaptados a um processo histórico pensado como evolutivo, cujo desenvolvimento seria correlato ao “natural”, entendido como expressão de um sentido fundacional e regente da nação por ele atribuído na análise.

Em “Ariel”, texto que é peça-chave da expressão deste ponto de vista do autor sobre a natureza das identidades, Sérgio Buarque aborda a relação do Brasil (junto à escala cultural da América Latina) com os Estados Unidos sob o ângulo de suas identidades articuladas como individualidades histórico-culturais. O autor reativa, para tanto, a conexão do escopo nacional brasileiro com a escala americana que já havia esboçado desde o artigo “Originalidade literária”, agora reduzida, contudo, à égide da América Latina, por se tratar de análise centrada na esfera cultural. A partir desse critério cultural, o autor opõe essencialmente a história brasileira - articulada ao quadro latino-americano - ao modelo norte-americano. A problemática em que o relacionamento entre essas nações é colocado gira em torno, mais uma vez, das questões

⁴⁰⁵ João Kennedy Eugênio aponta em seu estudo a metáfora orgânica “índole de um povo” como uma das expressões que marcam a concepção organicista de Sérgio Buarque desde seus primeiros artigos publicados, no ano de 1920. Sobre isso, ver: EUGÊNIO, João K. Op. cit., p. 18.

da originalidade e autenticidade, binômios associados estreitamente em seu discurso sobre a nação, e impõe como pressuposto da comparação a definição dos substratos identitários e espirituais que condicionam, para o autor, os caminhos históricos díspares então projetados a esses países. É em torno da presunção ontológica da existência de uma índole comportamental (de *temperamento*, no próprio léxico buarqueano) adaptada ao povo de cada realidade nacional que o autor procede com a oposição entre os destinos dos dois países. Aliás, trata-se, antes, da concepção de uma unidade espiritual conformadora da unidade política nacional, preceito informado pela chave epistêmica da psicologia dos povos, que postula a existência concreta de um “caráter” e “espírito” nacionais conferidos aos povos de modo particular. Tal postulação está ancorada no pressuposto orgânico de analogia entre a formação social e cultural da nação e a concepção individual de ser humano, acarretando, dessa forma, a transposição orgânica de traços e características de teor comportamental ao âmbito da nacionalidade.

Veja-se o exemplo a seguir:

[...] o certo é que o utilitarismo, mais do que o de qualquer outro, já dominou o espírito do povo norte-americano. O nosso caminho a seguir deverá ser o mais conforme a nosso temperamento. Não possuímos a atividade, a disposição a certos trabalhos, de modo tão acentuado, como os habitantes das terras frias. O utilitarismo *yankee* não se coaduna absolutamente com a índole do povo brasileiro, que não tem semelhança alguma com a do norte-americano da qual é o extremo oposto. A sua introdução entre nós levar-nos-ia, naturalmente, a veredas diversas das que dirigiam os norte-americanos.⁴⁰⁶

Desse excerto se depreende que toda relação intensificada no plano cultural com os Estados Unidos conduziria o Brasil enquanto nação a “veredas diversas das que dirigiam os norte-americanos”, em suas palavras, pois as características do povo a que se destinariam não permitiriam resultados políticos semelhantes. Como se pode verificar, há um notório esforço, do ponto de vista discursivo, em afirmar a existência de uma identidade brasileira singular em face da diferença com os Estados Unidos como nação nesse jogo contrastivo. A relação entre as nações imersa nesse contraste apontado é articulada à luz da ontologia. Sendo assim, a delimitação da *diferença nacional* (entre as nações) passa, fundamentalmente, pelo horizonte de definição das nacionalidades em questão, e no caso brasileiro este era um problema cuja construção estava em curso, pois se tratava, a seu ver, de “uma sociedade em formação”⁴⁰⁷. Isso significa que, estando a sociedade brasileira em processo formativo, ela careceria de um

⁴⁰⁶ Cf. HOLANDA, Sérgio B. de. “Ariel”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). O espírito e a letra: estudos de crítica literária. Volume I, 1920-1947. São Paulo: Companhia das Letras, p. 43-44.

⁴⁰⁷ Sérgio Buarque afirma na frase completa o seguinte: “No Brasil, o hábito de macaquear tudo quanto é estrangeiro é, pode-se dizer, o único que não tomamos de nenhuma outra nação. É, pois, o único traço característico que já se pode perceber nessa sociedade em formação que se chama: o povo brasileiro”. HOLANDA, S. B. de. “Ariel”, p. 42.

caráter nacional definido, e a inspiração em modelos externos é traduzida como fator contraproducente nos termos de um problema de “imitação”, de “macaqueação”⁴⁰⁸, segundo o autor, remetentes a um imaginário biologicista que circulava entre os parâmetros da análise científica ainda nas primeiras décadas do século XX.

“Imitar” outra cultura, nesse sentido, corresponde a um desserviço político e moral à perspectiva de florescimento do povo brasileiro, pois “só o desenvolvimento das qualidades naturais de um povo pode torná-lo próspero e feliz”⁴⁰⁹. Naturaliza-se, por preceito, os traços culturais que conformam a condição de desenvolvimento orgânico nacional. O progresso de uma nação, segundo esse enquadramento evolucionista, depende, por conseguinte, de circunscrever o curso da história nacional ao desígnio dos “traços característicos nacionais” que performariam a identidade do povo e constituem, assim, a plataforma regulatória para o seu desenvolvimento. O caminho político projetado à nação é, em decorrência, conectado diretamente à leitura feita sobre a identidade, assentada como substrato ontológico do sentido de nacionalidade conferido pelo autor. O *telos* aspirado à nacionalidade regulava a interpretação da história articulada como expressão da identidade nacional, manifestada como questão à luz das noções de “temperamento” e “índole do povo brasileiro” que aparecem no excerto anteriormente trabalhado.

Associa-se, assim, por princípio a questão da identidade cultural - do “caráter nacional” - à aspiração do “destino” político (“o nosso caminho” a ser percorrido) proposto como horizonte de futuro da nacionalidade. A história nacional adquire, nessa feição, o apontamento de uma direção que deve ser percorrida, segundo essa leitura orgânica, com base nos valores e características que perfazem a psicologia coletiva entendida como particular ao nosso povo. Como se pode constatar no fragmento elencado a seguir, a natureza é evocada, outra vez, como reserva matricial da nacionalidade, na medida em que permite delinear como referência o curso

⁴⁰⁸ Este era um termo que expressava uma representação cara à antropologia evolucionista do século XIX (junto às demais noções basilares desse paradigma interpretativo, tais como “progresso”, “raça”, “qualidades naturais”, “qualidades inatas e intrínsecas”, “índole do povo”, “raças opostas” e “temperamento dos povos”) e que poderia ser ainda encontrado, de modo surpreendentemente resiliente, nas análises sobre a cultura brasileira em relação a outras culturas (em jogo comparativo sobretudo feito com a escala europeia e norte-americana como referenciais) de Sérgio Buarque, assim como de um Mário de Andrade e de um Oliveira Vianna. Era metáfora internalizada nas concepções sobre a formação da identidade brasileira voltadas à decodificação de traços de um “caráter nacional” idealizado. Como o termo expressamente invoca, o problema que ele enuncia é pensado nos termos românticos antitéticos de *originalidade vs. cópia*, de *autenticidade vs. imitação*, de *natural vs. artificial* e de *verdadeiro vs. falso*. Nessa concepção estetizante da cultura, “macaquear” corresponde a imitar de modo submisso e mecanizado uma cultura tomada como modelo referencial. Essa expressão, como apontamos acima, pode ser verificada em ensaios publicados por Mário de Andrade nos anos 1930 e 1940, que compõem seu livro intitulado “Aspectos da literatura brasileira” (1943), e em obras de Oliveira Vianna como “Pequenos estudos de psicologia social”, de 1921, e “Problemas de política objetiva”, de 1930.

⁴⁰⁹ HOLANDA, “Ariel”, p. 44.

histórico entendido como “originário” e, por conseguinte, “natural” e imanente ao desenvolvimento dos povos:

O nosso *desiderandum* é o caminho que nos traçou a natureza, só ele nos fará prósperos e felizes, só eles nos dará um caráter nacional de que tanto carecemos. E o caminho que nos traçou a natureza é o que nos conduzirá a Ariel, sempre mais nobre e mais digno do que Caliban.⁴¹⁰

Sérgio Buarque recorre, aqui, à apropriação da alegoria central de “A Tempestade”, peça teatral escrita por William Shakespeare no século XVII, tramada em torno das personagens díspares de Ariel e Caliban, representativos de dois modos de agir bastante diferentes, vinculados a valores impossíveis. Na releitura feita pelo autor, a peça é apropriada como metáfora para pensar as relações culturais e políticas entre Brasil/América Latina com os Estados Unidos em 1920 a partir da figuração de Ariel e Caliban como padrões culturais opostos, incompatíveis. Explica o próprio autor que “Ariel, o gênio do ar, em *The tempest* de Shakespeare, representa a espiritualidade em contraposição a Caliban, símbolo do utilitarismo, e que além do mais é um *savage and deformed slave*”. No uso buarqueano, fundamentado na releitura operada pelo intelectual uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917) da peça shakespeariana, cuja obra é denominada “Ariel” (1900), a operação de seu texto é apropriar-se da associação feita por Rodó (não à toa, seu texto tem como título o mesmo do livro do pensador uruguaio) de simbolizar Ariel como um reduto espiritual(ista) que permeia a potencialidade cultural da América Latina e da nação brasileira, em especial, se cultivadas em seus traços e tradições em conformidade com suas “índoles” e “qualidades naturais e intrínsecas” de povos originais, sendo opostas a Caliban, que representaria a cultura norte-americana.⁴¹¹

Ariel significa, assim, a possibilidade de realização espiritual do “desenvolvimento intelectual de uma nacionalidade”, da “emancipação intelectual” do povo - se recordarmos a expressão utilizada em seu primeiro artigo, “Originalidade literária” -, na concepção culturalista do autor que esboça, nessa argumentação, um sentido primordialista de “vocação” cultural. Já Caliban manifesta, em contrapartida, a representação de caracteres opostos, dicotômicos a este modo de vida “espiritualista”, pois é expressão de um pensamento lido como

⁴¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 45.

⁴¹¹ Uma amostra categórica desse ponto de vista pode ser vista no seguinte fragmento recolhido deste mesmo artigo em foco, veja: “É caso digno de nota que quando uma nação, atraída pela grandeza ou pelos progressos de outra pertencente a raça diversa da sua, é levada a imitar sem peias seus traços característicos e nacionais, procura especialmente as qualidades nocivas e as menos compatíveis com a sua índole”. HOLANDA, “Ariel”, p. 42.

“utilitarista” e materialista vulgar, radicado em interesses pragmáticos de “um empirismo frio e prosaico”.⁴¹²

Como símbolos, portanto, Ariel alegoriza a cultura brasileira e latino-americana, associadas por princípio na construção do autor, em contraposição a Caliban, signo destinado à representação da cultura estadunidense. Ambos são mobilizados, cada um a seu modo, como signos antagônicos de projetos de nacionalidade que se apresentavam como possibilidades políticas ao país naquele cenário. Ao indagar-se acerca do rumo cultural e político que a nação deveria seguir em seu processo formativo, o pensamento de Sérgio Buarque se aproxima, como se pode constatar mais uma vez, das fontes da crítica latino-americana desenvolvidas no final do século XIX, assim como havia feito em relação a Romero e Veríssimo. Vale da mesma forma para a leitura política de teor latino-americanista de Rodó. Era, em boa medida, por meio da apropriação teórica dessas fontes de crítica cultural que seu pensamento se articula em 1920. Ao tratar dos Estados Unidos, como exemplificação desse viés latino-americanista apontado, a crítica buarqueana refere-se à nação norte-americana do ponto de vista de sua identificação cultural como pedra de toque, concebendo-a como depositário de valores morais pouco apreciáveis na perspectiva de sua crítica culturalista de tom, inclusive, aristocratizante:

Nos Estados Unidos, há, além do mais, um ar infecto de corrupção que exala das classes que governam, difícil de ser encontrado na Europa. O utilitarismo e a preocupação de ganhar dinheiro, a *auri sacra fames*, conquistaram os norte-americanos em detrimento do espírito intelectual, da moralidade política e da própria liberdade individual. Isso deu azo a que Schopenhauer os qualificasse de proletários da humanidade. Seu caráter próprio, diz ele [o filósofo prussiano], é a vulgaridade sob todas as formas: moral, intelectual, estética.⁴¹³

Em outra passagem do mesmo texto, o problema da imitação é evocado a partir de uma situação concreta do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos: a inspiração republicana formalizada na Constituição de 1891. O regime republicano é visto como desdobramento político dessa prática de imitação cultural, sendo tratado, por conseguinte, como entidade

⁴¹² Como aponta Bernardo Ricupero em sua análise, a apropriação das personagens shakespearianas “Ariel” e “Caliban” foi uma alegoria recorrente na crítica cultural e política latino-americana a partir do final do século XIX, sendo empregada sobretudo para pensar o desenho das relações entre a América Latina e os Estados Unidos desde o expansionismo continental deste país no pós-Guerra Hispano-Americana, de 1898. Nesse quadro das relações, o uso apropriado da peça shakespeariana tinha o sentido explícito de marcar “a diferença entre o que começava a ser chamada de América Latina e os EUA”. Ver: RICUPERO, Bernardo. Ariel na América: viagens de uma ideia. Interseções, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, dez. 2016, p. 401.

⁴¹³ Ibidem, p. 43. A crítica feita à cultura norte-americana é operada com base em referências externas a seu universo, como recurso retórico para fortalecer a leitura feita, como se pode constatar, no excerto acima, na expressão latina do poeta romano Virgílio em “Eneida”- *auri sacra fames* -, e na análise do filósofo prussiano Arthur Schopenhauer acerca do caráter norte-americano. Ambas as referências recolhidas estão vinculadas a um imaginário “clássico” cultural europeu, arcabouço à luz do qual Sérgio instrumentalizou sua crítica aos Estados Unidos.

exótica aos “caracteres nacionais” brasileiros, pois associada ao “estrangeiro” e “exógena” às nossas tradições particulares. Era uma constituição política adaptada, segundo essa linha argumentativa, às qualidades e índole do povo norte-americano, mas em nosso caso protagonizou a ruptura das instituições monárquicas, entendidas pelo autor como “o regime ao qual devemos setenta anos de prosperidade”⁴¹⁴. Repare-se que o ângulo da crítica feita é endereçado ao movimento de inspiração por parte dos “propagandistas” do regime republicano em um modelo político de funcionamento adaptado a outra realidade cultural, a outro “espírito do povo”, no caso ao “espírito do povo norte-americano”, em um ponto de vista essencialista, unificador e acentuadamente culturalista no trato das instituições políticas e do comportamento político e social dos povos. Não se trata de crítica essencial do modelo político norte-americano em si, mas do lance de sua “importação” como regime para o povo brasileiro, o qual possuiria, segundo sua leitura histórica, “outros caracteres nacionais”⁴¹⁵. Vigora como ponto central dessa crítica a ideia de que se coloca entre os países uma relação de desencaixe fático entre ontologias nacionais consideradas profundamente distintas.

Nas palavras do autor,

[...] a nação que, pelos seus progressos, conseguiu atrair melhor as simpatias do governo e do povo brasileiro foi justamente a menos digna de nossas simpatias, a mais imprópria para ser imitada: foi a república dos Estados Unidos. Foi essa simpatia, e conseqüentemente essa imitação, que criou em nós uma atração infrene pelo utilitarismo *yankee*. Um outro fator que influiu sobremodo para o desenvolvimento do utilitarismo no povo brasileiro e dessa nossa tendência natural para imitar tudo que é estrangeiro, foi a importação do regime republicano.⁴¹⁶

Ainda que não seja citado expressamente neste artigo, como o fora o crítico José Veríssimo, por mais uma vez presente como intertexto da análise buarqueana, a interpretação em chave culturalista feita sobre a relação entre Brasil e Estados Unidos - com desdobramentos políticos acentuados acerca da crítica à adoção do regime republicano como peça de “imitação” cultural do país frente ao modelo institucional daquele país - parece dialogar de modo íntimo

⁴¹⁴ Idem, ibidem, p. 42.

⁴¹⁵ No trecho em que Sérgio Buarque afirma a existência de caracteres nacionais particulares a cada povo em face de sua história e tradições, chega a tratar a inspiração em modelos políticos e hábitos culturais alheios ao povo de origem como “costumes exóticos”: “Assim deu-se na Grécia quando ali penetraram os costumes orientais, assim deu-se em Roma quando esta foi conquistada pela cultura helênica e tem-se dado em todos os países que preferem perder seus caracteres nacionais a deixar de importar costumes exóticos. Assim está se dando em toda a América Latina com relação à *cultura* dos Estados Unidos”. In: HOLANDA, “Ariel”, p. 42. Veja-se que nesse argumento de viés conservador, o autor traça uma analogia histórica entre os intercâmbios culturais (lidos, na prática, como responsáveis pelo enfraquecimento e “decadência” dos povos) que ocorreram nos exemplos clássicos da Grécia antiga e de Roma antiga com ao cenário atual da América Latina em relação aos Estados Unidos. Segundo se pode deprender dessa análise, o elemento que une os dois contextos bastantes distintos temporalmente é a situação latina de “penetração” e “invasão” cultural de costumes (seja via conquista, seja via imitação, no caso em foco) ligados a povos estrangeiros.

⁴¹⁶ Idem, ibidem, p. 42-43.

com a tese apresentada por outro crítico, assim como Veríssimo um personagem marcante do cenário político e das letras brasileiras no final do século XIX: Eduardo Prado (1860-1901), com sua obra polêmica “A ilusão americana”, de 1893, ambientada nos intensos debates entre monarquistas e republicanos dos anos finais do Oitocentos.⁴¹⁷ Isso mostra que os Estados Unidos eram tema de reflexões culturais e políticas acirradas naqueles debates, sobretudo por sua ascensão política como potência regional na escala continental americana no final daquele século, prática que teve continuidade na crítica das primeiras décadas do século XX, como o texto de Sérgio Buarque permite vislumbrar. Havia um cenário de recepção intelectual por parte da crítica brasileira dos Estados Unidos como modelo civilizacional a ser discutido em torno da chave de articulação das realidades socioculturais e político-institucionais dos dois países, desde o acontecimento da instauração republicana no Brasil.

Sua mobilização pela crítica nacional como possibilidade de referência cultural - de modelo ou contra-modelo, frisa-se - é um fato marcante da cena intelectual da virada para o século XX, sendo um de seus efeitos de interação o discurso do “americanismo” enquanto categoria balizadora do pensamento sobre a cultura brasileira. A leitura de nosso autor é expressão e momento desse debate quando, diante de um enquadramento oposicional com os Estados Unidos, representa-o retoricamente como um elo exterior e incompatível ao florescimento cultural brasileiro, isto é, sendo operado como um “afora” identitário no processo dialógico de constituição de uma identidade nacional estabelecido pelo autor. Os Estados Unidos são representados, assim como fora anos antes, na crítica brasileira pela interpretação de Eduardo Prado, enquanto ameaça frontal ao desenvolvimento da entidade nacional autônoma do país e da América Latina como um todo. Ameaça cultural, como se verificou no exame do artigo “Ariel”, mas também no campo político internacional e literário, convém assinalar, projetada em um terreno ontológico delimitado de análise que, ao afigurar sentidos permanentes a realidades justapostas como nacionais, aprisiona, com efeito, a consideração da historicidade. Um cenário de americanização das relações internacionais, assim como da esfera das relações culturais e literárias, portanto, era o risco representado pela “mania de americanização de tudo quanto é nacional”⁴¹⁸, como o autor apontou em “Ariel”. Como resta claro, o anseio do autor ao colocar como objeto de análise a relação entre as duas nações é,

⁴¹⁷ Para uma análise específica do pensamento de Eduardo Prado sobre as relações do Brasil com os Estados Unidos no plano cultural da identidade, sobretudo mediante sua obra “A ilusão americana”, ver: ARMANI, Carlos Henrique. Exterior constitutivo e interior transitivo: os componentes identitários do Brasil e seus outros no pensamento de Eduardo Prado. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXI, n. 1, p. 167-180, junho 2005.

⁴¹⁸ HOLANDA, “Ariel”, p. 44

outra vez, o de firmar a identidade nacional brasileira nesse quadro, de afirmá-la em seus potenciais de originalidade e individualidade como valores cruciais.

Em texto escrito pouco tempo depois de “Ariel”, intitulado “A quimera do monroísmo”, de julho de 1920, a relação entre Brasil e Estados Unidos é estudada em seus possíveis desdobramentos políticos para o Brasil no plano internacional, e a problemática do texto chega a assumir os contornos limitantes da apresentação de um dilema nacional sobre o caminho político postulado para o futuro autônomo do país. O mote da análise é o significado político da *doutrina Monroe* com sua fórmula “América para os americanos”, a partir da declaração do político norte-americano em 1823, e o relacionamento entre os países é elaborado em face de um quadro de “imperialismo ianque”, categorizado como o “atual movimento expansionista que se opera na grande República”⁴¹⁹. A interpretação do dístico do presidente James Monroe por parte do texto buarqueano remete ao entendimento de que este expansionismo dos EUA, embora anunciado como ação defensiva na política externa do país sobre o continente, é produto de sua especificidade nacional em termos psicossociais, isto é, deriva de um “instinto” arraigado do povo norte-americano, segundo seu olhar condicionado pelo eixo da psicologia coletiva e identitária dos povos:

A independência, é natural, deu novas forças a esse instinto [expansionista e soberanista dos EUA], de modo que, explanando-se gradativamente, se transformasse no atual *jingoisismo* cuja psicologia tão bem traçou o sr. E. Bontmy em seu notável estudo sobre o povo norte-americano. A *soi disant* doutrina de Monroe foi um fator somenos, se tanto, na evolução do imperialismo ianque. Muito antes de ser ela anunciada já a jovem República, ávida de maior grandeza, adquirira a Louisiana.⁴²⁰

A questão é elaborada do ponto de vista político para além do jogo mais previsível e ambíguo entre a chave defensiva de “libertação” do território do jugo europeu colonial e a ofensiva de controle por parte dos norte-americanos da escala regional, que o autor mantém. Para Sérgio Buarque, o problema fulcral é o de sua interação com o Brasil em termos da soberania nacional, tema caro às preocupações e anseios nacionalistas. O tópico era articulado como dilema que requisitava uma opção política para o Brasil entre uma condição expressa como sendo de submissão aos EUA ou uma saída soberana, pensada como autônoma e altiva. Tratava-se de um dilema nacional enunciado como sendo de “escolha entre a independência e a tutela”:

⁴¹⁹ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A quimera do monroísmo”. In: COSTA, Marcos (org.). Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro I, 1920-1949. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 9. Artigo publicado originalmente na revista paulistana *A Cigarra*, em julho de 1920.

⁴²⁰ HOLANDA, Sérgio B. de. “A quimera do monroísmo”, p. 9.

A política que o Brasil tem que seguir com relação aos Estados Unidos deve ser outra. De duas, uma, ou perderemos para sempre a condição de Estado soberano ou, de acordo com as tradições de povo livre, repelimos com dignidade e altivez os engodos com que nos procuram atrair os *amigos* do norte. Cumpre, pois, que o Brasil escolha entre a independência e a tutela o que melhor lhe convier. Se nos decidimos pela primeira, não será, porém, com essa nossa habitual política de submissão ao Tio Sam que a conservaremos.⁴²¹

Do ponto de vista literário, a relação entre Brasil e EUA é pensada no artigo “A decadência do romance”, na mesma medida, como um jogo entre distintos modelos culturais, no qual o país norte-americano, por configurar na premissa do autor a ideia de que “a americanização do globo⁴²² se vem tornando um fato incontestável”, o desdobramento é a tendência do que chamou de “*yanquismo* em literatura”.⁴²³ Sérgio Buarque, como lhe é recorrente na figura de *tropos* retórico, alegoriza a ascensão norte-americana no plano geopolítico com o aumento exponencial da produção literária no gênero conto, em prejuízo do gênero romance. A analogia feita é entre romantismo-romance e realismo-conto, que segundo o autor encontrou na nova ordem do mundo, sobretudo no plano temporal, a exigência de uma forma breve, “o conto leve e curto”, pois “os letrados não têm paciência para perder tempo com ridicularias quando o tempo é dinheiro”.⁴²⁴

Nessa formação contemporânea moldada pela lógica norte-americana, na compreensão buarqueana, o materialismo das relações sociais impregna a vida cultural. Mais uma vez, Sérgio recorre à crítica de tom culturalista, de teor espiritualista e mesmo aristocratizante no cultivo das formas tradicionais e “sensíveis” ante o que enuncia como uma “manifesta invasão, por esta nefasta avalanche de um terreno até há pouco considerado imune: o das letras”.⁴²⁵ E se esta invasão é vista como recente do ponto de vista cronológico, seu ritmo é intenso, e assim descrito: “O que é fato e ninguém nega é a virulência com que gafou as

⁴²¹ Idem, *ibidem*, p. 10-11.

⁴²² Desde os primeiros anos do século XX, falava-se abertamente em um cenário de “americanização” do mundo como uma nova faceta cultural de amplitude mundial, isto é, como um novo paradigma civilizacional que implicava diretamente na reelaboração de identidade sociais e de formas políticas nacionais. Como obra de referência naquele contexto, pode-se citar a obra do jornalista inglês William Thomas Stead “A Americanização do mundo” (1902) e o conhecido manual “Americanization: principles of americanism, essentials of americanization” (1917), do escritor norte-americano Winthrop Talbot. O então novo paradigma norte-americano de organização social não passou despercebido do alcance crítico de Sérgio Buarque de Holanda em seus escritos dos anos 1920, na medida em que se constata referência direta à primeira obra listada acima em seu texto “A quimera do monroísmo” (1920) e em seu texto intitulado “Ariel” (1920) há uma alusão à “mania de americanização de tudo que é nacional”. Ver, respectivamente: COSTA, Marcos (org.). Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos, livro I, 1920-1949. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 8-11; PRADO, Antonio Arnoni (org.). O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária. São Paulo: Companhia das Letras, volume I, 1920-1947, 1996, p. 44.

⁴²³ HOLANDA, Sérgio B. de. “A decadência do romance”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). O espírito e a letra: estudos de crítica literária. Volume I, 1920-1947. São Paulo: Companhia das Letras, p. 105. Artigo publicado originalmente na revista paulistana *A Cigarra*, em 15 de março de 1921.

⁴²⁴ Idem, *ibidem*, p. 105.

⁴²⁵ *Ibidem*, p. 105.

nossas letras, o *yanquismo*”⁴²⁶. É assim que, complementa o autor, “nestas épocas de corre-corre, o conto vai insensivelmente tomando o lugar do romance”⁴²⁷. Por trás da transição aventada do gênero romance para o conto, há uma forte crítica cultural aprocessamento da modernização literária e social que deixa de lado as tradições, renegando-as. Como exemplificação, a leitura do tempo histórico presente feita no texto reforça como meta-discurso, desde a evocação do título escolhido (“A decadência do romance”), o diagnóstico crítico do cenário cultural contemporâneo em viés negativo, manifesto nos termos críticos de “decadência”, “queda” e na ideia-chave de redução das expectativas de futuro em face de um presente que se apresentaria como pouco promissor, assim enunciada: “Mas pouco nos interessa indagar do futuro quando muito há que saber do presente”.⁴²⁸

Nota-se além disso que essa crítica - em anexo ao apelo conservador que dela emana - é realizada a partir de uma chave nacionalista e biologicista evidente na apreciação da manifestação de “invasão” norte-americana - direta ou indireta, por reforço e estímulo à forma conto como configuração alinhada à ordem americanizada - no terreno das letras: age de modo “virulento”, é vista como “nefasta” em terreno antes considerado “imune” a sua presença e é delimitada como alvo focal pelo seu modo cultural de ser, tachado sob certo teor depreciativo de “yanquismo” em sua leitura. O próprio título do artigo - ao remeter à noção de decadência - é sugestivo da tese esgrimida pelo autor de que se vivia à época a experiência de uma nova ordem do tempo, cujo presente era marcado pela “queda da literatura de ideias” como saldo da imersão contista por via da ingerência norte-americana no plano das relações culturais, diagnóstico que deriva de uma noção de temporalidade progressiva como alicerce conceitual. Por essa razão, ecoa dessa linha de análise como programa a bandeira de que “é necessário pois impedirentre nós a queda do romance, que fez a glória da literatura do século passado [séc. XIX]”. Trata-se de evitar, com a possível queda do romance, o significado de desagregação de uma tradição, no caso concreto o modelo literário que havia assegurado, na asserção do autor, “a glória da literatura” do século XIX. Com efeito, o resultado dessa leitura da história é a oposição simples de expectativas entre o presente lido como propenso a um cenário precário de decadência do “espírito”, ancorado na prática da imitação cultural desde a difusão de um modo específico de ser (o norte-americano), e o passado, conotado antagonicamente como tempo glorioso associado, por sua vez, a uma ideia forte de originalidade cultural.⁴²⁹

⁴²⁶ Ibid., p. 105.

⁴²⁷ Ibid., p. 106.

⁴²⁸ Ibid., p. 105.

⁴²⁹ Nessa parte do texto, Sérgio recorreu outra vez à apropriação extraída da peça “The Tempest”, de Shakespeare, operada em torno da representação figurada de Caliban. Neste uso, Caliban - signo manejado como um “monstro

3.3. Lente organicista ajustada ao devir nacional: leitura modernista da cultura brasileira e um novo sentido histórico da nacionalidade

Se do ponto de vista da concepção de História que fundamentava as análises de crítica literária do autor publicadas entre 1920 e meados de 1921 o passado era mobilizado como temporalidade de sentido formativo e afirmativo à obra de sintetização de uma identidade nacional ao país, traçada sob o marco unívoco das “tradições nacionais”, como vimos até aqui, o entendimento histórico do autor ao longo da década de 1920 foi adaptado à injunção de um novo cenário social e cultural que se desenhou no Brasil com a emergência do movimento modernista, a partir do ano de 1921.⁴³⁰ Nesse novo momento do país nos anos 1920, em que se destacava a interação nacional com as vanguardas estéticas e artísticas que se consolidavam na Europa desde a década de 1910, como o futurismo italiano, houve por parte de Sérgio Buarque um investimento na direção de ampliar o campo de possibilidades literárias e artísticas relacionadas à abordagem da cultura brasileira. A elaboração e particular assimilação deste cenário na compreensão do autor pode ser verificada a partir de textos como “O gênio do século” (1921), “Pintura no Brasil” (1921), “O futurismo paulista” (1921), “Os novos de São Paulo” (1922), “A literatura nova de São Paulo” (1922), “Os ‘futuristas’ de São Paulo” (1923), “O passadismo morreu mesmo” (1923), entre outros, e será trabalhada como questão neste tópico específico tendo em vista sua relação explícita com a tematização da nacionalidade.

À luz deste material, importa pensar o discurso colocado em funcionamento pelo autor em torno da articulação de um sentido renovado de nacionalidade, em correlação estreita com o contexto de abertura à modernidade no período. Conforme podemos atestar nos títulos dos textos apontados acima, há um novo contexto de significação nacional desenvolvido pelo autor

demoníaco” para ilustrar a ação norte-americana no plano latino-americano - tenta tomar conta do cenário de produção literária do país a partir da “queda do romance”, de modo a prejudicar, segundo o autor, o desenvolvimento de nosso “espírito”. Ver: Idem, *ibidem*, p. 106-07.

⁴³⁰ Ainda que, do ponto de vista historiográfico-literário, a Semana de Arte Moderna de 1922 seja colocada como marco fundacional do modernismo na cena nacional, dada sua repercussão pública, não se pode ignorar que a organização das propostas, dos debates e interações entre os principais nomes, interlocutores e produções desta cena já estavam colocados alguns anos antes, a ponto de podermos sustentar o ano de 1921 como marco adaptado para a escrita de Sérgio Buarque de Holanda, tendo em vista a reflexão sobre o modernismo (conotado como “futurismo”) que passa a existir em seus artigos a partir deste ano. Sobre a marcação deste ano como importante elo na produção intelectual de Sérgio, consultar a seguinte interpretação: PACHECO, Guilherme Pinheiro. A crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos 1920-1926. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 2016, 207 f. Para o pesquisador João Kennedy Eugênio, outro intérprete da obra buarqueana, o ano de 1921 marca uma mudança importante na trajetória intelectual do autor, a partir do qual sua aproximação com o modernismo se torna fulcral: “A atitude a escrita de Sérgio Buarque se transformam no início de sua militância modernista, mas a mudança já é perceptível em artigos publicados por volta de setembro de 1921 - em especial, aqueles saídos na imprensa do Rio”. Cf. EUGÊNIO, João Kennedy. Palimpsesto: apropriação e reescrita em Sérgio Buarque de Holanda. Goiânia: Kelps, 2020, p. 103-104.

que é perpassado pela frente aberta de discussão acerca da emergência do “novo” e do “futuro”, signos que passaram a ser indagados como referências em seus artigos para (re)pensar a cultura brasileira. Está-se diante de um plano interpretativo operado por uma renovada concepção de história, sobretudo no que concerne à leitura do tempo histórico que a sustenta, a qual assume o significado dinâmico de abrir-se à historicidade do presente - sob a conjuntura cultural modernista - de modo complementar e assimilado à mobilização conceitual das “tradições” referentes ao passado nacional. Há, assim, uma dualidade (de presença não dicotômica, ressalta-se) que passa a ser constitutiva de sua leitura acerca da identidade e da cultura brasileira como campo ampliado de relações históricas. Forma-se, como efeito dessa visão mais entrelaçada sobre o objeto, um novo sentido histórico da nacionalidade. É a atualização dessa concepção na abordagem buarqueana, recolocada a partir do influxo do contexto modernista brasileiro, que será discutida e demonstrada, sobretudo, a partir do redesenho provocado no uso do organicismo como modo teórico principal de sua argumentação.

A partir dessa projeção do “novo” e do “futuro” enquanto significantes de abertura cultural à indeterminação do tempo histórico, sendo este assumido como aberto e não um caminho previamente delimitado desde o passado, o postulado organicista é deslocado, em nexos a essa compreensão de história, para o eixo de *articular* a existência da sociedade como figuração da “nossa diferença essencial do resto do mundo”⁴³¹ em um novo cenário contemporâneo (em escala nacional e internacional) tensionado pela condição de ser moderno. Nesse novo contexto, a articulação da nacionalidade não seria mais operada de modo circunscrito às tradições, tomadas como categoria histórica referencial e delimitadora dos rumos culturais e políticos a serem perseguidos pelo país, como até então havia sido proposto na produção crítico-literária buarqueana, mas deveria ser adaptada aos novos tempos do ponto de vista cultural. Inscrito no ambiente inovador de discussão acerca das relações entre o nacional e a modernidade, a partir de seu envolvimento com o modernismo desde 1921, conforme já havíamos apontado⁴³², a compreensão histórica do autor se vê alterada em senso

⁴³¹ Cf. “Modernismo não é escola: é um estado de espírito”. Ideias de Hoje, entrevista com Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19.06.1925. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes de Sérgio Buarque de Holanda. Organização de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 71.

⁴³² Como exemplos de sua participação engajada com o modernismo desde a cidade do Rio de Janeiro, há amostras como a representação da revista *Klaxon*, fundada em São Paulo após o acontecimento da Semana de Arte Moderna em 1922, no Rio de Janeiro, sua colaboração escrita neste periódico e, sobretudo, a emblemática fundação e coordenação da revista literária modernista *Estética* a partir de 1924, experiência breve que durou somente um ano, com a publicação de apenas três números. Seu tempo modernista, do ponto de vista de sua trajetória biográfico-intelectual, durou até 1926, quando se afastou categoricamente do movimento com a publicação do

de pluralização ao abarcar repertório mais amplo do que a noção de tradição ostentava, então utilizada como pilar estável e unívoco de organização da nação no universo de seus primeiros textos críticos.

Protagoniza-se na concepção buarqueana de história uma nova face que pressupõe maior interação entre passado e presente visando ao futuro do país, no sentido de alargar a construção de horizontes estéticos-culturais e identitários da nação, como era propósito do modernismo. À força dessa ampliação do espaço de análise histórica nacional, o futuro enquanto temporalidade perde a conotação específica de constituir um signo condicionado pela releitura do passado a que se espera efetivar, mobilizado com o sentido de “tradição” associado ao fator de “originalidade”, conforme constava como aspiração em suas primeiras análises. E a ideia de nacionalidade abre-se, por conseguinte, à dimensão de historicidade de uma maneira mais prospectiva e descontínua, condição condensada em sua interpretação desde as imagens de “futuro” e de “novo” que percorrem seus textos.

Cabe assinalar que o propósito desse uso não é a projeção abstrata e ideal de uma condição moderna definida por si mesma como valor, tendo em vista que na argumentação do autor essa faceta cultural é articulada concretamente como leitura da quebra do clima de “passadismo” que passa a figurar com recorrência em sua nova produção no contexto de aproximação ao modernismo. Trata-se, antes, da amplificação da ideia de abertura do futuro, projetado como a possibilidade de realização do “novo”, isto é, de um horizonte não demarcado previamente. Convém destacar, inclusive, que, embora esta não se torne sua métrica de atuação a partir de então, a dimensão de rompimento com a tradição cultural – uma marca modernista exercida, por exemplo, pela emblemática ação de Graça Aranha em relação à Academia Brasileira de Letras em 1924 -, passa a ser considerada como possibilidade em sua reflexão se não colocar em jogo a concepção buarqueana acerca da (nova) relação imbricada entre tradição e nacionalidade:

- Não é o simples capricho de acompanhar a última moda literária, vinda de fora, que nos leva a participar de um movimento de renovação artística. “Penso, ao contrário, que se a tendência modernista pode oferecer o aspecto de um rompimento com a continuidade de nossa tradição é exatamente porque julga que essa tradição nunca refletiu o sentido da nacionalidade”.⁴³³

artigo “O lado oposto e outros lados”, na *Revista do Brasil*, de São Paulo, em outubro daquele ano, texto que estabelecia sua crítica geral ao posicionamento histórico de alguns autores modernistas. Sobre sua experiência e atuação modernista, Sérgio Buarque relata alguns traços de seu envolvimento desde o Rio de Janeiro no livro “Tentativas de mitologia”, de 1949. Consultar: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apresentação. In: *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2ª edição, 1979 [1949], p. 28-29.

⁴³³ Idem, *ibidem*, p. 70.

Este excerto permite que se depreenda dois pontos fundamentais a essa concepção, a saber: o engajamento do autor com o modernismo, pensado como “movimento de renovação artística”, não implica o abandono de parâmetros organicistas de compreensão da nação nem necessariamente postula uma ruptura frontal com o passado como temporalidade considerada relevante à construção do presente, ao contrário. A ideia-chave invocada pelo autor é a de “sentido da nacionalidade”, que expressa em sua formulação um conceito de realidade que liga, necessariamente, o passado ao presente. O que há como diferença essencial, pode-se afirmar, é a maior circularidade e fluidez com que a relação entre essas dimensões temporais é pensada e articulada nas interpretações nacionais que o autor passou a realizar. Nessa chave postulada pelo autor, o problema não está predicado nonexo temporal - em reler e reacomodar o passado - nem, tampouco, em adotar a “tradição” como categoria histórica, a qual segue contemplada em sua análise, como se pode verificar no extrato acima, mas é deslocado para a crítica do modo específico de articulação operada pela “nossa tradição”, a qual, para o autor, nunca teria refletido organicamente o “sentido da nacionalidade”. Como o próprio uso do verbo refletir indica - flexionado na frase acima como “refletiu” -, há uma relação orgânica entre o *ser* nacional, no caso a entidade nacional postulada, e sua expressão estética, índice justamente no qual a *nossa* tradição teria falhado, segundo sua leitura.⁴³⁴

O outro ponto que merece destaque de nossa parte, colocado de modo mais subentendido nesta passagem, é aquele relacionado ao que significa, na perspectiva do autor, ser “moderno” concretamente. Sabe-se, a partir da primeira oração apresentada no trecho, que essa noção não corresponde a estar em sintonia e/ou em sincronia com “a última moda literária”. Não é questão traduzida pela chave meramente cronológica de estar atualizado com a contemporaneidade, nem supõe um sentido auto-representado de “vanguarda” ou de ser vanguardista. Seu critério não é de atualidade, meramente. Significa, antes, para o autor, um “estado de espírito”⁴³⁵, uma abertura ao “*espírito novo*”⁴³⁶ instaurado em um clima intelectual

⁴³⁴ Sobre este aspecto particular, Sérgio Buarque focaliza na obra *Raízes do Brasil* (1936) o teor da crítica aos positivistas brasileiros em sua empreitada de construção política segundo princípios vistos pelo autor como “inflexíveis” e “genéricos”, no sentido de desconsiderar a historicidade própria da realidade brasileira e sobrepôr a ela outro cenário. Nessa perspectiva, diz Sérgio que “o mobiliário científico e intelectual que o Mestre [referindo-se ao mestre positivista, Augusto Comte] legou à Humanidade bastaria para que se atendessem em todos os tempos e em todas as terras a semelhantes necessidades. E nossa história, nossa tradição, eram recriadas de acordo com esses princípios inflexíveis”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 27^a edição, 2014 [1936], p. 189.

⁴³⁵ Expressão retirada do título da entrevista que Sérgio concedeu junto a seu amigo e colaborador modernista Prudente de Moraes Neto para o jornal *Correio da Manhã* em 1925, sendo ambos organizadores da revista *Estética*.

⁴³⁶ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Os ‘futuristas’ de São Paulo”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária*. Volume I, 1920-1947. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 163.

criativo e favorável ao florescimento da “renovação artística”. Sérgio Buarque concentrou a compreensão desse clima de renovação no âmbito circunscrito a São Paulo, que, segundo ele, “ocupa neste momento [em 1923] uma posição de excepcional destaque no nosso mundo literário”⁴³⁷. São Paulo figurava, nesse recorte, como lócus metonímico da modernização artística, literária e estética nacional nos anos 1920, cenário justamente a partir do qual o autor refletia e se posicionava acerca das transformações da nacionalidade⁴³⁸.

Convém apontar que em sua análise presente no artigo “O lado oposto e outros lados”, de 1926, é obra do modernismo brasileiro a noção de atentar-se à importância de aspirar e projetar “uma arte de expressão nacional”, que corresponderia à produção de um estilo nacional próprio ao país de que carecíamos, segundo essa leitura. Diz o autor que

A convicção dessa urgência [de romper com as ideias prefixadas da nossa intelligentsia sobre a cultura nacional] foi pra mim a melhor conquista até hoje do movimento que chamam de “*modernismo*”. Foi ela que nos permitiu a intuição de que carecemos, sob pena de morte, de procurar uma arte de expressão nacional.⁴³⁹

Em razão desse demonstrativo, cabe apontar que não há, nesse momento de sua produção, nos idos da década de 1920, a mesma chave interpretativa que o autor apresentava de maneira particular nos seus textos iniciais publicados, por exemplo, no ano de 1920 acerca da noção das tradições como bastião da nacionalidade. Se assim fosse, mantida a premissa de viés tradicionalista que perfaz seus primeiros artigos em linhas gerais, no sentido de serem cultores de uma tradição histórica, o exercício de pensar a modernidade como construção cultural brasileira daquele período seria oposto, de modo frontal, à necessidade de preservação das tradições nacionais consideradas elementares, raciocínio dicotômico que fora desfeito em nome do posicionamento de coadunar os dois momentos discursivos - *tradição e modernidade* - como “peças” de uma mesma e orgânica história, a história nacional entendida em seu curso evolutivo próprio. A história como concepção é, assim, repensada para efeito de congregar

⁴³⁷ Idem, *ibidem*, p. 163.

⁴³⁸ Embora Sérgio Buarque estivesse residindo na cidade do Rio de Janeiro desde o ano de 1921, sua relação com o movimento modernista de base paulistana é feita desde a então capital federal do país, como um de seus principais representantes em solo carioca. É a partir da fixação de São Paulo como centro cultural - literário e artístico - que o autor pensa as transformações estéticas nacionais em correlação com a vanguarda futurista nos anos 1920. Inclusive, segundo um de seus mais abalizados críticos, Antonio Candido, o autor guardava mais afinidades com o modernismo paulista do que o fluminense, embora residisse no Rio de Janeiro desde antes da eclosão do movimento. Para Candido, Sérgio Buarque “levou ao Rio o espírito do Modernismo paulista”, o que poderia ser demonstrado, conforme o crítico, com a constatação de que “em notas e artigos, Sérgio deixaria transparecer a sua afinidade com os [modernistas] de São Paulo”. Cf. CANDIDO, Antonio. *Entre duas cidades*. In: MARRAS, Stelio (org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012, p. 16.

⁴³⁹ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O lado oposto e outros lados”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária*, volume I, 1996, p. 224. Artigo publicado originalmente na *Revista do Brasil*, de São Paulo, em 15 de outubro de 1926.

como posição teórico-analítica as faces da “tradição” e, ao mesmo tempo, a abertura à criação do “novo” e “moderno”, signos ambivalentes que são associados em sua operação interpretativa no sentido de postular um horizonte histórico aberto sob certa dialética complementar às construções (e preservação, no âmbito da “tradição”) do passado nacional. A inovação apontada como perspectiva existente em seus escritos não se submete a uma postura linear de (auto)glorificar o futuro em si mesmo, isto é, não é assimilada como elemento de apreciação *per se*, mas se configura como objeto de apropriação na dualidade montada pela reescrita do discurso do autor sobre a nação.

Ainda que haja, como contraparte, certa linearidade esgrimida com a postura de crítica acerba à intelligentsia mais tradicional e canônica do país que resulta em um otimismo com a busca da inovação no presente em alguns de seus textos produzidos a partir de 1921, como por exemplo, em “Os ‘futuristas’ de São Paulo” (1923), pode-se atribuir essa posição ao clima descrito pelo próprio autor de empolgação com o momento, o que guarda relação com o caráter dos textos produzidos como artigos em periódicos, os quais constituem, de modo geral, peças autônomas que refletem posicionamentos contextuais mais diretos e menos sistemáticos.⁴⁴⁰ Se a crítica à intelligentsia é ponto estruturante de seu pensamento envolto nesses textos que seria exposta, alguns anos depois, na obra *Raízes do Brasil*, o otimismo no presente é mais circunstancial, relacionado de modo contingente à eclosão do “futurismo” - como fora categorizado e reconhecido o modernismo, em um primeiro momento - na cidade de São Paulo.

Abre-se espaço em seu pensamento, a partir dessa reflexão estabelecida sobre o momento modernista e o cenário de São Paulo no campo de inovação estética, à problematização relacionada à concepção de história subsidiária a essa visão, no que concerne à tematização do tempo histórico. Em seu bojo, avança-se em relação ao estatuto privilegiado atribuído anteriormente às tradições, proporcionando ao conceito de tempo histórico nacional maior amplitude, complexidade e dinâmica. Conforme apontamos em linhas anteriores, as análises do autor adquirem contornos de maior circularidade entre as dimensões do passado e do presente com a cena modernista, o que revela a posse de uma nova chave interpretativa, sob influxo de uma visão mais relacional (e pluralizada) do processo histórico nacional. Sua

⁴⁴⁰ Nesse artigo, Sérgio Buarque traça, a partir da evocação da produção literária de São Paulo, forte ruptura com o passado, constatando tal movimento como um fato inquestionável à época, sendo considerado um passo que “está dado”. Este movimento era valorizado não apenas pelo traço de corte com o passado, mas sobretudo por ser visto positivamente como “pujança intelectual”, a conferir: “São Paulo não tem mais tempo de olhar para trás. Se deu um passo errado - ninguém sabe -, deu e está dado. [...] Em nenhuma época São Paulo chegou a tamanha pujança intelectual”. *Idem, ibidem*, p. 163-64.

expressão pode ser detectada, como uma das amostras desse renovado entendimento, no texto “O gênio do século”, publicado em setembro de 1921.⁴⁴¹

Neste artigo citado, o autor discute as produções literárias e artísticas de fins do século XIX e as compara com as emergentes nos princípios do século XX, chegando à conclusão de que sua relação inscrita neste arco temporal de poucas décadas não se estabiliza em uma oposição antagônica e direta como se poderia aventar entre uma “época de decadência” ante “períodos de florescimento efêmero”. Sua compreensão aprofundada exige, conforme o autor, um encadeamento histórico menos direto e, portanto, mais amplo e articulado do ponto de vista dos desdobramentos dos acontecimentos. Visto em perspectiva histórica, a hermenêutica esgrimida pelo autor dispõe os sentidos retrospectivos dos acontecimentos postulados desde uma posição heurística de afastamento temporal, pois parte da sentença de que “o decurso dos acontecimentos [é que] decifrou o enigma”.⁴⁴² A interrogação do processo histórico em busca de um sentido perfaz desse modo um “enigma”, isto é, um “segredo” originário, cuja resposta é decifrada pela própria decorrência do movimento temporal, tendo como fator operante uma perspectiva de temporalização que se distancia do recurso ontológico às tradições nacionais como momento identitário predeterminante.

A noção de história mediada por esse contexto experiencial modernista é apreendida a partir de seu fluxo temporalizado à luz dos efeitos dos acontecimentos, os quais são compreendidos em uma escala de tempo mais abrangente que os singulariza onticamente, desde uma lógica de entendimento relacional aberta ao desenlace contingente dos acontecimentos sociais. Há, assim, a construção de um horizonte histórico mais amplo tomado como escopo interpretativo. Esse prisma histórico desloca-se, por conseguinte, da ideia outrora defendida pelo autor em seus textos de 1920 de que o processo evolutivo nacional estaria fixado ontologicamente como desiderato pelo “caminho que nos traçou a natureza”⁴⁴³ e abre-se, por

⁴⁴¹ Artigo publicado originalmente na revista *A Cigarra*, em 1 de setembro de 1921.

⁴⁴² Na frase completa, o autor, ao refletir sobre a variedade e heterogeneidade dos artistas do final do século XIX, assinala: “Como se combinam tão harmoniosamente sem depender um de outro! [entre artistas elencados tão díspares entre si]. Como assim congregados guardam tão avaramente o tesouro precioso de sua personalidade! Há com certeza um segredo em tudo isso, em toda essa maranha inefável. Ou por outra, já houve, mas hoje o decurso dos acontecimentos decifrou o enigma”. HOLANDA, Sérgio B. de. “O gênio do século”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária*. Volume I, 1920-1947. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 109-110.

⁴⁴³ A questão acerca da formação da nacionalidade havia sido tratada pelo autor no conjunto de seus artigos críticos do ano de 1920, sobretudo no texto “Ariel”, como evolução gradual a partir de um quadro nacional traçado pela natureza, elemento posto como central e fundante da qual deriva o postulado da naturalidade progressiva de funcionamento do tempo histórico em sua interpretação. É nessa perspectiva que foi colocada a discussão sob a forma de um dilema cultural fixo entre ser uma nacionalidade brasileira autônoma e “original” ou seguir, por exemplo, o modelo norte-americano, à custa de uma obra de “imitação” política. Trata-se de um problema na medida em que se afastaria, caso fosse seguida a segunda “alternativa”, da mecânica evolutiva apresentada como “naturalmente” nacional. Havia, em seu pensamento naquele contexto, a ideia de um “destino natural” (no sentido

outro prisma, ao movimento do tempo histórico conotado com a possibilidade de significação de um novo horizonte cultural. Estabelece-se uma nova relação entre o passado e o presente da nação, na qual a história como modo de interpretação da realidade social não está mais predeterminada em seu sentido nem encerra como escopo uma noção de unidade nacional rígida. Descarta-se, nessa perspectiva, a premissa ontologizante da regulação de um caminho projetado ao futuro nacional em conexão intrínseca à (leitura prévia da) experiência histórica nacional e concebe-se, de outro modo, a abertura ao futuro como campo novo de possibilidades apresentadas ao país.

O âmbito nacional que era, em um primeiro momento, formulado pelo autor nos artigos críticos publicados no ano de 1920 enquanto lugar “natural” vinculado à premissa das tradições históricas e do meio geográfico, pois associado ao esforço de afirmação identitária de uma genealogia americanista, no sentido territorial mais naturalista da expressão, transfigura-se efetivamente sob um renovado enquadramento histórico de análise da nacionalidade brasileira. O sentido histórico que organiza a concepção de nação destaca, agora, o processo de sua abertura à temporalidade, cuja principal valência considerada é sua noção dinâmica de descontinuidade. Nesse molde, há como linha reflexiva a concepção histórica da existência de um movimento progressivo ascendente na realidade social que deriva de um ponto de eclosão - sintetizado no suposto de um marco de convergência concêntrico - do qual se irradiam desdobramentos (ecos) variados ao longo de seu curso, com os acontecimentos sociais interligados restituindo, assim, seu campo de significação. Essa visão histórico-evolutiva de fundo organicista, dado que o evolucionismo da diacronia se vincula à premissa de concatenação e ordenação do tempo como um processo social autônomo e unificado, entende o processo histórico como regência contínua e progressiva de determinado marco revelado (historiograficamente) *a posteriori*, podendo ser contemplada como o padrão de sua interpretação sobre eventos nacionais em outro artigo, intitulado “O futurismo paulista”. Nele, o autor, ao analisar as ideias marcantes do rico período do final do século XIX, o chamado *fin-de-siècle* europeu, assinala que

Pode-se dizer sem ênfase que a maior parte das grandes ideias surgidas com o *fin-de-siècle*, algumas um tanto exageradas, outras raramente seguidas, tiveram por ponto de convergência o movimento futurista iniciado com o manifesto de 20 de fevereiro

de conferido pela natureza como agente demarcador) previsto para o curso evolutivo do país, fundado sob certa ontologia imanentista da nação como arcabouço teórico. Trabalhamos essa concepção de modo mais específico na página de n. 48 deste capítulo, onde pode ser conferida a citação referida que serviu a nossa análise, extraída do artigo intitulado “Ariel”.

de 1909 publicado no *Figaro* de Paris por Filippo Tommaso Marinetti, natural de Alexandria.⁴⁴⁴

O equacionamento dos problemas nacionais adquire, assim, uma concepção histórica mais aguda, prospectiva e dinâmica ante o acontecimento original e supostamente primordial de um sentido a ser estabelecido. Como se pode perceber no trecho acima reproduzido, o mosaico de ideias surgidas no contexto do fim de século XIX é compreendido de modo concatenado a partir de um marco instaurado historiograficamente como “ponto de convergência”, o qual capta um sentido condensado, porém não determinante dessas diferentes manifestações conectadas; no caso em foco, atribui-se tal posição ao manifesto futurista italiano de Marinetti. Este expediente interpretativo acerca da história se tornou um *topos* das análises nacionais do autor, estando presente, alguns anos mais tarde, na leitura realizada na obra “Raízes do Brasil”.

Ao examinar o processo sócio-histórico chave da “grande revolução brasileira”, como fora por ele categorizada a transformação urbana significativa do país a partir da segunda metade do século XIX, Sérgio Buarque o entende fazendo alusão à noção de “sistema orográfico”, entremeado por “acidentes diversos”, o que conota sua organicidade análoga ao âmbito da natureza, segundo a metáfora natural utilizada.⁴⁴⁵ Nessa compreensão de tempo progressivo, as diferentes ressonâncias constituintes do processo revolucionário são lidas como desdobramentos de uma mesma linha matricial de sentido histórico (e *orgânico*, portanto) que estrutura os “pontos culminantes” do evento principal, expressão similar a noção de “pontos de convergência”, empregada anos antes por ele no artigo “O futurismo paulista”.

Desse modo, pode-se dizer que a concepção histórica do autor se coaduna - em sentido de complementaridade - com o postulado organicista, o parâmetro teórico fundador de sua interpretação. Outra amostra interpretativa desse esquema analítico pode ser observada em “Raízes do Brasil” quando o autor enquadra a revolução brasileira como processo de larga escala concebido em termos de transição da ordem rural para a urbana no país, cujo sentido, para tanto, é antes postulado e sugerido do que propriamente fixado de maneira assertiva, pois, caso assim fosse indicado, seria incorrer em uma síntese de antemão acerca de uma temporalidade transicional e progressiva que está em decurso, sendo ato em potência. O olhar

⁴⁴⁴ HOLANDA, Sérgio B. de. “O futurismo paulista”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária, volume I, 1996, p. 132.

⁴⁴⁵ No trecho de “Raízes do Brasil” aqui aludido, Sérgio assevera: “A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 27ª edição, 2014 [1936], p. 204.

perspectivado pela historicidade acompanha, por conseguinte, a precaução metodológica do autor de evitar definir de modo rígido uma asserção sobre o sentido do processo revolucionário compreendido como vigente, pois este se associa a seu próprio *devir*⁴⁴⁶. A opção feita orientou-se por pensar esse acontecimento desde a radicalidade do movimento histórico contínuo e visceral que o expressa, cuja resolução se clarifica mediante a perspectiva de distanciamento temporal, pois permite dimensioná-lo em seu campo de significação após o decurso de seu processo:

E efetivamente daí por diante [desde a Abolição] estava melhor preparado o terreno para um novo sistema, com seu centro de gravidade não já nos domínios rurais, mas nos centros urbanos. Se o movimento que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível que já entramos em sua fase aguda.⁴⁴⁷

Sob a linha operativa desse conceito de história, o autor define o futurismo menos como uma escola artística programática e mais como uma atitude livre vinculada a um “movimento de libertação”⁴⁴⁸ que se opõe “aos preconceitos tradicionais”.⁴⁴⁹ Repara-se que nessa expressão a carga acoplada à noção de tradição - no uso de “tradicional”, no fragmento acima - é de viés negativo, vista como fator limitante ao desenvolvimento da originalidade e da espontaneidade que a atividade artística deveria encorajar livremente, para o autor. Neste conceito, a originalidade é produto criativo da combinação entre “*liberdade estética - fantasia ilimitada*”.⁴⁵⁰ Significa, antes de tudo, gesto de libertação em relação a seu tempo. O futurismo italiano de Filippo Marinetti é, diante deste contexto retórico, o conceito artístico a partir do qual Sérgio Buarque se apropria para pensar os experimentos de vanguarda no país e o aplica mesmo aos jovens modernistas brasileiros, movimento que passou a integrar em meados dos

⁴⁴⁶ Compreendemos a noção de “devir” segundo a leitura proposta pela historiadora Maria Odila Leite Dias, na qual se entende historicamente (e de um modo historicista) que “o devir era a cada instante um processo contínuo de estruturação e desestruturação”. Para a pesquisadora, sua concepção deve ser associada à visão historicista de Sérgio Buarque, formulada pela autora da seguinte forma: “A noção da mudança e das descontinuidades do tempo foi um aporte do historicismo, assim como a ideia de que são cambiantes e provisórios todos os valores, que se pretendem universais ou permanentes”. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, Antonio (org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 22.

⁴⁴⁷ Idem, ibidem, p. 204.

⁴⁴⁸ Sérgio utiliza esta expressão que apreende o futurismo, de modo um tanto genérico, como “um movimento de libertação dos velhos preconceitos e das convenções sem valor” no artigo designado “O futurismo paulista”, publicado na revista *Fon-Fon*, do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1921. Ver: HOLANDA, Sérgio B. de. “O futurismo paulista”, 1996, p. 132.

⁴⁴⁹ Diz o autor que: “O futurismo quer simplesmente livrar os poetas de certos preconceitos. Ele encoraja todas as tentativas, todas as pesquisas, ele incita a todas as afoutezas, a todas as liberdades. Sua divisa é antes de tudo originalidade. Sob esse ponto de vista é legítima e louvável a aspiração futurista”. HOLANDA, “O gênio do século”, p. 111-12.

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 112.

anos 1920. Estes eram, com efeito, “os ‘futuristas’ de São Paulo”, nas palavras do próprio autor.⁴⁵¹

Esta não foi, de modo algum, uma operação retórica exclusiva buarqueana, salienta-se, já que o termo fora adotado como padrão “universalizável” de apreciação dos movimentos de vanguarda, como o próprio autor relata em relação ao uso feito, por exemplo, pelo escritor modernista Menotti del Picchia (1892-1988).⁴⁵² Sob a categoria “futurista”, reside, conforme pretendemos demonstrar, a estratégia central que Sérgio Buarque passou a operar desde sua imersão modernista: a de aliar o anseio de originalidade cultural (presente sistematicamente desde os artigos de 1920) à conformação de um espírito livre em termos de experimentalismo artístico, crítico ao “tradicionalismo” em iniciativa cara à cena estética modernista brasileira:

Poder-se-ia até chamá-lo futurista [a Guilherme de Almeida, poeta modernista brasileiro], desde que se considere o futurismo não como uma simples escolazinha com regras fixas e invioláveis, acepção demasiado estreita, que o próprio Marinetti já condenou em uma célebre entrevista concedida ao *Tempo*, mas como uma exaltação da originalidade.⁴⁵³

Em outro texto, o autor desdobra essa concepção sobre o futurismo como leitura profundamente temporal, isto é, como apreensão de seu conceito de tempo antes de tomá-lo em termos de uma apreciação estético-artística do movimento em si. O futurismo era objeto de interesse enquanto categoria, para o autor, de acordo com uma lente metafórica, dado que sua conotação era apreendida em face de sua relação com o tempo histórico - sobremaneira, com seu tempo presente. Este era o foco de apropriação do termo nas análises de Sérgio Buarque. Veja-se abaixo:

[...] o novo movimento [o futurista italiano] tem naturalmente os seus erros, como todas as grandes reações, mas possui também a vantagem imensa e inapreciável de trazer algo de novo, vantagem que só por si já o justifica e o torna louvável. A tendência para o novo é a base e o fundo mesmo do movimento. Todo o resto é exterioridade. Por isso não é tão censurável o erro de alguns que chamam futurista a toda tendência mais ou menos inovadora. E já hoje é nessa significação que se compreende quase universalmente a denominação de futurismo.⁴⁵⁴

A acepção ampla e genérica em que o futurismo é entendido como conceito pelo autor, e adotado como categoria geral pela crítica contemporânea, explica-se pelo recorte seletivo que

⁴⁵¹ Esta expressão deu nome a um de seus artigos de crítica literária, publicado na revista *O Mundo Literário*, do Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1923.

⁴⁵² Sérgio faz essa referência a Picchia no texto intitulado “Guilherme de Almeida”, publicado em 3 de setembro de 1921 na revista *Fon-Fon*, do Rio de Janeiro. Ver: HOLANDA, S. B. de. “Guilherme de Almeida”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária*, 1996, p. 113.

⁴⁵³ HOLANDA, S. B. de. “Guilherme de Almeida”. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária*, p. 113.

⁴⁵⁴ HOLANDA, “O futurismo paulista”, p. 132.

o orienta: a leitura se volta para o pressuposto contido no modo como o movimento lia o seu tempo e resolvera enfrentá-lo. Interessa, desse modo, a linha de articulação histórica tramada pelo autor, cujo uso do conceito futurista nesta acepção particular se configura como uma de suas principais expressões desdobradas. Em seu uso, a relação com o tempo disposta era compreendida como de “tendência para o novo”, o que supõe criação, inovação e, sobretudo, o senso de *libertação*⁴⁵⁵ em relação a dogmas e à sujeição a convenções “tradicionais” do passado - ideia da qual deriva a noção de “passadismo”, que o autor expôs como título de um de seus artigos mais desconcertantes do ponto de vista da crítica à tradição, escrito em 1923.⁴⁵⁶ Nessa perspectiva informada pela vontade de libertação, contaminada por este novo estado de espírito, como o autor havia se referido, ele rearticulou, inclusive, o sentido de seu diálogo com a obra de Sílvio Romero, antes elencado como autor que fora referência intelectual incontornável em seus artigos de 1920 no que concerne à reflexão sobre a nacionalidade, que acabou sendo reconsiderado em face da atitude abertamente modernista que o autor assumiu desde 1921.⁴⁵⁷

A afirmação dessa tendência para o novo, justamente brandida como um traço criativo de peso formativo sobre o plano nacional, era tarefa prioritária almejada pelo modernismo, de maneira geral, como forma de “achar por nós mesmos o nosso caminho”⁴⁵⁸, segundo as palavras de Prudente de Moraes Neto, codiretor da revista modernista *Estética* junto a Sérgio

⁴⁵⁵ Sob a noção de “libertação”, relaciona-se outro aspecto da associação entre a conotação particular de futurismo na interpretação de Sérgio Buarque e sua concepção de história. Como apontou o pesquisador Raphael Guilherme de Carvalho, o autor estudado trabalha a ideia de história como libertação do passado a partir da máxima histórica do escritor germânico Johann Goethe (1749-1832). Sobre isso, consultar: CARVALHO, Raphael Guilherme de. Em torno da concepção de história de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Universidade de São Paulo, n. 70, abr. 2018, p. 331.

⁴⁵⁶ Referimo-nos ao enfático artigo “O passedismo morreu mesmo”, publicado originalmente pelo autor na revista *O Mundo Literário*, do Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1923.

⁴⁵⁷ No tópico primeiro deste capítulo (numerado 3.1), analisamos a relação aproximada existente entre a interpretação nacional de Sérgio Buarque e a concepção nacionalista que perpassa a obra de Romero. Como uma das amostras da inflexão que há em seu pensamento com a imersão no modernismo, a apreciação da obra de Romero por parte da crítica buarqueana é objeto de afastamento intelectual em nome de uma atitude criadora sustentada como nova e moderna, sintonizada com o novo contexto cultural do país. Veja-se expressamente a diferença: “Sobre nossa nacionalidade, sobre nossas letras, sobre nossas artes, quase nada que já não se tenha dito. E todos esses assuntos estão exigindo revisão urgente. Seria necessário estudá-los com espírito novo, ousado, irreverente, sem a menor preocupação com o que escreveram Rocha Pombo e Sílvio Romero”. HOLANDA, Sérgio B. de. *Ronald de Carvalho - Estudos brasileiros*. Anuário do Brasil. Artigo publicado originalmente na revista *Estética*, Rio de Janeiro, janeiro-março de 1925. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária*, p. 204.

⁴⁵⁸ Diz Moraes Neto, em uma espécie de síntese particular dos objetivos do modernismo paulista, que: “Precisamos, portanto, achar por nós mesmos o nosso caminho. Ora, o modernismo que ao lado de sua feição universal corresponde em toda parte a uma exaltação de nacionalismo, está magnificamente aparelhado para enfrentar esse problema [o de afirmação da individualidade nacional em correlação com a arte moderna]”. “Modernismo não é escola: é um estado de espírito”. Entrevista com Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda, *Correio da Manhã*, 1925. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Organização de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 71

Buarque. Tratava-se da afirmação da nacionalidade como projeto aspiracional em compasso de relação com as tendências modernas no campo da arte, o que se torna um anseio do modernismo brasileiro a partir do ano de 1924, segundo o filósofo Eduardo de Jardim Moraes, quando se inicia o “modernismo do segundo tempo”.⁴⁵⁹ Sérgio Buarque sintetizou, a seu modo, neste emblemático ano de 1924, o compromisso cultural de articular o “espírito moderno”, no sentido de abertura ao novo, à prerrogativa das necessidades (orgânicas) formativas e específicas da nacionalidade. Era este o papel conferido ao espírito moderno, direcionado à tarefa de afirmação nacional do ponto de vista cultural, artístico-literário:

O espírito moderno nos proporciona neste momento uma afirmação inesquecível. Se essa afirmação não se revelou ainda por obras de mérito excepcional, - como querem alguns - ela valerá pelo menos como uma negação das negações, que são os obstáculos a uma afirmação maior.⁴⁶⁰

Nesse quadro, o autor salienta a figura do escritor Graça Aranha (1868-1931), personagem que é lido em função de sua atuação modernista, para efeitos de contribuição à nacionalidade como obra cultural. Sua grandeza ocorre em virtude do saldo de expressão nacional que de sua atividade decorre, evocada sobretudo a partir da exposição do conceito proposto por Graça Aranha de “espírito moderno” em plena Academia Brasileira de Letras, naquele ano de 1924. A apropriação buarqueana dessa expressão é, portanto, senha de sua inscrição participante no universo da crítica modernista e, por decorrência, de seu afastamento da instituição da Academia. O esforço de tom celebratório da figura de Aranha fundamenta-se, aliás, na mesma métrica que já havia sido empregada na apreciação das figuras de Dom Pedro II e do escritor romântico Joaquim Manuel de Macedo, quando da análise de seus artigos escritos em 1920. O âmbito postulado a partir deste procedimento é, com efeito, o de delimitação da comunidade nacional:

Não sei se terei insistido suficientemente na importância da contribuição de Graça Aranha para essa maior afirmação da nossa individualidade nacional, de uma maior intimidade que o “espírito moderno” já tenta efetuar entre a nossa raça e o nosso meio cósmico. Estou certo de que os resultados que dessa contribuição possam provir

⁴⁵⁹ Para Jardim de Moraes, entra em cena a partir de 1924 o esforço de compatibilização dos traços da realidade nacional e a perspectiva de modernização à luz dos movimentos artísticos europeus, o que foi equacionado pelos modernistas com a seguinte solução: “[...] optar por conceber a modernização a partir das particularidades da realidade da nação. É sempre tendo em vista a relação existente entre a ordem internacional moderna e a realidade nacional que se pensa a criação de uma arte própria. Sendo assim, a constituição do ideário nacionalista dentro do modernismo do segundo tempo se apresenta como uma proposta que se fundamenta no reconhecimento da legislação da ordem mundial e na consideração do lugar do Brasil em sua pretensão de ser um de seus participantes. Ao mesmo tempo e exatamente no movimento da sua instauração, a discussão sobre a brasilidade intervém no projeto modernista moldando de forma definitiva a concepção mesma de modernidade do movimento”.

⁴⁶⁰ Cf. HOLANDA, Sérgio B. de. *Um homem essencial*. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.). *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária*, p. 185. Artigo publicado na revista *Estética*, em setembro de 1924.

nunca a desmerecerão. Nós sabemos que “árvores impedem que se veja a floresta”, mas não podemos nos esquecer que a obra de Graça Aranha abre uma clareira, o que de qualquer modo constitui uma preciosa indicação.⁴⁶¹

O organicismo impresso na analogia feita entre a produção literária de Graça Aranha e a abertura de uma “clareira” no processo de criação da cultura nacional, metáfora orgânica retirada do plano da natureza, toma a obra do escritor modernista como indicação de um caminho ante os rumos a serem perseguidos na obra maior em foco que é a “afirmação da nossa individualidade nacional”. Esta nova faceta organicista de sua concepção de tempo, traduzida pela ideia de abertura ao “espírito do novo” e “do moderno” em prol da afirmação nacional, é agregada ao plano de conhecimento histórico, sendo adaptada ao senso das tradições do país, segundo a abordagem sustentada pelo autor. É desde essa modulação do tempo histórico como fator progressivo que o autor externou, em dois textos do ano de 1926, uma crítica frontal à concepção histórica que orientava as produções do próprio movimento modernista nacional naqueles idos. Faltaria a vários de seus contemporâneos artistas modernistas, segundo o autor, a compreensão de que constituir uma “arte de expressão nacional”⁴⁶² é obra formativa que se performa coletivamente e de forma independente de vontade prefigurada, pois não se trata de objeto de sistematização hermética racional. Para tanto, o autor condena a atitude de desdém pela história nacional, a partir da reflexão crítica que faz da obra *Pathé-Baby*, de Antônio de Alcântara Machado, em artigo homônimo, tomando-a como amostra do viés modernista de quem “não demonstra níquel de interesse pelo Passado ou pela História, a não ser pela face de pitoresco que propõe a seu ponto de vista”⁴⁶³. Nessa crítica feita pelo autor, cujo objeto em jogo era a “falta” de concepção histórica profunda da realidade social atribuída às análises culturais e literárias contidas em obras modernistas, Sérgio Buarque acentua a dimensão pitoresca do real existente em suas concepções (de Alcântara Machado e de pares modernistas) em detrimento de uma leitura histórica mais aprofundada sobre o passado nacional, a qual destacasse sua relação encadeada na fatura do presente.

Neste mesmo artigo, intitulado “Pathé-Baby”, a crítica é feita de igual forma à produção de Oswald de Andrade no que concerne a este aspecto particular, de quem o gosto pelo

⁴⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 185.

⁴⁶² Expressão recorrente no léxico do autor, presente, por exemplo, no artigo designado “O lado oposto e outros lados”, datado de 1926. Este artigo, publicado originalmente na *Revista do Brasil*, encontra-se reproduzido em: HOLANDA, Sérgio B. de. O lado oposto e outros lados. In: PRADO, Antonio Arnoni. (org.). O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária, p. 224-228.

⁴⁶³ Cf. HOLANDA, Sérgio B. de. *Pathé-Baby*. In: PRADO, Antonio Arnoni. (org.) O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária, p. 220.

pitoresco é classificado como o seu “demônio”⁴⁶⁴. Em outro escrito, o polêmico artigo denominado “O lado oposto e outros lados”, o autor segue e, pode-se dizer, aprofunda essa linha de interpelação do movimento modernista sobre sua concepção histórica, revelando certa disposição de “acerto de contas” com a experiência, pois importa uma perspectiva de tomada de posição ante o movimento. O autor desenvolve, neste texto específico, uma formulação crítica que sintetiza os pontos de vistas que estavam em jogo naquele contexto enquanto visões concorrentes sobre a cultura nacional e alternativas políticas aos rumos nacionais em uma cena de intensa disputa nos anos 1920: por um lado, o renitente academicismo, apoiado em sua expressão tradicional de bacharelismo das letras, promotor de um estilo retórico sobre a cultura brasileira vinculado a linguagens e modos herdados de outros períodos, vistos como um passado apartado do presente⁴⁶⁵; e, por outro, em seu lado oposto, conforme a geometria enunciada pelo título do texto, a camada modernizante que ostenta, a partir de uma atuação à moda de vanguarda intelectual, a posição de construir uma nova cultura em torno de seus desígnios particulares, como expressão voluntarista posta acima dos contornos próprios da realidade social, segundo o autor.

Os “lados opostos”, como se vê, articulados desde uma perspectiva postulada como “central” em relação à oposição pelo autor, compartilham como terreno da crítica certo veio construtivista formal, sendo pensados como “ideologias do construtivismo”⁴⁶⁶ que comungam a prática racionalizante entendida pelo autor como “construtivismo”. Com essa noção, compreendida como criação lógica da realidade em forma de leis e conceitos abstratos jurídicos, o autor designava o pressuposto contido nesse modelo de submeter a arte nacional a uma ordem rígida expressa por meio de regras e ideias prefixadas, organizadas desde uma visão particular da realidade elevada a sistema abstrato. O conteúdo da crítica aportada a essa prática “construtivista” do movimento a que o autor buscou se distanciar categoricamente foi o suposto teórico que ela carregava como leitura, visto negativamente como abstrato, inflexível, prescritivo, intelectualista/cerebralista e idealista, pois pressupunha a noção de uma ordem artificial.

⁴⁶⁴ Segundo Sérgio, “é nesse gosto do pitoresco - o demônio de Oswald de Andrade - que ele [a obra Pathé-Baby, de Alcântara Machado] se aparenta com o criador do *Pau-Brasil* [manifesto literário escrito por Oswald em 1924]”. Idem, *ibidem*, p. 221.

⁴⁶⁵ Para o autor, a visão clássica do “academicismo” estava superada como pertencente a outro tempo que não se fazia mais presente: “O academicismo, por exemplo, em todas as suas várias modalidades - mesmo o academicismo do grupo Graça Aranha-Ronald-Renato Almeida, mesmo o academicismo de Guilherme de Almeida - já não é mais um inimigo, porque ele se agita num vazio e vive à custa de heranças. As figuras mais representativas desse espírito acadêmico e mesmo as melhores (como é o caso dos nomes que citei) falam uma linguagem que a geração dos que vivem esqueceu há muito tempo”. In: “O lado oposto e outros lados”, 1996 [1926], p. 225.

⁴⁶⁶ Expressão utilizada neste mesmo artigo, na página 227. Cf. Idem, *ibidem*, p. 227.

Penso naturalmente que poderemos ter em pouco tempo, que teremos com certeza, uma arte de expressão nacional. Ela não surgirá, é mais que evidente, de nossa vontade, nascerá muito mais provavelmente de nossa indiferença. Isso não quer dizer que nossa indiferença, sobretudo nossa indiferença absoluta, vá florescer por força nessa expressão nacional que corresponde à aspiração de todos. Somente me revolto contra muitos que acreditam possuir ela desde já no cérebro tal e qual deve ser, dizem conhecer de cor todas as suas regiões, as suas riquezas incalculáveis e até mesmo os seus limites e nos querem oferecer essa sobra em vez da realidade que poderíamos esperar deles. Pedimos um aumento de nosso império e eles nos oferecem uma amputação.⁴⁶⁷

Ante a crítica dessa interpretação da realidade social tomada como ideia associada a uma ordem estritamente formal e artificial, Sérgio Buarque opõe como fator central, desde sua perspectiva, o parâmetro organicista e espontaneísta como fundamento teórico reflexivo de sua concepção histórica da realidade nacional. Sua posição de “balanço” acerca das diferentes perspectivas ostentadas sobre a cultura brasileira que fora apresentada neste texto é enunciada desde a ideia de representação da organicidade do processo histórico como lastro vital anterior e necessário à consideração de qualquer análise que se pretenda realista. A arte de expressão nacional é, segundo essa linha, compreendida como produto do processamento histórico gradual e orgânico da experiência social brasileira, em vez de ser apreendida enquanto tarefa política a ser organizada por uma intelligentsia ou grupo de elite⁴⁶⁸ que se advogue como vanguarda estética, pois o saldo aspirado é da ordem do espontâneo⁴⁶⁹, e não um signo da vontade, do arbítrio e da determinação aspiracional informados pelos âmbitos do interesse e da ação política. Este posicionamento é, aliás, uma recorrência do pensamento buarqueano que pode ser mapeado - e aproximado - em sua posição sobre o âmbito da literatura nacional que fora expressa no artigo “Originalidade literária”, em 1920, quando a articulou como formação evolutiva e orgânica ao processo histórico do país, leitura semelhante à feita no artigo de 1926 sobre o tema da arte nacional.

A perspectiva de balanço esgrimida em relação às distintas posições existentes no debate intenso contemporâneo de reflexão sobre a “cultura brasileira” foi retomada dez anos

⁴⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 225-26.

⁴⁶⁸ Este ponto guarda semelhança com a crítica tecida ao governo provisório republicano em relação à desconsideração de um símbolo pátrio - a bandeira nacional - na hora da produção de seu lema, tendo em vista o emprego do dístico positivista “ordem & progresso”, tomado como dado demonstrativo de “ignorância da tradição histórica” no país. Sobre esse tópico, consultar a discussão realizada entre as páginas 42 e 43 deste capítulo.

⁴⁶⁹ Reforçamos, aqui, a análise que havíamos feito sobre a abordagem organicista entrelaçada à concepção de história em Sérgio Buarque nos anos 1920 já em nossa dissertação de mestrado: “Para Sérgio, a história era produzida a partir da realização do espontâneo que caracteriza o tecido social, o que justificava a recusa do autor em percebê-la como palco de elaborações intelectuais formais e voluntárias [voluntaristas], ainda que exuberantes, pois incorreriam em artificialismo”. BRUNO, Daniel Machado. O lugar de “Raízes do Brasil” no pensamento político e social brasileiro. Porto Alegre, PUCRS, Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da PUCRS, 2019, p. 84.

depois pelo autor na produção de sua obra magna, o ensaio “Raízes do Brasil”, de 1936. Entre um momento e outro, há que destacar como episódio marcante de sua biografia a viagem feita à Alemanha com estadia na cidade de Berlim, lugar onde residiu entre os anos de 1929 e 1930 na condição de correspondente internacional para *O Jornal*, do Rio de Janeiro. Nesse período no exterior, além de realizar profissionalmente várias contribuições de reportagens e artigos de imprensa para outras agências de notícias de foro nacional e internacional, colocou, do ponto de vista intelectual e formativo, em funcionamento o projeto de escrever um ensaio histórico interpretativo sobre o Brasil, que naquele biênio foi pensado pelo autor como uma “Teoria da América”.⁴⁷⁰

Importa assinalar, para efeito da nossa análise, que aqueles anos alemães foram, conforme a crítica especializada em sua obra aponta, de fundamental importância em sua trajetória intelectual, tendo em vista como fator principal elencado seu contato teórico e identificação profunda com o historicismo alemão como modo de compreender e analisar a realidade social, o qual teria sido apropriado a partir deste momento biográfico como postulado teórico-histórico expressivo de suas interpretações sobre a nação⁴⁷¹. Para Maria Odila Leite Dias, pesquisadora dedicada à obra buarqueana, a compreensão de *Raízes do Brasil* passa de forma preponderante por “uma atitude historicista agora consolidada” desde seu envolvimento com as leituras que realizou nos circuitos intelectuais alemães, contexto a partir do qual o autor desenvolveu uma perspectiva histórica de análise - *historicista*, segundo essa leitura assinala - e, assim, “pôde confrontar o conceito de uma identidade nacional”⁴⁷². Na economia argumentativa historicista buarqueana, em linha apontada por Odila Dias, este enquadramento

⁴⁷⁰ O próprio Sérgio Buarque confirma que seu projeto inicial, o qual resultou na publicação da obra “Raízes do Brasil”, era de construir uma interpretação mais global que ele havia projetado como “Teoria da América”. Segundo o autor, “do que não me livraria depressa era do projeto de *Teoria da América*, pois justamente durante a estada no estrangeiro naqueles meus *Wanderjahre* alemães, ela principiará a ganhar forma definida”. Cf. HOLANDA, Sérgio B. de. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2ª edição, 1979 [1949], p. 29.

⁴⁷¹ Podemos citar, entre outros, as análises de: CANDIDO, Antonio. Sérgio em Berlim e depois. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, 1988, p. 119-129; DIAS, Maria Odila. *Negação das negações*. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008, p. 317-347; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cartografias do tempo: palimpsestos na escrita da história*. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Um historiador nas fronteiras: O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 17-18.

⁴⁷² Cf. DIAS, Maria Odila Leite. *Negação das negações*, p. 321. Para o cientista social Leopoldo Waizbort, foi a partir da interação com este contexto de discussão intelectual da Alemanha do período (anos 1920 e 1930) que Sérgio Buarque consolidou seu nexos interpretativo orgânico entre a análise da psicologia social e da sociologia de contorno histórico-cultural. Cabe assinalar que embora este substrato interpretativo permeie enquanto perspectiva intelectual a produção de “Raízes do Brasil”, conforme Waizbort bem aponta, sua presença é anterior à escrita desta obra em específico, podendo ser amplamente verificada nos escritos do autor já da década de 1920. Sobre a análise de Waizbort, consultar: *O mal-entendido da democracia*. Sergio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, 1936. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, vol. 26, nº 76, junho/2011, p. 41.

corresponde a *equacionar* (e não resolver por via de uma síntese) o tema nacional de um modo mais móvel, aberto e descontínuo temporalmente como expressão do fenômeno histórico.

A formação da identidade brasileira recebeu, apoiando-se na interpretação proposta pela crítica, um aporte histórico mais enfático à luz desta experiência intelectual do autor na Alemanha, de forma a reverberar no re-enquadramento do objeto em face do movimento diacrônico da realidade social. Exemplo concreto dessa contribuição da experiência vivida no exterior do ponto de vista analítico - via contato com fontes do pensamento “alemão” naqueles anos - foi a produção de seu extenso manuscrito, a já citada “Teoria da América”, que embora não tenha sido publicado, resultou, após seu retorno ao Brasil, na construção de um longo artigo intitulado “Corpo e alma do Brasil”, de 1935, texto que se constituiu, por sua vez, em uma espécie de prefiguração do ensaio “Raízes do Brasil”, este de 1936.⁴⁷³

Nesta obra ensaística, pode-se atestar esse influxo na visão que articula o campo de discussões sobre a realidade nacional, a qual é reformulada de sua divisão “original” - no sentido de originária - entre as duas posições polares em 1926, sob a elaboração da oposição cultural frontal entre acadêmicos (o então “academismo”) e vários autores modernistas que se portavam como vanguarda intelectual, em direção às duas novas figuras sintetizadas com base na relação entretida com o tempo, mantendo-se, contudo, a mesma lógica dualista que caracteriza a concepção armada pelo autor: na nova divisão, exposta em *Raízes*, enfrentam-se os “tradicionalistas” (em seu sentido de apelo às tradições) e os “iconoclastas”, em seu aventado senso de ruptura com o passado.⁴⁷⁴

Segundo o autor,

⁴⁷³ Conforme apontam Sérgio Costa e Douglas Carvalho Ribeiro em seus estudos, do artigo “Corpo e alma do Brasil”, publicado por Sérgio Buarque na revista *Espelho*, no Rio de Janeiro, em março de 1935, são formadas discussões que integram dois capítulos do livro “Raízes do Brasil”, designados “O homem cordial” e “Nossa revolução”. Sobre isso, ver: COSTA, Sérgio. O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 29, n. 3, set./dez. 2014, p. 827; RIBEIRO, Douglas Carvalho. As raízes antiliberais de Sérgio Buarque de Holanda: Carl Schmitt em Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, p. 98. Sobre o ensaio de Sérgio Buarque publicado no ano de 1935, consultar: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social*. In: COSTA, Marcos (org.). Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro I, 1920-1949. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 59-78.

⁴⁷⁴ Fica difícil sustentar, nesse sentido, com a posse de um critério mais rigoroso as visões que classificam o pensador como “iconoclasta”, na medida em que este conceito foi utilizado pelo próprio autor como aceção aplicada a um modo de pensamento que não o satisfazia, conjuntamente à posição dos “tradicionalistas”, por declinarem ambas de uma concepção histórica mais aprofundada, segundo sua lente crítica. Sobre essa classificação da perspectiva do autor, ver, por exemplo: DIAS, Maria Odila Leite. Negação das negações, in *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, 2008, p. 318; MALERBA, Jurandir. “Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n. 25, jul.-dez. 2012, p. 11. O foco, para o autor, era suplantando a órbita de ideias que ambas as posições compartilham como critério de progresso para o país.

Tradicionalistas e iconoclastas movem-se, em realidade, na mesma órbita de ideias. Estes, não menos do que aqueles, mostram-se fiéis preservadores do legado colonial, e as diferenças que os separam entre si são unicamente de forma e superfície.⁴⁷⁵

Repara-se que o desenho organicista de sua crítica histórica está presente na formulação acima desde o pressuposto que aproxima “forma e superfície”, ambas conotando, no limite, uma conceitualização de grau oposta a uma noção primordial de substância, implícita como profundidade que faltaria às duas posições antagônicas como ponto de apoio. Sobressairia, segundo sua crítica, a faceta de formalismo histórico compartilhado como pressuposto dos posicionamentos opostos a que o autor procura se afastar. A crítica ganha maior generalidade nessa nova versão, sobrepondo-se do tema primeiro das posições acerca da arte nacional, apresentado no texto de 1926, para uma visão mais abrangente que incide sobre o universo macro das visões sobre a história nacional em disputa. Inaltera-se, contudo, nessa mudança de quadrante a plataforma que sustenta o sentido da criticidade do autor, sustentado pelo lastro orgânico de sua argumentação histórica que ele atribui como fator de carência nas análises de vários grupos sociais e intelectuais, inclusive muitos deles seus ex-companheiros de movimento modernista.

O fundamento da crítica repete, ainda que externado de modo distinto e mais aprofundado, a noção fulcral de que o conceito de realidade trabalhado por políticos e intelectuais desconsidera o elemento histórico espontâneo e vital que seria matéria estruturante na construção da nacionalidade, segundo a percepção do autor, em nome de uma posição essencialmente racionalista e abstrata que se separa da ordem da vida, pois apreende o real como objeto hermético, fixo e linear de formulação lógico-formalista. Nessa perspectiva crítica apontada pelo autor, o real é tomado recorrentemente como meio instrumental para a imposição finalística de plataformas e programas políticos como síntese proposta:

Em verdade o racionalismo excedeu os seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, a-histórico. Nesse erro se aconselharam os políticos e demagogos que chamam atenção frequentemente para as plataformas, os programas, as instituições, como únicas realidades verdadeiramente dignas de respeito.⁴⁷⁶

Resta dessa aproximação entre as duas temporalidades - 1926 e 1936 - de sua leitura crítica a vigência estrutural do postulado organicista que atravessa suas análises históricas e sociais, as quais adquirem, sobretudo na realização em torno da obra “Raízes do Brasil”, de 1936, novos desenvolvimentos. A linha fundamental de interpretação da história segue sendo

⁴⁷⁵ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 27^a edição, 2014 [1936], p. 101-102.

⁴⁷⁶ Idem, ibidem, p. 213.

regida pelo postulado teórico-compreensivo organicista, mas sofre certo rearranjo significativo em seu uso ante a assimilação do fluxo da historicidade, tornado o eixo a partir do qual sua interpretação foi reconfigurada tendo em vista o espectro das relações entre passado e presente desde os textos que expressam sua atuação modernista, já no ano de 1921, como vimos anteriormente. A versão complementar e conciliada entre o senso de conhecimento das “tradições históricas” nacionais e a abertura ao espírito moderno é, enquanto estratégia interpretativa, uma das principais demonstrações dessa nova modulação da história.

Cabe destacar, para além deste ponto, que em sua compreensão da história nacional ocorre um novo arranjo do núcleo organicista tendo em conta a dimensão de configuração da sociedade como quadro de desenvolvimento histórico cuja expressão particular se singulariza no presente, em cada momento presente. Se fora pensada nos termos de viés nacionalista de reforço das tradições a partir de uma re-atualização do passado como marco orgânico conferido à nação, na fórmula sintética indicada pelo autor em 1920 de “inspiração em assuntos nacionais” e “respeito das nossas tradições”⁴⁷⁷, a rearticulação da problemática da nacionalidade e da constituição de sua identidade passa pela adaptação a um prisma mais dinâmico e relacional, na medida em que se entende que a forma cultural do país está condicionada pelas exigências do estado de coisas histórico-social contemporâneo, delimitado, por sua vez, pelo momento evolutivo atual (e singular) em que se encontra. Se no recorte teórico operado pelo autor em seus artigos de 1920 a discussão sobre a identidade brasileira era feita precisamente sob o pressuposto da originalidade como forma almejada para a nação, que ainda não teria sido atingida no escopo literário-cultural segundo suas análises daquele ano, este anseio cultural foi reelaborado ao longo da década para realçar uma perspectiva histórica que lê a cultura como fenômeno plástico e multiforme, sendo compreendida enquanto processo da ordem da vida nacional indeterminado *a priori*.

Sérgio Buarque, nessa perspectiva, chama a atenção para a relevância deste fator situacional de viés progressivo - pois concernente à noção histórica de *decurso da evolução nacional*, a seu ver⁴⁷⁸ - na organização da “forma de vida” da sociedade, categoria organicista

⁴⁷⁷ Expressão apresentada pelo autor no artigo “Originalidade literária”, de 1920. Trabalhamos este ponto específico em páginas anteriores deste capítulo, mais precisamente nas páginas 30 e 31.

⁴⁷⁸ A concepção histórica ligada à ideia progressiva de um “decurso” da evolução histórica nacional é uma noção temporal usada amplamente no contexto intelectual interpretativo dos problemas sociais e políticos do país nos anos 1930, podendo ser detectada, por exemplo, no léxico enunciado por Sérgio Buarque em “Raízes do Brasil”, conforme consta no excerto acima exposto, e em diversos outros autores do período, de diferentes expressões ideológicas, inclusive, como são os casos de Caio Prado Jr. (1907-1990), um intelectual marxista, e de Azevedo Amaral (1881-1942), pensador de corte abertamente autoritário naquele cenário ideológico. Na obra intitulada “Evolução política do Brasil” (1933), Caio Prado Jr destaca sua concepção histórica evolutiva sobre a realidade brasileira à luz da expressão categórica “quadro da nossa evolução política”. Ver: PRADO JR., Caio. Evolução

formulada pelo autor sob pressuposto que confere identidade de viés naturalista e espontâneo ao âmbito cultural, em oposição explícita às expressões políticas propostas por parcelas da elite intelectual nacional, as quais reivindicavam a ordenação da sociedade por via de uma legislação normativa informada no campo da prescrição de projetos políticos. Segundo o autor, ao propor uma interpretação da história nacional que remonta ao período de independência, ressalta-se essa dissociação central entre a esfera política e a compreensão do modo de existência social no país, para o qual seria necessário, em sua perspectiva, introduzir um pressuposto orgânico acerca do social no quadro de fundamentação da conseqüente razão prática.

Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade. Não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção da vida bem definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena. Os campeões das novas ideias esqueceram-se, com frequência, de que *as formas de vida* nem sempre são expressões do arbítrio pessoal, não se “fazem” ou “desfazem” por decreto.⁴⁷⁹

Delimita-se, assim, como conceito a imposição autorreferencial do processo histórico nacional em seu quadro temporal próprio de mudanças sociais, entendidas sob o esquadro de uma dinâmica de evolução que pretende aproximar a leitura da história nacional à perspectiva de consideração da vida social em seu modo de existência “orgânico”, espontâneo e não premeditado politicamente. Aí se encontra o núcleo organicista e naturalista de sua compreensão sociológica justaposta (e adaptada) à análise histórica da realidade. O organicismo desse desígnio aproximativo do autor de vinculação entre história e vida (leia-se “forma de vida”, no conceito do autor) transfigura-se como pressuposto neste novo momento de seu discurso sob o entendimento de que a organicidade da forma é constructo resultante das

política do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969 [1933], 6ª edição, p. 49. Azevedo Amaral, por sua vez, ao pensar politicamente a questão do governo no caso brasileiro, encaminha um uso da história específico com o propósito de prover um sentido evolutivo para a construção do futuro nacional, veja-se no excerto a seguir retirado de sua obra “O Estado autoritário e a realidade nacional”, de 1938: “No decurso da evolução histórica, com a crescente complexidade dos fenômenos sociais e com a elevação relativa dos níveis culturais dos diferentes grupos da sociedade, a questão naturalmente assumiu formas menos ostensivas, surgindo nas diversas modalidades de estrutura do Estado processos de adaptação do fato essencial às condições especiais de cada caso”. Cf. AMARAL, Azevedo. O Estado autoritário e a realidade nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p. 57-58.

⁴⁷⁹ Cf. HOLANDA, Sérgio B. de. Raízes do Brasil, p. 192, grifo nosso. Este excerto acima citado, extraído de *Raízes do Brasil*, encontra-se posicionado no contexto de debate do autor com as concepções formais e intelectualistas - sobretudo do ideário positivista, mas não somente - que o autor reputa como desvinculadas da vida social, pois corresponderiam a “formas de evasão da realidade” a partir da influência e apropriação de teorias e modelos que estariam, nessa visada, mais adaptados a outros locais. Nessa leitura organicista que procura sublinhar o peso do local - em sentido cultural - no modo de evolução e desenvolvimento próprio a cada sociedade, Sérgio Buarque recorre a analogias biológicas que conceituam o social como um sistema correlato a trajetória individual do ser, isto é, que passaria por fases evolutivas em um processo de crescimento da juventude à maturidade. Não à toa, ele faz uso da expressão “maturidade” na passagem selecionada acima. Neste mesmo plano de discussão, Sérgio Buarque articula o processo do pós-Independência nacional como uma fase histórica de “difícil adolescência política e social”. Cf. Idem, *ibidem*, p. 191.

demandas exigidas pela temporalidade específica em curso, sendo congruente às circunstâncias culturais e históricas do cenário existente. Essa renovada percepção histórica em nexos com uma compreensão orgânica da sociedade repercute na reformulação de dois pontos basilares do argumento do autor sobre a nacionalidade, em especial sobre a configuração que ela pode vir a assumir: referimo-nos à discussão acerca da *república* como forma político-institucional adaptada ao país e do americanismo como cristalização identitária de um caminho possível vislumbrado no horizonte nacional. Veja-se:

A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído [o monárquico] sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo. O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício.⁴⁸⁰

Recorda-se que a república havia sido lida pelo autor, em 1920, como peça de imitação do modelo político norte-americano, entendida então como uma importação cultural brasileira do cenário de americanização do mundo, fenômeno descrito como padrão emergente das relações internacionais naqueles anos.⁴⁸¹ Essa concepção fazia parte de seu anseio de afirmar a nação brasileira a partir da mobilização enfática de tradições históricas “endógenas” vinculadas à sua compreensão orgânica do passado nacional, as quais reforçariam o sentido profundo e fixo projetado à nacionalidade. O pressuposto de organicidade então existente que subjazia à leitura estava articulada, do ponto de vista da formatação da sociedade, com o passado concebido como marco fundacional do qual a tradição é seu signo histórico cristalizado, em uma abordagem de viés conservadora e de aceitação mais estática da realidade. Naquela abordagem, o enfoque estava colocado na compreensão naturalista do destino dos povos, vinculado, por sua vez, a uma análise cultural essencialista do comportamento da coletividade nacional. Nesse plano, a instituição monárquica era delimitada pelo autor como um pilar referente e contínuo à progressão da vida nacional.

Com a mudança de enfoque observada na passagem acima, retirada da obra ensaística de 1936, pode-se constatar que a premissa da organicidade é conectada com a leitura do momento histórico contemporâneo da nacionalidade, aspecto que não descarta o passado de um modo linear, mas não se circunscreve categoricamente à sua temporalidade em específico, então tomada enquanto repositório da tradição. É sobre o influxo deste eixo histórico em

⁴⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 209-210.

⁴⁸¹ O autor desenvolveu essa linha de argumentação no artigo “Ariel”, de 1920, conforme examinamos nas páginas 48 e 49 deste capítulo.

trânsito - historicista, do ponto de vista da teoria da história, conforme já assinalamos - que a modulação do organicismo por parte do autor foi modificada, de modo que a nova leitura organicista favorece o encadeamento relacional da organicidade da forma de existência que a nação assume historicamente (de sua forma orgânica, leia-se) com seu espectro de vida presente, operando sua atualização enquanto arranjo societário.

Como exemplo dessa modulação maleável do pressuposto orgânico-social, mais aberta, por preceito, à historicidade do devir nacional, o recorte analítico da esfera política da realidade - representada no excerto supracitado pelas instituições republicanas do país - a retrata como arranjo exterior adaptado em correspondência ao substrato sociocultural nacional imposto pelo estado de coisas da temporalidade presente em curso, isto é, segundo a singularidade de seu “próprio” tempo. Sua feição desprende-se da moderação do passado e abre-se a um movimento de mudanças que conforma a história nacional, entendida contemporaneamente sob o fenômeno social de “urbanização progressiva”, como consta na passagem anteriormente reproduzida. Articulada como forma *exterior*⁴⁸², a configuração política da realidade é concebida, nesse contexto, como uma superfície fluida da vida social que é expressão adaptativa de um momento histórico específico, buscando “traduzi-lo” (politicamente) para a ele se integrar organicamente enquanto “peça” no quadro sistêmico mais abrangente de *harmonização* da nacionalidade como saldo da agência evolutiva entendida como própria ao país.⁴⁸³

Nesse novo cenário interpretativo, a organicidade da instituição política ajustada como complemento à ideia de um substrato cultural passa a ser mediada por sua “adequação” à etapa histórica de nosso desenvolvimento social, tornando-se o critério orgânico um elemento dinâmico condicionado pela plasticidade da diacronia evolutiva - pelo *devir nacional*, na

⁴⁸² Esta concepção de Sérgio Buarque sobre a política como atividade vinculada a um plano de exterioridade da vida social, isto é, enquanto desdobramento de movimentos cuja raiz é anterior ao processo político está colocada já em seu ensaio “Corpo e alma do Brasil”, de 1935. Neste artigo, o autor se refere à política como âmbito da “configuração exterior da vida nacional”. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Corpo e alma do Brasil: ensaio de psicologia social*. In: COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*, op. cit., p. 72. ⁴⁸³ A noção de “harmonização” aqui utilizada tem o propósito de designar a concepção de tempo progressivo de Sérgio Buarque, a qual atua como pressuposto fundamental à sua ideia de organicidade da nação, no sentido de pensá-la como matriz formadora de um quadro social coeso e, com efeito, harmônico a partir da sincronização (e consonância) das diferentes temporalidades associadas às esferas particulares da realidade. Por meio dessa noção, sugere-se que se pode contemplar o esforço discursivo central do autor em conceber uma imagem histórica simétrica (orgânica) da nação como estética resultante do processo sócio-histórico de reconstrução das identidades culturais do país ao longo do tempo. A harmonização proposta tem o sentido de conferir identidade de ligação - na contingência de um dado momento histórico - entre o quadro social como fisionomia da totalidade e as suas partes integrantes, atadas finalmente após as mudanças ocorridas no processo histórico perspectivado como diacronia.

prática do argumento - do tempo histórico.⁴⁸⁴ Nesse sentido, sob um enfoque prospectivo que lê a realidade social enquanto fenômeno histórico nos termos de um fluxo temporalizado singular, a persistência do prestígio da monarquia em relação à nacionalidade passa a ser vista como “o trágico da situação”, pois desse modo permaneceriam ativos signos correspondentes a um quadro histórico visto como já “superado” (atrelado à experiência do passado imperial) diante do “advento de um novo estado de coisas” que irrompe no presente.⁴⁸⁵ O fator trágico dessa situação histórica é, portanto, o aspecto de desarmonia, instabilidade e descompasso que caracteriza a persistência de algo como um “resíduo” do passado - pois próprio a outro tempo histórico, já (ultra)passado - que se encontra, no entanto, presente no tempo contemporâneo e que tenta “manter-se como pode” mesmo “tendo perdido sua razão de ser”, como o autor se referiu à dissolução do esteio da estrutura social que lhe dava fundamento e sentido.

Há implícito nessa leitura, por um lado, a ideia de que o resultado desse quadro histórico-cultural multifacetado e ambivalente - no sentido da presença de estratos advindos de diferentes temporalidades condensadas no presente - é a perda de sua coerência interna, visão assentada no pressuposto do lastro de organicidade como elemento fundamental que confere identidade ao tempo histórico e, em decorrência, sincronia - e simetria, pode-se acrescentar, do ponto de vista da estética nacional resultante - às expressões variadas da vida social (no ajustamento harmônico dos âmbitos das formas políticas e culturais às econômicas e sociais, entre o todo e suas partes). Por outro lado, em sentido de complementaridade a esse pressuposto de coerência orgânica, há nessa abordagem um viés historiográfico que carrega maior consideração da historicidade em seu escopo ao conferir à questão analisada um sentido de

⁴⁸⁴ Outro exemplo demonstrativo desta nova compreensão do postulado orgânico na interpretação histórica feita pelo autor em *Raízes do Brasil* (em sua segunda edição, cuja versão é consideravelmente modificada, datada de 1948) pode ser verificado quando o autor analisa o “caráter brasileiro” como identidade vinculada à história nacional e, como tal, correspondente à temporalidade passada que a formou e condicionou sua existência enquanto ambiência sociocultural. Com a “superação” deste momento histórico no fluxo evolutivo progressivo pressuposto na concepção histórica buarqueana, a identidade nacional é também alterada, pois muda o estado de coisas que a sustenta enquanto quadro, veja-se: “A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”. Cf. HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*, 27ª edição, p. 176. Para uma análise estrita da modificação referente a este excerto do livro a partir de sua segunda edição revisada pelo autor, conferir nossa dissertação de mestrado: BRUNO, Daniel Machado. O lugar de “Raízes do Brasil” no pensamento político e social brasileiro. Porto Alegre, PUCRS, 2019, p. 64-65.

⁴⁸⁵ HOLANDA, *Raízes do Brasil*, p. 204. Para além da expressão “advento de um novo estado de coisas”, Sérgio Buarque utiliza a noção de “novos tempos” - que dá título ao sexto capítulo do livro *Raízes do Brasil* - como categoria histórica com o intuito de delimitar a ideia de que se estava diante de uma nova dinâmica temporal e existencial da realidade social brasileira. A carga historicista dessa apreensão da experiência histórica pode ser contemplada ao se tomar a permanência de expressões do passado no âmbito do tempo presente como a presença de um quadro histórico considerado “ultrapassado”, em sintonia teórica com o conceito moderno e descontínuo de História que passa a figurar em sua interpretação entre os anos 1930 e 1940.

descontinuidade temporal, ou seja, de maior distanciamento entre o passado (conotado enquanto anterioridade) e o presente da vida nacional. Do ponto de vista da escrita histórica do autor, há maior apelo à ocorrência da mudança e de seu processamento social como modo de re-sincronizar a nacionalidade em seu curso histórico, visto que é compreendida como saldo construído em torno da consonância entre as distintas esferas da realidade. A configuração que a identidade assume como forma (do) nacional nessa moldura é derivada abertamente do fluxo do processo histórico, cuja expressão não é delimitável *a priori* e nem definitiva, pois se revela como produto do próprio quadro de transformações socioculturais em busca de uma nova fisionomia harmônica temporalizada.

Ocorre semelhante mudança de entendimento por parte do autor em relação ao americanismo como categoria cultural concernente à configuração da nacionalidade. Apreendida ainda nos textos de 1920 como um conceito vinculado a um modelo estrangeiro visto como inadequado ao desenvolvimento da realidade brasileira, pois adaptado a outro “espírito do povo”, noção orgânica outrora fundamental mobilizada por Sérgio Buarque como razão de ser do afastamento cultural do Brasil ante os Estados Unidos naquele contexto, este conceito foi relido em função de sua potencialidade prospectiva para o tempo presente nacional. Sua chave interpretativa inscrevia-se no plano de abertura a um novo desenho da nacionalidade, no qual é operado um novo sentido de americanização, mobilizado como horizonte cultural que responde ao processo de afastamento contemporâneo do país em relação à Europa, fenômeno representado como um diferenciar-se da ideia de “herança” europeia constituída no passado nacional, marcado pelas “raízes ibéricas de nossa cultura”.

Na análise do autor,

Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez no nosso hemisfério. [...] Se a forma de nossa cultura ainda permanece em largamente ibérica e lusitana, deve atribuir-se tal fato sobretudo às insuficiências do “americanismo”, que se resume até agora, em grande parte, numa sorte de exacerbamento de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra. O americano é ainda interiormente inexistente.⁴⁸⁶

Repara-se neste excerto que não se trata de conotar o americanismo - o “estilo novo” americano, nas palavras do autor - como incompatível à realidade sociocultural brasileira, conforme havia sido argumentado de forma incisiva pelo autor no artigo “Ariel”. Neste novo cenário de apropriação do conceito, o impasse que lhe funda não é mais visto como estrutural,

⁴⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 204-205.

mas é contingente à emergência do americanismo como fenômeno evolutivo orgânico e interno à nacionalidade brasileira, o que corresponde a se transfigurar, na concepção do autor, em uma forma cultural “interiormente” existente, acontecimento que na configuração atual ainda não se concretizou, embora esteja em curso. O sentido do futuro não é mais fixado enquanto rumo nacional, como antes havia sido delimitado pelo viés naturalista que caracterizava suas análises sobre a identidade brasileira. Tratava-se, agora, de objeto de postulação da forma do devir nacional, potencialmente americanista.

Sendo assim, como foram alterados o foco da leitura e o método que constituem a ideia de nacionalidade no pensamento do autor, afastando-se de um núcleo ontológico que prefigurava o significado da identidade nacional como noção naturalizada - desde a releitura do passado fixado como caminho - para sua consideração como fenômeno processual móvel, sendo compreendida desde o ângulo de sua inscrição cultural orgânica no fluxo do tempo histórico nacional⁴⁸⁷, o impasse do americanismo é recolocado como questão cuja variável central de análise do problema é a dimensão “tempo”. É considerada em primeiro relevo a dimensão de historicidade da cultura brasileira, tendo em vista sua associação ao que parece registrar uma “cadência própria do corpo social”⁴⁸⁸.

Pode-se demonstrar esse novo entendimento a partir do excerto supracitado desde o uso frequente de advérbios temporais, como são os casos dos termos “ainda” e “agora” - este empregado na locução adverbial “até agora” -, o que atesta como a questão envolvendo a ideia de americanismo perdeu o significado de descompasso essencial entre duas culturas nacionais encaradas como distintas e fundamentalmente incompatíveis, no limite, cujos sentidos estavam delimitados como vocações culturais dissonantes, e adquiriu uma nova modalidade histórica na qual vigora a perspectiva de temporalização acoplada ao problema. Nesse renovado terreno de interpretação, o impasse americanista relativo à diferença cultural existente - “até agora”, em sua releitura - é de natureza provisória, ou seja, está em processamento de justaposição ao

⁴⁸⁷ Sobre essa ideia de viés organicista acerca da operação de um tempo histórico nacional particular, uma amostra demonstrativa da concepção de individualidade da cultura nacional que ela põe em relevo pode ser contemplada no desfecho de *Raízes do Brasil*, em sua última página escrita mais especificamente, na qual o autor faz uso de analogia musical como mecânica harmônica naturalizada para dotar de organicidade sua compreensão do tempo histórico como elemento dinâmico imanente e irredutível, a conferir: “Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada, mas há de restar um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intato, irredutível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa”. HOLANDA, S. B. de. Op. cit., p. 224.

⁴⁸⁸ Cf. MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo. In: MONTEIRO, Pedro M.; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs.). *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 19.

horizonte nacional. A americanidade é, assim, lida enquanto uma identidade em constituição, em estado progressivo de distensionamento histórico.

A questão, logo, não é mais vista sob um ângulo estrito e negativo responsável pela naturalização da nacionalidade e por acentuar como fator primário a diferença cultural demarcada entre as nações, e passa a ser abordada (significa, *historicizada*) sob o molde de uma escala temporal mais alargada como possibilidade identificatória vislumbrada no devir histórico nacional. O ser americano, isso posto, não é mais compreendido como *essencialmente* inexistente em absoluto, mas “é ainda”, *nesse momento*, de acordo com a configuração histórico-cultural contemporânea, um referente “inexistente”. O sentido cultural aqui reformulado acerca da americanização recebe, afinal, a conotação de história em movimento e, simultaneamente, de abertura potencial progressiva ao futuro brasileiro, sendo objeto de uma projeção organicista de futuro desde a leitura das transformações do presente da sociedade. Tratar-se-ia, fundamentalmente, de uma questão de tempo no horizonte nacional, elemento agora considerado central para a paulatina identificação cultural que se apresenta como tendência no cenário, antes descartada de modo contundente.

Para além da nova configuração temporal com que o problema nacional é colocado, resultante de uma leitura da história que o concebe como processo inconcluso e impermanente, sua percepção lógica se dá sob uma lente mais hipotética e projetiva do que assertiva e sintética, isto é, moldada à luz de um posicionamento hermenêutico que ilumina, antes, a dimensão de possibilidade tendencial do que a proposição categórica e delimitadora sobre o rumo nacional a ser seguido. O foco está posto mais no devir do processo histórico do que na estabilização da realidade social em torno de uma ordem cristalizada. Essa perspectiva histórica pode ser observada a partir da utilização de termos que denotam o sentido prospectivo que liga a leitura do passado ao tempo presente e futuro da nação, conforme atestam as expressões “parece ser” e “talvez ilusoriamente”, empregadas na passagem recortada acima para assinalar a incerteza e indeterminação vinculadas a um processo histórico-social em aberto. Em outra passagem do livro, situada poucas páginas posteriores à anteriormente referida, o autor utiliza, inclusive, o verbo “sugerir” para manifestar de modo mais claro o terreno de suposição que envolve a análise histórica e, assim, conotar o decurso revolucionário brasileiro como de sentido tendencialmente americanista, pois seu significado histórico-social potencial seria o de dissolução da herança ibérica “patriarcal” que prende diacronicamente o presente nacional a seu passado colonial. Segundo Sérgio Buarque,

Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e *cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas*, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.⁴⁸⁹

A projeção de futuro do país é feita à luz da leitura deste processo revolucionário em curso que ilumina a ótica de transição histórica entre o passado e o presente nacional, sendo este instanciado como temporalidade que experiencia o desenlace de um processo social aberto cuja formatação não está ainda definida nem completamente manifesta, pois é resultante de um movimento prolongado constituído de etapas em tessitura no momento (sendo “revolucionário” em seu sentido *orgânico-social* totalizante). Trata-se de um processo em estado de “dissolução lenta”, segundo a expressão utilizada pelo autor. A partícula “se” que inicia a primeira frase na passagem supracitada indica a condicionalidade e incerteza deste processo em curso, cujo sentido não é claramente delimitável, tendo por conceito postulado a introdução histórico-cultural de mudanças significativas na fisionomia da sociedade nacional. Seu significado compõe, para o autor, a hipótese da “revolução”⁴⁹⁰ no decurso proveniente da dinâmica de evolução orgânica do país.

Desse modo, pode-se conferir que há implícito no curso dessas linhas de análise um novo enquadramento do problema identitário adjunto à nacionalidade, cuja ideia-chave deixa de ser, do ponto de vista metodológico e epistêmico, a subsunção a uma entidade unívoca e homogênea conceitualizada como identidade brasileira. Sob uma chave de interpretação recon-

⁴⁸⁹ Ibidem, p. 214-215. Grifo nosso.

⁴⁹⁰ Torna-se interessante perceber como este conceito de revolução formulado em chave organicista por Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil* interage, no cenário político e intelectual dos anos 1930 no país, em contraste com o significado político-ideológico mais recorrente conferido a esta categoria interpretativa naquela conjuntura nacional, orientada ao enquadramento do evento político iniciado em outubro de 1930. Se para Buarque de Holanda a revolução existente era compreendida como um processo nacional progressivo e profundo de raiz sociocultural orgânica iniciado na segunda metade do século XIX, cujo sentido estrutural postulado era de transição de uma forma cultural ibérica para um modelo correlato ao norte-americano, na interpretação de intelectuais de pensamento autoritário como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, autores vinculados ideologicamente ao regime do Estado Novo varguista, a noção de revolução era aplicada mais especificamente à leitura do movimento político gestado em 1930 no país, em conformidade com a (auto)representação oficial do próprio regime autoritário. Privilegia-se, do ponto de vista teórico, no tipo de interpretação desenvolvida por Azevedo Amaral, a título de exemplificação, o âmbito intelectual e institucional construtor, respectivamente, da organização e consolidação do processo revolucionário, entendido, por sua vez, como resultante de uma ação política localizada, em detrimento do viés identitário-cultural que o conceito assume como fundamento, segundo a ótica empregada por Sérgio Buarque, como vimos anteriormente. Como esboço de visualização comparativa, por exemplo, no conceito utilizado por Amaral, “as revoluções, a nosso ver, são invariavelmente movimentos partidos de pequenas minorias de elite, que influenciam, educam e organizam as massas para a realização dos seus objetivos de mutação política e social. Há pois em todas as revoluções um movimento intelectual originário, que é o ponto de partida dos episódios que ulteriores se encadeiam até a conflagração subversiva”. Cf. AMARAL, Azevedo. O Estado autoritário e a realidade nacional, 1938, p. 75.

figurada, o tema é problematizado - no sentido de ser tomado radicalmente como uma questão em aberto - em relação à abordagem da historicidade nacional, sendo objeto de uma configuração cristalizada como forma cultural própria que se ajusta a um momento histórico específico, desde a compreensão primacial de uma experiência cambiante do tempo que a organiza. Nesse sentido, o imperativo orgânico subjacente a essa visão denota que a forma da organicidade é, antes de tudo, histórica pois conectada ao momento específico que impõe as condições de emergência à realidade sociocultural em estado de modificação.

Importa assinalar, portanto, que este posicionamento histórico - *historicista*, em sua perspectiva teórica - tem ressonância política e ideológica significativa na conjuntura turbulenta dos anos 1930, no momento da publicação de *Raízes do Brasil*. Na prática, significava um gesto operatório de justaposição da historicidade como variável decisiva incorporada ao quadro de compreensão da nacionalidade ante um cenário de tons autoritários no país, materializado no plano das ideias e no domínio institucional com a hegemonização do pensamento conservador e autoritário que preconizava o fechamento da experiência política do país, institucionalizado a partir de 1937 com o golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas.

Essa ressonância política que apontamos se coloca como interação com a conjuntura histórica por via do ângulo de abertura no tratamento conferido à identidade nacional - em seu espectro de *identificações*, de modo mais concreto em vista da perspectiva do autor - como questão plural, instável e fluida, sendo entendida como indeterminada no limite, na medida em que é articulada como expressão das alterações protagonizadas pelo processo histórico em seu movimento de devir.⁴⁹¹ Como corolário dessa concepção dinâmica, o tema não é equacionado como objeto de síntese para cuja resolução se prescrevia um programa institucional preconizado enquanto “remédio” nacional, como foi ideia recorrente compartilhada por parte de autores relevantes do pensamento político e social brasileiro naquele período, como Oliveira Vianna (1883-1951), trabalhado em suas concepções no capítulo anterior desta tese, e Azevedo Amaral (1881-1942), por exemplo, outro intelectual bastante atuante na cena do debate político

⁴⁹¹ Essa perspectiva dinâmica sustentada por Sérgio Buarque acerca do tema da “identidade nacional” adquiriu sua forma mais substantiva a partir da segunda edição de *Raízes do Brasil*, versão em que o livro foi modificado e recebeu uma perspectiva mais aberta em relação ao traçado de uma identidade brasileira. Como bem colocou André Botelho, com a ressalva que fazemos ao fato de sua leitura orientar-se melhor de acordo com a segunda edição do livro clássico, deve-se atentar para a perspectiva de que “Sergio Buarque não buscava traçar uma ‘identidade nacional’ estável ou essencializada, e sim acentuar a presença de tensões cruciais entre formas de sociabilidade tradicionais e modernas na sociedade brasileira em seu devir histórico, sugerindo a partir disso uma série de impasses e possibilidades para os seus presente e futuro”. Ver: BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 22, n. 1, p. 53.

e ideológico dos anos 1930.⁴⁹² Enquanto para estes dois intelectuais a chave para o futuro nacional estava direcionada ao reforço do papel do Estado concebido como instituição forte que constituía o eixo, o meio e a expressão orgânica mesma de organização da sociedade, para Sérgio Buarque, em outra linha de prognóstico, apostar na asserção resolutiva de programas e plataformas político-institucionais impostas seria endossar uma saída artificial, aparente e ilusória, pois ignorar-se-ia a vitalidade e organicidade atinentes ao processo histórico relativo à nossa vida social:

Outro remédio, só aparentemente mais plausível, está em pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo. A rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação parecem-nos constituir o único requisito obrigatório da boa ordem social. Não conhecemos outro recurso.⁴⁹³

Nesse seu uso da história, que se liga à reflexão organicista sobre a cultura brasileira como concatenação do “destino de um povo”, em sua expressão orgânica acima apontada, toma-se de modo crítico a mobilização de “remédios” aventados como meios de organizar a experiência social brasileira, pois está em jogo outro entendimento acerca da organização da sociedade (e da noção de “ordem social”) que leva em conta a ação do processo evolutivo nacional como fator orgânico constituído ao longo do tempo, partindo-se do quadro primordial de que se trata historicamente de uma sociedade em formação. Esse é o filtro organicista que orienta sua leitura da historicidade nacional e se opõe, dessa forma, à ótica de construção jurídico-institucional do problema e da ideia a ela associada do estabelecimento de um receituário político normativo ao país, pois a prescrição de “soluções” oriundas desta arena apoiaria-se, para o autor, em premissas regulatórias, inflexíveis e programáticas de consideração da realidade social que a ordenam segundo esquemas limitantes pouco afeitos ao nosso “sistema de evolução”.⁴⁹⁴ Este âmbito de proposições políticas teria como paradigma

⁴⁹² Oliveira Vianna afirmou em sua obra “Problemas de política objetiva”, de 1930, que a organização da nacionalidade brasileira, tendo em vista a consideração do postulado de sermos um povo em processo de formação histórica, passaria pelo papel de intervenção estatal com o propósito de realizar organicamente a “integração definitiva da nacionalidade”. Cf. VIANNA, Oliveira. Problemas de política objetiva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930, p. 61-62. Para Azevedo Amaral, assim como Vianna um pensador de viés autoritário em destaque no cenário intelectual da década de 1930, a política almejada do ponto de vista da organização da sociedade é a materialização da “identificação do Estado e da nação em uma “unidade coesa e indissolúvel”, segundo assinala Amaral na obra “O Estado autoritário e a realidade nacional”, de 1938. Nessa ótica, caberia ao Estado como agência a capacidade de “expressão orgânica da representação autêntica da Sociedade”. Sobre isso, ver: AMARAL, Azevedo. Idem, *ibidem*, p. 181 e p. 186.

⁴⁹³ *Ibidem*, p. 212.

⁴⁹⁴ Expressão utilizada por Sérgio Buarque em “Raízes do Brasil” para demarcar a particularidade da cultura brasileira - entendida em uma escala histórica própria - como modo de existência da vida social. Ver: *Ibidem*, p. 35.

central formular plataformas legislativas e projetos estatais que procuram normatizar o funcionamento da sociedade sob a noção de uma ordem imposta, construída enquanto prescrição. A perspectiva histórica do autor, em face da apreciação crítica dessas proposições, é entendida sob outra chave de interpretação, fundamentando-se na ideia de organicidade “interna” e “congênita” ao quadro evolutivo traçado pela história nacional como caminho da construção nacional imaginada, donde o organicismo cultural aparece, como se verifica mais uma vez abaixo, como núcleo argumentativo que rege a concepção do todo social coeso em *Raízes*:

Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. O espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas.⁴⁹⁵

Em consonância com esse postulado histórico organicista de concepção da nação como totalidade social (supraindividual), o qual salienta a organicidade funcional das “necessidades específicas” e demandas “espirituais” que partem autonomamente da sociedade, entendida à luz das relações estabelecidas pelas suas partes integrantes em chave de contraposição aos interesses e iniciativas políticas regulatórios que o autor conceitua em sentido irônico com o viés de “escolhas caprichosas”, reside certo lastro democrático que emblematiza o modo com que é abordada a problemática da identidade nacional nessa obra - em sua perspectiva de *problematização*, em chave mais apropriada ao texto: tal questão é elaborada como processo orgânico vital e aberto do qual as formas de identificação histórico-cultural que emergem na vida social estão articuladas de modo imanente (e especificamente relativo) à órbita da experiência dinâmica do tempo histórico.⁴⁹⁶ Essa chave de análise se colocava em um ambiente histórico que apresentava, sob o prisma ideológico, fortes tendências de fechamento do campo político e, mesmo, no âmbito das ideias diante dos propósitos de normatização da sociedade, do prescritivismo político sobre a concepção de história e, com efeito, do fortalecimento da

⁴⁹⁵ Ibid., p. 224.

⁴⁹⁶ Este lastro democrático que apontamos no modo de analisar a nacionalidade, deve-se assinalar, tornou-se mais incisivo do ponto de vista de uma interpretação progressista da história a partir da segunda edição modificada de “*Raízes do Brasil*”, de 1948, (re)escrita em outro contexto político e intelectual do país, de teor ideológico mais liberal se comparado ao cenário dos anos 1930. Com a edição reescrita, a ênfase posta no movimento de transformação social do país adquiriu acento ainda maior no plano do texto como forma de atualizar a leitura do autor de acordo com o processo histórico de abertura política nacional vivido no pós-1945, conforme a crítica especializada vem apontando de modo assertivo nos últimos anos. Cita-se, por exemplo, o seguinte estudo: MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo. In: MONTEIRO, Pedro M.; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs.). *Raízes do Brasil*: edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 11-26.

agência do Estado - conotado, sobretudo, no âmbito do poder Executivo - invocada como “solução” política na conjuntura dos anos 1930, conforme o estudo da história política e intelectual brasileira nos permite atestar.⁴⁹⁷

Nessa orientação, seu uso do postulado teórico organicista estava embasado em uma perspectiva de compreensão da sociedade enquanto “um todo perfeito de partes tão antagonicas” cuja identidade é irreduzível à posição de pretensa “organização de nossa desordem”⁴⁹⁸ que fundamentava o ideário político de viés autoritário em voga no contexto ideológico da publicação de *Raízes do Brasil*. Ante a égide de intervenções políticas sobre a realidade fundadas na percepção analítica de que havia necessidade de organização da sociedade atribuída à esfera normativa (e expandida) de atuação do Estado, balizadas pela ideia de imposição de uma “nova ordem” institucional resolutiva, o autor apresentava como seu posicionamento em debate que o pretendido florescimento nacional era objeto condicionado como caminho pela injunção *orgânica* do tempo histórico progressivo da nossa vida social, aberto à plasticidade de seu devir. Um exemplo cabal dessa concepção aberta e organicista de leitura histórica é a que o autor apresenta em relação ao tema da cordialidade⁴⁹⁹, noção chave à sua interpretação da cultura brasileira, cuja expectativa de sua dissolução é entrevista a partir de um processo de mudança histórica escalar (nas formas social, econômica, cultural e política) vivido como experiência *nacional*, cujo desenlace estaria ainda por vir, na medida em que constituía um acontecimento em curso no contexto de sua escrita de *Raízes*, segundo sua visão. Tratava-se da perspectivação de uma historicidade aberta e contínua da experiência do (re)fazer-se nação.⁵⁰⁰

⁴⁹⁷ Como exemplo deste fechamento no campo das ideias apontado acima, a questão relativa à construção de uma identidade nacional ao país foi definida, para muitos intelectuais relevantes no cenário dos anos 1930, sob o paradigma oficial de ação do Estado, o qual era postulado como ente produtor do âmbito “nacional”, sendo considerada a instituição que deveria prescrever, a partir da orientação dirigida de seus intelectuais burocratas, a política cultural de edificação de uma identidade coletiva homogênea e coesa a serviço do programa da unificação nacional. Foi o que ocorreu factualmente como esforço de aprofundamento do ponto de vista político-institucional sob a égide do regime autoritário de Getúlio Vargas, após a instalação do golpe do Estado Novo (1937-1945). Sobre o exame dessa questão do ponto de vista da institucionalização de uma política cultural de Estado que visava a consolidar a unidade nacional naquele cenário, consultar a seguinte análise: GRECCO, Gabriela de Lima. Escrever a tradição, modernizar a tradição: literatura e identidade nacional durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, nº 88, 2021, pp. 255-278.

⁴⁹⁸ HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*, p. 224.

⁴⁹⁹ Conforme trabalhamos no primeiro capítulo desta tese, a cordialidade é uma noção central ao discurso do autor acerca do movimento, isto é, das dinâmicas e relações que envolvem a questão da “identidade nacional” brasileira em sua interpretação elaborada em *Raízes*. Nesse sentido, pode-se dizer que se trata de um tema em que se verifica sua perspectiva interpretativa do tempo histórico relativo à sociedade brasileira.

⁵⁰⁰ Esta perspectiva é incorporada pelo autor como emblema de sua própria escrita da história para efeito da interpretação da nação. A reescritura contínua do livro “*Raízes do Brasil*”, publicado originalmente em 1936, e cujas segunda e terceira edições (de 1948 e 1956, respectivamente), contemplaram mudanças significativas na organização e conteúdo da obra, sobretudo a 2ª versão, como já foi escrutinado pela crítica especializada, denota um exemplo modelar de valorização da historicidade por parte do autor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: As *tramas organicistas* da nação em Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda

Como se procurou demonstrar ao longo desta tese, o artesanato político e cultural que sustenta a operação intelectual relativa ao processo de construção da nação conecta estreitamente, em seu fazer, uma interpretação do passado (neste caso, de âmbito nacional) à leitura do presente a que os autores estão relacionados e, sob seu influxo, condicionados ao escrever a história do país. O discurso sobre a nação que emana como resultado dessa escrita mobiliza identidades coletivas na medida em que entrelaça, por meio de diferentes fios condutores e estratégias analíticas de naturalização, compreensões do passado, diagnósticos acerca do presente e expectativas de futuro que são delimitados conjuntamente em ordem da produção de representações amplas sobre a identidade nacional. Neste plano de análise, que é o da construção discursiva sobre a nação, coloca-se a hipótese de trabalho que se buscou demonstrar acerca da concepção de tempo histórico progressivo que regula a interpretação da nacionalidade em vista de sua consolidação como entidade orgânica, representativa de um organismo social coeso, ideia estrutural que tanto Oliveira Vianna quanto Sérgio Buarque de Holanda articularam, cada qual a seu modo particular.

Em prol da tessitura de uma maior organicidade nas relações estabelecidas em sociedade, projetadas como frente do processo de construção nacional a nível organizativo e simbólico, procuramos compreender as perspectivas de Vianna e de Buarque de Holanda a partir de suas zonas de confluência concernentes ao diagnóstico de ambos os autores de que faltava coesão (orgânica) na vida social do país, espírito de solidariedade coletiva e associativismo - capacidade de constituir livremente vínculos sociais e políticos - nas relações do indivíduo com o meio e inexistia um “caráter nacional”, para efeito da manifestação orgânica de nossa coletividade. Cabe destacar que, mediante este eixo de análise compartilhado pelos autores como ponto de ancoragem, esta tese objetivou assinalar e examinar as relações de confluências e dissonâncias existentes no quadro de suas radiografias históricas da vida nacional, montadas, respectivamente, sob uma chave de pretensão realista em sentido político e epistêmico em Vianna e, de outro modo, por um chave de expressão simbólica e de função mais metafórica em Holanda. O saldo confluyente é uma interpretação que surpreende (tendo em vista a consideração de se tratarem de perspectivas teórico-metodológicas e político-ideológicas bastante distintas) pela classe de semelhanças no âmbito de suas leituras sobre a

sociedade brasileira em face de sua compreensão histórica, das quais destacamos os conceitos de *insolidariedade social* (em Vianna) e de *cordialidade* (em Holanda) como fenômenos análogos que sintetizam uma intersecção importante em seus escritos sobre o plano teórico de consolidação da nação no Brasil.

Nesta intersecção conceitual assinalada inscrita nos debates dos anos 1920 e 1930 no país, nossa linha de argumentação apontou como pressuposto teórico chave a mobilização do organicismo (de concepções organicistas de sociedade e, especialmente, quanto à formação da nação) a partir do qual ambos os autores orientavam as perspectivas de construção da nacionalidade em suas obras e, por meio do assentamento deste postulado como ponto de partida teórico, lia-se o passado nacional à luz do diagnóstico histórico da inexistência de uma nação solidária e harmônica. Sob o preceito orgânico de que a nação desenvolve-se a partir de um substrato cultural informado e “preenchido” pela história como sedimentação de modos de vida e comportamentos coletivos do povo, os conceitos que ambos formularam como categorias analíticas da realidade social brasileira constituem formas particulares de compreender como a nossa cultura - em acepção abrangente, enquanto gradiente da identidade nacional associada a um povo - era permeada pela “tibiaza” dos laços de solidariedade, exclusivos às tradições particularistas do personalismo e do correlato espírito de clã/facção que caracterizariam o modo de ser vigente nas relações em sociedade, segundo suas perspectivas ponderaram. Enquanto formas de representação da identidade social, argumentamos que as duas noções propostas operam como conceitos que indicam o impacto e extravasamento da escala de relações primárias - pessoais, clânicas, cordiais - para o plano coletivo, o que obstaculiza a formação de um todo nacional integrado. Tratar-se-ia de uma sistematização social difícil. Impediria-se com este retrato da sociedade a conotação de unidade (orgânica) da nação, projetada como âmbito capaz de transcender as expressões delimitadas de interesses particularistas.

As concepções organicistas presentes nessa forma de compreensão da vida social elaborada pelos autores tiveram como ponto de apoio a relação estreita com o contexto político e social nacional e internacional de intensa crítica ao liberalismo nos anos 1920 e 1930, cenário que demarcou a crise dos modelos políticos, sociais e econômicos liberais em nível mundial enquanto ideário e enquanto implementação a nível constitucional nas realidades nacionais (mais concretamente, como regime de Estado liberal e descentralizado). A presença teórica organicista como elemento matricial de suas interpretações sobre a sociedade - as quais constituíram o nosso objeto de análise neste estudo - estabelecia o fundamento da crítica ao liberalismo no Brasil, enquanto parâmetro de organização social que o orientava como sistema,

tendo em vista que seu arcabouço representativo e de viés individualista era tomado como incapaz de organizar a nossa sociedade e, em escala mais abrangente, visto que as relações sociais eram consideradas inorgânicas na realidade dos países que compunham a América Latina em geral, como ambos a compreenderam historicamente. Na conjuntura brasileira específica das primeiras décadas do século XX, o organicismo inscrevia-se na arena política e cultural como marco da produção de novos discursos sobre a nação (do *Brasil-nação*) por parte da intelectualidade, que entendia a nacionalidade em processo de reconstrução, situação compreendida a partir da alusão aos signos contextuais de “crise” e de “transição” emergentes nos escritos de autores como Oliveira Vianna e Sérgio Buarque.

Em vista da crítica acentuada do sistema liberal por seu assentamento no primado do individualismo como nexos histórico, o organicismo foi movido como postulado central da existência da nacionalidade em Vianna e em Holanda para, a partir de seu referencial, traçar um horizonte de organização da nação enquanto coletivo articulado e coeso, na medida em que, segundo suas apreensões, o liberalismo estaria orientado à ordenação institucional mediante o repertório representativo do indivíduo como cidadão, o que, tendo em vista suas leituras da formação histórico-cultural da nossa sociedade, favoreceria a égide do personalismo concentrado e reinante em uma sociedade que, por preceito, seria pouco organizada. A precariedade e “tíbieza” (na expressão peculiar de Sérgio Buarque) da organização social fundamentavam o diagnóstico de tipo organicista em torno do descompasso apontado entre o modelo de organização político- institucional do país (de teoria liberal, inspirado em realidades externas, sobretudo na escala “anglo-saxônica”) e o substrato cultural brasileiro, classificado como pouco articulado, elemento que configurava o dualismo essencial das análises dos autores. Diante deste cenário retratado pelos autores, colocava-se a questão de como lidar com o lastro da formação histórica do país e perspectivar a construção nacional em sentido de uma transformação social orgânica? Ou, em outras palavras, como compor um organismo social integrado em uma nação caracterizada por uma cultura de precedentes personalistas e de “espírito” de viés particularista?

É em torno do arranjo de parâmetros organicistas de organização social que o saldo das dissonâncias entre suas interpretações emerge a pleno, na medida em que se verifica textualmente sua operação a partir da compreensão metodológica embasada em diferentes dimensões da realidade. Vianna, por exemplo, concentrou sua leitura na crítica política da ordem republicana federalista proveniente da Carta constitucional de 1891, mediante a análise centrada no aspecto da disfuncionalidade da prática liberal de organização descentralizada da realidade brasileira, ao passo que Sérgio Buarque abriu sua análise à perspectiva de interpretar as formas de vida que a história nacional assumia organicamente (no sentido de ordenamento

espontâneo) sob o ângulo de suas identificações culturais, quadros que denotam, em termos de análise comparada, as diferenças cruciais existentes em seus escopos analíticos. Estamos diante de duas formas distintas de pensar a nação que se originaram, metodologicamente, de perspectivas de análise associadas a diferentes âmbitos de realidade fixados como referenciais, o que remonta às fundamentações de suas respectivas compreensões históricas da sociedade.

Conforme demonstramos nesta tese, o campo de investigação de Vianna volta-se de modo detido à arena política por meio da tarefa de ordenamento da organização social do país em busca de sua “solução orgânica” (*Populações meridionais do Brasil*, 1920), a qual adviria de um elemento transcendente à formação histórica nacional: a ação orgânica de uma força coesa e organizada imputada ao Estado, instituição assentada em um modelo político centralizado considerado responsável pela garantia da unidade nacional. De acordo com a leitura do autor sobre a formação da nossa sociedade, conotada em termos de um diagnóstico histórico-sociológico, a resolução da problemática da unidade (forma política de colocar o problema da organicidade social) cabe a um corpo político (visto como orgânico) que possibilite sua agregação, sendo a parte responsável pela ordenação da nação como um todo orgânico. O entendimento organicista acerca da sociedade, expresso em seu diagnóstico da insolidariedade social, manifesta-se em desdobramento na concepção proposta de funcionamento do Estado como força coesa e orgânica.

Já no que concerne ao campo de análise da produção de Sérgio Buarque, por sua vez, seu enfoque está posicionado em descortinar as formas históricas que a identidade coletiva assume espontaneamente, isto é, por conta de dinâmicas “internas” congruentes (consideradas orgânicas e funcionais) às demandas e necessidades do corpo social, ainda que este seja considerado, em sua totalidade, como inorgânico e pouco coeso pelo autor. No seu entender, a análise histórico-social do passado e do presente em curso do país está inscrita, sob o regime de uma temporalidade longa, no movimento dinâmico que o autor designou como “advento de um novo estado de coisas” na ordem de construção da nacionalidade (*Raízes do Brasil*, 1936). Como tratar-se-ia de um processo em fluxo, de caráter inacabado e incompleto, pois, o que o autor faz em seu procedimento analítico é postular um sentido aplicado ao momento histórico em ação, sem pretensão de generalizar uma essencialidade de significado à história nacional como um todo.

Em nosso entendimento proposto neste estudo, trata-se, portanto, da representação de (i) uma posição de viés programático e de aspecto pragmático por parte de Vianna, destinada a um plano de intervenção objetiva no real no qual sua base é a formulação de um novo modelo de sociedade à nação; (ii) e de uma postura que interpreta, por sua vez, a realidade social como processo histórico em transformação a partir da dinâmica simbólica de (re)construção das

identidades que davam significado às formas de vida nacional, noção que Sérgio Buarque maneja para reforçar a dimensão cultural de extrato organicista a que sua análise histórica se inscreve. A concepção de filtro organicista lançada sobre a sociedade revela-se, nesse registro, em sua fundamentação como cultura, isto é, como modo de pertencimento e enraizamento a uma identidade, entendimento expresso em sua leitura metafórica do ser brasileiro como “desterrado” em sua própria terra, conforme consta em *Raízes do Brasil*. É importante assinalar que, dentro do esquadro fornecido pela atenção à diferença dos enfoques por que os autores tratam a problemática da construção nacional, a própria produção intelectual de Sérgio Buarque deve ser pensada concretamente em torno do trânsito conceitual que sofre entre um discurso de viés essencialista que perpassou seus primeiros escritos literários e culturais na década de 1920, como vimos ao longo do capítulo terceiro, apoiada em uma definição essencialista de “espírito do povo” (e noções contextuais correlatas, tais como “caráter nacional” e “índole do povo”, a pretensão de “originalidade nacional”, todas recorrentes em seus artigos de 1920) para um estatuto de análise histórica (e historicista, no sentido mais estrito) de compreensão mais dinâmica a respeito da identidade brasileira. Esta dimensão pode ser percebida a partir da publicação de *Raízes do Brasil*, de 1936, com a devida ressalva de que é, de fato, somente na segunda edição desta obra, datada de 1948, que esta perspectiva abordada adquire sua versão substantiva.

Para contemplar essa transição representada no quadro de seu discurso sobre a nacionalidade, munimo-nos de uma abordagem conceitual que se aproxima da ótica da história intelectual e pensa, como proposta, este tema em sua historicidade não somente em relação à interação das ideias organicistas com o contexto social e político brasileiro do período estudado - de crise do liberalismo -, mas propicie ler o cenário intelectual, de uma certa maneira, por “dentro”, quer dizer, a partir das formas sob as quais o organicismo é compreendido como posicionamento a respeito do funcionamento da nacionalidade, podendo examiná-lo, assim, em seu campo de usos e variações. Para efeito do nosso esforço de interpretação, enfatizam-se as diferentes interpretações por que o organismo passa enquanto postulado teórico em relação a seu ajustamento à análise da formação histórica nacional, de modo que, a partir desta perspectiva teórica, pode-se vislumbrar o deslocamento conceitual de eixos referentes ao tratamento da temática entre os próprios autores, os quais traduzem sentidos organicistas distintos e correspondem, com efeito, a caminhos alternativos projetados ao desenlace da nacionalidade. Nesse sentido, estudar o processo de construção da nacionalidade a partir dos discursos dos dois autores representa conceber diferentes formas de manifestação política e identitária do organismo social.

Sendo assim, destaca-se no quadro das configurações dadas às concepções organicistas no cenário intelectual brasileiro das décadas de 1920 e 1930 que estas se diferem em seus sentidos quando analisadas sob a lente da modalidade dos terrenos da qual partem (o político em Vianna, o cultural em Holanda) e na qual se desdobram, indicadoras de diferentes posicionamentos e caminhos históricos e políticos projetados ao processo de construção da nacionalidade. A compreensão do organicismo refere-se, isto posto, à possibilidade concreta (de feição política e/ou cultural, respectivamente considerada) de transformação da nação desde a singularidade do retrato fisionômico fornecido pela análise da formação histórica do país em cada autor, em direção à consolidação de uma forma orgânica à sociedade, cuja trama (*organicista*) é a de representação do nacional como substrato coeso, ideal organizativo aspirado por estes intelectuais ao devir do país. Do modo como compreendemos, a análise feita revela que suas diferentes tramas do organicismo estão articuladas a partir da expressão conferida à operação interpretativa de representação da unidade política nacional, precisamente em Vianna, ao passo que, para Holanda, sua manifestação refere-se, sobretudo, aos traçados culturais da identidade nacional. Lidas em conjunto, de acordo com o escopo da tese, pode-se destacar que constituem emblemas referenciais da busca por organicidade e agregação no tecido da nação.

É assim que se podem fornecer ferramentas para entender o destaque dado à proposição política do papel do Estado como solução orgânica em Vianna, a qual corresponde uma perspectiva histórica orientada pela demarcação pragmática de um caminho ao futuro nacional. Sob outra chave interpretativa, o processo de construção nacional coincide com a manifestação das “formas de vida” orgânicas apresentadas pelas identificações culturais coletivas, como foram sugeridas nas reflexões de Sérgio Buarque, entre as quais a imagem de “americanização” formulada como horizonte possível do futuro do país nas páginas de *Raízes do Brasil*. A partir de suas visões concorrentes (em paralelo, pode-se dizer) sobre o organicismo mobilizado como aporte teórico no plano de construção da nacionalidade, destacamos em matéria comparativa a justaposição de concepções organicistas sobre a cultura e a sociedade como marco identificatório deste processo e, na prática interpretativa, como elo entre os momentos de leitura da história nacional enquanto manifestação de vínculos frágeis de solidariedade social (dado o personalismo) e, ao mesmo tempo, de projeção do horizonte nacional como constituição de uma nação integrada.

Ler de modo comparado em busca de traçar um plano de identificações, analogias e confluências entre perspectivas metodológicas e ideológicas que distam profundamente no entendimento da construção da nacionalidade brasileira nos permitiu revelar o cruzamento feito de intersecções e dissonâncias nos caminhos postulados sobre o organicismo como lente de

significação do objeto de reflexão em disputa intitulado “Brasil”. Nosso movimento interpretativo teve, por objetivo central, estudar de modo enfocado os pontos de cruzamento delineados sob a referencialidade do organicismo como baliza teórica em nexos históricos estreitos com a crise internacional do liberalismo em que as produções de Vianna e de Buarque de Holanda adquirem sentido (e sua historicidade) no contexto específico dos anos 1920 e 1930 no país.

Com o desfecho deste estudo, não pretendemos concluir o tema aqui proposto de uma maneira definitiva. Nosso objetivo é, antes, contribuir a partir de nosso trabalho com um ponto de apoio potencial para novas pesquisas que queiram se dedicar à análise comparada entre conceitos, obras e perspectivas de autores (como são os casos particulares de Oliveira Vianna e de Sérgio Buarque, entre outros) associados ao vasto campo do pensamento político e social brasileiro, com especial foco em revelar e explorar os fundamentos e pressupostos compartilhados por trás dos contrastes evidentes existentes nos diferentes modos de compreensão da realidade brasileira. Investir em sua interrogação como princípio de apresentação de uma faceta substancial dos debates guarda, portanto, algumas possibilidades de mapear congruências e analogias que, em regra geral, não são exploradas recorrentemente em seus fundamentos teóricos na delimitação dos objetos de estudo relativos a esta área de pesquisa, mais orientados ao enquadramento das matrizes ideológicas do pensamento nacional. Nessa direção que propusemos, o anseio por ampliar o espaço de análise de viés dialógico que pode ser produzido mesmo sobre material de pesquisa bastante estudado e conhecido pelos pesquisadores na academia e, inclusive, fora dela para o público geral e não especializado, tendo em vista se tratarem de exemplos canônicos, justifica-se, a nosso ver, *ainda mais* pela renovação de olhares, interrogações e pela oferta de releituras que são capazes de (re)vitalizar e induzir, em conjunto, a organização de estudos que tenham por baliza aprofundar uma perspectiva aproximativa e comparada de análise.

REFERÊNCIAS

Fontes:

I. Oliveira Vianna

- VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia editores, 1920, 1º volume.
- VIANNA, F. J. de Oliveira. **Pequenos estudos de psicologia social**. São Paulo: Revista do Brasil, 1921.
- VIANNA, Oliveira. **O idealismo na evolução política do Império e da República**. São Paulo: Biblioteca do Estado de São Paulo, 1922.
- VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1923.
- VIANNA, Oliveira. D. Pedro e a propaganda republicana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 98, vol.152, 1925, p. 412-419.
- VIANNA, Oliveira. **O ocaso do Império**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925.
- VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição**. Rio de Janeiro: Edição de Terra de Sol, 1927.
- VIANNA, Oliveira. **Problemas de política objetiva**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.
- VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1938.
- VIANNA, Oliveira. **Problemas de direito corporativo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Nacional, 2ª edição aumentada, 1939.
- VIANNA, Oliveira. **Ensaaios inéditos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

II. Sérgio Buarque de Holanda

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, 1ª edição, 176 p.
- HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 26ª edição, 1995;
- HOLANDA, Sérgio B. A herança colonial: sua desagregação. In: O Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, coleção **História da Civilização Geral Brasileira**, sob direção de Sérgio Buarque de Holanda, tomo II, vol. 1, capítulo 1, p. 9-39, 1993 [1969].
- HOLANDA, Sérgio B. Do Império à República. In: O Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, coleção **História da Civilização Geral Brasileira**, sob direção de Sérgio Buarque de Holanda, tomo II, vol. 5, 1993 [1972].
- HOLANDA, Sérgio B. **Tentativas de mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. Organização de Francisco de Assis Barbosa.

HOLANDA, Sérgio B. **O espírito e a letra: estudos de crítica literária, 1920-1947**, vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Organização de Antonio Arnoni Prado.

HOLANDA, Sérgio B. **O espírito e a letra: estudos de crítica literária, 1948-1959**, vol. II. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Organização de Antonio Arnoni Prado.

HOLANDA, Sérgio B. **Para uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Organização de Marcos Costa.

HOLANDA, Sérgio B. **Capítulos de história do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Organização de Fernando A. Novais.

HOLANDA, Sérgio B. **Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos, livro I, 1920-1949**. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011. Organização de Marcos Costa.

Bibliografia:

ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: EDIPUCRS, 2013;

ABREU, Luciano Aronne de. Nacionalismo, autoritarismo e desenvolvimento no Brasil de Vargas. *MÉTIS: História & Cultura*, v. 13, n. 26, jul./dez. 2014, p. 171-184;

ABREU, Luciano Aronne de. A construção de uma “verdadeira nação no Brasil”: nacionalismo, autoritarismo e corporativismo. *História: Debates e Tendências*, v. 15, n. 1, jan./jun. 2015, p. 268-282;

ABREU, Luciano Aronne de. O sentido democrático e corporativo da não-Constituição de 1937. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, maio-agosto de 2016, p. 461-480;

ABREU, Luciano Aronne de. Iberismo e Corporativismo: a “verdadeira” nação brasileira segundo Oliveira Viana. In: *ESTUDOS DO SÉCULO XX*, Universidade de Coimbra, n. 16, 2016, p. 41-61;

ABREU, Luciano A. de; MARTINS, Luis Carlos dos P. Ordem social e desenvolvimento econômico: um corporativismo à brasileira. In: LEAL, Ernesto Castro (coord.). *Organicismos e Política*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, e-book, 2017;

ABREU, LUCIANO A.; MARTINS, Luís Carlos dos P.; MUNARETO, Geandra D. *Embracing the past, designing the future: authoritarianism and economic development in Brazil under Getúlio Vargas*. Brighton & Eastbourne: Sussex Academic Press, 2020;

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1ª edição, 2017 [1996];

ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de História intelectual. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1, p. 9-17;

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993 [1983]. Traducción de Eduardo L. Suárez;

ARMANI, Carlos H. *Discursos da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil em fins do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010;

ARMANI, Carlos Henrique. Reflexões sobre o contexto na história intelectual: entre a virada linguística e o novo materialismo filosófico. *Tempos Históricos*, vol. 19, 1º semestre de 2015, p. 80-102;

ASSIS, Gabriella Lima de. *Raízes do Paraíso: uma análise whiteana de Sérgio Buarque de Holanda*. Tese de doutorado em História, UFMT, 2017, 223 f.;

AVELINO FILHO, George. Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5 (12): pp. 5-15, 1990;

AXT, Gunter & SCHULER, Fernando (orgs.). *Intérpretes do Brasil: cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2ª edição, 2011;

BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp, 1993;

BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Edições 70, s/d, vol. II.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da história. In: Walter Benjamin – obras escolhidas, vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1940], pp. 222-232.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, 3ª reimpressão [1998];

BONFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992;

BOTELHO, A.; LAHUERTA, Milton. Interpretações do pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. *Perspectivas*, n. 28, pp. 7-15, 2005;

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009;

BOTELHO, André. *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019;

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do Brasil. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 22, n. 1, pp. 47-66, 2010;

BOTELHO, A.; FERREIRA, Gabriela Nunes (org.). *Revisão do Pensamento Conservador: Ideias e Política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010;

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma*. *Lua Nova*, n. 82, pp. 11-16, 2011.

BOTELHO, André. Un programa fuerte para el pensamiento social brasileño. *Prismas - Revista de Historia Intelectual*, v. 19, n. 2, diciembre 2015, p. 151-161.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., 2007;

BRASIL, Antonio & BOTELHO, André. Próximo distante: rural e urbano em *Populações meridionais e Raízes do Brasil*. In: FERREIRA, Gabriela N. & BOTELHO, A. (orgs.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, p. 233-272.

BRESCIANI, Maria Stella. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2ª ed. revista, 2007.

BRUNO, Daniel Machado. Entre experiências do tempo e (re)configurações da nação: leituras da história em face da construção da nação nos discursos de “Brasil” em Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *REB - Revista de Estudios Brasileños*, Salamanca, 2020, vol. 7, n. 14, pp. 79-92;

BRUNO, Daniel Machado. O lugar de “Raízes do Brasil” no pensamento político e social brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, 106 f.;

BRUNO, Daniel Machado & COSTAGUTA, Gabriel Duarte (orgs.). *O Brasil republicano em perspectiva: diálogos entre a história política e a história intelectual*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, Série História, 255 p.;

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012;

CANDIDO, Antonio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque

- de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1976 [1936], 9ª edição, p. XIX-XXX;
- CANDIDO, Antonio. Sérgio em Berlim e depois. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, 3, pp. 4-9, julho 82;
- CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, 9ª edição;
- CANDIDO, Antonio. “A visão política de Sérgio Buarque de Holanda”. In: MONTEIRO, Pedro M. & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.
- CANDIDO, Antonio. Radicalismos. São Paulo: Estudos Avançados, v 4, nº 8, 1990;
- CANDIDO, Antonio. A Sociologia no Brasil. São Paulo: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, pp. 271-301, junho 2006;
- CARDOSO, Fernando Henrique. Pensadores que inventaram o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013;
- CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 82-99;
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho: História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, 2000, p. 123-152;
- CARVALHO, Raphael Guilherme de. *Tentativas de Mitologia* (1979), escrita de si e memória de Sérgio Buarque de Holanda. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 62, p. 701-720, setembro-dezembro de 2017;
- CASSIMIRO, Paulo Henrique. *A Revolução Conservadora no Brasil. Nacionalismo, Autoritarismo e Fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30*. In: Revista Política Hoje, UFPE, vol. 27, edição especial, 2018, pp. 138-161;
- CASTRO, Conrado Pires. “A ‘eterna juventude’ de um clássico”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia. *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016;
- CATROGA, Fernando. “Ainda será a História Mestre da Vida?” In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, Edição Especial, n. 2, pp. 7-34, 2006;
- CEPÊDA, Vera Alves. Dilemas do Pensamento Político: famílias intelectuais e as interpretações sobre o Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n; 31, pp. 231-238, 2008.
- CEPÊDA, Vera Alves. Trajetórias do corporativismo no Brasil: teoria social, problemas econômicos e efeitos políticos. In: ABREU, Luciano A. de & SANTOS, Paula Borges (orgs.). *A era do corporativismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 99-149;
- COSTA, Marcos A. Biografia histórica: a trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em história da UNESP-Assis em 2007;
- COSTA, Sérgio. “O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 29, n. 3, set./dez. 2014, pp. 823-839;
- COSTA, Valeriano. *Vertentes democráticas em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque*. In: Lua Nova – Revista de Cultura Política, nº 26, São Paulo, agosto 1992, pp. 219-248;
- COSTAGUTA, Gabriel Duarte. Corporativismo(s) entre luzes e sombras: perspectivas de um debate sociopolítico no horizonte brasileiro dos anos 1930/1937. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019, 108 f.;
- DIAS, Maria Odila (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, série História, 1985;
- DIAS, Maria Odila. “Negação das negações”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO,

João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008;

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Olhos na Europa, pés na América: interpretações do presente, exemplos passados e perspectivas de futuro na construção de uma experiência histórica no Primeiro Reinado. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2016, 338 f.;

EUGÊNIO, João Kennedy. Um ritmo espontâneo: o organicismo em *Raízes do Brasil e Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010, 480 f.;

EUGÊNIO, João Kennedy. Um modernista romeriano: Sérgio Buarque de Holanda. In: *Revista dEsEnrEdoS*, ano V, número 18, Teresina, PI, agosto de 2013, p. 115-168;

EUGÊNIO, João Kennedy. Palimpsesto: apropriação e reescrita em Sérgio Buarque de Holanda. Goiânia: Kelps, 2020;

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. São Paulo: Globo, 1985, 6ª ed;

FAORO, Raymundo. “Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras”. In: *A República inacabada*. Organização e prefácio de Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo, 2007;

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 12ª edição [1994];

FELDMAN, Luiz. Um clássico por amadurecimento: *Raízes do Brasil*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 28, nº 82, junho 2013;

FELDMAN, Luiz. “Organizar a desordem: *Raízes do Brasil* em 1936”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 4, 2015;

FERREIRA, Gabriela Nunes. A formação nacional em Buarque, Freyre e Vianna. *Lua Nova* [online], 1996, n. 37, pp. 229-247;

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. Entretempos: mapeando a história da cultura brasileira. São Paulo: Editora Unesp, 2013;

FURTADO, André & VENANCIO, Giselle Martins. “Passados (im)perfeitos ou a ótica buarqueana sobre o Império do Brasil na América”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, pp. 135-157;

GAUER, Ruth (org.). Tempo & historicidades. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2016;

GOMES, Ângela de Castro. “A dialética da tradição”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, v. 5, n. 12, 1990;

GOMES, Ângela de Castro. “A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda”. *Revista Portuguesa de História*, Universidade de Coimbra, t. XLI, 2010, pp. 291-304;

GOMES, Angela de Castro. Oitenta anos de Estado Novo ou quando o Brasil era grande e ia dar certo. In: MURARI, Luciana; MAIA, Tatyana de A.; RUGGIERO, Antonio de (orgs.). *Do Estado à nação: política e cultura nos regimes ditatoriais dos anos 1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, p. 19-47;

GRECCO, Gabriela de Lima. Escrever a tradição, modernizar a tradição: literatura e identidade nacional durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, nº 88, 2021, pp. 255-278;

GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. “A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas”. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008;

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, 7ª edição;

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013;

IANNI, Octavio. Tendências do pensamento brasileiro. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 12, nº2, nov. 2000, pp. 55-74;

JASMIN, Marcelo Gantus & FERES JÚNIOR, João (orgs.). História dos conceitos: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006;

KHALED Jr., Salah H. Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, 263 p.;

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006;

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001;

KOSELLECK, R. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019;

LACAPRA, Dominick: Repensar la historia intelectual y leer textos”. In: PALTÍ, Elías (org.). *Giro Lingüístico e Historia Intelectual*, Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 1998;

LACAPRA, Dominick. Retórica e História. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan-jun 2013 [1985];

LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985, 3ª ed., *O Brasil Republicano*, tomo III, v. II, cap. 10;

LAMOUNIER, Bolívar. Tribunais, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2014;

LEFORT, Claude. As formas da História: ensaios de antropologia política. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1990 [1979];

LOPES, Marcos Antônio. IDADES DA HISTÓRIA: figuras e ideias do pensamento histórico moderno. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009;

LYNCH, Christian E. C. (org.). A imaginação política brasileira: cinco ensaios de história intelectual por Wanderley Guilherme dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2017;

LYNCH, Christian. “Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 19, Brasília, janeiro-abril de 2016, pp. 75-119;

LYNCH, Christian. “Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)”. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, vol. 56, nº 4, 2013, pp. 727-767;

MALERBA, Jurandir. “Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n. 25, jul.-dez. 2013;

MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (org.). MANNHEIM, Karl: Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 107-136;

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 4, p. 64-87, 1986;

MATA, Sérgio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em *Raízes do Brasil*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, p. 63-87;

MATTE, Gustavo Arthur. A nacionalidade como problema historiográfico: primeiros momentos da história literária brasileira. *MOARA, Revista eletrônica do programa de pós-graduação em Letras da UFPA*, 2018, n. 49;

- MELO, Alfredo Cesar. Os mundos misturados de Gilberto Freyre. *Luso-Brazilian Review*, vol. 43, n. 2, 2006, pp. 27-44;
- MELLO, Evaldo Cabral de. “*Raízes do Brasil* e depois”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 [1995], pp. 225-230;
- MELO, Martiniano Borges de. Raízes das instituições políticas brasileiras: Indivíduo e Estado brasileiro no pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna. Dissertação de mestrado apresentada no programa de pós-graduação em Ciência Política da UFSCar, 2013, 126 f.;
- MERQUIOR, José Guilherme. *A natureza do processo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982;
- MERQUIOR, José Guilherme. Comentários sobre a teoria da cultura. Do historicismo à antropologia. In: *O véu e a máscara: ensaios sobre cultura e ideologia*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997;
- MONTEIRO, Pedro Meira. A queda do aventureiro. Aventura, cordialidade e os novos tempos em *Raízes do Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, 1996, 269 f.;
- MONTEIRO, Pedro Meira. O brasileiro sem nenhum caráter: Sérgio Buarque de Holanda e o “homem cordial”. In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (org.). *Intérpretes do Brasil: leituras críticas do pensamento social brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001;
- MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008;
- MORAES, Eduardo Jardim. “Modernismo revisitado”. *Revista Estudos Históricos*, FGV, Rio de Janeiro, 1988, v. 1, n. 2, pp. 220-238;
- MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991;
- NICODEMO, Thiago. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. In: *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 14, abril 2014, p. 44-61;
- NICODEMO, Thiago. *Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, pp. 159-180;
- NICOLAZZI, Fernando. “*Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa-grande & senzala e a *representação do passado*”. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, 2008;
- NICOLAZZI, Fernando. “*Raízes do Brasil* e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, nº 73, 2016;
- NISBET, Robert. *O conservadorismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987;
- NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 3ª ed., 2003;
- ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997;
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Modernidade e questão nacional. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, São Paulo, maio 1990, nº 20, p. 41-68;
- OLIVEN, Ruben. Cultura brasileira e identidade nacional (o eterno retorno). In: O que ler na

ciência social brasileira: 1970-2002. Brasília: Ed. Sumaré, 2002;

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 3ª edição, 2001;

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006 [1986];

PACHECO, Guilherme Pinheiro. *A crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos 1920-1926*. Dissertação apresentada no programa de pós-graduação em Culturas e Identidades Brasileiras da Universidade de São Paulo, 2016, 207 f.;

PALTI, Elías. *La nación como problema: los historiadores y la cuestión nacional*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003;

PALTI, Elías. “Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos”. In: JÚNIOR, João Feres & JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007, pp. 61-76;

PAREDES, Marçal de M. *Configurações luso-brasileiras. Fronteiras culturais, demarcações da História e escalas identitárias (1870-1910)*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013;

PAREDES, Marçal de M.; ARMANI, Carlos Henrique & AREND, Hugo (orgs.). *História das ideias: proposições, debates e perspectivas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011;

PAREDES, Marçal. *A agrimensura do tempo: a construção da nação na arena portuguesa da história (finais do século XIX)*. In: SOARES, Fabrício A. A. & SILVA, Ricardo Oliveira da (orgs.). *Diálogos: estudos sobre teoria da história e historiografia - volume III*. Criciúma: EDIUNESC, 2018, p. 97-122;

PAREDES, Marçal. *A nação e a hermenêutica histórica ou os usos da alteridade portuguesa no horizonte de expectativa brasileiro: da superação à condenação*. In: GAUER, Ruth (org.). *Tempo & historicidades*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016, p. 87-108;

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990;

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. *O 1º de Dezembro - Memória e liturgia cívica na 2ª metade de Oitocentos*. *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 28, 2007;

PESAVENTO, Sandra. *A cor da alma: ambivalências e ambiguidades da identidade nacional*. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 1999, p. 123-133;

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cartografias do tempo: palimpsestos na escrita da história*. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Um historiador nas fronteiras: O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 17-79;

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilhadores e semeadores: A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: editora 34, 2000;

RANCIÈRE, Jacques. *A estética como política*. *Devires*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 14-36, jul./dez. 2010;

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, volume 1, 280 p.;

REZENDE, Daniela Leandro. *Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda*. *Pensamento plural*, Revista do Programa de pós-graduação em Ciência Política da UFPEL, Pelotas, n. 17, p. 7-27, julho-dezembro 2015;

RIBEIRO, Douglas Carvalho. *As raízes antiliberais de Sérgio Buarque de Holanda: Carl Schmitt em Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018;

RICUPERO, Bernardo & FERREIRA, Gabriela. *Estado e sociedade em Oliveira Vianna e*

Raymundo Faoro. *Caderno CRH*, UFBA, Salvador, v. 18, n. 44, p. 224, maio/agosto 2005;

RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo: Alameda, 2007;

RICUPERO, Bernardo. “A crítica da cópia em Oliveira Vianna”. In: ABREU, Luciano & SILVEIRA, Helder (orgs.). *De Vargas aos Militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 19-44;

RICUPERO, Bernardo. Ariel na América: viagens de uma ideia. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, dez. 2016, p. 372-407;

ROCHA, João Cezar de Castro. “O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados ou Por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”. In: MONTEIRO, Pedro M. & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; RJ: EdUERJ, 2008;

ROMERO, Silvio. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Garnier, 1902 [1888], 2ª edição;

ROMERO, Silvio. Provocações e debates. Porto: Lello & Irmão Editores, 1910;

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, nº 30, 1995, p. 9-22;

ROSENFELD, Luis. A crise do pensamento constitucional da Primeira República: o debate da década de 1920. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-17, set-dez. 2020;

ROSENFELD, Luis. Revolução conservadora: genealogia do constitucionalismo autoritário brasileiro (1930-1945). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021;

SALLUM Jr., Brasílio. As raízes do Brasil e a democracia. *Sinais sociais*, Rio de Janeiro, v. 7, nº 19, pp. 40-59, maio-agosto 2012;

SANCHES, Rodrigo Ruiz. *Sérgio Buarque de Holanda: a trajetória de um intelectual independente*. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP, 2007, 155 f.;

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades, 1978;

SCHLEGEL, Rogério. “*Raízes do Brasil*, 1936: O estatismo orgânico como contribuição original”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº 93, fevereiro/ 2017;

SCHWARCZ, Lilia & MONTEIRO, Pedro Meira (orgs.) *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016;

SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Editora 34, 4ª edição, 2000 [1990];

SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, pp. 47- 64;

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007;

SILVA, Ricardo. A ideologia do Estado autoritário no Brasil. 1998. Tese – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1998;

SILVA, Ricardo. Liberalismo e Democracia na sociologia política de Oliveira Vianna. Porto Alegre: *Sociologias*, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008, pp. 238-269;

SILVEIRA, Helder Gordim da. Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização das relações internacionais do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003;

SKINNER, Quentin. Visões da política. Sobre os métodos históricos. Portugal: DIFEL, 2005;

SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite.

São Paulo: LeYa, 2015;

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, UFRGS, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002;

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa da organização nacional*. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 1982 [1914];

VAINFAS, Ronaldo. O imbróglio de Raízes: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016, pp. 19-40;

VECCHI, Roberto. Contrapontos à brasileira: Raízes do Brasil e o jogo das metáforas. In: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008;

VENANCIO, Giselle Martins. Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara. Belo Horizonte: Autêntica, 2015;

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. *Novos Estudos*, nº 53, março 1999, pp. 33-47;

VIEIRA, Evaldo Amaro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1981;

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sergio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], 2011, vol. 26, n.76, pp. 39-62;

WAIZBORT, Leopoldo. Raízes do Brasil: Inércia e transformação lenta. In: MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia (orgs.). *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 465-470;

WEGNER, Robert. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil – edição comemorativa de 70 anos*. Organização de Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006;

WEGNER, Roberto. A montanha e os caminhos: Sérgio Buarque de Holanda entre Rio de Janeiro e São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 73, 2016;

WEGNER, Robert. Doze anos que abalaram as Raízes do Brasil. In: MONTEIRO, Pedro Meira & SCHWARCZ, Lilia (orgs.). *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 476-77.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br